

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

**IFMG
2014
2018**

ORGANIZADORES:
Edmar Geraldo de Oliveira
Washington Santos Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



ORGANIZADORES:

Edmar Geraldo de Oliveira

Washington Santos Silva

IFMG
Belo Horizonte - MG
2014

I59 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Plano de Desenvolvimento Institucional : IFMG 2014 - 2018 / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; organizadores: Edmar Geraldo de Oliveira , Washington Santos Silva . – Belo Horizonte : IFMG, 2014.

247 p. : il.

ISBN: 978-85- 67593-03-6

1. Administração. 2. Planejamento Estratégico. 3. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão I. Oliveira, Edmar Geraldo de. II. Silva, Washington Santos. III. Título.

CDU 005.21

Catálogo: Aline Michelle Sima CRB-6/2645

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

**REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CNCIA E
TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**

Caio Mário Bueno Silva

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IFMG - 2014

Reitor

Caio Mário Bueno Silva

Chefe de Gabinete

Marilícia Brandão Mól Gonçalves

Diretor de Tecnologia da Informação

Renato Machado de Godoy

Diretora de Gestão de Pessoas

Cláudia Maria Teixeira Alves

Diretor de Articulação e Políticas

Especiais

Josiler Magno Macedo Reis

Pró-Reitor de Administração

Edmar Geraldo de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Washington Santos Silva

Pró-Reitor de Extensão

Lucas Carlúcio Magalhães

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Lydia Armond Muzzi

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento

Rainer de Paula

Diretor-Geral - Campus Bambuí

Flávio Vasconcelos Godinho

Diretor-Geral - Campus Betim

Helbert Ribeiro de Sá

Diretor-Geral - Campus Congonhas

Joel Donizete Martins

Diretor-Geral - Campus Formiga

Robson de Castro Ferreira

Diretor-Geral - Campus Governador Valadares

Rodrigo Marques de Oliveira

Diretor-Geral - Campus Ouro Branco

Luiz Roque Ferreira

Diretor-Geral - Campus Ouro Preto

Arthur Versiani Machado

Diretor-Geral - Campus Ribeirão das Neves

João Bosco de Oliveira Perdigão

Diretora-Geral - Campus Sabará

Wanderci Alves Bitencourt

Diretor-Geral - Campus Santa Luzia

Hércules José Procópio

Diretor-Geral - Campus São João

Evangelista

Nildimar Gonçalves Madeira

Diretor-Geral - Campus Avançado Ipatinga

Paulo do Nascimento

Diretor-Geral - Campus Avançado Itabirito

Júlio César Silva Azevedo

Diretora-Geral - Campus Avançado de Piumhi

Eugênia de Sousa

Diretor-Geral - Campus Avançado de Ponte Nova e Conselheiro Lafaiete

Paulo Graça Castanheira Júnior

Comissão Central – Responsável pela coordenação dos trabalhos para construção do PDI 2014-2018. Constituída pela Portaria IFMG nº 840 de 21/08/2013.

Edmar Geraldo de Oliveira – Presidente
Arthur Versiani Machado
Eleonardo Lucas Pereira
Flávio Vasconcelos Godinho
Helbert Ribeiro de Sá
Hércules José Procópio
João Bosco de Oliveira Perdigão
Lucas Carlúcio Magalhães
Lucas Maia
Luis Antônio Ribeiro
Luiz Roque Ferreira
Lydia Armond Muzzi
Nildimar Gonçalves Madeira
Oiti José de Paula
Rainer de Paula
Robson de Castro Ferreira
Rodrigo Marques de Oliveira
Wanderci Alves Bitencourt
Washington Santos Silva

Comissões Temáticas – Responsáveis pela execução dos trabalhos para construção do PDI 2014-2018.

Os nomes dos servidores que compuseram as 65 comissões temáticas estão relacionados no Anexo III deste documento (Portaria 841 de 21/08/2013).

Revisão

Valéria M. L. Rodrigues Castro

Colaboração

Aline Michelle Sima
Gizelle Jacinta Santos
Neimar de Freitas Duarte

Diagramação

MJR Editora Gráfica Ltda

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), além de constituir um requisito legal, tal como previsto na Lei nº 10.861/2004 e no Decreto nº 5.773/2006, é um instrumento gerencial por meio do qual se apresentam os objetivos estratégicos, metas e ações propostas para o período de 2014 a 2018. (BRASIL, 2004, 2006)

Instrumento de planejamento e gestão, o PDI foi elaborado a partir de uma ampla discussão que definiu e consolidou o perfil institucional do IFMG. Ele agrega ideias e visões de toda a comunidade acadêmica, permitindo que os esforços sejam direcionados ao atendimento dos objetivos amplamente discutidos e que representam os anseios de todos os segmentos do IFMG.

Esse documento, além de sua estrutura formal, representa a legitimidade de toda a comunidade. Ciente da importância do PDI e da necessidade de sua construção ser coletiva, os membros do colégio de dirigentes iniciaram, em fevereiro de 2012, uma discussão sobre o tema, tendo sido constituída a primeira comissão por meio da Portaria 549 de 03 de julho de 2012. Posteriormente, essa comissão foi alterada pela Portaria 398 de 25 de abril de 2013 e finalmente constituiu-se a Comissão Central através da Portaria 840 de 21 de agosto de 2013. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012, 2013)

Além das várias reuniões feitas com os integrantes da Comissão Central para organizar metodologicamente como seria a estruturação e a elaboração do PDI, foi realizado um curso de capacitação, em setembro de 2012, sobre Planejamento na Administração Pública com o método Balanced Scorecard (BSC), no qual participaram todos os pró-reitores, diretores-gerais dos câmpus e diretores sistêmicos, com o intuito de uniformizar alguns conceitos necessários à elaboração do PDI. A metodologia foi publicada pela Portaria 397 de 25 de abril de 2013 e alterada pela Portaria 841 de 21 de agosto de 2013. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2013)

Com a definição da metodologia de trabalho, a comissão central realizou vários encontros nos quais foram adotados conceitos de planejamento estratégico para criação da matriz *Swot* (*forças, fraquezas, oportunidade e ameaças*) que resultou numa proposta de missão, visão, princípios e objetivos estratégicos. Essa proposta foi submetida à consulta pública, por meio do site do PDI¹, no período de 19/08 a 30/09/2013, e as contribuições relevantes foram incorporadas à versão final apresentada neste documento. Paralelamente à elaboração dessas propostas, ocorreu a nomeação das comissões temáticas que atuam como vetores de discussão e levantamento de informações para o alinhamento do PDI aos anseios da comunidade acadêmica.

O PDI do IFMG contempla também o projeto pedagógico institucional para a práxis da sua filosofia, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, sua concepção

1 <http://www.ifmg.edu.br/pdi>

pedagógica, sua estrutura organizacional e de gestão. Sua atuação ancora-se em uma educação contextualizada, pautada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana para o desenvolvimento de sua cidadania.

Em atendimento à sua missão, visão e princípios, o IFMG mantém conduta articulada à vocação produtiva do seu lócus, à busca de maior inserção da mão de obra qualificada nesse mesmo espaço e ao monitoramento permanente do perfil socioeconômico, político-cultural e ambiental da região abrangida. Prima também pela integração entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, respeitando as particularidades sociais, culturais, ambientais das populações do entorno, buscando satisfazer as expectativas de oferecer uma educação pública e de alta qualidade.

Assim, o presente plano foi desenvolvido em três momentos:

- O primeiro foi a realização de discussões sucessivas no âmbito da Comissão Central que culminou em uma proposta para missão, visão, princípios e objetivos estratégicos e criação das comissões temáticas (12 comissões).
- O segundo momento se deu com a definição das metas, ações e indicadores de desempenho vinculados aos objetivos estratégicos. As propostas foram elaboradas pelas diversas comissões temáticas, submetidas à consulta pública, revisadas e validadas pelas comissões locais de planejamento
- O terceiro momento foi caracterizado pela estruturação e revisão do PDI, realizada pela Comissão Central, levando-se em conta as considerações da comunidade e incorporando ao documento algumas diretrizes recomendadas pela SETEC/MEC. A versão final do PDI foi analisada pelos membros do Colégio de Dirigentes e posteriormente submetida à apreciação do Conselho Superior do IFMG.

Conscientes da importância de se ter no PDI um instrumento de gestão e de que ele pudesse representar as mais diferentes correntes de pensamento que caracterizam o IFMG, os membros da Comissão Central estimularam e viabilizaram a participação coletiva ao longo de todo o processo de construção desse Plano. Nessa perspectiva foram constituídas 65 comissões temáticas (Portaria IFMG 841/2013), as quais envolveram de forma direta 331 servidores. Além destes, diversos outros servidores que não estavam nomeados por Portaria deram importantes contribuições, bem como as cerca de 450 pessoas que participaram por meio das consultas públicas. Sendo assim, espera-se que o PDI 2014-2018 possa balizar as ações acadêmicas e administrativas que possibilitarão o alcance de sua visão institucional que é “ser reconhecida nacionalmente como instituição promotora de educação de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão”.

Caio Mário Bueno Silva
Reitor do IFMG

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas de atuação acadêmica do IFMG, por câmpus	25
Tabela 2 - Levantamento de alunos com necessidades específicas por câmpus e tipo de necessidade, IFMG 2013	69
Tabela 3 - Previsão de abertura de novos cursos técnicos presenciais	72
Tabela 4 - Previsão de abertura de novos cursos de graduação presenciais	83
Tabela 5 - Previsão de abertura de novos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, presenciais	103
Tabela 6 - Previsão de abertura de novos cursos técnicos a distância	111
Tabela 7 - Distribuição de projetos de pesquisa por câmpus, conforme a área de conhecimento e editais de pesquisa aplicada	127
Tabela 8 – Titulação, por câmpus, dos coordenadores de projetos de pesquisa aplicada no âmbito do IFMG	128
Tabela 9 - Grupos de pesquisa, por câmpus, no âmbito do IFMG	129
Tabela 10 - Atividades de extensão realizadas por câmpus em 2011 e 2012	134
Tabela 11 - Número de docentes efetivos do IFMG, por câmpus e regime de trabalho. Posição em 31/03/2014	138
Tabela 12 - Número de professores substitutos e temporários por câmpus. Posição em 31/03/2014	138
Tabela 13 - Previsão de vagas de docentes, por câmpus, para atender aos novos cursos previstos no período de 2014 a 2018	139
Tabela 14 - Número de docentes efetivos do IFMG, por titulação	140
Tabela 15 - Titulação dos docentes do IFMG por câmpus	141
Tabela 16 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos distribuídos por nível, câmpus e Reitoria	142
Tabela 17 - Previsão de vagas para servidores técnico-administrativos, por câmpus e Reitoria, para atender às metas e ações previstas para o período de 2014 a 2018	143
Tabela 18 - Nível de formação e tipo de qualificação dos servidores técnico-administrativos do IFMG, por câmpus e Reitoria	144
Tabela 19 - Perfil socioeconômico dos alunos matriculados no IFMG em 2013	148
Tabela 20 - Número de alunos do IFMG assistidos com auxílios econômicos em 2013	149
Tabela 21 - Quantitativo de Bolsas de Mérito Acadêmico concedidas em 2013	151

Tabela 22 - Demonstrativo da área total do terreno e área construída, por câmpus	155
Tabela 23 - Quantidade e área dos ambientes de ensino e aprendizagem	156
Tabela 24 - Quantitativo e áreas destinadas às bibliotecas	157
Tabela 25 - Acervo e horários de funcionamento das bibliotecas do IFMG, por câmpus	158
Tabela 26 - Infraestrutura das bibliotecas do IFMG, por câmpus	159
Tabela 27 - Quantitativo e área dos ambientes de auditório e anfiteatros	160
Tabela 28 - Quantidade e área das instalações administrativas, gabinetes para docentes/ coordenadores de cursos e ambientes de serviços/apoio	161
Tabela 29 - Instalações sanitárias e suas características	162
Tabela 30 - Demonstrativo das áreas de lazer e de atividades esportivas	163
Tabela 31 - Instalações rurais e alojamentos	164
Tabela 32 - Existência de PCI e SPDA, por câmpus	165
Tabela 33 - Meta – Criação, ampliação e adequação dos ambientes de ensino e aprendizagem	167
Tabela 34 - Meta – Criação e adequação das instalações administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos, ambientes de serviços e apoio	168
Tabela 35 - Meta – Criação e ampliação de áreas de lazer e atividades esportivas	170
Tabela 36 - Meta – Criação e ampliação de áreas de bibliotecas	171
Tabela 37 - Meta – Criação e adequação das áreas de auditórios e anfiteatros	172
Tabela 38 - Criação e ampliação das instalações rurais e alojamentos	173
Tabela 39 - Meta - Criação e adequação das áreas de urbanização e paisagismo	173
Tabela 40 - Meta – Elaboração e execução de projetos de instalações especiais.....	174
Tabela 41 - Adequação da segurança do trabalho do IFMG	176
Tabela 42 - Meta – Promoção da acessibilidade no IFMG	177
Tabela 43 - Metas e ações complementares para o desenvolvimento da infraestrutura física	178
Tabela 44 - Estimativa orçamentária anual para o período de 2014 a 2018 – em R\$ 1,00	187
Tabela 45 - Demonstrativo de despesas projetadas para o período de 2014 a 2018 – em R\$ 1,00	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Empregos diretos gerados pelo setor de joalheria nos anos de 2011 e 2012.	89
Figura 2 - Matriz de Transporte Atual e Futura proposta pelo PNLT	92
Figura 3 - Vetores logísticos do PNLT.	93
Figura 4 - Média de bolsas, conforme modalidade, implementadas nos últimos cinco anos com recursos dos câmpus.	124
Figura 5 - Média de bolsas, conforme modalidade, implementadas nos últimos cinco anos com recursos do CNPq.	125
Figura 6 - Média de bolsas, conforme modalidade, implementadas nos últimos dois anos com recursos da FAPEMIG.	125
Figura 7 - Número de docentes por titulação conforme os câmpus.	130

LISTA DE SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ADAPTSE** – Laboratório de Acessibilidade em Design e Arquitetura para a Pesquisa e Treinamento em Serviços de Extensão
- BAM** – Bambuí
- BET** – Betim
- BSC** – Balanced Scorecard
- CAEPTAE** – Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Técnicos-Administrativos em Educação
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCI-SC** – Concepção de Circuitos Integrados e Sistemas de Comunicação
- CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CFTV** – Circuito Fechado de TV
- CIS** – Comissão Interna de Supervisão
- COAGRI** – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
- CON** – Congonhas
- CONIF** – Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- FORPROEXT** – Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- COPEVES** – Comissão Permanente do Vestibular
- CPA** – Comissão Própria de Avaliação
- CPPD** – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- DAP** – Diretoria de Administração e Planejamento
- DGP** – Diretoria de Gestão de Pessoas
- DINFRA** – Diretoria de Projetos e Infraestrutura
- DINTER** – Doutorado Interinstitucional
- DOU** – Diário Oficial da União
- DTI** – Diretoria de Tecnologia da Informação
- EaD** – Educação a Distância
- EAFSJE** – Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
- ENADE** – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ERP – Enterprise Resource Planning
ETFOP – Escola Técnica Federal de Ouro Preto
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FIC – Formação Inicial e Continuada
FIEP – Federação das Indústrias do Paraná
FOR – Formiga
FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
GOV – Governador Valadares
IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
NBR – Norma Brasileira
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NR – Norma Regulamentadora
OB – Ouro Branco
OP – Ouro Preto
PCI – Prevenção e Combate a Incêndios
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDICTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI – Programa Institucional de Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PL – Projeto de Lei

PLANFOR – Plano de Qualificação de Quadro Docente
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPC – Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
RN – Ribeirão das Neves
SAB – Sabará
SEP – Sistema Elétrico de Potência
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISPLAN – Sistema de Planejamento Participativo – IFMG
SJE – São João Evangelista
SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas
SPEED – Soluções e Pesquisa em Engenharia e Educação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TDAAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	006
1 CENÁRIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEOS.....	017
2 PERFIL INSTITUCIONAL	020
2.1 Breve Histórico da Instituição	020
2.2 Missão, Visão e Princípios	023
2.3 Áreas de Atuação Acadêmica	024
3 GESTÃO INSTITUCIONAL	026
3.1 Política de Gestão Institucional	026
3.2 Política de Comunicação e Marketing Institucionais	026
3.3 Parcerias com Empresas, Instituições Governamentais e Não Governamentais	028
4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	032
4.1 Estrutura Organizacional e Respectivas Instâncias Decisórias	032
5 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	037
5.1 Inserção Regional	037
5.2 Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição	038
5.3 Organização Didático-Pedagógica da Instituição	042
5.4 Políticas de Ensino	043
5.5 Políticas de Pesquisa e Inovação Tecnológica	045
5.6 Políticas de Extensão	049
6 DIAGNÓSTICO DOS CURSOS EXISTENTES E DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	052
6.1 Dimensões Avaliadas	053
6.2 Propostas de Ações de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação	060
6.3 Diagnóstico do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	064

7 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS	071
7.1 Cursos Técnicos Presenciais	072
7.2 Cursos de Graduação Presenciais	083
7.3 Cursos de Pós-Graduação, <i>Lato e Stricto Sensu</i> , Presenciais 110	102
7.4 Cursos de Graduação a Distância	109
7.5 Cursos Técnicos a Distância	111
8 DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	124
9 DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	132
10 GESTÃO DE PESSOAS	137
10.1 Perfil do Corpo Docente	137
10.2 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo	141
10.3 Políticas de Capacitação	145
10.4 Política de Avaliação do Corpo Docente	146
10.5 Política de Avaliação do Corpo Técnico-Administrativo	146
10.6 Políticas de Saúde e Qualidade de Vida	146
11 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	147
11.1 Auxílios Socioeconômicos	148
11.2 Bolsas por Mérito Acadêmico	149
11.3 Outras Ações Desenvolvidas na Assistência Estudantil	151
11.4 Metas propostas para a Assistência Estudantil	152
12 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	153
12.1 Diagnóstico Geral da Infraestrutura Física	154
12.2 Metas e Ações para a Infraestrutura	166
13 POLÍTICAS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	179
13.1 A Autoavaliação Institucional no IFMG	179
13.1.1. A Comissão Própria de Avaliação – CPA	180
13.1.2. Metodologia e dimensões do processo de autoavaliação	180
13.1.3. Instrumentos do processo de autoavaliação	183

14 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	186
14.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira	186
14.2 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução	187
15 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFMG	189
15.1 Gestão de Pessoas	190
15.2 Gestão Administrativa e Financeira	193
15.3 Bibliotecas	196
15.4 Comunicação e Marketing Institucional	199
15.5 Ensino	202
15.6 Extensão	208
15.7 Pesquisa e Inovação Tecnológica	213
15.8 Tecnologia da Informação	220
16 REFERÊNCIAS	224
17 ANEXOS	231
17.1 Mapa Estratégico do IFMG – 2014-2018	231
17.2 Resolução nº 19 de 09/07/2014 – Dispõe sobre a aprovação, <i>ad referendum</i> , do Plano de Desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, referente ao período de 2014 a 2018.	232
17.3 Composição das comissões temáticas responsáveis pela construção do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMG para o período de 2014 a 2018 (Portaria 841 de 21/08/2013).	233

CENÁRIOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEOS

Nos últimos 30 anos, a revolução digital tem acabado com muitos postos de trabalho e, quanto mais repetitivas e rotineiras, maiores as chances de extinção de determinadas ocupações. Esse movimento faz parte de uma tendência mais ampla na qual a automação baseada em computadores (robôs) de processos e atividades tem aumentado a eficiência pela redução de custos, redução do erro humano e aumento da produtividade.

A visão predominante é a de que, embora a inovação elimine alguns postos de trabalho, cria novas e melhores ocupações, e uma sociedade mais produtiva se torna mais rica, e seus habitantes mais ricos demandam mais bens e serviços, gerando um círculo virtuoso observado principalmente nos países desenvolvidos no decorrer do século XX.

Entretanto, pesquisas recentes divulgadas, por exemplo, em reportagem especial da revista *The Economist* apontam que, mesmo com o surgimento de novos empregos e melhores produtos, as diferenças de renda no curto prazo podem aumentar significativamente, principalmente entre os trabalhadores altamente qualificados e aqueles com baixos níveis de qualificação. O impacto das inovações tecnológicas será substancial e tenderá a atingir inicialmente os países desenvolvidos, mas acabará afetando os países mais pobres e em desenvolvimento, como o Brasil. Os resultados apontam ainda que a ruptura tecnológica do mercado de trabalho parece ter apenas começado. De carros que dispensam motoristas a aparelhos domésticos inteligentes, as inovações tecnológicas que já existem têm potencial para destruir postos de trabalho que até então foram intocados por tais avanços. (Special Report, 2014)

É fácil constatar que as ocupações mais vulneráveis aos computadores foram aquelas que envolviam tarefas repetitivas e rotineiras. Mas, graças ao aumento exponencial da capacidade de processamento e à onipresença de gigantescos bancos de dados digitais, os computadores são cada vez mais capazes de executar tarefas complexas de forma mais barata e efetiva do que seres humanos. Robôs industriais inteligentes podem “aprender” rapidamente um conjunto de ações humanas. E o setor de serviços, que contém grande parte dos empregos atuais, parece ser ainda mais vulnerável, segundo as recentes pesquisas, pois, por exemplo, ao comparar *terabytes* de dados financeiros ou dados biométricos, computadores muitas vezes podem identificar

fraudes ou doenças com mais precisão do que qualquer número de contabilistas ou médicos. Um estudo recente realizado por pesquisadores da Universidade de Oxford, citado na *The Economist*, sugere que 47% dos postos de trabalho atuais poderão ser automatizados nas próximas duas décadas.

Não há divergência entre as pesquisas reportadas em relação ao fato de que a principal maneira pela qual os governos podem mitigar o impacto da revolução tecnológica em andamento é através do delineamento de sistemas de ensino funcionais, capazes de fornecer às pessoas as novas habilidades demandadas nesse cenário que está se concretizando. A história evidencia que os ganhos de bem-estar dos trabalhadores desde a última fase da Revolução Industrial são explicados em grande parte pelos sistemas de ensino que foram construídos para educá-los, notadamente nos países desenvolvidos. Dado o cenário futuro, com computadores sendo cada vez mais capazes de executar determinadas tarefas antes realizadas somente pelas pessoas, essas próprias escolas precisam mudar para promover a criatividade dos seres humanos, qualidade que é talvez a principal “vantagem competitiva” destes em relação às máquinas no que se refere ao mundo do trabalho, pelo menos até o momento.

Em um fórum recente, Andreas Schleicher (2014), diretor interino de Educação e Habilidades e assessor especial para política educacional da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), argumentou, com base no impressionante corpo de conhecimento sobre educação produzido pela organização, que as escolas do século XXI precisam preparar os alunos para viver e trabalhar em um mundo em que a maioria das pessoas terá de colaborar com outras de diversas origens culturais e apreciar diferentes ideias, perspectivas e valores, um mundo em que as pessoas precisam decidir como confiar e colaborar através de tais diferenças e para um mundo em que a vida será afetada por questões que transcendem as fronteiras nacionais. Além disso, colocou que uma geração atrás, os professores poderiam esperar que o que ensinavam duraria por toda a vida de seus alunos, mas que hoje as escolas precisam prepará-los para lidar com mudanças cada vez mais rápidas, para ocupações que ainda não foram criadas, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas sociais que ainda não conhecem.

Ainda segundo Schleicher (2014), o dilema para os educadores é que, se por um lado as habilidades cognitivas rotineiras são mais fáceis de ensinar e de testar, por outra perspectiva são também as habilidades mais vulneráveis à automação e à consequente terceirização para os “robôs”. Assim, o sucesso educativo não consistiria mais na reprodução de conteúdos, mas na capacidade de extrapolar a partir do que se sabe e em aplicar esse conhecimento em novas situações.

Em resumo, “o mundo já não recompensa as pessoas para o que elas sabem – o Google sabe tudo –, mas para o que elas podem fazer com o que sabem”. Conforme os resultados das pesquisas produzidas pela OCDE e reportados por Schleicher (2014), o ensino do século XXI precisa ser focado muito mais nas formas de pensar que promovam a criatividade, a capacidade de resolução de problemas e de tomada de decisão. Deve versar os alunos nas formas de trabalho atuais, fomentando o desenvolvimento das habilidades de comunicação e de trabalho colaborativo, pois as inovações relevantes produzidas neste momento e no futuro próximo raramente são frutos de uma única pessoa, mas, sim, de uma ampla rede de colaboradores.

Além disso, há evidências consistentes na literatura de que as instituições de ensino do século XXI que objetivam fornecer as habilidades do século XXI a seus discentes precisam abordar as ferramentas para o trabalho disponíveis no mundo atual, incluindo a capacidade de reconhecer e explorar o potencial de novas tecnologias. E, por último, mas não menos importante, devem criar também um ambiente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades sociais e emocionais que ajudem as pessoas a viver e a trabalhar juntas, dada a necessidade cada vez maior do trabalho colaborativo para o desenvolvimento de soluções aos problemas atuais e futuros.

2.1 Breve Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), criado pela Lei nº 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008, é uma autarquia formada pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Bambuí e de Ouro Preto e suas respectivas Unidades de Ensino Descentralizadas de Formiga e Congonhas. Em 2010 o Câmpus Governador Valadares iniciou suas atividades, o mesmo ocorrendo em 2011 com os câmpus Betim, Ouro Branco, Ribeirão das Neves e Sabará e, em 2014, com o Câmpus Santa Luzia. (BRASIL, 2008)

Atualmente, o IFMG é composto por 18 câmpus, instalados em regiões estratégicas do Estado de Minas Gerais e vinculados a uma reitoria, sediada em Belo Horizonte. São eles: Bambuí, Betim, Congonhas, Coronel Fabriciano (em implantação), Formiga, Governador Valadares, Ibirité (em implantação), Ipatinga (em implantação), Ouro Branco, Ouro Preto, Ponte Nova (em implantação), Pitangui (em implantação), Piumhi (em implantação), Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Evangelista e Sete Lagoas (em implantação), além de unidades conveniadas em diversos municípios do Estado. A Instituição também mantém polos de ensino a distância nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Ouro Preto (distrito de Cachoeira do Campo) e Piumhi.

Raízes históricas

O conhecimento do histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil e de seu processo de expansão, bem como das antigas autarquias que originaram o IFMG, permite estabelecer o perfil institucional, fazer o balanço dos objetivos alcançados até o presente e prognosticar os obstáculos a serem superados no cumprimento da missão do Instituto. A compreensão desses aspectos é imprescindível para o planejamento estratégico do IFMG, não só para o período de vigência deste PDI, ora apresentado, como para o futuro que se anuncia promissor.

A educação profissional como responsabilidade do Estado, no Brasil, teve início no governo de Nilo Peçanha, em 1909, com a criação de 19 escolas de aprendizes artífices. As instituições que hoje constituem a Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica são oriundas, em número expressivo, daquelas escolas instituídas pelo presidente Nilo Peçanha, inicialmente vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1930, as escolas ficam subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, sete anos depois, são transformadas nos liceus industriais. Em 1941, o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio e, em 1942, os liceus recebem a denominação de escolas industriais e técnicas, passando a escolas técnicas federais em 1959, configuradas como autarquias.

Simultaneamente, vai se formando uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais –, com base no modelo escola-fazenda e vinculada ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas-fazendas ficam subordinadas ao então Ministério da Educação e Cultura, tornando-se escolas agrícolas.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários. Durante a década de 90 e início dos anos 2000, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se Cefets.

Em 1998, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais e remete a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos Estados e da iniciativa privada. Os atos normativos do governo federal passam a induzir as escolas federais a oferecer predominantemente cursos superiores e, contraditoriamente, ensino médio regular. Somente em 2004 inicia-se o realinhamento das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, especialmente com o retorno da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio e, em 2005, com a reformulação na lei que vedava a expansão da rede federal.

Em 2005, a rede federal contava com 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus câmpus, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. O processo de expansão da rede federal é vertiginoso a partir desse ano, o que leva à necessidade de uma nova forma de organização dessas instituições, bem como de redefinir seu papel no desenvolvimento social do país. Em consequência, em 2008, surge um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Dentro de todo esse contexto histórico, em 1944 é instalada oficialmente, na região central do Estado de Minas Gerais, a Escola Técnica de Ouro Preto, com os cursos técnicos de metalurgia e mineração, anexa à Escola de Minas, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, onde funcionou até 1964. Em 1959, então denominada Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP), é elevada à condição de autarquia federal, ganhando

autonomia didática, financeira e administrativa. Em 1964, a ETFOP é transferida para as suas atuais instalações, pertencentes até então ao 10º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, que havia sido desativado.

Em 2002, a ETFOP transforma-se no Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, CEFET Ouro Preto, tornando-se apta a oferecer cursos superiores de tecnologia. Em 2007 é fundada sua Unidade de Ensino Descentralizada em Congonhas e o Centro de Educação Aberta e a Distância, ampliando a área de influência da Escola, bem como o número de alunos e de cursos oferecidos.

Em 2008, o CEFET Ouro Preto participa de uma chamada pública do Ministério da Educação com vistas a transformar-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo classificado o seu projeto e, em seguida, passa a integrar o IFMG.

Já na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, no ano de 1961, nasce a Escola Agrícola de Bambuí, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, instalada na Fazenda Varginha, de 328 hectares, onde antes funcionava o Posto Agropecuário e o Centro de Treinamento de Tratoristas, ligados ao Ministério da Agricultura. Em 1964, a Escola é transformada em Ginásio Agrícola e, em 1968, é elevada à posição de Colégio Agrícola de Bambuí.

Em 1979, o Colégio Agrícola torna-se Escola Agrotécnica Federal de Bambuí, subordinada à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI. Em 1993, a Escola é transformada em autarquia federal, com autonomia didática, administrativa e financeira. No ano de 2002, a EAFBi passa a Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET Bambuí –, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Alimentos. Em 2007, é criada sua Unidade de Ensino Descentralizada na cidade de Formiga. Finalmente, em dezembro de 2008, o CEFET Bambuí é elevado à posição de câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Também precursor do IFMG, o Câmpus São João Evangelista, situado na região leste do Estado de Minas Gerais, inicia em 1951 suas atividades na Chácara São Domingos, de 277 hectares, como Escola de Iniciação Agrícola, então subordinada à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. Em 1964 altera-se a denominação de Escola de Iniciação para Ginásio Agrícola e, em 1967, passa a ficar subordinada ao Ministério de Educação e Cultura.

Em 1979, é alterada a denominação de Ginásio Agrícola para Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista. Em 1993, a EAFSJE-MG é elevada à condição de autarquia vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, adquirindo autonomia administrativa, financeira e didática. Em 2005, é aprovada, pelo Ministério da Educação, a criação do curso superior de Tecnologia em Silvicultura. Finalmente, em 2008, a EAFSJE-MG é transformada em câmpus do IFMG.

Excelência acadêmica e compromisso social

O planejamento estratégico do IFMG está fundamentado na distribuição geográfica do Instituto no Estado de Minas Gerais, assim como na expansão da educação profissional e tecnológica, na significativa mudança das possibilidades de acesso à educação em seus diferentes níveis e modalidades e nos desafios que se impõem atualmente aos profissionais diante do mundo do trabalho, muito diferentes da época de criação das então Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

A configuração multicâmpus do IFMG tornou necessária, desde a sua criação em 2008, a constante busca de um modelo equilibrado de gestão, de modo a se alcançar uma desejável racionalidade administrativa e a se evitar a duplicação de esforços para se atingir o mesmo fim.

Diante desse quadro, o IFMG encontra-se atualmente em um novo patamar da educação profissional, científica e tecnológica, com uma ampla área de influência no Estado, com sua responsabilidade de inserção definitiva no campo da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica e com inúmeras possibilidades de oferta de novos cursos, incluindo licenciaturas e engenharias, bem como cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Fazendo parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, juntamente com os demais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, o IFMG é uma instituição dedicada à busca da excelência acadêmica na formação de profissionais capazes de aplicar conhecimentos técnicos e científicos às diferentes atividades do mundo do trabalho, sem perder de vista seu compromisso com o desenvolvimento da sociedade. (BRASIL, 2008)

2.2 Missão, Visão e Princípios

O detalhamento do planejamento estratégico do IFMG, proposto para o período de vigência deste PDI, está detalhado no capítulo 15 deste documento, sendo apresentados, nesta seção, a missão, a visão e os princípios institucionais.

Missão

Promover educação básica, profissional e superior, nos diferentes níveis e modalidades, em benefício da sociedade.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como instituição promotora de educação de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Princípios

- I - Gestão democrática e transparente;
- II - Compromisso com a justiça social e ética;
- III - Compromisso com a preservação do meio ambiente e patrimônio cultural;
- IV - Compromisso com a educação inclusiva e respeito à diversidade;
- V - Verticalização do ensino;
- VI - Difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- VII - Suporte às demandas regionais;
- VIII - Educação pública e gratuita;
- IX - Universalidade do acesso e do conhecimento;
- X - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- XI - Compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos servidores e estudantes;
- XII - Fomento à cultura da inovação e do empreendedorismo;
- XIII - Compromisso no atendimento aos princípios da administração pública.

2.3 Áreas de Atuação Acadêmica

O IFMG caracteriza-se por sua atuação pluricurricular e multicâmpus. No âmbito de sua atuação, tem como objetivos ministrar educação profissional técnica de nível médio, ofertar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, ministrar educação superior e de pós-graduação, respeitando os preceitos da Lei 11.892/2008. A Instituição atua fortemente na realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, e no desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL 2008)

A Tabela 1 apresenta os câmpus do IFMG com as respectivas áreas de atuação acadêmica, de acordo com a classificação das grandes áreas de conhecimento do CNPq.

Tabela 1 - Áreas de atuação acadêmica do IFMG, por câmpus

Nome do Câmpus	Grande Área do CNPq
BambuÍ	Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas
Betim	Ciências Exatas, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas
Congonhas	Ciências Exatas e da Terra, Engenharias
Formiga	Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas
Governador Valadares	Engenharias
Ouro Branco	Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra
Ouro Preto	Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas
Ribeirão das Neves	Ciências Sociais Aplicadas
Sabará	Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias
Santa Luzia	Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias
São João Evangelista	Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra

Fonte: Departamentos de Ensino dos Câmpus do IFMG

■ 3.1 Política de Gestão Institucional

O modelo de gestão adotado pelo IFMG baliza-se por meio de instrumentos gerenciais para garantir o controle e a uniformização da qualidade de ensino, pesquisa e extensão ofertados pela Instituição diante da pluralidade de culturas, paradigmas e processos existentes nas antigas autarquias.

Sustentado pelo tripé pessoas, tecnologias e processos, o IFMG buscou desde sua criação estreitar as diferenças e distâncias entre suas unidades. Foram desenvolvidas metodologias em seus diversos órgãos executivos buscando a padronização e clareza nos processos de trabalho. Por sua complexidade administrativa, é desafiado sempre a reavaliar sistematicamente seus processos de gestão, cujo avanço será mais significativo à medida que consolidar a cultura de planejamento com foco em resultados e a cultura de avaliação com foco na melhoria contínua, na missão e visão institucional.

Nesse particular, este PDI será fundamental para se determinarem parâmetros para a melhoria da qualidade das ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, definirem-se estratégias para expansão de oferta de vagas, obtenção de uma maior eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, além de praticar o seu papel de responsabilidade socioambiental, dando a este visibilidade.

Alguns avanços já são claramente percebidos na gestão do IFMG. Entre estes destacam-se as medidas adotadas para responder à complexidade de sua dinâmica institucional como é caso, por exemplo, do planejamento participativo, que possibilita uma participação efetiva da comunidade acadêmica na tomada de decisão e definição quanto à aplicação dos recursos orçamentários da Instituição. Nesse processo busca-se assegurar a qualidade da gestão, a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos, além de fornecer subsídios ao processo decisório.

■ 3.2 Política de Comunicação e Marketing Institucionais

O papel da Comunicação, no contexto de crescimento do Instituto Federal de Minas Gerais, é fundamental. Isso porque um dos principais desafios impostos é tornar a Instituição conhecida e respeitada, além de fortalecer a marca IFMG, ainda não fixada pelo público externo.

Considerando que se trata de uma instituição com poucos anos de vida, constituída em 2009, e que está em processo de crescimento, os esforços devem se concentrar no fortalecimento das comunicações interna e externa. Tal ação deverá ser sempre pautada pela unidade no discurso, ou seja, vislumbra-se a efetiva unificação da Comunicação do IFMG (entre as unidades), hoje desmembrada e realizada de maneira não uniforme pelos câmpus e Reitoria.

Para isso, o diagnóstico institucional realizado se revela como elemento norteador das ações, programas e projetos propostos neste PDI para a área de Comunicação e Marketing. Vale destacar que a característica fundamental desse novo processo deverá ser a participação coletiva, com atividades integradas, sistêmicas e interligadas.

Nem todos os câmpus estão estruturados com setores de Comunicação. Em alguns há o setor, porém não dentro de um modelo ideal para o desempenho dos serviços. E em outros, existem representantes (não diretamente ligados à Comunicação, mas que possuem afinidades) designados para lidar com os diversos assuntos relacionados à área.

De antemão, percebe-se que os desafios são enormes e há muitos planos e ideias para serem colocados em prática, visando à construção de um modelo eficaz de comunicação, em consonância com a missão, a visão e também com os valores da Instituição.

A descrição do cenário atual foi o ponto de partida para a proposição de ações operacionais, táticas ou estratégicas, em busca de um planejamento em comunicação. Um ponto interessante a ser destacado é que, cruzando-se as informações presentes nas duas pesquisas realizadas, percebe-se que há equilíbrio e consenso entre os discursos dos usuários dos serviços de comunicação (comunidade interna) e dos produtores/comunicadores.

Como ponto de partida, a Comissão Temática utilizou o diagnóstico para observar quais são as principais demandas da área, bem como as melhores formas para corrigir os problemas. As estratégias e diretrizes propostas neste documento, com a finalidade de se obter uma comunicação efetiva, foram planejadas para um período de cinco anos, porém com aplicação imediata, em virtude das inúmeras falhas detectadas nas pesquisas.

Diante dos objetivos estratégicos traçados e com base no diagnóstico realizado, foram propostas ações institucionais para o período de vigência deste PDI, tendo como base as seguintes metas, as quais norteiam todo o trabalho referente à Comunicação do IFMG:

- Definir, implantar e consolidar a Política de Comunicação Institucional;
- Aperfeiçoar a estrutura de comunicação;
- Efetivar a unificação da Comunicação;
- Buscar autonomia e valorização do setor dentro da Instituição, o qual deve ser entendido como estratégico;

- Aprofundar o conhecimento sobre o público-alvo da Instituição;
- Fortalecer o relacionamento e a interação com o aluno;
- Fortalecer o relacionamento com a comunidade interna;
- Investir no reforço da marca e no fortalecimento da imagem do IFMG diante do público externo;
- Fortalecer o relacionamento com a imprensa.

3.3 Parcerias com Empresas, Instituições Governamentais e Não Governamentais

Para a consecução da missão, da visão e dos objetivos do IFMG é imprescindível que haja uma articulação com a comunidade, instituições governamentais e não governamentais e empresas.

O Instituto, diante dessa realidade, busca fortalecer e ampliar suas parcerias, nas mais diversas áreas, seja com a comunidade, seja com organizações e instituições públicas ou privadas.

Parcerias Internacionais

A implantação e a consolidação de uma política institucional de relações internacionais, com a internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão, levaram à criação, no IFMG, da Assessoria de Relações Internacionais – ARINTER. Em 2013, foi desenvolvido o projeto de Cooperação Brasil/França, com o objetivo de cooperação para o desenvolvimento de atividades de intercâmbio entre alunos e professores, formação científica, transferência de tecnologia e outras atividades educacionais entre as instituições. O referido projeto é realizado em conjunto com o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte e com os Liceus Dhuoda (Nîmes), Eugène Livet (Nantes) e Washington-Touchard (Le Mans). O IFMG deu continuidade ao convênio com o Instituto Politécnico do Porto – IPP –, Portugal, que visa propiciar condições para o estabelecimento de ações conjuntas de cunho técnico, científico e cultural entre o IFMG e o IPP, na forma mais conveniente a ambas as instituições, fundamentalmente voltadas para as atividades nas áreas de: ensino e aprendizagem, incluindo o desenvolvimento de programas especiais; intercâmbio de estudantes por um período determinado, através de um programa de intercâmbio reconhecido; intercâmbio de membros das instituições; parcerias em projetos de pesquisa e extensão. Deu prosseguimento também ao convênio com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – IPCA –, Portugal, que possui a finalidade de promover a cooperação entre as duas instituições com o fim de realizar, conjuntamente, atividades de índole acadêmica, científica e cultural em áreas de interesse comum. As duas instituições comprometem-se, de acordo com os meios de que dispõem, a estimular

a investigação conjunta de interesse comum e, segundo prioridades previamente determinadas, a colaborar mutuamente para o desenvolvimento da docência nas áreas em que ambas estejam interessadas, a promover e facilitar a mobilidade dos seus docentes e investigadores, a fortalecer a mobilidade dos seus estudantes de graduação e pós-graduação e, em geral, a prosseguir conjuntamente quaisquer outros objetivos de interesse comum que considerem apropriados. Os convênios de colaboração mútua com o Cégep de Trois-Rivières (Quebec, Canadá) e o Cégep de Abitibi-Témiscamingue (Quebec, Canadá), cujo objetivo é a cooperação para o desenvolvimento de atividades de intercâmbio entre estudantes e professores, de estágio, científicas, de transferência de tecnologia e de outras atividades pedagógicas entre as instituições, estão em vista para serem renovados no primeiro semestre de 2014.

Objetivo: Intensificar as ações de busca de parcerias internacionais, contribuindo para a ampliação das fronteiras internacionais do IFMG.

Meta 1: Ampliar a estrutura da Assessoria de Relações Internacionais.

Ação 1.1: Elaborar proposta de ampliação da área física, do número de equipamentos e do número de servidores com atuação exclusiva na Assessoria de Relações Internacionais.

Meta 2: Ampliar o número de parcerias internacionais.

Ação 2.1: Identificar as principais instituições de interesse na formalização de parcerias.

Ação 2.2: Elaborar estratégias de aproximação das instituições internacionais.

Ação 2.3: Promover reuniões nos câmpus para apresentação das estratégias de aproximação e busca de apoio para a realização de novas parcerias.

Ação 2.4: Buscar participação em diferentes consórcios de intercâmbio.

Ação 2.5: Buscar entendimentos com instituições estrangeiras para a isenção de taxas acadêmicas.

Ação 2.6: Firmar parcerias com instituições estrangeiras para a realização de estágios e estudos de servidores do IFMG.

Ação 2.7: Ampliar o número de discentes estrangeiros no IFMG.

Ação 2.8: Oferecer capacitação aos servidores do IFMG em instituições estrangeiras.

Parcerias Nacionais

Nas esferas regional, estadual e nacional, o IFMG utiliza como mecanismos de interação com o mundo do trabalho e a prática social o estabelecimento de acordos, convênios e termos de parceria com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, observando-se a legislação vigente.

O IFMG estabeleceu parcerias com várias instituições nacionais públicas e privadas, por meio das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

e de Extensão. No âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, tem-se um convênio com a Fundação de Apoio Arthur Bernardes (FUNARBE) da Universidade Federal de Viçosa para gerir os recursos provindos especialmente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Fundação Educacional de Ouro Preto (FEOP). Há convênios com agências de fomento tais como: FAPEMIG e CNPq. Outros convênios foram firmados com instituições públicas como: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Além dessas parcerias com instituições públicas de ensino, há também outras firmadas com instituições privadas, como é o caso da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) e Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI). Um convênio específico foi assinado com a Associação de Pescadores e Amigos do Rio Doce (APARD) com objetivo de desenvolvimento de pesquisa para revitalização do médio Rio Doce.

Já para viabilizar a oferta de cursos técnicos em localidades em que o Instituto não possui câmpus, foram firmados convênios com os municípios de Arcos, Bom Despacho, João Monlevade, Pompéu e Oliveira. No âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, com vistas à viabilização da oferta dos cursos destinados ao Programa Mulheres Mil nas cidades de Ribeirão das Neves e Ouro Branco, foram firmados convênios, respectivamente, com a Associação da Promoção Humana Divina Providência e com o Instituto Miguel Fernandes Torres. Já a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi viabilizada mediante parceria com diversos municípios do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, no âmbito de cada câmpus, diversos convênios foram assinados com entes públicos e empresas para a oferta de estágios curriculares aos estudantes do IFMG.

Objetivo: Intensificar as ações para o estabelecimento de parcerias nos âmbitos regional, estadual e nacional, contribuindo para a ampliação da área de atuação do IFMG.

Meta 1: Ampliar a estrutura do setor de relações institucionais e parcerias.

Ação 1.1: Elaborar proposta de ampliação da área física, do número de equipamentos e do número de servidores com atuação exclusiva no setor de relações institucionais e parcerias.

Indicador 1: Área ampliada, equipamentos instalados e número de servidores alocados.

Meta 2: Ampliar o número de parcerias regionais, estaduais e nacionais.

Ação 2.1: Identificar as principais instituições e empresas de interesse na formalização de parcerias.

Ação 2.2: Elaborar estratégias de aproximação das instituições e empresas.

Ação 2.3: Promover reuniões nos campi para apresentação das estratégias de aproximação e busca de apoio para a realização de novas parcerias.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional do IFMG é constituída pelos seus órgãos colegiados (Conselho Superior e Colégio de Dirigentes); Reitoria (Gabinete, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Auditoria Interna, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Federal, Assessoria de Relações Internacionais) e Diretorias dos Câmpus. Por ser uma instituição multicâmpus e descentralizada, a administração dos câmpus é feita por diretores-gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008, tendo seu funcionamento e estrutura organizacional, de acordo com suas particularidades, definidos em Regimento Interno aprovado pelo Conselho Superior e publicado no Diário Oficial da União. (BRASIL, 2008; INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2010)

4.1 Estrutura Organizacional e Respectivas Instâncias Decisórias

A organização administrativa do IFMG, prevista em seu Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 21 do Conselho Superior e publicada no DOU em 23/07/2010, compreende dois órgãos colegiados superiores, o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes. Além destes, é constituída também pelos seguintes órgãos colegiados: Conselho Acadêmico, em cada câmpus; Comitê de Ensino; Comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Comitê de Extensão; Comitê de Administração e Planejamento. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2010)

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFMG. Esse Conselho presidido pelo reitor da Instituição contempla em sua composição representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos, discentes, egressos, sociedade civil, SETEC/MEC e dos diretores-gerais de câmpus.

As principais competências do Conselho Superior são:

- aprovar as diretrizes para atuação do IFMG e zelar pela execução de sua política educacional;
- aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do reitor do IFMG e dos diretores-gerais dos câmpus, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;

- aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- autorizar o reitor a conferir títulos de mérito acadêmico e outras honrarias;
- apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFMG;
- autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFMG, bem como o registro de diplomas;
- aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFMG, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

1. o reitor, como presidente;
1. os pró-reitores;
2. os diretores-gerais dos câmpus.

As principais competências do Colégio de Dirigentes são:

- apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFMG;
- apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- apreciar os assuntos de interesse da administração do IFMG a ele submetidos.

O Conselho Acadêmico é o órgão consultivo e deliberativo no âmbito de cada câmpus que tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFMG.

As principais competências do Conselho Acadêmico são:

- subsidiar o diretor-geral do câmpus com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativos, de ensino, de pesquisa e de extensão;

- propor e/ou aprovar políticas referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento, no âmbito do câmpus;
- avaliar as diretrizes e metas de atuação do câmpus e zelar pela execução de sua política educacional;
- aprovar o calendário acadêmico de referência do câmpus;
- opinar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Comitê de Ensino é o órgão consultivo que tem por finalidade colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações da Pró-Reitoria de Ensino do IFMG.

As principais competências do Comitê de Ensino são:

- identificar e propor diretrizes gerais dos programas de Ensino indicando as áreas prioritárias;
- acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nos assuntos referentes às políticas de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, de nível médio, graduação e formação inicial e continuada;
- propor ações de melhoria das atividades de ensino nos câmpus do IFMG;
- manifestar-se sobre qualquer matéria de ensino não incluída na competência de outro órgão, submetidos a sua apreciação;
- analisar e emitir parecer acerca das propostas enviadas pela Pró-Reitoria de Ensino;
- identificar e propor medidas de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação é o órgão consultivo que tem por finalidade colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações da Pró-Reitoria de Pesquisa, de Inovação e de Pós-Graduação do IFMG.

As principais competências do Comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação são:

- acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à pesquisa, à inovação e à pós-graduação;
- analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas a esse comitê pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós- Graduação;
- identificar oportunidades de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e propor ações de efetivação dessa integração;
- propor a criação, manutenção e suspensão de cursos de pós-graduação;
- propor ações de melhorias nas atividades relacionadas à pesquisa, inovação e pós-graduação;
- colaborar com as atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica;

- propor medidas de incentivo à pesquisa e à pós-graduação e à geração de novas tecnologias.

O Comitê de Extensão é o órgão consultivo que tem por finalidade colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações da Pró-Reitoria de Extensão do IFMG.

As principais competências do Comitê de Extensão são:

- apreciar assuntos referentes às atividades de extensão;
- identificar oportunidades de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e propor ações de efetivação dessa integração;
- sugerir ações de extensão visando ao alinhamento do Plano de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMG;
- identificar oportunidades de parcerias externas para projetos de extensão e de responsabilidade social;
- contribuir para a divulgação de eventos, utilizando os órgãos competentes;
- designar conjuntamente com a Pró-Reitoria de Extensão uma comissão externa *ad hoc* para avaliar programas e projetos institucionais;
- encaminhar à Pró-Reitoria de Extensão propostas de atividades de extensão;
- prover a Pró-Reitoria de Extensão com informações para as suas atividades e auxiliar na execução de suas decisões;
- apresentar à Pró-Reitoria de Extensão a sua visão das ações desenvolvidas e do registro e controle efetuados das ações de extensão.

O Comitê de Administração e Planejamento é o órgão colegiado consultivo que tem a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações das Pró-Reitorias de Administração e de Planejamento do IFMG.

As principais competências do Comitê de Administração e Planejamento são:

- acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à administração e ao planejamento;
- analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas pelas Pró-Reitorias de Administração e de Planejamento e Orçamento;
- acompanhar e analisar os processos relativos à administração de pessoal, quando for o caso;
- acompanhar e analisar os processos, quando solicitado, relativos às obras nas dependências do IFMG;
- subsidiar as Pró-Reitorias de Administração e Planejamento e Orçamento no tocante às suas ações;
- apreciar e propor ações de melhorias nas atividades relacionadas à administração geral, infraestrutura, gestão de pessoal, planejamento, orçamento, execução financeira e contábil.

- apreciar os relatórios das atividades desenvolvidas nas Pró-Reitorias de Administração e Planejamento e Orçamento.

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

As principais competências do coordenador da Auditoria Interna são:

- analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- examinar os registros contábeis quanto à sua adequação;
- fortalecer, racionalizar e assessorar a gestão no tocante às ações de controle;
- orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades;
- prestar apoio dentro de suas especificidades, no âmbito do IFMG, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente;
- verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- acompanhar o resultado final dos processos de sindicância e processos administrativos disciplinares, com vistas a subsidiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com as informações necessárias;
- supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos câmpus;
- executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam correlatas ou lhe tenham sido atribuídas.

5.1 Inserção Regional

O IFMG possui câmpus em três mesorregiões do Estado de Minas Gerais: metropolitana de Belo Horizonte (Câmpus de Betim, Congonhas, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Ibirité), oeste de Minas (Câmpus de Bambuí e Formiga) e Vale do Rio Doce (Câmpus de Governador Valadares e São João Evangelista).

As mesorregiões atendidas pelo IFMG refletem a perversa desigualdade regional observada em todo o país. Se por um lado a região metropolitana de Belo Horizonte é a mais próspera do Estado, em termos de produto interno bruto, por outro possui municípios com altos níveis de pobreza e violência e terríveis deficiências na infraestrutura urbana e de serviços públicos.

O tempo de existência do IFMG, apenas cinco anos, ainda não permite a compilação de dados para a elaboração de uma análise consistente dos impactos socioeconômicos de seus câmpus nas mesorregiões e microrregiões nas quais os câmpus estão inseridos.

Entretanto, vislumbrando o futuro sob a perspectiva das finalidades e objetivos definidos em lei para os Institutos Federais, o IFMG, assim como os demais institutos, pode ser criticamente importante para os cidadãos das regiões atendidas que buscam as habilidades e competências demandadas no século XXI e para as empresas e instituições que procuram profissionais qualificados, sejam públicas ou privadas. Constituir-se em uma instituição catalizadora do desenvolvimento local e regional é uma missão legal, como pode ser verificado, por exemplo, no inciso IV do artigo 6º da Lei 11.892/2008, que determina que o IFMG

oriente sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008)

São complexos e enormes os desafios para que o IFMG altere a lógica imperante que é a falta de alinhamento e a notória falta de comunicação entre o sistema de ensino, o poder público e o setor produtivo. Entretanto, tais desafios representam igualmente

uma grande oportunidade para alterar o quadro atual, mas cujo enfrentamento requer o envolvimento de todo os atores envolvidos.

Portanto, o IFMG deve aliar-se aos agentes públicos e privados para que seja criado um alinhamento entre os esforços do Instituto para produzir profissionais que tenham condições de atender à demanda atual por capital humano qualificado e os planos dos poderes públicos e setor privado que visem à criação de ocupações igualmente qualificadas e o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das regiões atendidas. Caso esses atores falhem na promoção de parcerias e do alinhamento estratégico, as regiões atendidas perderão oportunidades singulares na competição pela busca do desenvolvimento socioeconômico e sustentável.

Isso posto, para buscar cumprir seu papel, determinado em lei, de ser uma organização catalizadora do desenvolvimento local e regional, o IFMG deve aperfeiçoar sensivelmente suas estruturas relacionadas ao fortalecimento das relações institucionais, de forma que os órgãos e setores competentes tenham condições de:

a) articular conjuntamente com os poderes municipal, estadual, federal e de forma estreita com o setor produtivo, uma visão clara para o alinhamento do desenvolvimento da força de trabalho, do empreendedorismo e da inovação tecnológica, do ensino técnico e superior e do desenvolvimento econômico em nível local e regional;

b) promover fortemente a celebração de parcerias que envolvam setores da indústria críticos para a competitividade e o desenvolvimento local e regional; e

c) melhorar as taxas de sucesso na formação dos estudantes, oferecendo uma qualidade de ensino compatível com uma formação que forneça as competências demandadas no mundo do trabalho atual, notadamente aos estudantes provenientes das escolas públicas e em condições de vulnerabilidade social das regiões atendidas, os quais têm constituído a fração dominante do corpo discente do Instituto.

■ 5.2 Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição

A Lei 11.892 de 28 de dezembro de 2008, ao definir as finalidades, características e objetivos dos institutos federais, estabeleceu princípios filosóficos e técnico-metodológicos essenciais que devem ser observados pelos institutos federais. Isso posto, o IFMG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a sua prática pedagógica, tendo a oferta do ensino verticalizada, buscando a otimização dos recursos humanos. (BRASIL, 2008)

Os princípios para a atuação do IFMG definidos nos artigos 6º e 7º da Lei 11.892 são incontornáveis e, por isso, são reproduzidos a seguir:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a

atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008. Grifo nosso)

Além de balizadas pelas finalidades, características e objetivos, as ações realizadas no IFMG são orientadas por princípios complementares que, associados à Missão e à Visão de Futuro do IFMG, nortearão as ações acadêmicas, administrativas e socioculturais. Entre eles, destacam-se os que mais fortemente se vinculam aos aspectos pedagógicos.

Priorizar a qualidade

O IFMG assume a qualidade do ensino como uma prioridade essencial, sendo essa exigência estendida às atividades de pesquisa e extensão. Todos os serviços que envolvem as funções básicas do IFMG devem estar comprometidos com a qualidade e a excelência.

Garantir a qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão

O IFMG busca balizar as atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão em elevados critérios de relevância e qualidade.

Responsabilidade social

Inclusão de elementos sociais no ensino a fim de provocar aprendizagens significativas que mobilizem o corpo discente e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade, visando contribuir com a formação do discente frente às demandas sociais, para que este seja um agente transformador na comunidade com base no seu conhecimento adquirido.

Respeito aos valores éticos, estéticos e políticos

O IFMG organizará e desenvolverá seus currículos de acordo com valores que fomentam a criatividade, a iniciativa e a liberdade de expressão, abrindo espaços para a incorporação de atributos como crítica, equilíbrio, multiplicidade e respeito pela vida. A preparação para a vida profissional, orientada pela política da igualdade de direitos e de oportunidades, constitui relação entre o trabalho próprio e o dos outros, conhecendo e reconhecendo sua importância para o bem comum e a qualidade de vida. A ética no IFMG permeará a conduta de toda a comunidade acadêmica, tornando-a defensora dos valores, da competência, do mérito, da capacidade de fazer cada vez melhor.

Articulação com empresas e sociedade em geral

O IFMG ampliará e aperfeiçoará suas atividades de extensão e de relações institucionais adotando mecanismos de articulação com instituições públicas e privadas (educacionais ou não), com segmentos da sociedade e com setores produtivos. Dessa forma, ao desenvolver trabalho conjunto permanente, concretizado pelo alcance de objetivos comuns e prioritários, estará sendo viabilizada a meta do desenvolvimento socioeconômico e sustentável, local e regional.

Integridade acadêmica

Integridade acadêmica é um elemento inerente à Instituição e requer o compromisso de todos os membros da comunidade acadêmica com altos padrões de honestidade pessoal e comportamento ético. Para a implantação dessa política, é necessária a mobilização da comunidade acadêmica de modo a divulgar os princípios que norteiam a integridade acadêmica.

■ 5.3 Organização Didático-Pedagógica da Instituição

Para o alcance de suas finalidades, objetivos e princípios técnico-metodológicos institucionais, o IFMG se organiza didaticamente sob as seguintes diretrizes:

a) Os Projetos Pedagógicos dos Cursos como expressão dos principais parâmetros da ação educativa: O PPC deve ser o instrumento norteador da organização e gestão dos cursos, definindo a organização dos componentes curriculares e práticas pedagógicas propostas, com vistas a garantir a qualidade do ensino, devendo ser construído de forma coletiva e estar em permanente construção, isto é, deve ser reelaborado continuamente, implementado e avaliado em conformidade com as finalidades e normas institucionais vigentes e com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de todos os níveis de ensino devem expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. O IFMG fomenta que, em sua contínua construção, os projetos pedagógicos dos cursos não devem orientar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada no enfoque conteudista e que confine a formação dos discentes aos limites da sala de aula, onde o ensino tem tradicionalmente por base a tentativa de absorção submissa pelos discentes, dos conteúdos descritivos expostos pelos docentes;

b) Flexibilidade dos componentes curriculares: O IFMG procura proporcionar a flexibilização dos currículos e evitar carga horária excessiva para permitir a interdisciplinaridade e a integração com outras áreas; viabilizar a inserção de mecanismos de flexibilização nos recursos instrucionais do processo de ensino-aprendizagem a fim de enriquecer as possibilidades e estimular a prática de pesquisa, do fazer autônomo e da independência que favorece o sujeito criativo, inovador.

c) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular: Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 06/2012, o IFMG promove o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores de seus alunos, desde que estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. (BRASIL. Ministério da Educação, 2012)

d) Atividades Práticas e Estágio: O IFMG incentiva fortemente a incorporação nos projetos pedagógicos dos cursos da realização de estágios e atividades práticas pelos discentes dos cursos técnicos e superiores. Entende-se que ambas são oportunidades importantes para os alunos vivenciarem situações reais de trabalho e aprenderem o saber-fazer próprio das profissões em que estão se formando, e os programas de extensão representam alternativas interessantes, uma vez que elas constituem um componente curricular que propicia a articulação entre teoria e prática;

e) Fomento à Adoção de Metodologias de Ensino Inovadoras: Executar programas/projetos para a adoção de metodologias de ensino modernas e inovadoras, fundamentadas no conceito de aprendizagem ativa (*active learning*), visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

f) Integração da Pesquisa e da Extensão ao Ensino: Pela inserção nos projetos pedagógicos dos cursos de estratégias efetivas para a execução dessa integração. Isto é, que a participação do estudante em empresas juniores, em incubadoras de empresas, em programas de extensão e em projetos de pesquisa possibilite a ele a conquista de créditos e/ou carga horária que propiciem a integralização do curso. Com essa finalidade, todos os projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo IFMG devem conter estratégias e atividades voltadas para fomentar a criatividade empreendedora e o desenvolvimento de inovações tecnológicas, salientando e fomentando as importantes questões da iniciativa, autoatualização, motivação, desenvolvimento do espírito de liderança e do empreendedorismo como quesitos essenciais para a formação do egresso.

g) Incorporação de estratégias de fomento ao desenvolvimento sustentável e ao cooperativismo nos projetos pedagógicos dos cursos: Os projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo IFMG devem conter as estratégias e a descrição das atividades do curso voltadas para a promoção do desenvolvimento da consciência social e ambiental, dos modos de preservação e sustentabilidade do meio ambiente bem como do cooperativismo/associativismo como uma alternativa real e viável para o alcance da sustentabilidade.

5.4 Políticas de Ensino

O IFMG, como instituição componente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, experimenta desde a sua criação, em 2008, uma rápida expansão do número de câmpus, servidores e estudantes, como resultado dos programas de expansão delineados e implementados pelo Ministério da Educação.

Além da rápida expansão, que gera grandes dificuldades para a criação e melhoria da infraestrutura dos câmpus, tem-se o desafio da criação e consolidação de câmpus em municípios e regiões eminentemente carentes do Estado, que impõem desafios substanciais para a oferta de cursos com boa qualidade.

O Instituto necessita desenvolver estratégias que possibilitem a minimização das graves limitações na formação verificadas nos alunos oriundos das escolas públicas, dado que o IFMG, visando atingir suas finalidades institucionais, adota os níveis máximos das cotas estabelecidas pelas políticas federais de ações afirmativas referentes ao acesso aos cursos ofertados, beneficiando os candidatos oriundos de escolas públicas, os autodeclarados pretos ou pardos e os indígenas.

Como corolário dessa consistente política de inclusão social, a implementação de estratégias que possibilitem a permanência dos estudantes carentes, sem permitir o afrouxamento dos critérios de desempenho acadêmico, torna-se também um objetivo a ser perseguido.

A rápida expansão da Instituição, conjugada à consistente política de inclusão, impõe que sejam priorizadas ações que objetivem a manutenção e o aprimoramento da qualidade no ensino em todos os níveis e modalidades.

Isso posto, as políticas de ensino que serão implementadas no período 2014-2018 são:

a) desenvolvimento de políticas de combate à evasão e retenção, com base na análise sistemática de dados;

b) disponibilização e melhoria dos ambientes acadêmicos e dos instrumentos necessários à evolução do processo de ensino-aprendizagem, priorizando as instalações físicas, os laboratórios e a provisão do material de apoio necessário;

c) garantia da expansão e modernização da infraestrutura física das bibliotecas e a otimização dos serviços prestados por elas, expandindo o acesso às informações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais;

d) promoção da Educação a Distância como estratégia para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e ampliação da oferta de vagas;

e) promoção do treinamento e adoção de metodologias modernas e inovadoras de ensino, fundamentadas no conceito de aprendizagem ativa (*active learning*);

f) fortalecimento e aperfeiçoamento dos programas de monitoria, tutoria e acompanhamento pedagógico, com incorporação de tecnologias digitais e de metodologias de ensino a distância, com a finalidade de minimizar a deficiência dos alunos ingressantes, notadamente daqueles oriundos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social;

g) formulação e implementação de um sistema de avaliação interna e externa dos projetos pedagógicos implantados e da qualidade final dos cursos, visando a uma contínua avaliação dos componentes curriculares e das práticas pedagógicas, analisando sua real aderência ao mundo moderno e ao mercado de trabalho;

h) formulação, implantação de estratégias de qualificação e avaliação da política de capacitação para o corpo docente e administrativo, alinhando-as com a busca do cumprimento da missão e da visão institucionais;

i) ampliação do número de estudantes que participam de Programas de Mobilidade Acadêmica, nacionais e internacionais, e do Programa Ciência sem Fronteiras.

■ 5.5 Políticas de Pesquisa e Inovação Tecnológica

A pesquisa básica e aplicada do IFMG é desenvolvida de forma indissociável do ensino e extensão, buscando solucionar problemas tecnológicos e/ou sociais. Essa política pretende conduzir ao conhecimento, criatividade, raciocínio lógico, iniciativa, responsabilidade e cooperação, respondendo as demandas da sociedade em que os câmpus estão inseridos. A Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu art. 7º, inciso III, estabelece: “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. (BRASIL, 2008)

Existe uma grande discussão no meio acadêmico que é a dicotomia entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, em que se veem polarizadas as posições entre a superioridade da ciência pura, de um lado, e, de outro, a de que somente a pesquisa aplicada traz progresso. Sem desconsiderar a complexidade desse debate, convém salientar que, em função das características próprias de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, pesquisa básica e pesquisa aplicada devem ser conceitos permanentes na educação, pois é a aplicação do básico que permite a criação de um sem número de processos, produtos e serviços que beneficiam a sociedade. Porém, a pesquisa no IFMG deve permitir o avanço do conhecimento científico e tecnológico, assim como a aplicação dele, não desprezando a pesquisa básica, mas tendo como principal objetivo da pesquisa, trazer respostas práticas aos problemas da sociedade e geração de novos conhecimentos aplicados em curto e médio prazo.

O IFMG privilegia a pesquisa aplicada com objetivo de resolver problemas relacionados a aplicações concretas, locais e regionais, através de uma interlocução estreita com as empresas a fim de gerar inovação e transferência de tecnologia.

O baixo índice de inovação tecnológica no Brasil pode ser creditado à falta de interação entre as empresas, a academia e instituições de pesquisa. Segundo a “XI Sondagem Industrial do Paraná”, promovida pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP, 2006-2007), apenas 12,89% das indústrias paranaenses recorrem à universidade em busca de conhecimentos, de parcerias de novas tecnologias ou inovações. Diante disso, o Instituto busca, por meio da pesquisa aplicada, promover a produção, o desenvolvimento, a geração de patentes e a transferência de novas tecnologias. (FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ, 2006)

A Lei Federal nº 10.973 de dezembro 2004 (Lei de Inovação) estabelece condições específicas ao apoio à inovação, à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, regulando as relações entre as instituições públicas federais de pesquisa e o setor produtivo, além de estimular a criação de ambientes e processos de inovação nas empresas e o empreendedorismo. (BRASIL, 2004)

No ano de 2010, foi criado o Núcleo de Inovação Tecnológica do IFMG, órgão responsável por gerir a política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia, cumprindo o art. 6º da Lei de Inovação.

A política de pesquisa, inovação do IFMG, é descentralizada em seus diversos câmpus, permitindo a cada localidade o desenvolvimento de suas potencialidades. As inovações resultam da interação das vivências e da cultura de pessoas e instituições, num processo de repensar a realidade local para construir um futuro melhor.

Pesquisas publicadas no final da década de 1990 já indicavam haver forte correlação entre inovações tecnológicas e maior participação no mercado, mais do que entre essa participação e custos relativos do fator trabalho (THOMPSON, 1998).

A ciência, a tecnologia e a inovação são, no cenário mundial contemporâneo, elementos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, e a democratização de oportunidades. O trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores e acadêmicos e o engajamento das empresas são fatores determinantes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais dos brasileiros e ao permanente fortalecimento da soberania nacional. (BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007).

A Política de Pós-Graduação do IFMG é pautada na Lei 11.892, de dezembro de 2008, que, em seu art. 7º, inciso VI, diz ser objetivo dos Institutos Federais, entre outros:

VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) **cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.** (BRASIL, 2008. Grifo nosso)

Essa política visa à formação de docentes por meio de programas de qualificação e fomento à pesquisa, com conseqüente aumento da produtividade científica com o objetivo de ofertar cursos de pós-graduação.

A oferta de curso de pós-graduação alicerça-se em seu corpo docente, infraestrutura institucional e em áreas do conhecimento que apresentam uma demanda significativa da região em que estão inseridos os câmpus do IFMG. Com vistas no processo de geração e inovação tecnológica e devido às necessidades do país em gerar tecnologia em resposta às grandes demandas de mercado, o IFMG prioriza a oferta de Mestrado Profissional. Os Programas de Pós-Graduação do IFMG devem propiciar o desenvolvimento local, regional e nacional, relacionando-se com as empresas e oferecendo oportunidade aos profissionais inseridos no mercado de trabalho de trazerem as demandas para a academia e retornar com respostas, soluções criativas e práticas.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação é responsável por gerir a pesquisa, a inovação e a pós-graduação no IFMG, tendo o comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação como o órgão colegiado para avaliação e assessoramento no desenvolvimento de políticas. Nos câmpus do IFMG, a gestão dessas áreas está organizada em diretorias, coordenadorias de pesquisa, inovação e pós-graduação.

Para o desenvolvimento da pesquisa e geração de inovação, algumas ações têm sido realizadas e outras serão implantadas.

As ações já realizadas são:

1 – Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa:

a) Criação de cotas:

- PIBIC (Bolsa de Iniciação Científica para alunos dos cursos de graduação);
- PIBITI (Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para alunos dos cursos de graduação);
- PIBIC-Jr (Bolsa de Iniciação Científica para alunos dos cursos técnicos e ensino médio);
- PIBITec (Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico para alunos dos cursos pós-ensino médio).

b) Distribuição e implantação:

A distribuição dessas bolsas se dá por meio de editais lançados pelos câmpus e reitoria, avaliadas pelo Comitê Institucional de Avaliação de Projetos constituído por professores doutores e membros externos. As bolsas são ofertadas aos projetos mais bem classificados. A seleção dos alunos bolsistas é feita criteriosamente pelo coordenador do projeto.

c) Acompanhamento:

É realizado pelos representantes da pesquisa dos câmpus, por meio de relatórios mensais e apresentação dos resultados na Semana de Ciência e Tecnologia do câmpus

e no Seminário de Iniciação Científica do IFMG e dos câmpus, através de resumo expandido, publicação de anais, pôster e/ou apresentação oral, aos avaliadores “*ad hoc*” e pesquisadores do CNPq.

2 – Financiamento de Pesquisa Aplicada

O IFMG disponibiliza anualmente recursos em torno de 1,5 milhão de reais para pesquisa aplicada. Em média, para cada projeto, são disponibilizados recursos de 70 mil reais, divididos em bolsa, custeio e capital.

Os recursos são distribuídos por meio de convênio entre o Banco do Brasil e o IFMG e são disponibilizados aos pesquisadores através do Cartão BB-Pesquisa.

O acompanhamento dos projetos se dá através dos representantes da pesquisa, no câmpus, e o setor de pesquisa, na reitoria, com a apresentação de relatório técnico e financeiro parcial e final.

3 – Qualificação para os servidores

O IFMG, através da Pró-reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, tem oportunizado diferentes ações para qualificação dos servidores. Para isso, houve oferta de bolsas oriundas do Programa Institucional de Capacitação do IFMG e duas cotas de bolsas em 2011/2012 no Programa Mineiro de Capacitação Docente – PMCD da FAPEMIG.

Foram ofertados doutorados e mestrados interinstitucionais (Dinter e Minter) aos servidores. Até o momento foram contemplados 88 servidores, nos seguintes programas: Dinter em Engenharia Agrícola (UFV), Fitotecnia (UFV), Ciência da Computação (UFMG) e Ciências Ambientais (UFG), além da oferta de Minter em Economia Doméstica (UFV) e em Administração (FUMEC).

São oferecidos apoios para participação em eventos científicos nacionais e internacionais, com apresentação de trabalho, para professores e alunos.

4 – Capacitação em Propriedade Intelectual e Inovação

a) Atuação da Coordenação de Inovação nos câmpus se dá por meio da promoção de oficinas de capacitação em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica. Os eventos são realizados de acordo com as demandas de cada câmpus e em datas programadas.

b) Aliadas à ação de capacitação, o NIT-IFMG promove oficinas de “Busca de Anterioridade”, tendo como público-alvo servidores pesquisadores e alunos bolsistas. Essas oficinas permitem aos pesquisadores verificar, nos bancos nacionais e internacionais de patentes, as novas tecnologias.

5 – Monitoramento dos Projetos de Pesquisa do IFMG

Após a aprovação do projeto de pesquisa submetido aos editais institucionais, o NIT realiza um diagnóstico de novas tecnologias que estão sendo propostas em cada projeto. A partir da identificação de uma possível patente, o Núcleo acompanha o desenvolvimento do projeto e orienta o pesquisador nos procedimentos para manter em sigilo a tecnologia que está em fase de desenvolvimento. Com o monitoramento do projeto o NIT tem condições de acompanhar e orientar o pesquisador nas diferentes fases para proteção da tecnologia.

6 – Outras ações futuras como política de pesquisa e inovação pretendem ser implantadas, como:

1 – Editais de pesquisa com empresa: Esta proposta tem como objetivo desenvolver pesquisa com empresas, ou seja, trazer resposta e inovação para algum problema de empresas. Essa ação será desenvolvida através de acordo e convênio com empresas e posteriormente abertura de editais em que o IFMG disponibilizará recurso e a empresa deverá liberar a mesma quantia de recurso (ou maior) para realização do trabalho.

2 – Realização de convênios para oferta de novos programas de Minter e Dinter.

3 – Elaboração do Plano de Qualificação de Quadro Docente (PLANFOR) para apresentação na CAPES com o objetivo de participação dos docentes no Programa Prodoutoral.

4 – Criação de uma revista, em formato a ser determinado, com o objetivo de divulgar as pesquisas realizadas pelos professores e servidores, dentro e fora do IFMG.

5.6 Políticas de Extensão

Os princípios norteadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia colocam a pesquisa e a extensão no mesmo plano de relevância do ensino. Por meio da extensão, os Institutos possibilitam a difusão, a socialização e a democratização dos conhecimentos acadêmicos e tecnológicos, oportunizando uma relação dialógica com a comunidade.

A Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais é entendida como prática acadêmica que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno.

A extensão é, portanto, a prática que viabiliza a relação transformadora entre o IFMG e a sociedade. É o espaço privilegiado que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, que reconhece os saberes populares e de senso comum, que aprende com a comunidade e que produz novos conhecimentos a partir dessa troca, em prol da formação de um aluno/profissional cidadão, habilitado a buscar a superação de desigualdades sociais.

Para implementação da política de extensão do IFMG, cabe à Pró-Reitoria de Extensão planejar, coordenar, superintender e acompanhar as atividades de extensão conjuntamente com os câmpus e com os diversos segmentos sociais.

Metas da Política de Extensão

a) Promover e apoiar ações de extensão como cursos de qualificação, palestras, seminários, voltados para a comunidade interna e externa do Instituto Federal de Minas Gerais;

b) Priorizar ações de caráter cultural e artístico, relevantes para manifestações regionais, visando ao desenvolvimento local, regional e nacional;

c) Incentivar e apoiar projetos que possibilitem a solução de problemas educacionais, culturais, ambientais, geração de emprego, ampliação da renda, direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população;

d) Buscar informações das tendências do processo produtivo e das necessidades de qualificação de profissionais para o mercado de trabalho;

e) Oportunizar ações para o desenvolvimento de atividades, cursos, eventos, projetos e programas dentro do Instituto Federal de Minas Gerais através dos vários órgãos, priorizando ações multidisciplinares e interdisciplinares, interdepartamentais e interinstitucionais e participativas entre o Instituto e a sociedade;

f) Promover o registro das atividades de extensão;

g) Atender às demandas de prestação de serviços às comunidades, contribuindo, dessa forma, para a formação de profissionais cidadãos capazes de responder aos desafios da realidade social;

h) Elaborar, conjuntamente com os câmpus, projetos em parceria com instituições nacionais, públicas e privadas;

i) Estimular a busca por recursos financeiros, tendo como fonte de recursos as dotações orçamentárias federais, estaduais, municipais, fundos gerenciados pelas fundações de apoio, parcerias e convênios com órgãos não governamentais e órgãos governamentais nacionais e internacionais e atendimento aos editais públicos;

j) Intensificar, conjuntamente com órgãos competentes de cada câmpus, as relações com empresas e com outras instituições a fim de assegurar atividades de estágio aos estudantes do Instituto Federal de Minas Gerais;

k) Consolidar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão de forma que a ação de extensão esteja vinculada ao processo de formação, à utilização dos conhecimentos e dados produzidos e à geração de novos conhecimentos para retroalimentar o ensino e desenvolver novas pesquisas;

l) Promover interfaces com as demais Pró-Reitorias do IFMG, Pró-Reitorias

dos Institutos Federais e Pró-Reitorias das universidades;

m) Ampliar o programa institucional de bolsas de extensão e de Assistência Estudantil;

n) Estimular a participação da comunidade interna e externa na produção do conhecimento gerado através das atividades de extensão;

o) Contribuir para a inclusão da extensão, como prática acadêmica, nos projetos pedagógicos dos cursos;

p) Criar condições para que sejam atribuídos créditos curriculares às atividades extensionistas;

q) Intensificar a avaliação institucional das atividades de extensão como um dos parâmetros de avaliação do próprio Instituto;

r) Criar núcleo de captação de oportunidades e elaboração de projetos, garantindo a qualificação da comunidade acadêmica nas técnicas de elaboração desses projetos;

s) Fomentar a utilização de metodologias que favoreçam o cooperativismo, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico;

t) Implementar estudos de acompanhamento de egressos.

DIAGNÓSTICO DOS CURSOS EXISTENTES E DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O diagnóstico dos cursos é um importante processo para o aperfeiçoamento contínuo da Instituição. Por meio dele, identificam-se as fragilidades e se apresentam diretrizes com vistas a melhorar a performance da gestão operacional e estratégica. O planejamento dos trabalhos de monitoramento sistematizado requer um melhor conhecimento das realidades nas quais se encontram os cursos, bem como a construção e aplicação de instrumentos para a realização de avaliações diagnósticas que nos indiquem quais são as melhores estratégias a seguir para alcançar melhores índices de qualidade. Esse diagnóstico foi realizado considerando-se os seguintes objetivos: mapear as potencialidades e fragilidades na oferta de cada curso de graduação; apresentar propostas de melhoria que atendam às demandas de cada curso de graduação; gerar insumos e parâmetros para auxílio nas tomadas de decisão por parte dos gestores.

Este capítulo condensa um panorama dos diagnósticos dos cursos de graduação, em suas diferentes modalidades: tecnologia, bacharelado e licenciatura. A análise fundamentou-se nos seguintes documentos:

- relatórios de avaliação de cursos realizada pelo INEP, quando dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos;
- relatório de avaliação institucional realizada pelo INEP, quando do processo de credenciamento;
- resultados obtidos por meio dos Indicadores de Qualidade: CPC, IGC e ENADE;
- diagnóstico dos cursos realizado pelas comissões constituídas em cada câmpus para elaboração do PDI;
- pareceres técnico-pedagógicos emitidos pela Pró-Reitoria de Ensino;
- relatórios emitidos pela Comissão Própria de Avaliação.

O Instrumento de Avaliação que fundamentou o diagnóstico dos cursos realizado pelas comissões em cada câmpus foi construído tomando-se como base as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura. Cada uma dessas dimensões foi subdividida em diversos indicadores, por meio dos quais se avalia a qualidade da educação ofertada pelo IFMG. O diagnóstico foi desenvolvido tomando-se como base pesquisas qualitativas e quantitativas.

6.1 Dimensões Avaliadas

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

a) Contexto educacional: as avaliações realizadas evidenciam que não há um investimento sólido em pesquisas e/ou indicadores que comprovem que os cursos de graduação atendam aos arranjos produtivos locais. Há carência de dados oficiais e fontes consistentes e mais atualizadas que fundamentem a oferta de cursos e a necessidade de formação profissional que atenda à carência de mão de obra da região. Ainda não é prática comum dos cursos o investimento em formação e consolidação de empresa júnior, em criação e fortalecimento de setores de inovação tais como incubadoras de empresas de base tecnológica, bem como ambientes virtuais de inovação.

Entre as atividades específicas voltadas para fomentar o espírito empreendedor, o cooperativismo, a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável, destacam-se: disciplinas com foco no empreendedorismo; implementação de cooperativas nos câmpus Bambuí e São João Evangelista; realização de eventos, feiras interdisciplinares e feira de Ciência e Tecnologia; realização de visitas técnicas, encontros pedagógicos, desenvolvimento de projetos interdisciplinares de pesquisa e extensão, como PIBIC, PIBITI, PIBID e PRODOCÊNCIA, bem como desenvolvimento de trabalhos de campo.

b) Políticas institucionais no âmbito do curso: como estratégias desenvolvidas no sentido de promover a verticalização entre pós-graduação, graduação e cursos técnicos, pode ser relacionada a orientação de pesquisas de alunos no curso técnico por parte dos professores de graduação, através do PIBITI. Além disso, destaca-se a atuação dos professores envolvidos no PIBID e PRODOCÊNCIA, que orientam a inserção de estudantes de licenciatura em escolas de ensino médio da rede estadual com vistas ao aperfeiçoamento da formação inicial docente. Outra forma de integração entre os cursos técnicos, tecnológicos e de graduação ocorre por meio da Semana de Ciência e Tecnologia, que envolve a participação de alunos, professores e representantes da comunidade. Também são firmadas parcerias com empresas e entidades governamentais para a realização de projetos, estágios, financiamentos de projetos de pesquisa, etc. Observa-se a necessidade de maiores investimentos no desenvolvimento de atividades conjuntas que envolvam a verticalização do ensino, em especial, investimentos em estratégias de gestão com vistas a uma integração curricular que aposte em uma nova concepção de currículo e prática pedagógica. O mesmo se pode dizer em relação às parcerias com empresas e órgãos governamentais.

A promoção da permanência e a redução dos índices de evasão estão entre as metas relacionadas no PDI. Os câmpus ainda não possuem dados sistemáticos dos reais motivos relacionados à evasão escolar. A fim de combatê-la, os cursos utilizam as

seguintes estratégias, entre outras: serviço de apoio ao discente com a oferta de auxílios alimentação, moradia, creche e transporte; elaboração de materiais e kits didáticos; realização de eventos como a Semana de Iniciação Científica; atividades de monitoria e tutoria, em que os alunos da graduação ministram aulas para alunos do curso técnico; contratação de bolsista para auxiliar nas atividades de laboratório; distribuição de bolsas; flexibilização da estrutura curricular de alguns cursos, com vistas a eliminar os pré-requisitos; contratação de professor temporário em alguns câmpus para ministrar as disciplinas que geram dependência.

c) Objetivos do curso e perfil profissional do egresso: os projetos pedagógicos dos cursos apresentam objetivos geral e específicos em conformidade com o perfil do egresso. Os câmpus Bambuí e São João Evangelista realizam o Encontro dos Egressos a cada dois anos, o qual, entre outros objetivos, busca promover a interação, a troca de experiências e, ainda que de forma rudimentar, a construção de indicadores sobre a inserção de tal público no mercado de trabalho. Entretanto, ainda não há, no IFMG, mecanismos efetivos de inserção e acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho local e regional, tampouco indicadores que possibilitem identificar as condições de empregabilidade do egresso relacionadas à área de atuação profissional e à faixa salarial.

d) Estrutura curricular, conteúdos curriculares e metodologia: a fim de padronizar os PPCs e adequá-los às exigências legais, a Pró-Reitoria de Ensino baixou a Instrução Normativa nº 01/12, de 24 de julho de 2012, que estabelece as orientações para elaboração e atualização dos PPCs de graduação do IFMG. A interdisciplinaridade é evidenciada nos PPCs como estratégia para promover a aprendizagem entre as áreas do conhecimento. Entretanto, as formas de realização da interdisciplinaridade não aparecem descritas nesses documentos. A integração da educação ambiental às disciplinas do curso é uma prática observada principalmente nos cursos em que esse conteúdo é trabalhado. Esse tema é bastante explorado de forma transversal e verticalizada em todos os câmpus, durante a Semana de Ciência e Tecnologia. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012)

O atendimento educacional na perspectiva da educação inclusiva pode ser observado por meio da oferta da disciplina LIBRAS, prevista nas matrizes curriculares como sendo obrigatória para os cursos de Licenciatura e optativa para os cursos de Bacharelado e Tecnologia, em atendimento às determinações do artigo 3º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena dispõem sobre a inclusão da educação das relações étnico-raciais em disciplinas e atividades curriculares dos cursos de graduação. Em observância a

essa legislação, muitos câmpus do IFMG promovem atividades relacionadas a essa temática. No Câmpus Ouro Preto ocorre anualmente, em novembro, a Semana de Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Câmpus Bambuí promove a Mostra de Geografia Regional: Sabores e Saberes do Brasil, em que a temática é abordada. Além disso, esse Câmpus também comemora o Dia Nacional da Consciência Negra com a realização de atividades como apresentação de poesias, preparação de comidas típicas e promoção de roda de capoeira. Já o curso de Licenciatura em Matemática do Câmpus São João Evangelista desenvolve trabalhos a partir de visitas à aldeia indígena de Carmésia. No entanto, observa-se que, de modo geral, esse tema não é tratado na maioria das ementas dos cursos de graduação. Além disso, não há o desenvolvimento de práticas transversais relacionadas a essa proposta. (BRASIL, 2005, 2008, 2004)

e) Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares e TCC: em geral, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares e o TCC estão devidamente regulamentados nos cursos em que há exigência destes, considerando-se os aspectos carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação. Os câmpus Bambuí, Formiga, Ouro Preto e São João Evangelista mantêm convênios e parcerias com empresas da região, prefeituras e secretarias estadual e municipal para oferta de estágios. Os câmpus Bambuí e São João Evangelista possuem um setor de estágio e de visitas técnicas que orienta, acompanha e registra as ações do estagiário referentes a estágios curriculares e extracurriculares. Entretanto as avaliações internas realizadas pela PROEN evidenciaram, em alguns cursos, problemas relacionados à prática de estágios, tais como ausência de professor orientador e falta de clareza quanto à obrigatoriedade da disciplina de Estágio na matriz curricular. Alguns cursos não apresentam regulamentação das atividades complementares e dos TCCs.

f) Apoio ao discente: o IFMG conta com o Programa de Assistência Estudantil, que oferece aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica: Auxílio-Moradia, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte Municipal e Intermunicipal, Bolsa-Atividade, Auxílio-Creche, Assistência à Saúde, Bolsas de Iniciação Científica, Bolsas de Extensão, de Monitoria e de Tutoria. A Instituição conta também com o NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas –, embora os serviços oferecidos por esse setor não estejam efetivamente disponíveis em todos os câmpus. Além disso, alguns câmpus ofertam estudos orientados e plantão de atendimento para tirar dúvidas. Observa-se, entretanto, que nem todos registram, no setor responsável pelo controle e registro acadêmico, as atividades desenvolvidas, tampouco mantêm organizados planos de estudo dos alunos, editais de seleção e relatórios de avaliação periódica da monitoria. Além disso, não apresentaram formalização do horário de atendimento do professor aos alunos.

g) Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso: os coordenadores de curso, juntamente com os membros do Colegiado de Curso e do NDE, têm promovido reuniões a fim de avaliarem as ações desenvolvidas no curso e de se adequarem às considerações contidas nos relatórios emitidos pelos avaliadores do INEP quando do processo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cursos. Assim, buscam estabelecer estratégias de melhoria, tais como: preparo e organização de toda documentação de professores e dos planos de ensino; reuniões com os alunos para tratar de questões pertinentes ao curso; reunião com o corpo docente e com o NDE para discussão e alteração da matriz curricular e do PPC; redução do número de disciplinas por professor garantindo as de áreas afins à sua formação, de modo que tenham tempo disponível para se dedicarem a atividades de pesquisa e extensão no câmpus; encaminhamento licitatório para obras de adequação de laboratórios, equipamentos, referências bibliográficas, etc., a fim de suprir as deficiências apresentadas.

Apesar do envolvimento dos gestores dos câmpus e das pró-reitorias com vistas ao melhoramento do curso, ainda são incipientes as ações efetivas decorrentes do resultado do Enade para os cursos que já passaram por esse exame; do processo de avaliação da CPA; das recomendações contidas nos pareceres técnico-pedagógicos emitidos pela PROEN e dos relatórios emitidos pelos avaliadores quando do processo de avaliação de cursos. A necessidade de adequação pode ser observada principalmente no que diz respeito à contratação de professores, à aquisição de material bibliográfico e à melhoria e investimento em infraestrutura.

h) Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem: está em implantação nos câmpus do IFMG o Projeto Conecta, cuja proposta é a mudança na gestão da informação por meio da integração de dados e processos do IFMG em um único sistema padrão de gestão acadêmica e administrativa. No que tange às atividades pedagógicas no ambiente virtual, ainda não é prática corrente a publicação de trabalhos e trocas de experiências em blogs, o uso do YouTube como ferramenta de ensino-aprendizagem, o uso do fórum de discussões, chats, Google Docs, entre outros recursos.

i) Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem: os procedimentos de avaliação estão devidamente previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos ou ainda descritos em Portarias dos câmpus. Todos contemplam a avaliação de aprendizagem como sendo processual, diagnóstica, contínua e cumulativa, bem como consideram as atividades coletivas e o desempenho individual no processo de construção do conhecimento. Não há um acompanhamento efetivo, por parte do coordenador, da qualidade e quantidade dos instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes. Na avaliação do curso de Bacharelado em Agronomia do Câmpus Bambuí,

realizada no período de 17/04/2013 a 20/04/2013, para renovação de reconhecimento do curso, os avaliadores do INEP detectaram que as formas de avaliação do ensino e da aprendizagem não contemplam uma função dialógica e interativa. Os diagnósticos realizados pela PROEN demonstram ser essa a tendência de postura quanto ao processo avaliativo nos demais câmpus.

j) Número de vagas: considera-se o número de vagas previstas/implantadas como razoável ou satisfatório, tendo em vista a dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da Instituição de Ensino. Falta um planejamento para estruturação da carga horária. Verifica-se a necessidade de contratação de docentes para atuarem nos diferentes segmentos de ensino e nas áreas técnicas ou pedagógicas. Os cursos apresentam relação atualizada de candidatos/vaga, mas não desenvolvem estudo comparativo entre o número de vagas e a relação candidato-vaga dos processos seletivos.

Dimensão 2: Corpo Docente

a) Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso ou equivalente: a constituição, as formas de participação e as atribuições dos membros do NDE e do Colegiado de Curso constam dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e também das devidas Portarias que os nomeiam. Ainda são precárias as ações do NDE e do Colegiado de Curso que indicam forma de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso. Há dificuldades em promover reuniões ordinárias dos membros do Colegiado de Curso e do NDE para avaliarem as ações desenvolvidas no curso e estabelecerem estratégias de melhoria. Em alguns cursos, as decisões do Colegiado de Curso e do NDE não se encontram devidamente registradas em ata e a documentação não está totalmente organizada.

b) Atuação do coordenador, experiência profissional e regime de trabalho: as decisões do coordenador são tomadas conjuntamente com o NDE e Colegiado de Curso e estão devidamente registradas em ata. Os coordenadores, em sua maioria, possuem título de mestre ou doutor em sua área de atuação ou área afim. Atuam no IFMG em regime de dedicação exclusiva, com média de cinco anos de experiência na docência de cursos de graduação.

c) Titulação, regime de trabalho e experiência do corpo docente do curso: o Departamento de Gestão de Pessoas mantém a documentação dos professores organizada, mas nem todos apresentaram o currículo lattes atualizado e os títulos obtidos após a sua contratação. O percentual de docentes que têm pós-graduação *stricto sensu* é maior ou igual a 75%. Em média, 70% dos docentes possuem experiência no magistério superior de pelo menos 3 (três) anos para bacharelado/licenciatura ou 2 (dois) para cursos superiores de tecnologia.

É grande a carência de professores no IFMG, tanto para atuar na área técnica quanto para trabalhar com disciplinas específicas como LIBRAS. Em média, 30% dos professores prestam serviços na condição de substitutos ou temporários. Habitados com o exercício do magistério na graduação, muitos professores se sentem despreparados para trabalhar com alunos do ensino técnico. Há necessidade de capacitação dos docentes, já no início de sua contratação, para atuar com esse público e também com alunos dos cursos de formação inicial e continuada.

d) **Produção científica, cultural, artística ou tecnológica:** os docentes são estimulados a investir em produção científica, cultural, artística ou tecnológica, por meio de editais de pesquisa da própria Reitoria do IFMG, Programa de Apoio à Realização de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interinstitucionais, apoio para participar em congressos (inscrição, passagens), disponibilização de ônibus para excursões. No entanto, menos de 50% dos docentes investiram em publicação (periódicos, capítulos de livros e publicação de anais de evento) nos últimos três anos.

Dimensão 3: Infraestrutura

a) **Gabinetes de trabalho, sala de professores e da coordenação de curso:** uma das carências observadas nos processos avaliativos refere-se à ausência de gabinetes de trabalho para os professores, com boa infraestrutura e com oferta de equipamentos de informática, em função do número de professores que trabalham em tempo integral. Os câmpus Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e São João Evangelista possuem sala de professores que atendem de forma suficiente as demandas dos docentes. Faz-se necessário equipar esse ambiente com mobiliário adequado e em número condizente com a demanda bem como com computadores conectados à internet, de modo a favorecer a pesquisa e o planejamento das aulas. Os câmpus recém-inaugurados e aqueles que não possuem sede própria não dispõem de salas de professores com a infraestrutura adequada às necessidades dos docentes, o que dificulta a sua permanência e o desenvolvimento de suas atividades no local de trabalho.

b) **Salas de aula:** os câmpus mais consolidados dispõem de salas de aula em boas condições de funcionamento, considerando-se o número de alunos por turma, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, conservação e comodidade. Contam também com ventiladores, mas a acústica fica prejudicada com o uso desses aparelhos. Estão também equipadas com computadores e data show e, naquelas em que esses equipamentos não se encontram instalados, os docentes podem reservá-los para ministrarem suas aulas. Os câmpus novos e aqueles em construção ainda não dispõem dessa mesma infraestrutura, o que dificulta o desenvolvimento do

trabalho dos professores. Há carência de salas de aula que comportem o número de vagas previstas e estejam devidamente equipadas com recursos multimídia. No que diz respeito às condições de acessibilidade, os câmpus mais antigos estão passando por processo de reestruturação para se adequarem às exigências legais. Os novos prédios já estão sendo construídos em conformidade com tais exigências.

c) Laboratórios especializados e de informática: os câmpus mantêm à disposição dos alunos laboratórios que atendem aos alunos de modo suficiente. Muitos deles são utilizados de forma compartilhada entre os cursos. Em relação às suas condições de funcionamento, destacam-se, entre outras, as seguintes necessidades: construção de novos laboratórios em conformidade com as demandas dos câmpus; aquisição de equipamentos e softwares para laboratórios; contratação de técnicos de laboratórios; investimento na melhoria da infraestrutura do setor de Tecnologia da Informação para armazenamento de equipamentos de informática (servidores, ativos de rede, etc.) e para postos de trabalho para técnicos em TI a serem contratados e construção de ambiente para interação multimídia.

d) Outras instalações: os câmpus recém-inaugurados e os que não possuem sede própria funcionam de forma precária e nem sempre oferecem aos alunos instalações ideais que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino, como biblioteca, centro de convenções, centro de convivências, cantina, lanchonete, quadras de esporte, sala para assistência estudantil, anfiteatro e estacionamento. Os câmpus mais consolidados, como Bambuí, Ouro Preto e São João Evangelista, têm investido na construção e melhoramento das instalações em geral. Ainda assim carecem de uma infraestrutura que atenda melhor a comunidade escolar, como bibliotecas com cabines individuais e coletivas para estudos, lanchonetes e espaços de convivência. As condições de acessibilidade em geral não atendem satisfatoriamente os alunos que necessitam de cuidados especiais como elevadores, rampas, barras e portas amplas.

e) Bibliografia: básica, complementar e periódicos especializados: o acervo da bibliografia básica e complementar está atualizado, porém não atende de forma suficiente às necessidades dos cursos. Embora estejam contempladas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, algumas referências não possuem exemplares disponíveis na biblioteca e outras não apresentam quantitativo que atenda de forma excelente às exigências do INEP. Está disponível, a toda comunidade acadêmica, a biblioteca ebrary® Academic Complete™, a biblioteca virtual Pearson e a biblioteca digital em software livre Portal Domínio Público. Os discentes têm acesso também ao portal de periódicos da CAPES, que reúne conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira.

6.2 Propostas de Ações de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação

Diante do quadro apresentado no item anterior, em que se descreve a realidade dos cursos e dos câmpus bem como as fragilidades neles destacadas, relacionamos, a seguir, algumas propostas de melhoria, com vistas a auxiliar a gestão no planejamento de suas ações e melhoria dos programas e serviços voltados para a eficácia do processo educacional.

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

a) **Contexto Educacional:** é imprescindível que os câmpus invistam em pesquisas que favoreçam a percepção de uma visão global do estágio atual de crescimento socioeconômico da região em que se encontram inseridos e possibilitem a captação de novos alunos, o desenvolvimento de competências específicas, o estabelecimento de parcerias e convênios bem como a inserção do egresso do curso no mercado de trabalho. Outra ação fundamental é o investimento na formação e consolidação de empresa júnior, na criação e fortalecimento de setores de inovação tais como incubadoras de empresas de base tecnológica, bem como ambientes virtuais de inovação. Tais investimentos permitem explorar tanto a sustentabilidade como a interação entre diversos setores produtivos, além de possibilitar a oferta de serviços, tais como de assessorias, consultorias, orientação na elaboração de projetos a instituições de fomento, serviços administrativos, acesso a informações, entre outros.

b) **Políticas institucionais no âmbito do curso:** é crucial que a diretoria de ensino e as coordenações de curso reflitam sobre a verticalização do ensino e desenvolvam estratégias voltadas para a melhoria do ensino, a promoção de currículos e práticas pedagógicas integrados, a criação e consolidação dos grupos e linhas de pesquisa, bem como a formação de núcleos interdisciplinares; invistam no fortalecimento de parcerias já firmadas e no estabelecimento de novas parcerias com instituições públicas e privadas, movimentos sociais e comunidade em geral; promovam estudos sistematizados que permitam controlar, acompanhar e conter a evasão escolar.

c) **Objetivos do curso e perfil profissional do egresso:** as políticas institucionais de atendimento aos discentes devem se fundamentar em análises do perfil do egresso. Recomenda-se a criação de uma base de dados que possibilite à Instituição: planejar com mais eficiência e eficácia a oferta e criação de novos cursos; analisar o perfil dos candidatos que se inscrevem nos diversos processos seletivos; investir na criação de políticas de atendimento ao egresso e implantar uma política de comunicação/ relacionamento com os estudantes.

d) **Estrutura curricular, conteúdos curriculares e metodologia:** recomenda-se à coordenação do curso, ao colegiado de curso e ao NDE a atualização do projeto pedagógico de curso, em conformidade com a IN 01/2012; a promoção de reuniões

contínuas com o corpo docente com vistas a desenvolver uma aprendizagem integrada, em que o educando seja capaz de desenvolver diferentes habilidades e competências relacionadas ao saber conhecer, saber fazer e saber ser/conviver; a inclusão de temática voltada para a educação das relações étnico-raciais em atendimento à Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004; o desenvolvimento de estudos interdisciplinares sobre a educação ambiental; a oferta de LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura e como disciplina optativa nos cursos de Bacharelado e de Tecnologia, em atendimento às determinações do parágrafo 2º, artigo 3º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Ensino, 2012; BRASIL, 2005).

e) **Atendimento a alunos com necessidades específicas:** faz-se relevante a ampliação das ações dos NAPNEs nos câmpus a fim de garantir e/ou continuar garantindo o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais.

f) **Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares e TCC:** é fundamental que a coordenação do curso, o colegiado de curso e o NDE, dentro de suas competências, definam o regulamento do Estágio Curricular, do TCC e das Atividades Complementares, em conformidade com as normas internas do IFMG e com a legislação em vigor, cuidando para que os alunos possam cumprir esses requisitos no prazo previsto e com a qualidade exigida.

g) **Apoio ao Discente:** tendo em vista a dificuldade de aprendizagem de conteúdos curriculares por parte dos alunos de graduação, faz-se necessário maior empenho dos docentes e gestores da área de ensino e equipe pedagógica no sentido de identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas. Também é fundamental que os docentes disponibilizem um horário de atendimento aos alunos, de modo a oportunizar-lhes uma revisão de conteúdos, proporcionando-lhes, por meio de atividades teóricas e práticas, a apropriação de conhecimentos. Para maior organização dessa prática pedagógica, é imprescindível que docentes, monitores e equipe pedagógica desenvolvam planos de estudos, editais de seleção e relatórios de avaliação periódica da monitoria/tutoria.

h) Ações acadêmico-administrativas previstas ou executadas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPA e outras): é preciso fortalecer, entre os gestores e os diferentes segmentos que constituem o IFMG, o conceito de avaliação como uma ferramenta dinâmica voltada para a melhoria da qualidade do ensino. Cada câmpus deve cuidar para que haja uma integração entre a Gestão Institucional, os coordenadores de curso, o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante e a CPA com o objetivo de desenvolver diferenciais competitivos

que permitam a melhoria da qualidade dos cursos de graduação e da Instituição, bem como a consequente formação de egressos empreendedores e dispostos a promover mudanças em seu ambiente de atuação.

i) **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem:** faz-se necessário empreender reformulações nas formas de ensinar, aprender e produzir conhecimentos, dinamizando os espaços na escola, criados para favorecer o ensino e aprendizagem e para desenvolver estratégias compatíveis com os atuais recursos tecnológicos. O uso de blogs e de outros recursos interativos como Google Docs possibilita que os alunos acessem o conteúdo ministrado e ainda registrem suas críticas e dúvidas, promovam discussões, realizem pesquisas, leiam e discutam sobre notícias atuais voltadas para sua área de interesse e visitem outros sites por meio de links relacionados.

j) **Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem:** o processo de avaliação e os mecanismos de verificação da aprendizagem deverão ser planejados e informados ao corpo discente no início de cada semestre letivo. Além disso, é primordial estipular o número de avaliações que cada docente deverá aplicar ao longo do semestre letivo; buscar novas formas de avaliação, tendo em vista que ela se faz necessária para refletir, questionar e transformar as ações pedagógicas; garantir um rápido feedback aos discentes quanto às avaliações de aprendizagem realizadas por eles.

k) **Número de vagas:** embora a Copeves tenha atualizada a relação de candidatos/vaga no vestibular, é necessário que essa comissão analise os dados de modo a estabelecer um perfil dos alunos ingressantes, que favoreça a identificação de problemas relacionados à dificuldade de aprendizagem, decorrentes, por exemplo, da vulnerabilidade socioeconômica; a prevenção contra a evasão escolar; a oferta de novos cursos na área, incluindo-se cursos de extensão; o estabelecimento de novas contratações de docentes e técnicos, captação de recursos, bem como demais políticas estabelecidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Dimensão 2: Corpo Docente

a) **Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso ou equivalente:** é necessário que os membros do colegiado de curso e do NDE promovam reuniões ordinárias e, se necessário, extraordinárias, a fim de: avaliar as ações desenvolvidas no curso e estabelecer estratégias de melhoria; indicar forma de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; propor ações efetivas voltadas para a superação das dificuldades dos alunos; fortalecer o apoio à aprendizagem

dos discentes, principalmente nas disciplinas em que eles apresentam maior grau de dificuldade como as de ciências exatas e as que constituem pré-requisitos para outras. É preciso que a nomeação dos membros de tais órgãos seja formalizada por meio de Portaria, a fim de atender legislação, bem como aumentar o comprometimento de todos com as ações inerentes ao curso.

b) **Atuação do coordenador, experiência profissional e regime de trabalho:** o coordenador de curso deve cumprir e fazer cumprir o Regimento de Ensino e a Resolução nº 24, de 16 de julho de 2010, que dispõe sobre a aprovação do regulamento da atividade docente do IFMG. Tendo em vista a melhoria da qualidade do curso e em cumprimento à verticalização do ensino, é primordial que os coordenadores de curso trabalhem de maneira integrada com a Coordenadoria-Geral de Cursos Técnicos, a Coordenação-Geral dos Cursos de Graduação e a Diretoria de Ensino. Também é fundamental uma atuação efetiva no NDE e no Colegiado de Curso no sentido de estabelecer diretrizes que impactem na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. É preciso buscar, com os demais representantes que constituem a administração do curso, mecanismos efetivos para o acompanhamento das ações didático-pedagógicas desenvolvidas pelos docentes. Faz-se necessário o registro em atas das reuniões e das decisões tomadas nestas. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2010)

c) **Titulação, regime de trabalho e experiência do corpo docente do curso:** o quadro atual dos câmpus, relativo à expansão e à abertura de novos cursos, demanda a contratação de novos docentes em regime de dedicação exclusiva, para atuar no ensino, na pesquisa e na extensão. Também se faz necessária a elaboração de ações de capacitação permanente do corpo docente, para que esses profissionais possam superar as suas dificuldades inerentes à docência na educação básica e investir em novas práticas de ensino, pesquisa e extensão, além de trabalhar melhor com o processo de verticalização do ensino. Além disso, considera-se de extrema importância a criação de um quadro de horários específicos em que os docentes estejam no câmpus para atendimento aos alunos e à coordenação.

Dimensão 3: Infraestrutura

a) **Instalações físicas:** o processo de expansão dos câmpus vem exigindo maiores investimentos na infraestrutura física. Faz-se relevante e urgente atentar-se à resolução dos problemas atinentes à melhoria da infraestrutura e andamento das obras dos câmpus. Deve-se investir na construção de salas de professores e gabinetes de trabalho com boa infraestrutura e com oferta de equipamentos de informática em função do número de professores que trabalham em tempo integral; construir e equipar os laboratórios especializados e de informática; construir e equipar os gabinetes de trabalho

para docentes e coordenadores; contratar técnicos de laboratório para atendimento aos alunos e à comunidade em horários previamente determinados; ampliar os serviços de cantinas e lanchonetes, de modo que possam funcionar em horários que atendam a maioria de seus usuários e apresentar diversidade no cardápio; introduzir espaços de convivência como praças arborizadas, complexo desportivo e academia ao ar livre bem como implantar auditórios e miniteatros. Além disso, é necessário melhorar o acesso ao câmpus, realizando parcerias com os órgãos governamentais de forma a incentivar a melhoria das estradas, a criação de linhas diárias para o câmpus bem como ampliação de horários de ônibus de modo a favorecer a mobilidade dos usuários. Por fim, é preciso investir na reestruturação da acessibilidade na área externa e interna dos câmpus, tais como adaptação dos banheiros, alargamento de portas, construção de rampas, barras e piso tátil, de modo a favorecer a mobilidade das pessoas com necessidades específicas.

b) **Bibliografia básica e complementar:** é preciso cuidar para que o acervo bibliográfico esteja devidamente atualizado e contenha a quantidade de livros prevista no instrumento de avaliação de cursos do INEP. Além disso, esse acervo deve estar devidamente catalogado e informatizado para facilitar o acesso aos títulos e autores via internet. É importante o treinamento dos professores e o seu incentivo para que desenvolvam trabalhos acadêmicos com os alunos, de modo a fomentar o uso desse acervo.

Considerações

As análises constantes desse diagnóstico traduzem os resultados obtidos a partir da avaliação dos cursos de graduação. O registro das informações coletadas durante o processo é de grande valor para orientar as ações pedagógicas e administrativas da Instituição e dos cursos, uma vez que se constituem em importantes referenciais para o conhecimento da realidade dos cursos e dos câmpus, considerando-se as potencialidades e as fragilidades.

As ações nesse sentido são de extrema relevância, pois almeja-se o fomento da qualidade do funcionamento dos cursos de graduação, a busca pela inovação, a integração das ações desenvolvidas por todos os sujeitos, em todos os processos de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão, a ampliação da oferta de novos cursos e, em consequência, o fortalecimento da autonomia concedida pela Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais.

6.3 Diagnóstico do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Este texto contém uma avaliação das ações referentes às políticas inclusivas nos câmpus do Instituto Federal de Minas Gerais. O objetivo é descrever e analisar como tem

sido a atuação desses Núcleos nos diferentes câmpus para que seja possível traçar metas e ações para superar as barreiras referentes ao atendimento das pessoas com necessidades específicas e, assim, assegurar as condições adequadas para o sucesso acadêmico e social desses estudantes, estimulando o desenvolvimento e consolidação das ações.

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, os NAPNEs, têm por missão promover a cultura da educação para a convivência, o respeito à diferença e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na Instituição e no espaço social mais amplo, de forma a efetivar os princípios da educação inclusiva.

O levantamento diagnóstico foi realizado em três momentos. Primeiramente, foi feita a leitura dos documentos e arquivos sobre as políticas inclusivas que estavam na Pró-Reitoria de Ensino com o objetivo de resgatar o histórico das ações realizadas. Em um segundo momento, foi adaptado um questionário que foi enviado a todos os câmpus para ser respondido preferencialmente pelo coordenador ou algum membro do NAPNE. No caso dos câmpus que ainda não possuíam NAPNE implantado, algum membro do câmpus ficou responsável pelo preenchimento. O questionário levantava questões do tipo: número de alunos e servidores com necessidades específicas agrupadas por tipo de necessidade, recursos humanos capacitados para o atendimento, demandas de capacitação, aspectos para melhoria das ações e atividades realizadas pelos NAPNEs. Os questionários foram respondidos pelos dez câmpus. Para finalizar o levantamento, em um terceiro momento foi realizado um encontro sobre as Políticas Inclusivas do IFMG para discutir os resultados obtidos via questionário, esclarecer algumas questões, enriquecer o levantamento e promover a troca de experiências entre os câmpus.

Dimensões avaliadas

Dimensão 1: Implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Atualmente, o IFMG possui dez câmpus em atividade e um cujas atividades irão se iniciar no primeiro semestre de 2014. Entre os dez câmpus que já estão em atividade, nove deles possuem o NAPNE em funcionamento, com a devida Portaria que designa o coordenador e seus respectivos membros. O outro câmpus já está em fase de implantação do Núcleo, sendo que os integrantes já estão atuando e providenciando a Portaria de designação dos membros.

Em relação ao novo câmpus, no momento em que as suas atividades se iniciarem e os servidores já estiverem lotados, será feito o trabalho de orientação e assessoria para a criação e implantação do NAPNE.

Dimensão 2: Capacitação dos Recursos Humanos

De acordo com o levantamento realizado, apenas três câmpus possuem recursos humanos formados/capacitados para trabalhar com alunos com necessidades específicas. Além disso, como as necessidades específicas são bastante diversificadas, a capacitação deve ser constante e necessita abordar as diversas temáticas da inclusão, como também as legislações pertinentes.

Dimensão 3: A Língua Brasileira de Sinais (Libras)

O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e determina que ela deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (os cursos de Licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso Normal de nível médio, o curso Normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial), e nos cursos de Fonoaudiologia. Já nos demais cursos de educação superior e na educação profissional será disciplina curricular optativa. (BRASIL, 2005, 2002)

Apenas dois câmpus possuem professor de Libras, sendo que em um deles o professor é contratado. Os câmpus que possuem cursos de formação de professores devem ficar atentos ao cumprimento do que é determinado no referido Decreto, pois essa disciplina, obrigatória ou optativa, está sendo bastante cobrada e com rigidez nas avaliações dos cursos superiores, assim como as demais políticas inclusivas, como as de acessibilidade, por exemplo.

Além dos professores de Libras, é importante ficar atento à realização de concursos públicos para a contratação dos intérpretes/tradutores da língua brasileira de sinais. Esses profissionais, diferentemente do professor de Libras, são responsáveis pela mediação comunicacional professor/aluno. O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação da Libras e da Língua Portuguesa de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação das duas línguas. O governo, por meio do PL 2134/2011, criou 2564 vagas para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, nível D, 40 horas. Entende-se que essa iniciativa pode ser um dos caminhos para minimizar os problemas existentes pela falta de intérprete/tradutor de Libras nos câmpus. Por isso, o levantamento atualizado e fidedigno dos alunos que possuem deficiência auditiva/surdez fornecerá subsídios para pleitear vagas para esses cargos e conseguir profissionais para atuarem nos câmpus. A criação desses cargos poderá reduzir a dificuldade enfrentada, até então, no que se refere à contratação desses profissionais, pois, além de serem escassos no mercado, a remuneração é baixa e não há vínculo empregatício com a Instituição.

Importante lembrar que a disseminação do conhecimento de Libras não se deve restringir aos intérpretes e aos membros do NAPNE, que atenderão aos alunos de forma especializada. É necessário que haja investimento e sensibilização para que o maior número de servidores possa se capacitar e seja capaz de atender e orientar, ainda que minimamente, qualquer pessoa com deficiência auditiva que procure a Instituição.

Dimensão 4: Desenvolvimento de Material Didático-Pedagógico para Alunos com Necessidades Específicas

Com base no levantamento diagnóstico, apenas um câmpus adapta-se ou desenvolve material didático para alunos com necessidades específicas. A proposta é começarmos gradativamente a elaborar esse tipo de material, iniciando pela troca de experiências com o câmpus que já o desenvolve e capacitando os profissionais através de cursos e palestras.

Dimensão 5: Dificuldades Encontradas na Realização das Atividades Inclusivas nos Câmpus

Entre as dificuldades citadas em relação à realização das atividades inclusivas nos câmpus, as mais frequentes foram:

- falta de recursos humanos devidamente capacitados para trabalhar com as ações das Políticas Inclusivas;
- falta de capacitação continuada dos profissionais envolvidos com as Políticas Inclusivas, inclusive dos docentes;
- falta de carga horária específica para se dedicar às atividades do NAPNE;
- falta de espaço físico apropriado, com a existência de câmpus que ainda não funcionam em sua sede própria, e sim em locais cedidos, através de contrato com prefeituras ou empresas;
- falta de regimento próprio, orientação, conhecimento da legislação;
- falta de material didático adequado;
- barreiras arquitetônicas;
- falta de sensibilidade de gerentes/diretores para com os membros do NAPNE;
- falta de reconhecimento institucional.

Dimensão 6: Sugestões para Melhoria da Atuação dos NAPNEs nos Câmpus

Entre as dificuldades citadas em relação à realização das atividades inclusivas nos câmpus, foram apresentadas as seguintes sugestões para melhoria da atuação dos Núcleos:

- maior disponibilização de servidores para atuarem no NAPNE;
- ampliação/criação do espaço físico destinado aos NAPNEs;

- capacitação continuada dos servidores dos NAPNEs;
- encontros regulares dos NAPNEs do IFMG para troca de experiências;
- espaço no site do IFMG para colocar as leis e realizar a troca de experiências sobre inclusão, bem como as legislações específicas;
- fomento das ações de inclusão (distribuição de verbas);
- sensibilização de toda a comunidade sobre a importância da atuação dos NAPNEs;
- quebra das barreiras arquitetônicas;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão sobre a temática da inclusão, com participação de toda a comunidade acadêmica (técnicos-administrativos, docentes e discentes).

Dimensão 7: Demandas de Capacitação para Atuar com as Políticas Inclusivas nos Câmpus

Devido à demanda por capacitação dos recursos humanos que atuam com as políticas inclusivas nos Núcleos, foram levantados os cursos e áreas mais relevantes:

- Cursos sobre tipos de necessidades específicas e como trabalhar/lidar com cada tipo de necessidade. Os temas dos cursos devem abranger mais do que os “tipos/conceitos” de necessidades específicas, abordando também as possibilidades de apoio, avaliações e intervenções didático-pedagógicas para uma educação inclusiva;
- Curso de Libras;
- Curso de braille;
- Orientações sobre legislação;
- Orientações sobre a solicitação de verbas, estrutura e atuação dos NAPNEs;
- Formação em Educação Inclusiva;
- Tecnologia Assistiva.

Dimensão 8: Levantamento dos Alunos com Necessidades Específicas

O levantamento anual dos alunos com necessidades específicas, total e por câmpus, tem o importante papel de orientar as políticas nos câmpus e programar as demandas de recursos humanos, material didático, espaço físico entre outros que se julgarem necessários.

Em relação ao número de alunos com necessidades específicas no ano de 2013, destaca-se o quantitativo de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), déficit cognitivo, com deficiência visual, baixa visão e cegos, deficiência física, deficiência auditiva, baixa audição e surdez (Tabela 2).

Tabela 2 - Levantamento de alunos com necessidades específicas por câmpus e tipo de necessidade, IFMG 2013

Necessidade Específica	BambuÍ	Betim	Congonhas	Formiga	Governador Valadares	Ouro Preto	Ouro Branco	Ribeirão das Neves	Sabará	São João Evangelista	Total
Altas habilidades/superdotação	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Déficit cognitivo	4	0	0	1	1	1	2	0	0	4	13
Deficiência física	3	0	0	0	0	4	2	0	0	0	9
Deficiências múltiplas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Deficiência auditiva/baixa audição	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	3
Surdez	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Deficiência visual/cegos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Deficiência visual/baixa visão	1	0	0	3	1	1	1	0	0	1	8
Transtornos globais do desenvolvimento	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	6
Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TADH)	6	0	0	1	6	0	0	0	0	4	17
Coordenação motora (equilíbrio)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Mobilidade reduzida	1	0	0	1	1	1	0	0	0	2	6
Fotofobia (sensação de sensibilidade ou aversão a qualquer tipo de luz)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distúrbio bipolar	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	3
Total	17	1	0	7	15	15	6	0	0	14	75

Fonte: Elaborado pelo autor – dados do Setor de Políticas de Ingresso e Inclusão, Pró-Reitoria de Ensino – IFMG.

Segundo o levantamento, em três dos dez câmpus não há alunos com necessidades específicas matriculados. Isso pode estar ocorrendo realmente pela ausência desses alunos ou também pela dificuldade dos câmpus em detectar essas necessidades, tanto por falta de capacitação dos recursos humanos, como de orientação ou pelo fato de não terem NAPNE implantado ou de o NAPNE ter sido implantado recentemente. Isso reforça a necessidade de diversas formas de capacitação, desde palestras e minicursos até cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Dimensão 9: Servidores com Necessidades Específicas

Obteve-se a informação de que em dois câmpus existem servidores com necessidades específicas, sendo todos efetivos. Importante destacar que há uma grande tendência de esse quantitativo se tornar cada vez maior devido à reserva de vagas

para deficientes, conforme a legislação: a Lei nº 8112/90, que rege o servidor público federal, determina que sejam reservadas até 20% das vagas oferecidas em concurso público para deficientes, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. O Decreto nº 3298/99 definiu o percentual mínimo de 5% ao regulamentar a Lei nº 7.853/89. (BRASIL, 1990, 1999, 1989)

Considerações

Baseando-se no levantamento realizado, percebeu-se a importância de definir metas e traçar ações efetivas. A providência inicial é que todos os câmpus tenham NAPNE implantado, com Portaria de nomeação do coordenador. Paralelamente a isso, todos os NAPNEs estão trabalhando juntos para desenvolver um regimento interno dos Núcleos que seja base e comum aos NAPNEs do IFMG, respeitando-se as particularidades de cada Núcleo.

A criação dos Núcleos é o primeiro passo para que se inicie a consolidação das ações inclusivas nos diversos câmpus e no IFMG como um todo. Além disso, é preciso evoluir em relação à estrutura física dos NAPNEs, carga horária exclusiva dos profissionais para as ações inclusivas, reconhecimento da importância das ações de inclusão por parte de alunos, servidores e comunidade.

A necessidade de capacitação e a troca de experiências entre os NAPNEs dos câmpus do IFMG e de outros Institutos ficou bastante evidente. O regimento interno dos NAPNEs do IFMG está sendo elaborado por esse grupo de discussões e um último encontro presencial será realizado para finalizar o documento.

É importante ainda estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação do IFMG, bem como realizar parcerias interinstitucionais, em prol do desenvolvimento e consolidação das ações voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades específicas, além de desenvolver e executar ações para eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, visando garantir o exercício da cidadania dessas pessoas.

As políticas inclusivas do IFMG deverão ter como diretrizes gerais para os próximos anos o acompanhamento, avaliação, ingresso, o acesso, a permanência e a conclusão de estudos dos alunos com necessidades específicas, visando assegurar as condições adequadas para o seu sucesso acadêmico e social.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS

O Instituto Federal de Minas Gerais, em consonância com a Lei nº 11.892 – lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além de determinar sua ação acadêmica mínima –, oferece cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada, Ensino Técnico Presencial (integrado ao Ensino Médio, Concomitante, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos), Ensino Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) e Pós-Graduação.

O IFMG apresenta o seu planejamento relativo à ampliação da oferta de cursos para o período 2014-2018, orientado para a formação técnica e profissional, sem perder de vista a educação global do educando e a construção da cidadania. Reforça-se a necessidade de os novos cursos a serem ofertados se articularem com o desenvolvimento local e regional, a vocação produtiva do espaço geopolítico em que o câmpus se encontra localizado e com o aproveitamento da mão de obra qualificada nesse mesmo espaço. Desse modo, tais cursos poderão responder à demanda de geração e adaptação de soluções tecnológicas para o desenvolvimento regional, bem como promover ações de integração e verticalização em seus diferentes níveis, com vistas à otimização de recursos físicos e de gestão.

Propõe-se a criação de 60 novos cursos nos próximos cinco anos, sendo 18 cursos técnicos, 16 de graduação, 8 de pós-graduação e 18 cursos na modalidade de Educação a Distância.

Vale ressaltar que, no período de vigência deste PDI, os câmpus Ribeirão das Neves e Santa Luzia, bem como os câmpus da expansão fase III (Piumhi, Ipatinga, Ponte Nova, Sete Lagoas, Coronel Fabriciano e Pitangui), poderão ofertar novos cursos não previstos neste documento. Essa possibilidade se justifica pelo fato de que tais câmpus estão em fase de implantação e, neste momento, ainda não dispõem de estudo para definição de quais cursos poderão ser ofertados nos próximos anos. Para tanto, em 2015 serão feitas pesquisas de mercado para saber aqueles que serão mais adequados para o perfil das regiões em que estão inseridos, devendo-se ainda considerar a infraestrutura física e de recursos humanos de tais unidades.

7.1 Cursos Técnicos Presenciais

O IFMG propõe a criação de 22 novos cursos técnicos presenciais de nível médio, nas modalidades integrado, subsequente, concomitante e pós-médio, distribuídos nos câmpus Bambuí, Betim, Congonhas, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Sabará e São João Evangelista.

A Tabela 3 apresenta, de forma detalhada, o cronograma de implantação dos novos cursos técnicos presenciais no IFMG.

Tabela 3 - Previsão de abertura de novos cursos técnicos presenciais

Câmpus	Nome do curso	Forma de Oferta	Dimensão da Turma	Turno de Funcionamento	Ano Previsto para Implantação
Bambuí	Técnico em Administração	Concomitante	40	Vespertino	2015
	Técnico em Panificação	Integrado PROEJA	40	Noturno	2015
	Técnico em Agrimensura	Subsequente	40	Matutino	2016
Betim	Técnico em Automação Industrial	Integrado	40	Integral	2014
	Técnico em Mecânica	Integrado	40	Integral	2014
	Técnico em Química	Integrado	40	Integral	2014
Congonhas	Técnico em Mineração	Subsequente	35	Noturno	2014
Governador Valadares	Técnico em Logística	Subsequente	40	Noturno	2016
	Técnico em Edificações	Integrado	35	Integral	2016
Ouro Branco	Metrologia	Subsequente	40	Noturno	2017
	Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno	2018
	Especialização em Metalografia	Pós-Médio	25	Noturno	2018
Ouro Preto	Técnico em Administração	Integrado	40	Integral	2014
Sabará	Técnico em Administração	Integrado	45	Integral	2015
	Técnico em Informática	Integrado	45	Integral	2015
	Técnico em Eletrônica	Integrado	45	Integral	2015
	Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente	60	Noturno	2016
São João Evangelista	Técnico em Agrimensura	Subsequente	35	Noturno	2016

■ 7.1.1 Curso Técnico em Administração – Câmpus Bambuí

O Câmpus Bambuí tem experiência no oferecimento de cursos na área de Gestão desde o ano de 2004, pela oferta do curso superior de Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas, tendo também ofertado o antigo curso Técnico de Gestão Comercial. Desde o ano de 2009, oferece o curso de Bacharelado em Administração, o qual obteve, no último Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE 2012), nota máxima em sua avaliação, comprovando a qualidade do ensino ofertado.

Tanto a estrutura física quanto o corpo docente do Departamento de Ciências Gerenciais e Humanas conseguem abrigar a oferta de um novo curso técnico. Além da infraestrutura mínima definida no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), o Câmpus possui ainda um Laboratório de Empresa Simulada, o qual poderá ser utilizado como apoio para o desenvolvimento das habilidades e competências que o curso exige.

A escolha desse curso considerou em sua análise, além das definições do CNCT e as discussões realizadas no âmbito do departamento, os resultados da pesquisa intitulada “Análise do mercado de trabalho em Bambuí-MG”, realizada por professores e alunos do curso de Bacharelado em Administração sob financiamento de bolsas pela FAPEMIG. Com essa pesquisa pode-se perceber que os empresários da região esperam um profissional de perfil mais abrangente e técnico, características do curso Técnico em Administração.

Por fim, a oferta do curso prioriza a verticalização do ensino, visto que o Câmpus Bambuí disponibiliza também o curso de Bacharelado em Administração, permitindo que futuros formandos do curso técnico que quiserem continuar seus estudos ingressem no bacharelado posteriormente.

■ 7.1.2 Curso Técnico em Panificação (PROEJA) – Câmpus Bambuí

O curso de Qualificação Profissional em Panificação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores da educação brasileira explicitados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/96 – e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referências curriculares que normatizam a Educação Profissional, o Ensino Médio e a EJA no sistema educacional brasileiro, bem como nos documentos que versam sobre a integralização desses dois níveis que têm como pressupostos a formação integral do profissional-cidadão. (BRASIL, 1996)

Estão presentes também, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais do IFMG-Câmpus Bambuí e a compreensão da educação como uma prática social, os quais se materializam na função social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de promover educação científico-tecnológico-humanística, visando à formação do profissional cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente, comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais em condições de atuar no mundo de trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa

e igualitária, através da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional de nível médio, da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação e da formação de professores, fundamental na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento.

O curso de Panificação – PROEJA – é um projeto de curso profissionalizante com o objetivo de contribuir para dirimir dívida social com a população inserida na Educação de Jovens e Adultos e, por outro lado, responder às demandas por profissionais que atendam à necessidade do mundo do trabalho emergente no Estado, contribuindo, substancialmente, para a qualidade dos serviços oferecidos na região.

O curso tem como objetivo formar profissionais cidadãos qualificados para o mundo do trabalho com competência técnica, ética e política, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um novo perfil para saber fazer e gerenciar atividades de concepção, especificação, projeto, implementação, avaliação e suporte às necessidades locais, com competências para atuar com tecnologias de processamento de alimentos pertinentes à panificação, preocupando-se em atender às demandas desse setor econômico, levando em consideração os avanços tecnológicos.

Segundo a Associação Brasileira de Indústria de Panificação – ABIP –, o setor cresceu 11% em 2012. De acordo com dados fornecidos pela Revista TECNOPAN, em 2010 o Estado de Minas Gerais possuía 5455 padarias.

Nesse contexto, verificam-se crescimentos nos setores relacionados ao novo curso proposto pelo IFMG-Câmpus Bambuí, indicando espaço para novos e mais qualificados postos de trabalho. Para isso o mercado deve ser abastecido de profissionais que possam arcar com essa responsabilidade. Além disso, a globalização aumenta a concorrência e traz consigo inovações de equipamentos e processos de fabricação, fazendo com que as empresas tenham que se adaptar muito rapidamente, para sobreviver a essas novas exigências do mercado.

7.1.3 Curso Técnico em Agrimensura – Câmpus Bambuí

A agrimensura, como profissão, nasceu para dotar a sociedade dos recursos humanos necessários para o conhecimento e demarcação de limites do território. Desde o início da humanidade, o conhecimento do território tem sido sempre uma atividade imprescindível para todos os povos. Dela nasceram e evoluíram a geometria, a cartografia, a topografia, a geodésia, a agrimensura legal, a fotogrametria, o sensoriamento remoto, etc.

Atualmente o campo profissional da agrimensura é muito vasto. Vai desde a realização das simples mensuras, a execução dos levantamentos planialtimétricos para o georreferenciamento do território até a aplicação das técnicas cartográficas, fotogramétricas e rotinas de fotointerpretação que permitem a execução de grandes

levantamentos para o conhecimento do solo e consequente obtenção do planejamento do desenvolvimento.

Na atualidade o instrumento mais eficiente para a coleta de informações espacializadas pontuais, lineares e poligonais é o GPS. Esse procedimento é conhecido como georreferenciamento, técnica aprimorada de descrição dos imóveis rurais que contribui para o controle tanto do cadastro desses imóveis como dos direitos reais a eles relativos e que tem por objetivo a localização específica de um bem individualizado dentro do globo terrestre.

O Câmpus Bambuí oferece atualmente o curso Técnico em Agropecuária e Bacharelado em Agronomia, sendo que nesses cursos a topografia faz parte da matriz curricular. Vários são os alunos que realizam estágios obrigatórios nas empresas de topografia e georreferenciamento, tendo, assim, a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. A estrutura física e o corpo docente do Departamento de Engenharia e Computação são capacitados para vislumbrar a possível abertura de um curso Técnico em Agrimensura.

A preparação de profissionais se torna necessária, uma vez que só terá acesso ao mercado de trabalho os profissionais habilitados dentro das novas práticas exigidas por uma economia globalizada e intensiva em conhecimento. Com a extensão do território brasileiro, a demanda por esse profissional com habilidades para atuação nessa área é significativa, o que justifica a criação de um curso Técnico em Agrimensura.

■ 7.1.4 Curso Técnico em Automação Industrial – Câmpus Betim

Uma vez que Betim possui um parque industrial historicamente consolidado, no qual se verifica um avanço dos processos industriais automatizados no ambiente produtivo, faz-se necessário, cada vez mais, um profissional com a qualificação esperada para atender essa demanda. Assim, o IFMG-Câmpus Betim propiciará à população interessada e com requisitos mínimos de acesso a um curso subsequente adquirir conhecimentos técnicos na área de automação industrial, instrumentação e controle de processos industriais e sistemas eletrônicos a eles aplicados.

O município de Betim sedia médias indústrias metalúrgicas que têm como objetivo principal atender às duas maiores empresas da região: a Refinaria Gabriel Passos – REGAP – (Petrobrás) e a Fiat Automóveis. Com essa estrutura industrial se faz essencial grande diversidade de mão de obra, especificamente com formação técnica. Os processos utilizados na diversidade de operações necessárias para fabricação de produtos não se encerram em processo fordista de apenas aperto do parafuso. Faz-se necessário conhecimento técnico devido ao avanço tecnológico hoje empregado.

Os egressos do Instituto Federal de Minas Gerais, especificamente do Câmpus Betim e do curso técnico em Automação Industrial, têm formação focada no crescimento

tecnológico, permitindo que, durante seu desenvolvimento acadêmico, problemas técnicos sejam apresentados pelos professores e resolvidos pelos alunos. A metodologia de resolução de problemas é uma forma adotada pelo Câmpus como parte da formação intelectual dos alunos, possibilitando que estes não sejam apenas executores de tarefas, mas, sim, críticos e racionais, o que permite que optem pelo melhor caminho.

A diversidade de processos industriais já apresentada necessita exatamente do perfil construído no Câmpus, no qual o crescimento profissional é inerente à participação do egresso nas resoluções dos problemas apresentados pela e na planta industrial.

■ 7.1.5 Curso Técnico em Mecânica – Câmpus Betim

Dados fornecidos pelo IBGE, em 2010, descrevem que a força econômica de Betim se concentra nas indústrias, sendo que esse setor representa 56,9% do PIB do município, enquanto o setor de serviços responde por 43% e o setor agropecuário, com menos de 0,1% do seu produto interno bruto.

Verificando que a força industrial de Betim é 23% maior que a força econômica de serviços e muito superior à força agropecuária, o município se fortalece como um polo de desenvolvimento industrial de Minas Gerais, necessitando cada vez mais de força de trabalho capacitada tecnicamente para as indústrias em crescimento latente. Nesse sentido e considerando as peculiaridades da população betinense economicamente ativa, o potencial de crescimento da cidade, as demandas e oportunidades de empregabilidade, tem-se um cenário amplamente favorável à implantação de uma instituição que atue na formação profissional técnica e tecnológica da cidade.

Diante desse quadro, a oferta do curso Técnico em Mecânica em Betim propiciará a entrada no mercado de profissionais que atuarão na elaboração de projetos de produtos, ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos; no planejamento, aplicação e controle de procedimentos de instalação e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos conforme normas técnicas e normas relacionadas à segurança; no controle de processos de fabricação; na aplicação de técnicas de medição e ensaios e na especificação de materiais para construção mecânica.

A oferta desse curso fundamenta-se na necessidade de implementar os processos formativos, possibilitando a sedimentação dos conteúdos da educação básica, e de viabilizar a continuidade dos estudos, inclusive em nível superior e, além disso, ofertar uma educação técnica de qualidade que permita aos estudantes inserirem-se produtivamente no mundo do trabalho. A opção pela oferta do curso Técnico em Mecânica baseia-se no mapeamento dos arranjos produtivos locais, os quais demandam profissionais com capacidade técnica de planejamento, projeto e execução em atividades de contextos de manufatura industrial.

7.1.6 Curso Técnico em Química – Câmpus Betim

Betim apresenta um PIB de aproximadamente R\$ 25.183.730 (IBGE, 2010) e se fortalece como um polo de desenvolvimento industrial de Minas Gerais, necessitando cada vez mais de força de trabalho capacitada tecnicamente para as indústrias em crescimento latente. Uma vez que o município possui um parque industrial consolidado, no qual se verifica um avanço dos processos industriais no ambiente produtivo, faz-se necessário, cada vez mais, um profissional com a qualificação esperada para atender a essa demanda. Assim, o IFMG-Câmpus Betim propiciará à população interessada e que já tenha concluído o ensino fundamental acesso ao ensino médio integrado à educação profissional, ofertando, além de uma excelente base de formação geral, conhecimentos técnicos na área de Química, segundo o eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais.

O curso Técnico em Química do Câmpus Betim buscará aplicar e desenvolver novas tecnologias de ensino, tendo como base a interatividade e a disponibilidade de conteúdos *on-line*, para complementar suas atividades teórico-práticas presenciais e assim otimizar a experiência de aprendizagem de seus alunos, além das atividades desenvolvidas em sala. O curso de Química, por estar intimamente relacionado à inovação tecnológica, incentiva o professor a trabalhar com projetos de pesquisa, favorecendo com isso a inclusão de seus alunos em seus projetos. O curso propicia também a participação de alunos e professores em projetos de extensão. Dessa forma, professores e alunos são envolvidos em eventos científicos como congressos e feiras tecnológicas.

A cidade de Betim é conhecida por ser um celeiro industrial mineiro e essa característica da cidade favorece muitas oportunidades de visitas técnicas, contribuindo para o engrandecimento da formação do aluno, que, nessas condições, como futuro técnico em química, desenvolve um perfil de profissional capaz de lidar com inúmeros desafios existentes nas indústrias. Assim a ação filosófica e pedagógica é voltada para uma educação progressista e transformadora, apostando em um desenvolvimento coletivo através da interação entre o corpo docente e discente, considerando a capacidade de cada aluno na construção do conhecimento.

O IFMG-Câmpus Betim com o curso Técnico em Química se compromete a aliar a formação profissional com a contextualização do mundo contemporâneo, para que o profissional egresso do curso tenha uma visão holística e crítica da realidade social, cultural, econômica e ambiental do meio em que está inserido. A oferta do curso Técnico de Química integrado ao ensino médio, presencial, em um contexto mais amplo, é de extrema importância em termos de empregabilidade para os jovens mineiros e, em especial, para o jovem betinense, uma vez que a indústria química de Betim está entre os maiores polos industriais do Brasil.

O técnico em química atua no planejamento, coordenação, operação e controle

dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos; planeja e coordena os processos laboratoriais; realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas; realiza vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos; participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos; atua com responsabilidade ambiental e em observância às normas técnicas e de segurança. O profissional pode atuar em indústrias, empresas de comercialização e assistência técnica, laboratórios de ensino, de calibração, de análise e controle de qualidade e ambiental, entidades de certificação de produtos.

■ 7.1.7 Curso Técnico em Mineração – Câmpus Congonhas

A implantação do curso Técnico em Mineração, na modalidade subsequente, justifica-se pela demanda regional. Conforme o Consórcio Mínero-Metalúrgico, o setor encontra dificuldades em obter profissionais com perfil operacional, sobretudo o referido técnico. A modalidade subsequente visa atender diretamente a essa demanda, uma vez que o perfil do aluno está direcionado para a formação exclusiva para o mercado de trabalho além de que muitos que ingressam nessa modalidade já trabalham na área. Nesse caso, o curso subsequente torna-se uma possibilidade de aprimoramento, apontando para a possibilidade de aumento da remuneração do aluno.

No que diz respeito à viabilidade, o Laboratório de Mineração do Câmpus Congonhas está em fase de conclusão, faltando apenas a instalação dos equipamentos, o que possibilitará a aplicação das aulas práticas do curso. Além disso, o Câmpus possui espaço para as aulas teóricas no período noturno, dispõe de biblioteca com material bibliográfico sobre a área de conhecimento e os laboratórios de informática estão preparados para o treinamento em softwares usados pelo técnico em mineração.

■ 7.1.8 Curso Técnico em Logística – Câmpus Governador Valadares

O Câmpus Governador Valadares oferece o curso de Engenharia de Produção, dispondo de docentes e laboratórios (alguns ainda em processo de implantação) que permitem a oferta do curso com a infraestrutura já existente.

O setor atacadista e varejista se destaca na mesorregião do Rio Doce, existindo a presença de grandes centros de distribuição de eletrodomésticos e alimentos.

O município de Governador Valadares ocupa posição estratégica no leste mineiro, sendo atravessado por grandes rodovias, as BRs 259, 116 e 381, e com conexão direta entre as metrópoles Belo Horizonte e Vitória, via estrada de ferro Vitória-Minas. Além disso, possui aeroporto, localizado dentro do distrito industrial da cidade, com voos domésticos diários.

■ 7.1.9 Curso Técnico em Edificações – Câmpus Governador Valadares

Esse curso foi citado durante uma pesquisa, com bolsista PIBIC, intitulada “Mapeamento geográfico e estatístico da área de influência do Instituto Federal de Minas Gerais, Câmpus Governador Valadares”, conduzida pela professora Daniela Cunha. Surgiu, naturalmente, demandado pela comunidade local, quando questionada sobre quais cursos públicos deveriam ser trazidos para a cidade.

O setor da construção civil é um dos que mais tem criado emprego na região, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. A procura por mão de obra qualificada é uma crescente, segundo aponta o ministério, além de apresentar sinergia com cursos existentes ou previstos para o Câmpus, como é o caso do bacharelado em Engenharia Civil, contribuindo, dessa forma, para verticalização do ensino.

■ 7.1.10 Curso Técnico em Metrologia – Câmpus Ouro Branco

O curso Técnico Subsequente em Metrologia Mecânica tem por objetivo capacitar recursos humanos voltados para a geração de profissionais que possam atuar nas áreas de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, de acordo com os avanços tecnológicos atuais, com a demanda dos setores presentes na região do Alto Paraopeba.

■ 7.1.11 Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Câmpus Ouro Branco

A intensidade e diversificação das atividades laborais acarretam aumento do trabalho e novos riscos à saúde e segurança dos trabalhadores. Para ampará-los, surgiram novas leis e normas que se direcionaram à proteção da saúde e da integridade do trabalhador. A reestruturação produtiva e industrial, as inovações tecnológicas de base microeletrônica, a acentuada competitividade e a busca da qualidade de vida afetaram substancialmente as relações de trabalho, com repercussões sobre o binômio saúde e trabalho. Esses desafios estabelecem a necessidade de uma nova forma de compreensão dessas relações e propõem uma nova prática de atenção à segurança e à saúde dos trabalhadores, com intervenção nos ambientes e processos de trabalho, a fim de estimular a promoção e prevenção da saúde e a busca do elevado padrão de qualidade de vida laboral, com reflexos sobre a produtividade das organizações.

No Brasil, e particularmente no Estado de Minas Gerais, coexistem polos industriais diversos que geram considerável demanda para a absorção de profissionais e serviços prestados pelo técnico em segurança do trabalho e, sendo assim, esse profissional encontra ampla inserção no mercado, podendo compartilhar equipe multidisciplinar voltada à promoção da segurança e saúde nos ambientes de trabalho, participando ativamente do controle de fatores de riscos que possam comprometer a saúde e a produtividade. Para atingir esse desiderato, é necessária uma formação profissional

sólida e qualificada, para que os técnicos em segurança do trabalho consigam adquirir e desenvolver conhecimentos e habilidades relacionados com a produção de bens e serviços, bem como possam vislumbrar o trabalho como princípio educativo, associado às ideias de autonomia e autovalorização. Para vencer esses desafios, justifica-se o investimento no curso Técnico em Segurança do Trabalho.

■ 7.1.12 Curso Técnico em Metalografia – Câmpus Ouro Branco

O curso Técnico em Metalografia tem por objetivo capacitar recursos humanos e ofertar ao setor metal-mecânico profissionais que possam atuar nas áreas de inspeção microestrutural e qualidade industrial de acordo com os avanços tecnológicos atuais em consonância às demandas dos setores produtivos presentes na região do Alto Paraopeba.

■ 7.1.13 Curso Técnico em Administração – Câmpus Ouro Preto

Ouro Preto está inserido na área sob o domínio da Mata Atlântica brasileira, possuindo uma área de 1.245.865 km². Segundo dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE –, a cidade possuía uma população de 70.281 habitantes no ano de 2010 e estimativa de 73.349 habitantes para o ano de 2013.

Sua receita anual gira em torno de R\$151.582.291,84 e é oriunda principalmente da área industrial, seguida da área de serviços, podendo ser considerada quase nula sua participação na área agrícola.

Os arranjos produtivos abrangem 1.965 empresas atuantes na cidade, segundo dados do IBGE 2011, e absorvem, aproximadamente, 28,47% da população considerada ocupada. Contudo, isso representa apenas 42,73% da população em idade de trabalho, distribuídos entre 22.967 homens e 23.852 mulheres.

Sua proximidade com as cidades de Mariana (13,1km), Itabirito (33,7km) e Ouro Branco (24,7km) amplia ainda mais esse mercado de trabalho para os ouropretanos, elevando o número de empresas ao patamar de 7.075 unidades.

Número de empresas atuantes na região				
Ouro Preto	Itabirito	Mariana	Ouro Branco	Total
1.965	2.019	1.736	1.355	7.075

Fonte: Censo 2010 – IBGE.

Todo esse conjunto de empreendimentos gera uma demanda por profissionais qualificados para o trabalho e que contribuam com o crescimento e o desenvolvimento econômico e social da região.

Segundo o SEBRAE, o curso Técnico em Administração é direcionado para “pessoas que buscam desenvolver o perfil empreendedor e para profissionais que buscam o aprimoramento constante e a qualificação para atuar com competência nos diversos setores empresariais”.

A área profissional de Administração, por sua própria natureza de atividade-meio, está presente em todas as atividades econômicas. Pode-se dizer, de forma genérica, que as atividades de Administração estão direcionadas à oferta de apoio administrativo e logístico a todas as atividades produtivas, qualquer que seja o setor econômico no qual elas se desenvolvam. Sendo assim, pode-se entender que a área profissional de Administração mantém interfaces funcionais com todas as demais áreas na medida em que seus profissionais oferecem apoio às operações de organizações que se dedicam às mais diferentes atividades. Pode-se, também, assegurar que competências dessa área estão presentes no desempenho de profissionais das demais outras áreas.

Nessa perspectiva, a oferta do curso Técnico em Administração pelo IFMG-Câmpus Ouro Preto abrirá para o nosso jovem egresso várias frentes de atuação, facilitando sua entrada no mundo do trabalho, o seu crescimento dentro da organização e/ou a continuidade dos estudos, nas mais diversas áreas, pois, com uma visão mais ampla, eles terão melhores condições de fazer escolhas, traçar o seu caminho e administrar sua carreira.

Para a execução dessa oferta, o Câmpus Ouro Preto conta com professores qualificados, com formação e experiência nesse eixo tecnológico, assistência estudantil, incentivo à pesquisa, infraestrutura com salas de aulas, laboratórios de informática, biblioteca, restaurante, ginásio esportivo, quadras esportivas, espaço de vivência.

■ 7.1.14 Curso Técnico em Administração – Câmpus Sabará

O Câmpus Sabará oferece cursos no eixo de gestão e negócios, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, do curso Técnico em Logística e até mesmo de um curso Técnico em Administração, mas na modalidade concomitante. Assim, a disponibilização de um novo curso de Técnico em Administração, agora integrado, seria uma evolução natural do curso ofertado atualmente.

Desde a concepção desse curso Técnico em Administração, foi definido que sua melhor forma de oferta seria na modalidade integrada. Contudo, como isso só poderia ser viável com a construção das instalações definitivas do Câmpus, optou-se por disponibilizá-lo de forma provisória em outras modalidades. Mas, uma vez que a previsão de entrega das obras do Câmpus é prevista para 2015, essa forma de oferecimento pode ser alterada agora.

Notoriamente, o Câmpus já dispõe de docentes da área técnica para esse curso, bem como um acervo que vem sendo aprimorado ao longo dos anos. Com a oferta do Técnico Integrado em Administração, o curso concomitante em Administração deixará de ser ofertado.

Adicionalmente, temos a oferta de um curso de tecnologia na área que já passou por avaliação do ENADE e obteve resultado significativo. Assim, o oferecimento do técnico integrado se caracteriza na continuidade do curso, mas em uma modalidade mais adequada ao que vem sendo demandado pela comunidade.

■ 7.1.15 Curso Técnico em Informática – Câmpus Sabará

O Câmpus Sabará tem a oferta de Bacharelado em Sistemas da Informação, curso do eixo de informática e comunicação, o que caracteriza a oferta do curso Técnico em Informática como uma expansão e verticalização desse eixo já desenvolvido pelo Câmpus. Adicionalmente, cursos dessa natureza vêm sendo amplamente demandados pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, da qual Sabará faz parte.

Devido à existência de um curso superior no eixo, já existem docentes habilitados a atuar no novo curso. Outros professores serão contratados e o acervo ampliado, elementos que estão devidamente planejados.

■ 7.1.16 Curso Técnico em Eletrônica – Câmpus Sabará

O técnico em eletrônica não está incluído nas áreas atuais do IFMG-Câmpus Sabará, sendo um curso relacionado à terceira área que será desenvolvida no Câmpus a partir de 2015 e associado ao curso de Engenharia de Controle e Automação Industrial e ao curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

O profissional técnico em eletrônica de nível médio tem habilitação para aplicar as modernas tecnologias relacionadas à manutenção de equipamentos eletrônicos, analógicos e/ou digitais.

Esse curso é o resultado de uma análise que buscou otimizar os recursos que o Câmpus irá dispor até 2018 e a demanda identificada na comunidade sobre quais cursos deveriam ser ofertados na região. Sua oferta permitirá a verticalização do ensino nesse novo eixo.

Por se tratar de um novo eixo, esse curso demandará a contratação de novos professores, além da aquisição de um acervo e estruturação de laboratórios, mas todos os recursos necessários (financeiros e humanos) estão dentro das previsões do Câmpus.

■ 7.1.17 Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Câmpus Sabará

O curso Técnico em Segurança do Trabalho foi a única opção do Câmpus para o oferecimento de curso na modalidade subsequente. Ele está alinhado à oferta dos cursos Técnico em Eletrônica e de Engenharia de Controle e Automação Industrial, podendo ser complementar aos demais cursos do Câmpus, permitindo a otimização dos recursos da Instituição.

A opção por Segurança no Trabalho na modalidade subsequente deve-se ao fato de esse curso muitas vezes ter como candidatos pessoas que já estão inseridas no

mundo do trabalho e buscam qualificação. Além desse fato, existe uma fatia de mercado garantida por lei que torna esse curso mais interessante entre as demais possibilidades para a oferta na modalidade subsequente.

Por se tratar de um novo eixo, demandará a contratação de novos professores, além da aquisição de um acervo e estruturação de laboratórios, mas todos os recursos necessários (financeiros e humanos) estão dentro das previsões do Câmpus.

7.1.18 Curso Técnico em Agrimensura – Câmpus São João Evangelista

O Câmpus São João Evangelista possui uma longa trajetória na oferta de cursos voltados para a área rural, tais como Técnico Agrícola, Tecnólogo em Silvicultura, Agronomia, além de cursos de pequena duração que têm como alvo os produtores locais. A partir dessa vocação institucional, os docentes da área de Agrária perceberam que o Câmpus poderá futuramente oferecer um curso subsequente em Agrimensura, atividade carente de profissionais na região.

Esse profissional poderá atuar no georreferenciamento de terras para fins de legalização, demarcação de áreas de preservação, planejamento de plantio, entre outras atividades.

A proposta do curso seria para turmas do curso técnico subsequente, com aulas teóricas no período noturno e práticas aos sábados, com o objetivo de atender essa demanda de alunos que trabalha no período diurno e, ao mesmo tempo, de reduzir o subaproveitamento do Câmpus nesses períodos do dia.

7.2 Cursos de Graduação Presenciais

São propostos 16 novos cursos de graduação presenciais, entre bacharelados, licenciaturas e superiores em tecnologia, distribuídos nos câmpus Betim, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão da Neves, Sabará e São João Evangelista.

O cronograma detalhado de implantação desses cursos é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Previsão de abertura de novos cursos de graduação presenciais

Câmpus	Nome do Curso	Forma de Oferta	Dimensão da Turma	Turno de Funcionamento	Ano Previsto para Implantação
Betim	Engenharia Mecânica	Bacharelado	50	Noturno	2015
	Matemática	Licenciatura	50	Noturno	2016
Governador Valadares	Engenharia Civil	Bacharelado	40	Integral	2017
	Engenharia Ambiental	Bacharelado	40	Matutino	2016

Ouro Branco	Sistema de Informação	Bacharelado	40	Noturno	2018
	Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades	Bacharelado	40	Noturno	2018
Ouro Preto	Produção Joalheira	Superior de Tecnologia	24	Noturno	2015
	Sistemas para Internet	Superior de Tecnologia	30	Noturno	2016
Ribeirão das Neves	Tecnologia em Logística	Superior de Tecnologia	35	Noturno	2015
	Administração	Bacharelado	35	Matutino	2016
Sabará	Tecnologia em Logística	Superior de Tecnologia	45	Noturno	2015
	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	45	Integral	2017
Santa Luzia	Geografia	Licenciatura	40	Noturno	2016
São João Evangelista	Engenharia Florestal	Bacharelado	35	Integral	2015
	Nutrição	Bacharelado	35	Integral	2016
	Física	Licenciatura	35	Noturno	2017

7.2.1 Bacharelado em Engenharia Mecânica – Câmpus Betim

A Engenharia Mecânica está diretamente ligada à industrialização. Pode-se considerar o engenheiro mecânico como um profissional importante quando se quer promover o desenvolvimento industrial.

Conforme já foi descrito anteriormente, a força industrial de Betim é 23% maior que a força econômica de serviços e muito superior à força agropecuária. Betim se fortalece como um polo de desenvolvimento industrial de Minas Gerais, necessitando cada vez mais de força de trabalho capacitada tecnicamente para as indústrias em crescimento latente. Nesse sentido e considerando as peculiaridades da população betinense economicamente ativa, o potencial de crescimento da cidade, as demandas e oportunidades de empregabilidade, a presença de duas grandes empresas (Fiat e Petrobrás) além de um parque industrial consolidado, tem-se um cenário amplamente favorável à implantação do curso de Engenharia Mecânica, assim como a oferta do curso Técnico em Mecânica.

O profissional de Engenharia Mecânica tem uma atuação bastante ampla, pois é o profissional que utiliza os conhecimentos de matemática e física para projetar, construir e operar sistemas mecânicos, os quais englobam uma área muito vasta que envolve os órgãos de máquinas, a termodinâmica, a climatização, a termotecnia, a

mecânica dos fluidos, a mecânica dos materiais, as máquinas térmicas, entre outras. Esse perfil de profissional, agregando conhecimentos técnicos e a parte de humanidades e sustentabilidade, é o que o mercado de Betim tem exigido, e a oferta do curso de Engenharia Mecânica nessa cidade vem ao encontro dessa demanda.

■ 7.2.2 Licenciatura em Matemática – Câmpus Betim

Na história da educação brasileira, a formação desses profissionais esteve quase sempre no plano dos projetos inacabados ou de segunda ordem, seja por falta de concepções teóricas consistentes, seja pela ausência de políticas públicas contínuas e abrangentes. A fragilidade nas ações de valorização da carreira concorre para agravar esse quadro, haja vista a grande defasagem de profissionais habilitados em determinadas áreas da Formação Básica (com destaque para as ciências da natureza: Química, Física, Biologia e Matemática), conforme descreve o relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estimou essa demanda em mais de 270 mil professores. Ressalta-se ainda que esse total se apresente em perspectiva crescente em face da expansão expressiva da educação profissional e tecnológica.

A Resolução da UNESCO, de 11 de novembro de 1997, por ocasião da instituição do evento 2000: Ano Mundial da Matemática, ressalta a importância dessa ciência, com justificativas que vão do entendimento de que sua linguagem e seus conceitos são universais, contribuindo para a cooperação internacional, ao fato de ela guardar uma profunda relação com a cultura dos povos, tendo grandes pensadores contribuído ao longo de milhares de anos para o seu desenvolvimento; ao papel que ela desempenha na atualidade e às aplicações que tem em vários campos, contribuindo para o desenvolvimento das ciências, da tecnologia, das comunicações, da economia, etc.; à contribuição que ela dá, particularmente nos níveis das escolas fundamental e média, para o desenvolvimento do pensamento racional.

A profissão de professor de escola tem sido uma opção de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. A constatação é de pesquisa do IBGE e aponta algumas justificativas: possibilidade de um ofício de respeito, previsibilidade de carreira com menor inconstância e potencial empregabilidade no poder público, seja na esfera municipal ou estadual.

O curso de Licenciatura em Matemática com base na legislação específica, dirigido aos professores de Educação Básica com atividades orientadas para educação escolar nos níveis de ensino fundamental ao ensino médio, propõe um perfil docente que se envolva com o conhecimento das diversas ciências que desenvolvem os conceitos e que se comprometa com os valores inspiradores da sociedade democrática, pautando-se por princípios da ética, dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissional e como cidadão.

Além disso, que seja profissional, que interaja com a realidade através das metodologias, que articule a prática e a teoria com inserção na pesquisa e na extensão. Pelas situações que o próprio cotidiano oferece e as preocupações de um mundo harmônico, o professor e o aluno são levados ao exercício dos pressupostos e atitudes de cidadania.

O egresso do curso de Licenciatura em Matemática vai atuar principalmente no ensino de Matemática na educação básica, especificamente nas disciplinas de Matemática, nas séries finais do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio. O licenciado em Matemática deverá estar apto também a atuar em Escolas Técnicas e na Educação de Jovens e Adultos. Outras opções de carreira são a pós-graduação (especialmente em Educação Matemática) e os demais setores de serviço do mundo do trabalho.

■ 7.2.3 Bacharelado em Engenharia Civil – Câmpus Governador Valadares

Esse curso também foi demandado na pesquisa, com bolsista PIBIC, intitulada “Mapeamento geográfico e estatístico da área de influência do Instituto Federal de Minas Gerais, Câmpus Governador Valadares”, já citado. Soma-se a isso, o cenário local e nacional resumido a seguir.

A construção civil no Brasil, no período de 2004 a 2008, cresceu a uma taxa média de 5,1% acima do PIB no mesmo período. No Estado de Minas Gerais, nesse mesmo intervalo de tempo, o setor cresceu acima da média nacional. O total de ocupações (formal e sem vínculo) no mercado de construção civil saltou de 587.287 trabalhadores em 2005 para 6.885.353 em 2009 (IBGE, 2011). Segundo dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), em Governador Valadares, no período de janeiro a dezembro de 2010, foram criados 896 empregos no setor de comércio, 713 na construção civil, 465 no setor de serviços e 332 na indústria de transformação, o que ratifica o destaque desse setor também no cenário local.

A grande oferta do crédito imobiliário tende a alavancar o setor da construção civil no país, impulsionados por programas como “Minha casa, minha vida” e obras de infraestrutura pelo país como os voltados aos jogos esportivos e aos programas de aceleração do crescimento. Entre os itens relacionados como limitador para o crescimento desse segmento econômico, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e setores da construção civil elencaram a falta de trabalhador qualificado como o maior desafio a ser superado.

Outra justificativa é que, havendo, previamente, o eixo ambiental conforme já abordado, é válido destacar a interface da construção civil com a área ambiental, como aproveitamento de resíduos, saneamento e obras (residências, em especial) sustentáveis. Nesse prisma tecnológico, há o aproveitamento de parte do corpo docente atual.

Findando, os outros órgãos federais de educação atuantes no município, Polo

Universidade Aberta do Brasil e Universidade Federal de Juiz de Fora, já atuam em outras vertentes, quais sejam áreas de saúde e licenciaturas, o que produziria uma concorrência desnecessária.

■ 7.2.4 Bacharelado em Engenharia Ambiental – Câmpus Governador Valadares

A mesorregião do Vale do Rio Doce possui uma extensão de 41.809,873 km². Contudo, em toda essa grande área, não há oferta desse curso pela rede pública de ensino.

O quadro de docentes na área ambiental (biólogo, engenheiro ambiental, saúde e química), a estrutura laboratorial em fase de implantação (com vários equipamentos para análise de parâmetros da água, por exemplo) e o atual quadro dos docentes nos cursos ofertados atualmente (curso Técnico Integrado em Meio Ambiente e curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, pelo Câmpus GV) favorecem a verticalização dentro dessa área, atendendo a uma das premissas da Rede Federal (Institutos). Somam-se a isso, tecnicamente, as condições precárias do componente natural, a utilização das terras e o nível tecnológico agropecuário, ao passo que, paralelamente, o índice do ICMS ecológico é tido como favorável, como sinaliza estudos do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais. Há ainda outros dados como vulnerabilidade do solo à erosão e dos recursos hídricos, risco ambiental em 95% do território municipal (de Governador Valadares) e condições desfavoráveis de saneamento.

Embora com esses indicadores adversos, Governador Valadares apresenta classificação muito favorável para o crescimento de variados segmentos econômicos (indústria, serviços, agropecuária, transportes e outros), de forma que, conciliar o potencial para o crescimento econômico com a preservação ambiental, atesta a necessidade desse engenheiro específico.

■ 7.2.5 Bacharelado em Sistemas de Informação – Câmpus Ouro Branco

A informática tornou-se indispensável na vida contemporânea e, sobretudo, ela é condição estratégica de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, a oferta de cursos na área da computação ultrapassa o mero cumprimento de uma política governamental para tornar-se um instrumento de promoção da inclusão social. Esses cursos podem agregar valores e possibilitar aprendizagens que gerem condições de criação de outras propostas de ensino e aprendizagem no campo da computação, pois corresponde à possibilidade de aplicação de tecnologias de informação na educação nacional e, conseqüentemente, no contexto local.

■ 7.2.6 Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades – Câmpus Ouro Branco

Os cursos de Bacharelados/Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências e Humanidades objetivam a formação de bacharéis e/ou docentes nas grandes áreas

de Ciências e Humanidades. Com base em uma perspectiva inovadora de formação e nas experiências vivenciadas pelos cursos de bacharelado de grandes instituições acadêmicas, o curso será estruturado em ciclos de formação (graduação), sendo:

a) primeiro ciclo: período de formação de “[...] habilidades, atitudes e competências transversais com forte base em teorias, cultura e ética” (MEC, 2011, p. 6);

b) segundo ciclo: período de formação com caráter opcional, “[...] dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento” (MEC, 2011, p. 6).

Conforme Parecer CNE/CES nº 266 (MEC, 2011, p. 5), os cursos de bacharelado interdisciplinares propiciam “[...] formação alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e cultural desvinculada da profissionalização precoce”.

Entre outros, apresenta como princípios básicos e norteadores de formação (MEC, 2011) a flexibilização curricular, a interdisciplinaridade, o diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares, a base em teorias, metodologias e práticas que fundamentam a produção científica, tecnológica, artística, social e cultural.

7.2.7 Curso Superior de Tecnologia em Produção Joalheira – Câmpus Ouro Preto

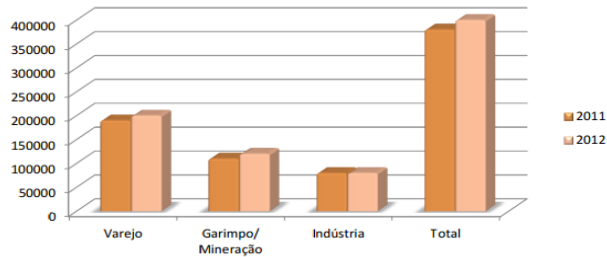
O Instituto Federal de Minas Gerais-Câmpus Ouro Preto, nos seus 70 anos de existência como uma instituição pública reconhecida na região pela qualidade do ensino ministrado na Educação Profissional, encontra-se com o desafio de oferecer à população o curso superior de Tecnologia em Produção Joalheira, cumprindo sua função social de capacitar profissionais para o setor joalheiro que é responsável por gerar empregos e movimentar tanto a economia regional quanto a nacional.

O Brasil é uma das principais províncias gemológicas do mundo e tem sido, ao longo dos anos, um grande produtor e exportador de diversas pedras importantes, como turmalinas, topázios, ametistas, citrinos, águas-marinhas e quartzo, entre outras. Segundo o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), estima-se que o Brasil seja responsável pela produção de cerca de 1/3 do volume das gemas do mundo, e não do seu valor, já que não é produtor de rubi e safira e possui atualmente pequena produção de diamantes.

Em 2012, o país se posicionou como o 12º produtor mundial de ouro em bruto (67,3t). Passou de 14º produtor para o 19º país na produção de joias de ouro (23t) e permaneceu inalterado como o 11º país no consumo de joias, segundo o GFMS – Gold Fields Mineral Service –, de Londres.

O setor, formado por varejo, indústria e mineração/garimpo, é responsável por gerar milhares de empregos diretos no país, conforme o seguinte gráfico do IBGM:

III – EMPREGOS DIRETOS – 2011 e 2012 (*)



(*) Inclui ateliês, oficinas ourives e lapidação terceirizada.

Figura 1 - Empregos diretos gerados pelo setor de joalheria nos anos de 2011 e 2012.

As empresas que compõem a cadeia produtiva, tanto na indústria quanto no varejo, são compostas, basicamente, por micro e pequenas empresas, responsáveis por mais de 96% do universo. Segundo o IBGM (2012), existem cerca de 3900 empresas de lapidação, de joalheria, de artefatos de pedras, de folheados e de bijuterias. Elas estão localizadas, principalmente, em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. No ramo do varejo, os números são mais expressivos com aproximadamente 12 mil empresas. É importante ressaltar que a pesquisa não incluiu ateliês, oficinas de ourives e lapidação terceirizada, como também não considerou a informalidade do setor que continua elevada, tanto na produção quanto na comercialização. Ou seja, possivelmente os números do setor são mais significativos.

No país, a maioria dos cursos existentes nesse eixo industrial é ministrada em módulos com conteúdos separados e sem interdisciplinaridade. Além disso, tais cursos são ofertados pela iniciativa privada, tornando-se muitas vezes inacessíveis a grande parte dos interessados, visto que nessas situações são cobrados valores elevados nas mensalidades, bem como a aquisição, por parte dos alunos, de insumos e materiais específicos. Nesse cenário, a CODAJOIA (Coordenadoria de Joalheria) do IFMG-Câmpus Ouro Preto dispõe de diversos laboratórios bem estruturados, entre os quais: Lab. de Joalheria, Lab. de Lapidação, Lab. de Gemologia, Lab. de Mineralogia e Lab. de Fundição. Além desses, outros dois laboratórios se encontram em fase de implantação: o Lab. de Artesanato Mineral e o Lab. de Modelagem em Cera. Os referidos laboratórios credenciam o IFMG-Câmpus Ouro Preto a oferecer diversos cursos voltados para o setor joalheiro, tendo em vista que essa estrutura encontra-se entre as melhores do país.

Portanto, a oferta do curso superior de Tecnologia em Produção Joalheira estará ampliando as possibilidades de formação dos profissionais da área, valendo-se

da estrutura existente e ainda atendendo a uma demanda tanto regional quanto nacional no setor. Em relação à demanda regional e nacional, justifica-se que a ampliação de ofertas de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) possibilita uma visibilidade de âmbito nacional para os cursos superiores oferecidos por instituições públicas.

■ 7.2.8 Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet – Câmpus Ouro Preto

A oferta do curso superior de Tecnologia em Sistemas para Internet foi concebido tendo em vista a demanda regional e as tendências no mercado de trabalho. Os fatores que justificam a oferta do curso são:

- tendência de desenvolvimento de software para execução em ambientes de rede – inicialmente redes locais e atualmente Internet e Intranet;
- necessidade de profissionais qualificados na área de informática, principalmente em sistemas para Internet, para promoção e divulgação das organizações regionais na rede mundial de computadores;
- reorganização dos processos de trabalho e produção, com planejamento sistemático e em longo prazo;
- perfis formativos diferenciados, ampliando as competências ou criando novas especialidades para atender nichos de mercado, sem, entretanto, se afastar de uma especialidade profissional básica;
- formações interativas, compreendendo múltiplas atividades exigidas pelo mercado de trabalho, com formação teórico-prática que torna possível ao profissional aplicar, na sua atividade, conceitos tais como saber, saber ser e saber fazer.

De um modo geral, trata-se de um profissional com perfil dinâmico, capaz de resolver problemas e apontar soluções articuladas com as necessidades pontuais ou gerais do mercado de trabalho, integrado à sociedade tanto em seus aspectos culturais como nas necessidades regionais.

Acredita-se que a inserção de profissionais com esse perfil formativo contribuirá acentuadamente na melhoria da gestão dos empreendimentos, dinamizando: o processo de evolução tecnológica, a organização das empresas, agregação de valor ao que se produz e melhoria da qualidade dos produtos. Enfim trará mudanças conceituais, transformações tecnológicas ao processo produtivo e divulgação das organizações regionais.

Para a execução dessa oferta o Câmpus Ouro Preto conta com professores qualificados, com formação e experiência nesse eixo tecnológico, assistência estudantil, incentivo à pesquisa, infraestrutura com salas de aulas, laboratórios de informática, biblioteca, restaurante, ginásio esportivo, quadras esportivas, espaço de vivência.

7.2.9 Curso Superior de Tecnologia em Logística – Câmpus Ribeirão das Neves O eixo Gestão e Negócios

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o curso de Tecnologia em Logística faz parte de um *hall* de cursos que demandam profissionais de diversas áreas do conhecimento, tais como: Administração, Economia, Engenharia, Ciências Contábeis, entre outros. Muitos desses profissionais, atualmente, já fazem parte do quadro de professores do IFMG-Câmpus Ribeirão das Neves, lecionando no curso de Tecnologia de Processos Gerenciais e demais cursos técnicos.

Com o intuito de avançar na oferta de cursos dentro do eixo Gestão e Negócios, o curso de Tecnologia em Logística aponta como uma alternativa viável, tanto no aproveitamento do quadro atual de professores como no atendimento das demandas regionais.

A partir da análise do quadro atual de docentes bem como da necessidade futura de novos professores para compor o novo curso, novos profissionais, com formação específica nas áreas da Logística, serão necessários. Esses novos servidores comporiam o quadro de docentes dos cursos de nível técnico (integrado, concomitante e subsequente) e tecnológico da área de Logística e também dos demais cursos do eixo de Gestão e Negócio, quando demandada a atuação desse profissional.

Contando com o crescimento do Câmpus, esses profissionais ainda seriam importantes para futuros projetos de implantação de cursos em nível de Bacharelado em Administração e Engenharia de Produção.

O profissional da área da Logística

De acordo com *Council of Supply Chain Management Professionals* (CSCMP), o foco do profissional da área de Logística deve ser

o gerenciamento da cadeia de suprimento que planeja, implementa e controla, de maneira eficiente e eficaz, o fluxo direto e reverso e armazenagem de bens e serviços e informações relacionadas, entre o ponto de origem e o de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades dos consumidores.

Projetos e investimentos logísticos

Alguns projetos, nos âmbitos nacional, regional e local, visando solucionar problemas que fazem parte do dia a dia do profissional da área da Logística, estão em discussão e outros em implementação. É importante destacar que esses projetos demandarão profissionais qualificados, com capacitação abrangente para atuarem como gestores e analistas. Os profissionais da área de Tecnologia em Logística serão fortemente demandados à medida que esses projetos forem implementados. Alguns desses projetos serão destacados a seguir.

Em relação a investimentos na esfera federal, existe uma previsão para os próximos anos de grandes projetos que objetivam melhorar significativamente o cenário do Brasil em relação à logística e ao transporte. O Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) prevê, entre os anos de 2008 e 2023, investimentos estimados em R\$291 bilhões de reais (BRASIL. Ministério dos Transportes, 2012). Esses investimentos têm como principal meta o equilíbrio da matriz modal brasileira. Na Figura 2 é apresentada a matriz modal atual e a planejada para a década de 2020.

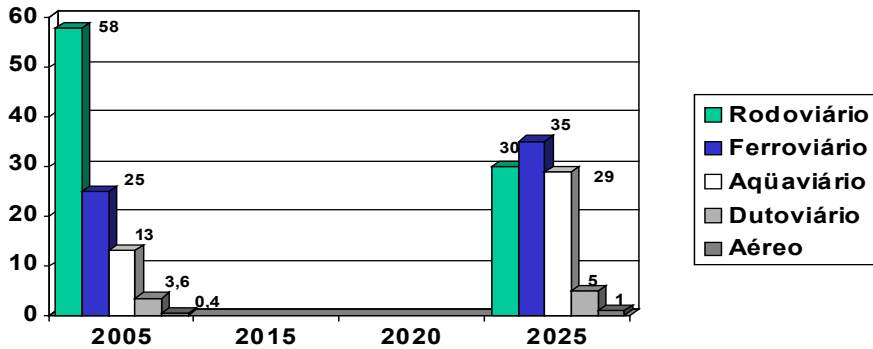


Figura 2 - Matriz de Transporte Atual e Futura proposta pelo PNLT

Fonte: Brasil. Ministério dos Transportes (2012).

Os investimentos previstos no Plano Nacional de Logística e Transporte são estruturados, considerando-se alguns vetores logísticos apresentados na Figura 3.



Figura 3 - Vetores logísticos do PNLT.
Fonte: Brasil. Ministério dos Transportes (2012).

Destacando-se apenas as regiões que podem ser consideradas como área de influência direta do IFMG-Câmpus Ribeirão das Neves, ou seja, os vetores Leste e Centro-Sudeste, tem-se o seguinte montante de investimentos planejados:

a) Vetor Leste (Minas Gerais – exceto Triângulo, sul e extremo norte, Brasília, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Goiás) – Investimento de aproximadamente R\$ 22 bilhões de reais;

b) Vetor Centro-Sudeste (Triângulo e sul de Minas, São Paulo, Mato Grosso do Sul e parte de Goiás e Paraná) – Investimento de quase R\$ 51 bilhões de reais.

Esse montante a ser investido resulta em aproximadamente R\$ 73 bilhões, cerca de 51% de todo investimento. Destaca-se que o valor supracitado refere-se ao capital a ser aplicado em projetos nos diversos modos de transporte, visando à integração modal.

Além dos investimentos previstos no PNLT, pode-se destacar uma série de eventos que ocorrerão em Minas Gerais e no Brasil que ajudarão a alavancar outras iniciativas em relação à alocação de recursos em projetos de Logística e Transporte, a citar: a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Além das iniciativas advindas da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, existem outras demandas de infraestrutura ligadas à Logística que demandarão mão de obra qualificada para seu planejamento, execução e controle, a saber:

- *Aeroporto de Confins (cargas e passageiros)*

O Aeroporto Indústria objetiva a redução do custo de produção com tributos e logística, tornando mais barato e mais fácil competir no mercado exterior, através da instalação de indústrias que funcionarão dentro do aeroporto, nas áreas separadas para cada empresa, sob o Regime Especial de Entrepasto Aduaneiro na importação e exportação.

Adicionalmente, o programa “Decola Minas” tem como objetivo a ampliação de algumas rotas internacionais, estimulando o turismo e a movimentação de cargas no âmbito internacional.

O plano de desenvolvimento do Aeroporto Tancredo Neves prevê a ampliação da capacidade atual de 4 milhões para 20 milhões de passageiros/ano dentro de 25 anos e mais 150 mil toneladas de transporte/ano de carga.

- *Anel Viário de Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte*

O projeto do novo anel viário de contorno norte da RMBH prevê 68km de extensão, passando por oito municípios: BH, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Confins e Santa Luzia. Esse projeto deve proporcionar mais segurança e fluidez ao tráfego na Linha Verde, promovendo acesso mais eficiente ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, além de aliviar o tráfego pesado (principalmente de veículos de carga) no anel rodoviário de Belo Horizonte.

- *Reestruturação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte*

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) publicou um edital para concorrência pública da obra de revitalização de 31,6km, dividido em dois lotes. A empreiteira que oferecer o menor preço será a escolhida, tendo prazo de três anos para concluir as obras. O governo federal prevê investimentos de até R\$ 1,5 bilhão.

Além dos grandes investimentos previstos para o município e seus arredores, já existe instalada aqui uma série de empresas, de pequeno, médio e grande porte. A Atende Logística, por exemplo, especializada em alimentos perecíveis, instalou seu centro de distribuição no município, que demandou investimento de R\$ 90 milhões. O imóvel ocupa uma área de 100 mil metros quadrados e terá como um dos clientes a Brasil Foods (BRF), dona das marcas Sadia, Perdigão, Batavo, Cotochês e Elegê, gerando cerca de 500 empregos diretos.

Por sua vez, além do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, gigantes do varejo, entre elas Ricardo Eletro, Drogaria Araújo, Lojas Americanas, já abriram filiais na área urbana, interessadas tanto no salto de emprego previsto quanto no aumento do poder de compra das classes C, D e E.

Ainda constata-se a presença de empresas, tais como Villefort, Tambasa, Embrasil, S.A. Gôndolas de Aço, Flends, Pacaluz, Nascentes Fernandes, Medeiros Palowa, Supermercado Apoio, Ceasa, Tamasa, Pressblock, Centro de Distribuição

Casas Bahia, Vipal, Bicho de Seda, que estão localizadas em um raio de 15 quilômetros do centro da cidade e que têm potencial de absorver profissionais da área de Logística.

Viabilidade de implementação do curso

Nesse sentido, as empresas demandarão profissionais qualificados que atuarão como funcionários ou autonomamente, ou ainda como pequenos empresários, prestando serviços às organizações existentes.

Assim, com o objetivo de atender e colaborar com o cenário virtuoso descrito anteriormente, insere-se a oferta do curso superior de Tecnologia em Logística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)-Câmpus Ribeirão das Neves na perspectiva de contribuir para a formação profissional de cidadãos/cidadãos aptos a atuarem com competência na realidade local e regional.

7.2.10 Bacharelado em Administração – Câmpus Ribeirão das Neves O Curso Superior em Administração

Como forma de retratar o atual momento do ensino do curso de Administração, Andrade (2005) afirma que a recente fase vivenciada pelo mercado organizacional brasileiro parece oportuno para que se defenda a formação de um profissional capaz de atuar em quaisquer formas de organização, desde cooperativas, entidades filantrópicas, micro e pequenas empresas até as tradicionais corporações públicas e privadas, ou seja:

O conjunto de competências que os cursos de administração terão que colocar em ação, por meio da articulação dos vários saberes oriundos de várias esferas, para resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, constituem características de uma qualificação real. (ANDRADE, 2005, p. 19).

O Profissional de Administração

Segundo o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, de acordo com o art. 2º da Lei nº 4.769/65 e o art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/67, o administrador exercerá a profissão como profissional liberal ou não, mediante:

- elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos;
- realização de perícias, arbitragens, assessoria e consultoria em geral, pesquisas, estudos, análises, interpretações, planejamento, implantação, coordenação e controle de trabalhos;
- exercício de funções e cargos de administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido;
- exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior, assessoramento

e consultoria em órgãos, ou seus departamentos, da administração pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam, principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes a técnicas de administração;

- magistério em matérias técnicas dos campos da administração e organização.

O interesse dos jovens pelo curso superior de Administração

Segundo o site Guia do Estudante, em matéria publicada em 07/01/2014, o curso superior em Administração foi o mais procurado no SISU/2014, ocupando o primeiro lugar, seguido pelos cursos de Direito e Medicina.

Administração já teve 192.582 inscrições, enquanto Direito chegou a 191.107 inscrições. Apesar de ser o curso mais concorrido do Sisu, Medicina aparece em terceiro lugar na quantidade de inscrições, com 176.876. São 2.925 vagas disponíveis para essa graduação, que tem a relação candidato/vaga de 60,47. Esse número cai para 40,45 c/v para o curso de Direito e para 31,39 c/v no de Administração.

As perspectivas do município e os desafios na gestão dos negócios

Em função das reservas minerais de areia, argila e pedras britadas existentes na região, estão instaladas no município várias indústrias de fabricação de tijolos, uma indústria de filtros de barro, duas fábricas de pré-moldados e uma britadora. Outras indústrias de fabricação de cerâmica que se destacam são Braúnas, Jacarandá, Marbeth, Ipê, Luve, Metropolitana, Tijolão, Iolanda, Águia Branca, Asa Branca.

Outra atividade significativa no município é a fabricação de móveis e pode-se, citar, também, a existência de indústrias de fabricação de artigos de vestuário, têxteis, etiquetas e adesivos, tubos de PVC, aparelhos e materiais elétricos, etc. Destacam-se também as indústrias Prima Linea, Hypofarma, Refrigerantes Del Rey, Doimo do Brasil, Móveis Augusta, Ematex, Bel-Química, Raiman Bombas, Plastubos, Fábrica de Cachaça Áurea Custódio, entre outras.

Por outro lado, a proximidade de Ribeirão das Neves com o Anel Rodoviário de BH (40km) e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins (25km), reforça o interesse de várias empresas em se instalar na cidade. Essas empresas contam ainda com a combinação de fatores, como isenção de impostos municipais por dez anos, doação de grandes terrenos e farta oferta de mão de obra. É o caso da SIX Semicondutores (SIX), orçada em US\$ 500 milhões – aproximadamente R\$ 913,5 milhões –, que deve gerar quase 300 vagas diretas.

Há também a construção de uma unidade da Lubribel, empresa do ramo de lubrificantes. A companhia deverá investir cerca de R\$ 4 milhões no local. Próximo

também às margens da BR-040, operários trabalham na terraplanagem do terreno que receberá um centro de distribuição do grupo DMA, controlador dos Supermercados EPA, Via Brasil e Mart Plus. Pelos cálculos da prefeitura, cerca de 540 pessoas devem trabalhar no empreendimento.

O grupo Aliança, proprietário das marcas Apoio Mineiro e Super Nosso, também considera Ribeirão das Neves como uma região de oportunidades. Assim, irá erguer dois “Atacarejos” – locais destinados a vendas no atacado e no varejo. Um vai ser erguido ao custo de cerca de R\$ 25 milhões, no distrito de Justinópolis, e o outro, orçado em cerca de R\$ 27 milhões, já funciona próximo ao Bairro Porto Seguro, na região central da cidade.

Num futuro próximo, Ribeirão das Neves deixará de ser conhecido como município-dormitório, ou seja, muitas pessoas não precisarão mais procurar emprego em outra cidade, pois ele irá gerar empregos. É nesse cenário que o profissional de Gestão se faz necessário para as organizações que já estão no município e outras que se instalarão, constituindo, assim, o *locus* de trabalho dos profissionais da Gestão. Essas organizações, na busca constante pela competitividade, necessitarão qualificar seus processos gerenciais em função da complexidade ambiental.

Assim, com o objetivo de fortalecer o cenário descrito, insere-se a oferta do curso superior em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)-Câmpus Ribeirão das Neves na perspectiva de contribuir para a formação profissional de cidadãos/cidadãs aptos a atuarem com competência na realidade local e regional.

■ 7.2.11 Curso Superior de Tecnologia em Logística – Câmpus Sabará

O Câmpus Sabará oferece o curso Técnico em Logística, mas identificamos nos últimos vestibulares que a oferta desse curso na modalidade subsequente não vem mais atendendo às demandas da comunidade, que dão preferência a realizar um curso de nível superior. Sendo assim, será mais indicado sua oferta como curso de Tecnologia.

Com o oferecimento desse novo curso, os professores passariam a atuar nele, pois o curso Técnico em Logística deixaria de ser ofertado.

■ 7.2.12 Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação – Câmpus Sabará

O Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Industrial é um curso que fornecerá ao mercado profissionais capazes de atuar em diversas áreas em que se empregam as técnicas de automação, incluindo as aplicações tradicionais nos sistemas industriais (controle e automação de processos contínuos, máquinas operatrizes computadorizadas, robóticas) até aplicações em outras áreas, tais como automotiva, residencial, agrícola, sistemas elétricos, entre outras.

Esse é um profissional amplamente demandado na região metropolitana de Belo Horizonte, podendo vir a trabalhar em empresas clientes das técnicas de controle e automação ou que desenvolvam equipamentos para automação. Outro aspecto relevante na oferta do curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Industrial consiste no fato de que ele permitirá a verticalização do ensino, sendo esta uma das finalidades da Instituição, previstas na Lei 11.892/2008.

Por se tratar de um novo eixo, esse curso precisará de novos professores, acervo, laboratórios, mas todos os recursos necessários (financeiros e humanos) estão dentro das previsões do Câmpus.

■ 7.2.13 Licenciatura em Geografia – Câmpus Santa Luzia

A criação do curso de Licenciatura em Geografia no câmpus Santa Luzia se justifica, pois essa cidade está passando por crescimento populacional exorbitante, apresenta uma localização privilegiada e é um dos principais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Salientamos que, em toda RMBH, existem apenas três cursos de Geografia (UNI-BH, PUC-Minas e UFMG), atendendo especificamente à zona sul da capital mineira. Ademais, existe demanda para esse profissional nas escolas municipais, estaduais e particulares.

Além disso, o curso se alinha com a perspectiva dos demais oferecidos no câmpus, visto que oferece uma visão de construção de espaço sociogeográfico, relacionando, em uma mesma dimensão, os seguintes elementos: o homem como um ser que se apropria da natureza mediante o trabalho para satisfazer suas necessidades e, como responsável pela transformação e a preservação racional e consciente dos recursos naturais, garante a melhoria da qualidade de vida.

O curso também traz temáticas importantes dentro do eixo de infraestrutura, como o estudo do relevo, clima, solos, tipos de vegetação e sistemas. Também apresenta discussões da relação entre o meio natural e os grupos sociais e ainda aborda os aspectos fundamentais da geografia econômica, política e da demografia com suas importantes questões socioeconômicas.

Há que se destacar ainda que os conhecimentos trazidos pelo curso são de extrema importância nos ramos da estatística, geologia e engenharia, contribuindo, por exemplo, para o planejamento urbano, construção de rodovias, ocupação rural, reforma agrária, etc.

É necessário meditarmos sobre o pensamento de Callai:

A formação profissional da Geografia é em última análise, uma postura de compreender o mundo, mudando-o constantemente, e o papel do homem nesse processo é permitir que a formação do geógrafo não pense apenas no conteúdo a ensinar, mas ensine-o a aprender, a buscar as verdades e as informações, tratando-o como um cidadão que ao buscar a sua formação seja capaz de entender o papel que poderá desempenhar na sociedade como um agente de transformação. Essa é a dimensão pedagógica na formação do profissional da Geografia. (CALLAI, 2013. p. 107)

Dessa forma, o eixo teórico que liga e amarra todas as disciplinas do curso é o que coloca a ação humana como a principal responsável pelas alterações no território. Em cada disciplina, seja da área da chamada Geografia Física ou da Humana, o homem, contextualizado no seu tempo histórico, será o centro da análise espacial, não por ser melhor ou mais importante que a natureza, mas por ser, de fato, aquele que modifica rapidamente esse espaço, a partir dos interesses sociais, políticos, filosóficos e econômicos da sociedade à qual pertence.

A Geografia, como uma ciência do espaço, estudará, então, as configurações espaciais de cada tempo, fazendo uma relação histórico-espacial da construção desse espaço, apontando alternativas de intervenção, no sentido de buscar melhores condições de vida à grande maioria da população, na construção de um espaço mais democrático, justo socialmente e ecologicamente sustentável.

O curso de Licenciatura em Geografia do IFMG – Santa Luzia precisa dar conta dessa tarefa e para isso é preciso que haja sentido na matriz curricular. Esse sentido será dado por meio da dimensão pedagógica adotada, distribuindo cuidadosamente cada disciplina e apontando a direção a ser seguida por ela, ou seja, aquela que viabiliza ao aluno-professor a compreensão de que cada conteúdo específico/disciplina é mais um complemento ao seu conhecimento sobre a dinâmica espacial analisada pela ciência geográfica. A partir desse prisma, será possível compreender o espaço geográfico como resultado da ação humana sobre ele, do local em que os conflitos políticos, econômicos, filosóficos se materializam, seja nos aspectos físicos (da natureza) ou nos humanos (da sociedade).

7.2.14 Bacharelado em Engenharia Florestal – Câmpus São João Evangelista

A proposta de abertura do curso de Engenharia Florestal no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG – Câmpus São João Evangelista-MG está inserida na perspectiva de construir a efetiva interiorização da formação superior pública de qualidade, numa das regiões mais carentes, do ponto de

vista socioeconômico, de Minas Gerais. Entendemos que um curso com esse enfoque poderia ser um importante fator de desenvolvimento, uma vez que estamos numa região essencialmente rural. Apesar da imensa carência de profissionais que atuam em Ciências Agrárias na região do Vale do Rio Doce, a disponibilidade de cursos de graduação nessa área ainda é extremamente baixa.

Diante disso, percebemos que é o momento de refletir sobre a formação profissional e o compromisso social dos nossos jovens. Desponta, assim, a necessidade de formação do profissional engenheiro florestal, considerando os graves problemas relacionados à área florestal e ambiental atuais, que poderiam ser sanados com a interferência de profissionais capacitados para atuarem nas atividades específicas da Engenharia Florestal. Esses profissionais podem ser protagonistas das grandes mudanças que se fazem necessárias hoje, no que se refere ao uso da terra e da ética social, no sentido de melhorar a qualidade de vida da sociedade.

7.2.15 Bacharelado em Nutrição – Câmpus São João Evangelista

Pouca atenção se dava, até a Segunda Guerra Mundial, às estimativas de oferta e consumo de alimentos. Com a escassez dos alimentos, em consequência da guerra, os governos passam a se preocupar com a oferta e com o controle da distribuição de alimentos, o que contribuiu no conhecimento, por parte dos países, de sua capacidade de produzir e estocar mantimentos. Posteriormente, importantes progressos metodológicos foram alcançados e um grande número de indicadores de consumo alimentar pôde ser construído (CAVALCANTE; PRIORE; FRANCESCHINI, 2004).

Os estudos sobre consumo alimentar evoluíram e foram realizados em muitos países por organismos oficiais, a fim de estabelecer as recomendações de energia e demais nutrientes, além de orientar as políticas governamentais no campo da saúde pública, sobretudo nos programas de fortificação de alimentos, suplementação alimentar e educação nutricional para as populações (LUSTOSA, 2000).

O curso de Nutrição tem como objetivo preparar os estudantes para atuação na área de saúde alimentar a fim de atender positivamente às demandas da sociedade, além de desenvolver atividades necessárias à formação de profissionais com iniciativa e postura empreendedora ao prestar serviços nos diferentes segmentos voltados para a alimentação ou na condução do seu próprio negócio.

O campo de trabalho dos profissionais de nutrição e dietética tem se tornado cada vez mais amplo. Os alimentos e os equipamentos para o seu processamento têm passado por marcantes transformações, decorrentes da incorporação de sofisticados recursos tecnológicos. O contínuo progresso das ciências que embasam a prática profissional faz com que o negócio de alimentos seja orientado por preceitos científicos, técnicos, tecnológicos e legais, que geram procedimentos precisos e sofisticados.

Um fator positivo para implantação do curso de Nutrição no Câmpus será o aproveitamento da estrutura física de salas e laboratórios já existentes do curso Técnico em Nutrição e Dietética, além do aproveitamento de parte do corpo docente desse mesmo curso.

O interesse dos egressos também é um grande fator que leva o Câmpus a propor a abertura futura de um curso superior em Nutrição. Registramos que já existe na Instituição um projeto completo para construção do prédio de aulas que poderá ser destinado à implantação desse curso com todas as acomodações necessárias para docentes e alunos, com laboratórios, gabinetes e salas de aula.

■ 7.2.16 Licenciatura em Física – Câmpus São João Evangelista

Desde a sua aurora, o homem interage com o meio exercendo sobre ele sua influência, seja na busca de recursos que lhe provenham sua sobrevivência, seja na tentativa incessante de compreender melhor os fenômenos que o rodeiam, almejando melhoria das condições de sua existência ou buscando o desenvolvimento tecnológico.

Nesse processo incessante de busca por novos conhecimentos e técnicas, conseguiu imprimir ritmo acelerado em seu desenvolvimento, criando novas tecnologias e, como consequência, elaborando novos conhecimentos. Na tentativa de compreender o universo e elaborar leis que descrevam os fenômenos que nele ocorre, o homem deu origem à Física, ciência que, sem exagero de forma alguma, pode ser considerada uma das bases para o estabelecimento das demais ciências.

Por desempenhar papel fundamental para o desenvolvimento de toda a humanidade, constitui disciplina integrante da educação básica sendo, portanto, obrigatória, conforme a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Assim sendo, a demanda por profissionais com formação específica, não somente em Física, mas em todas as áreas do conhecimento, tem aumentado expressivamente, apontando a necessidade da criação de cursos visando à preparação de profissionais com formação na área do ensino, para que possam atuar nos vários segmentos da educação básica, sobretudo, no ensino médio.

Embora haja crescimento na demanda, os dados apurados pelo INEP/MEC através da Sinopse Estatística da Educação Superior (2002) e nos dados divulgados no Relatório de Estatísticas dos Professores do Brasil (2003), o Ministério da Educação, em 2003, demonstrou preocupação com o número muito baixo de professores de Física e Química e com a perspectiva futura de manutenção desse quadro (IBANEZ et al., 2007).

Em um quadro nacional, podemos verificar que existem professores do ensino médio que ainda não têm licenciatura como formação. Em 1991, o percentual de professores com licenciatura que atuavam no ensino médio era de 74,9%. Em 2002, esse percentual subiu para 79%. A demanda por licenciatura não é grande, mas tem

aumentado nos últimos anos. O número total de candidatos inscritos para cursos de formação de professor de Física é de 12.596 para 3.233 vagas. Analisando-se os dados da Estatística dos Professores do Brasil (2003), a demanda em 2002 era de 23.514 professores de Física, isso apenas para o ensino médio.

Considerando que esses professores deveriam ocupar as vagas de Ciências de 6º a 9º ano do ensino fundamental na mesma proporção que os professores de Química e de Biologia, somaríamos uma demanda de 55.231 professores de Física.

De 1990 a 2001, foram licenciados 7.216 professores de Física. A estimativa do governo era licenciar mais 14.247 profissionais dessa área até 2010, número esse que já não seria suficiente para atender à demanda em 2002, levando-se em consideração apenas o ensino médio. Nesse contexto, é premente o investimento na formação inicial de professores de Física.

A responsabilidade na formação de docentes é da esfera pública, sobretudo nos Institutos Federais que têm, como função legal, a destinação de 20% de suas vagas para cursos de Licenciatura, principalmente em áreas – como é o caso da Física – em que há grande defasagem de profissionais.

Somado a esse fato, temos que o Câmpus São João Evangelista do IFMG, localizado na microrregião de Guanhães, atende a todas as cidades dessa microrregião, além de outros municípios como, por exemplo, aqueles localizados nas microrregiões de Capelinha e Peçanha. Essas microrregiões encontram-se inseridas nas mesorregiões do Vale do Rio Doce e Jequitinhonha, caracterizadas por IDH médio com valor 0,6 e PIB médio com valor próximo de R\$ 4.730,00 (IBGE, 2003).

Por isso a relevância da implantação de tal curso no Câmpus São João Evangelista do IFMG.

■ 7.3 Cursos de Pós-Graduação, *Lato e Stricto Sensu*, Presenciais

Propõe-se a criação de oito novos cursos de pós-graduação, distribuídos nos câmpus Bambuí, Governador Valadares, Ouro Branco e São João Evangelista.

A Tabela 5 apresenta, de forma detalhada, o cronograma de implantação dos novos cursos de pós-graduação no IFMG.

Tabela 5 - Previsão de abertura de novos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, presenciais

Câmpus	Nome do curso	Forma de Oferta	Dimensão da Turma	Turno de Funcionamento	Ano Previsto para Implantação
Bambuú	Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental	Mestrado Profissional	20	A definir	2014 (depende da aprovação da CAPES)
Governador Valadares	Engenharia de Segurança do Trabalho	Especialização	50	Noturno (sextas-feiras) e Diurno (sábados)	2015
Ouro Branco	Inovação Tecnoeducativa: usos, limites e possibilidades	Especialização	25	Noturno	2018
	Gestão de Negócios	Especialização	25	Noturno	2018
Ouro Preto	Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural	Especialização	45	EaD	2016
	Educação Matemática	Especialização	20	Noturno	2016
São João Evangelista	Informática na Educação	Especialização/MBA	35	Noturno	2015
	Meio Ambiente	Mestrado	20	Integral	2018

7.3.1 Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental – Câmpus Bambuí

Justifica-se a implantação do mestrado profissional em “Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental” para atender a uma demanda de formação de profissionais em nível de mestrado comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país, com abordagens de forma técnica e sistemática em temas voltados à Gestão, Planejamento, Ciência e Tecnologia.

Esse programa contribuirá com a formação qualificada de recursos humanos e para o desenvolvimento científico-tecnológico, para beneficiar a sociedade e o ambiente, de modo a atender às demandas da sociedade com vistas a políticas de desenvolvimento regional e nacional. Nas regiões de Bambuí, Ouro Preto e São João Evangelista, têm-se atividades de grande impacto no meio ambiente como mineradoras (exploração de ferro e ouro em Ouro Preto e calcário na região de Bambuí, Pains e Arcos) e atividades agrícolas (gado de leite, corte, plantações de cana-de-açúcar).

O Câmpus Bambuí do IFMG está situado no Alto São Francisco, próximo à nascente dessa importante fonte de água para o Brasil e, por isso, projetos e políticas de sustentabilidade e tecnologia ambiental são bem-vindos. O IFMG possui corpo docente com excelente formação, além de estrutura para suportar a implantação de um curso dessa magnitude. Esse mestrado é multicâmpus e docentes de diversos câmpus do IFMG fazem parte desse programa. Houve um amplo debate com a PRPPG para a confecção do projeto e submissão à CAPES, com a participação dos docentes que fazem parte do referido programa.

7.3.2 Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – Câmpus Governador Valadares

Questões que envolvem Segurança e Saúde no Trabalho (SST) apresentam ainda muitas dificuldades, visto que o sistema produtivo expõe o trabalhador a condições adversas, risco de acidente, morte e doenças ocupacionais.

A fim de reduzir seus índices, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atua como órgão orientador e fiscalizador que faz cumprir a regulamentação vigente, a qual traz a obrigatoriedade de implantação de programas que visem à eliminação, redução e controle de riscos ambientais a que possam estar expostos esses trabalhadores, tais como o Programa de Prevenção a Riscos Ambientais (PPRA), regulamentado pela Norma Regulamentadora (NR) 09, articulado ao Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), regido pela NR-07.

A fim de melhorar essas condições de trabalho, oferecer saúde e integridade física ao trabalhador, a NR-04 estabelece que as empresas privadas e públicas que possuam trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho manterão obrigatoriamente os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Esse serviço deve ser integrado pelo técnico em segurança do trabalho, técnico em enfermagem do trabalho, médico do trabalho, enfermeiro do trabalho e engenheiro de segurança do trabalho. Essa norma ainda estabelece o dimensionamento desses profissionais nas mais diversas empresas de acordo com o grau de risco e número de trabalhadores, sendo obrigatória a sua contratação para fazer cumprir a regulamentação vigente.

O IFMG-Câmpus Governador Valadares oferece o curso Técnico Integrado em Segurança do Trabalho e a Graduação em Engenharia de Produção em atendimento ao próprio Estatuto do IFMG no que diz respeito à integração, verticalização da educação básica, profissional e educação superior e otimização da infraestrutura física e profissional. Logo, para suprir a necessidade de mercado e capacitar esse profissional, é importante para a região a oferta do curso de especialização *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho.

■ 7.3.3 Especialização em Inovação Tecnoeducativa: usos, limites e possibilidades – Câmpus Ouro Branco

Atualmente, inúmeras tecnologias de informação e comunicação que auxiliam o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem estão à disposição dos profissionais da educação, mas muitos deles não possuem conhecimento que lhes permita a implantação e implementação de tais tecnologias no ensino.

Aliado ao curso de Licenciatura em Computação, o curso de Especialização em Inovação Tecnoeducativa: usos, limites e possibilidades foi pensado visando à integração entre computação e educação e tem por objetivo o aprofundamento do conhecimento na área específica das tecnologias digitais no ensino. Com sua implantação pretende-se contribuir para o aprimoramento da qualidade no ensino e para a democratização educacional a partir do fomento de pesquisas e conhecimentos aprofundados sobre uso de tecnologias educacionais que favorecem e oportunizam o acesso ao conhecimento.

A inserção de inovações no âmbito educacional, sobretudo quando se trata de conhecimento tecnológico computacional, necessita formação adequada dos profissionais. É com esse intuito que o curso se constitui em mais uma instância que possibilita e oportuniza a formação continuada de profissionais da educação da região e seu entorno.

■ 7.3.4 Especialização em Gestão de Negócios – Câmpus Ouro Branco

O curso de Gestão de Negócios tem como objetivo o aperfeiçoamento e a qualificação profissional. Busca desenvolver o conhecimento em todas as áreas de negócios, com foco nas tendências do mercado empresarial e nas técnicas emergentes e fundamentais da administração. Destina-se a profissionais de nível superior com diversas formações, que exerçam funções administrativas, de supervisão ou gerenciais.

O curso justifica-se por proporcionar uma qualificação abrangente e dinâmica de gestão empresarial. Levando-se em consideração o crescimento da região do Alto Paraopeba, a presença de grandes empresas, bem como o número significativo de faculdades que promovem a formação de nível superior, acredita-se que exista demanda suficiente para esse curso no IFMG-Câmpus Ouro Branco. Outro ponto a favor é o corpo docente altamente qualificado.

■ 7.3.5 Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural - Câmpus Ouro Preto

A proposição do curso “Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural” justifica-se por uma série de fatores, todos eles interligados por demandas das instituições parceiras, tais como: conservação e restauro do patrimônio cultural e qualificação dos profissionais envolvidos com a gestão pública do patrimônio cultural.

Em um primeiro momento, o curso visa responder a uma demanda imediata do “Projeto Diagnóstico das Potencialidades de Desenvolvimento Regional na Área de Restauo do Patrimônio Edificado”, financiado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC. O trabalho foi realizado em consequência de demandas da Universidade do Trabalho do Uruguai e, em parceria com o IFSul-Campus Pelotas, que também possui potenciais e fraquezas nessa área, foi formalizado o projeto em referência, visando à identificação dos possíveis trabalhos conjuntos no campo da conservação e restauo dos bens culturais edificados. O projeto desenvolveu-se através de encontros ocorridos em Ouro Preto, Pelotas e Montevideo, onde foi constatada a necessidade de ampliar as trocas de experiências entre as instituições parceiras, abrangendo primordialmente a formação de profissionais para atuar na conservação e gestão dos bens culturais.

É inegável a importância da preservação do patrimônio cultural como elemento identitário de uma determinada comunidade. Historicamente, o processo de preservação dos bens patrimoniais no Brasil esteve ligado à ação exclusiva e impositiva do Estado, em especial através da atuação do IPHAN, no âmbito nacional, e das diversas instituições existentes na esfera estadual. Nas décadas de 1980 e 1990, com o intuito de aproximar a gestão do patrimônio cultural das comunidades, reduzindo a presença das tradicionais instituições estatais, em consonância com o entendimento, oriundo da teoria contemporânea, de que o município é o melhor agente da preservação, muitas cidades estruturaram órgãos de proteção do patrimônio ao mesmo tempo em que ocorreu o incremento da legislação de incentivo e de patrocínio de ações de conservação, como no caso da Lei Rouanet, em nível federal, e do ICMS Cultural do Governo do Estado de Minas Gerais. Contudo percebe-se que, a despeito da compreensão já consolidada de que o município deva ser o principal agente gestor da preservação, a inexistência de capacitação técnica local gera um quadro de distorção: em geral, a participação no programa se dá por meio da contratação de equipes de consultoria, sem atividade permanente no município. Em casos mais graves, percebe-se, ainda, a incapacitação técnica dos próprios consultores.

Nesse sentido, o curso de especialização “Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural” é justificado pela possibilidade de uma dupla formação: em primeiro lugar, do profissional graduado em áreas afins à preservação: Arquitetura, Engenharia, Tecnologia em Conservação e Restauo, História, Sociologia, Turismo, entre outros; em segundo lugar, gestores do patrimônio cultural, tanto no sentido da correção das distorções apontadas, quanto no envolvimento com a preservação do patrimônio cultural local.

Do ponto de vista da formação dos profissionais envolvidos, percebe-se que os cursos de graduação, em geral, discutem superficialmente o tema, ao tratá-lo sob o viés disciplinar restrito, que não aborda a questão da transdisciplinaridade, não permitindo

uma capacitação qualificada para o gerenciamento dos bens a serem preservados. Também os cursos de pós-graduação existentes na área não contemplam a necessária atividade de gestão, limitando-se a análises teóricas e pouco operativas de bens materiais dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, não são contemplados instrumentos que efetivamente viabilizem a gestão do patrimônio cultural por meio da elaboração de programas e projetos.

7.3.6 Especialização em Educação Matemática – Câmpus Ouro Preto

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia devem oferecer capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes, além de realizar a pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade.

Segundo Oliveira (2005), de modo geral, os professores de Matemática da Educação Básica apresentam dificuldades com o conteúdo que devem ensinar e em transformar os saberes adquiridos na universidade para o saber ensinado ao seu aluno na escola.

Com essa compreensão, a área de Matemática do Instituto Federal de Minas Gerais-Câmpus Ouro Preto pretende oferecer essa modalidade educativa, que se justifica pela necessidade de ampliar e aprofundar os conhecimentos específicos, pedagógicos e curriculares no contexto da Educação Matemática, não só para os licenciados em Matemática, como também para diversos professores de Matemática atuantes nas redes públicas ou particulares de Ensino Fundamental ou Médio.

Nesse contexto, o Câmpus Ouro Preto do IFMG se insere podendo contribuir para a melhoria do ensino de Matemática na região dos Inconfidentes e outras regiões do Estado de Minas Gerais, uma vez que possui professores/pesquisadores com formação na Educação Matemática e experiência docente na Educação Básica. Além disso, verifica-se que, nessa região, esse tipo de curso de formação continuada não é ofertada pelas instituições de ensino público.

Logo, a presente proposta de criação do curso de Especialização em Educação Matemática pretende oportunizar a ampliação e reelaboração de conhecimentos específicos, pedagógicos e curriculares no contexto da Educação Matemática, para diversos professores que lecionam Matemática nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, atuantes nas redes pública ou particular de ensino e também para outros graduados dos cursos de Licenciatura em Matemática.

■ 7.3.7 Especialização em Informática na Educação – Câmpus São João Evangelista

A computação se tornou fortemente pervasiva, o que tem levado a informática aos mais variados ambientes da sociedade. Os computadores já se tornaram elementos comuns nas residências dos brasileiros, e a maioria dos estabelecimentos comerciais está equipada com recursos de computação que informatizam e otimizam seus processos. Nas escolas não é diferente. É comum a presença de computadores nas secretarias, salas de coordenação e planejamento, além dos muitos laboratórios de informática disponíveis para os estudantes.

No entanto, os computadores são elementos naturalmente passivos. De nada adianta sua presença no ambiente escolar, se não são realmente utilizados no processo de ensino-aprendizado, o que acontece em muitas escolas na região do Vale do Rio Doce, onde se localiza o IFMG-Câmpus São João Evangelista. Em muitas escolas dessa região, o que frequentemente se veem são laboratórios inutilizados por falta de professores com qualificação necessária, sem aptidão e condições para aplicar efetivamente os recursos de informática no processo de ensino-aprendizado.

Nesse sentido, a criação de uma pós-graduação que qualifique os professores, sobretudo da educação básica, para a utilização efetiva das tecnologias de informação e comunicação na educação, pode alavancar o desenvolvimento da região através da qualificação profissional dos professores, da promoção do uso efetivo dos recursos de computação disponíveis nas escolas e de um processo ensino-aprendizado com mais qualidade, culminando com o desenvolvimento humano das pessoas da região que, segundo estudos, ainda possui um IDH baixo em relação a outras regiões do Estado e do país.

■ 7.3.8 Mestrado em Meio Ambiente – Câmpus São João Evangelista

O Câmpus São João Evangelista do IFMG, localizado na região do Vale do Rio Doce em Minas Gerais possui tradição de ensino na área das ciências agrárias e ambientais. O Câmpus possui um curso de especialização *lato sensu* em Meio Ambiente, e a criação de um curso de mestrado nessa mesma área reforçará a importância da atuação da Instituição na região, que possui zona rural caracterizada por pequenas e médias propriedades, em que prevalece a agricultura familiar e destacam-se as áreas de pastos degradados em alternância com os plantios florestais.

A região tem sido foco de atividades minerárias e da implantação de inúmeras pequenas centrais hidrelétricas, atividades de alto impacto ambiental e social. Por esses motivos, as cidades da região têm crescido e a ocupação do solo tem ocorrido de forma desordenada com construções em áreas de elevada declividade ou próximas a leitos de rios, o que é um risco para a segurança de moradores, além de interferir na conservação dos recursos hídricos. Outro aspecto é que as cidades da região não

possuem implantados sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos nem tratamento de esgoto, o que contribui para a redução da qualidade de vida.

A região do Vale do Rio Doce não tem cursos de mestrado gratuitos para atender o grande número de profissionais de diversas áreas que nela se formam e atuam. Os cursos mais próximos estão localizados na Região de Planejamento Estadual, denominada Central, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no município de Diamantina, a 200km de São João Evangelista.

Acredita-se que o público do curso de mestrado em Meio Ambiente será formado por egressos dos cursos de Agronomia e Tecnologia em Silvicultura, bem como por profissionais das redes pública e privada que precisam se capacitar para terem uma melhor atuação na gestão do ambiente urbano e rural e na formação dos estudantes.

■ 7.4 Cursos de Graduação a Distância

■ 7.4.1 Projeto de oferta de cursos de licenciatura multicâmpus a distância via Universidade Aberta do Brasil

Um dos objetivos legais definidos para os Institutos Federais é a oferta de cursos de licenciatura, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional.

O IFMG tem perseguido o cumprimento desse objetivo pela oferta de três cursos presenciais de Licenciatura em Física, dois cursos presenciais de Licenciatura em Matemática, um curso presencial de Licenciatura em Ciências Biológicas, um curso presencial de Licenciatura em Geografia e de um curso de Licenciatura em Computação. Com esse esforço institucional, logrou-se aumentar a oferta de vagas em cursos de licenciatura de 280 vagas, em 2011, para 345 vagas, no ano de 2013, o que representa um crescimento de 24%, sendo que a proporção de vagas ofertadas destinadas à licenciatura aumentou de 7% para aproximadamente 10% do total de vagas ofertadas.

Com as propostas contidas neste PDI de oferta de mais três cursos presenciais, Licenciatura em Física (35 vagas), Licenciatura em Matemática (50 vagas) e Licenciatura em Geografia (40 vagas), *ceteris paribus*, a proporção total de vagas dos cursos presenciais destinadas às licenciaturas atingirá aproximadamente 13% do total de vagas ofertadas. Assim, vê-se que o IFMG tem perseguido de forma consistente o atingimento do percentual de 20% de vagas destinadas aos cursos de licenciatura, em relação ao total de vagas ofertadas pela Instituição.

Ainda que seja notória a carência de professores de Ciências no sistema de educação básica do país, e a principal resposta dos formuladores de políticas públicas tem sido a de proporcionar um aumento das vagas ofertadas destinadas aos cursos de Licenciatura em Ciências, os dados oficiais evidenciam que o simples aumento do número de vagas ofertadas não tem tido impacto na redução da carência observada,

sendo fácil verificar a continuidade dessa deficiência, um grande número de vagas ociosas nos cursos de licenciatura e uma demanda extremamente reduzida pelos cursos de licenciatura.

Pesquisas como as realizadas pela Fundação Victor Civita e pela Fundação Carlos Chagas e diversos artigos acadêmicos fornecem evidências de que um dos principais fatores que explicam a carência de professores para o ensino básico é a falta de atratividade da carreira, evidências comprovadas pela estimativa de que menos de 2% dos alunos que cursam o ensino médio consideram a possibilidade de seguirem a carreira docente voltada ao ensino básico. Tais evidências corroboram a afirmação de que, em educação, a oferta não cria sua própria demanda.

Isso posto, o IFMG, observando o princípio constitucional da eficiência e os princípios implícitos da razoabilidade e proporcionalidade, planeja direcionar suas ações para o atendimento de seu objetivo legal de ofertar cursos de licenciatura, tendo como diretriz básica a necessidade de que a oferta de vagas dos cursos de licenciatura deve caminhar ao encontro da demanda efetiva, de forma que escassos recursos públicos não sejam mobilizados para atender uma demanda inexistente.

Nesse sentido, planeja-se ofertar os cursos de licenciatura presenciais existentes (e a serem ofertados) na modalidade a distância via Universidade Aberta do Brasil (UAB). Especificamente, o oferecimento desses cursos pelo sistema da UAB visará proporcionar formação inicial aos professores efetivos e efetivados, não habilitados, da rede estadual de ensino de Minas Gerais, que representa uma demanda concreta e de grande relevância social.

Considerando que a oferta de cursos pelo sistema da UAB não depende apenas do planejamento institucional mas também da aprovação de várias instâncias, tais como da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC), do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Minas Gerais (FORPROF/MG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e também a necessidade de consolidação dos cursos de licenciaturas presenciais conforme constatado no capítulo 6, o compromisso institucional que se assume neste PDI é que serão apresentados projetos de oferta, via sistema UAB, dos cursos de licenciaturas presenciais existentes e que atendam às necessidades de formação inicial apresentadas pela rede estadual de ensino de Minas Gerais no FORPROF.

A previsão é que, caso aprovadas as propostas de cursos de licenciaturas a distância, sejam ofertadas 230 vagas adicionais via UAB até o ano de 2018, o que permitirá, *ceteris paribus*, o cumprimento do percentual de 20% de vagas destinadas às licenciaturas, dada a diretriz de existência de demanda efetiva e a necessidade de aprovação pelas instâncias competentes, externas e internas.

7.5 Cursos Técnicos a Distância

Planeja-se a criação de oito novos cursos técnicos a distância, distribuídos nos campi Bambuí, Betim e Ouro Branco, na forma subsequente.

A Tabela 6 apresenta, de forma detalhada, o cronograma de implantação dos novos cursos técnicos a distância no IFMG.

Tabela 6 - Previsão de abertura de novos cursos técnicos a distância

Câmpus	Nome do Curso	Forma de Oferta	Dimensão da Turma	Turno de Funcionamento	Ano Previsto para Implantação
Bambuí	Técnico em Informática	Subsequente	90	EaD	2016
	Técnico em Administração	Subsequente	90	EaD	2017
Betim	Técnico em Informática para Internet	Subsequente	50	EaD	2015
	Técnico em Mecânica	Subsequente	40	EaD	2015
Congonhas	Rede de Computadores	Subsequente	50	EaD	2015
Formiga	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	Subsequente	50	EaD	2015
Governador Valadares	Técnico em Serviços Jurídicos	Subsequente	50	EaD	2015
Ouro Branco	Técnico em Soldagem	Subsequente	50	EaD	2018
	Técnico em Administração	Subsequente	50	EaD	2015
Ouro Preto	Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente	50	EaD	2015
	Técnico em Eventos	Subsequente	50	EaD	2015
	Técnico em Marketing	Subsequente	50	EaD	2015
Ribeirão das Neves	Técnico Em Finanças	Subsequente	50	EaD	2015
	Técnico em Marketing	Subsequente	50	EaD	2015
Santa Luzia	Técnico em Desenho de Construção Civil	Subsequente	50	EaD	2015
Sabará	Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente	50	EaD	2015

7.5.1 Curso a Distância de Técnico em Informática – Câmpus Bambuí

O Câmpus Bambuí oferta cursos na área de Informática desde o ano de 1999, quando era ainda Escola Agrotécnica Federal. Desde 2003 oferece cursos de graduação na área, sendo o primeiro o curso superior de Tecnologia em Informática no Agronegócio que teve seu nome alterado no processo de reconhecimento para curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, além do curso

superior de Tecnologia em Sistemas para Internet e, atualmente, o curso de Engenharia da Computação. Durante todos esses anos, sempre foram ofertados cursos técnicos na área de Informática, tanto na sede, como em unidades fora de sede.

A experiência adquirida pelo corpo docente, aliada à forte interseção e familiaridade com as tecnologias utilizadas na oferta dos cursos de EaD via Internet, torna a disponibilização do curso Técnico em Informática uma interessante escolha para ser o primeiro curso a distância a ser ofertado pelo Câmpus.

■ 7.5.2 Curso a Distância de Técnico em Administração – Câmpus Bambuí

O número de cursos na área de Gestão ofertados em EaD no país é alto se comparado a outras áreas. Isso permite deduzir que existe demanda.

Conforme apresentado na seção 7.1, o Câmpus Bambuí conta com um corpo docente qualificado na área de Administração e a oferta do curso presencial Técnico em Administração, prevista para 2015, criará uma base importante para a experimentação da oferta desse curso na modalidade EaD.

Entre os demais cursos das outras áreas existentes no Câmpus, optou-se pela oferta do curso de Administração pela característica dos conteúdos abordados e da complexidade dos Objetos de Aprendizagem (OA) Virtuais a serem utilizados na Plataforma Moodle. Esses OA são mais simples, por exemplo, se comparados aos que seriam necessários para a oferta de cursos que possuem laboratórios vivos, como ocorre nos cursos de Agricultura ou Zootecnia.

Assim, propõe-se a criação desse curso a partir do ano de 2017, após a análise dos resultados obtidos pela oferta do curso de Informática.

■ 7.5.3 Curso a Distância de Técnico em Informática para Internet – Câmpus Betim

Segundo o TIC Empresas 2013 em parceria com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), as empresas brasileiras estão adotando cada vez mais Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no seu dia a dia. O estudo confirma a quase universalização do acesso ao computador e Internet nas empresas brasileiras (cerca de 96% das empresas). (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2014)

Segundo esse mesmo estudo, no que diz respeito à presença de um *website*, pouco mais da metade do total de empresas com acesso à Internet (56%) possuem sites ou páginas na Internet. Assim, percebe-se que o mercado brasileiro anseia por profissionais com competências específicas para atenção a essa demanda. (NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2014)

A informática para Internet enfatiza a criação de websites e documentos disponibilizados no ambiente Web, por meio da extensão da prática de design e utilizando o meio digital com a aplicação de técnicas de desenvolvimento para ambiente web.

Informática para Internet é uma formação multidisciplinar, pois a construção de sítios e páginas web requer conhecimento de diversas áreas técnicas, como programação, usabilidade, acessibilidade, dentre outras.

Planejar corretamente, identificar as ações que deverão ser tomadas para atingir o objetivo, público-alvo, selecionar a tecnologia utilizada são atribuições corriqueiras para um projeto de informática para Internet.

Por sua característica multifacetada e seu suporte conectado que atende a uma infinidade de aplicações, a Internet requer profissionais com formação adequada e específica que tenham a capacidade de interagir confortavelmente pelas ferramentas de produção gráfica, animação, multimídia, gerenciamento de banco de dados e projetos de comércio eletrônico, associando preocupação ética, mercadológica e empreendedora. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014)

De acordo com a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), a repercussão do impacto da escassez de mão de obra em TI poderá ocasionar perda de receita de R\$ 115 bilhões até 2020 no segmento.

Segundo o gerente do Observatório da Softex, “os municípios que mais sofrem em Minas pela falta de mão de obra qualificada são Belo Horizonte e seu entorno, onde existe presença importante de empresas especializadas, como Betim, Contagem e Nova Lima”, o que representa cerca de 6% do déficit de profissionais de todo o Brasil, traduzindo em mais de 3 mil vagas em aberto. (ARAÚJO, [20--])

Para um profissional da área de informática para a Internet não existe fronteiras. Ele pode trabalhar em empresas públicas e privadas, bancos, escolas, universidades, comércio, prestadoras de serviço. O campo de trabalho é imenso e, pode-se dizer, quase inesgotável.

Com uma área tão diversificada e abrangente, considerando a demanda do mercado elevada, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais-Câmpus Betim propõe a abertura do curso Técnico em Informática para Internet.

7.5.4 Curso a Distância de Técnico em Redes de Computadores – Câmpus Congonhas

Com base no crescimento da demanda do mercado brasileiro de informática, bem como o aumento do acesso do cidadão a computadores e produtos relacionados, o Câmpus Congonhas optou por oferecer o curso técnico a distância de Redes de Computadores. Esse curso justifica-se pela demanda de profissionais qualificados com conhecimento e habilidades que vão além de operar e manusear o equipamento de informática, mas, sim, ter conhecimento mais sólido de seu funcionamento. Desse modo, o profissional egresso estará habilitado a estabelecer, administrar e manter redes

de computadores, conservando os sistemas informatizados seguros em consonância com os princípios de produtividade, segurança, qualidade e preservação do meio ambiente.

Ademais, a relevância de se implantar um curso de EaD em Redes de Computadores justifica-se, ainda, uma vez que o futuro profissional estará qualificado para atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem esse tipo de qualificação, além de poder atuar na prestação autônoma de serviços.

Cabe destacar que a cidade de Congonhas e região têm suas economias bastante voltadas para a indústria, sendo muito representativas no contexto do Estado de Minas Gerais. Com a implantação do Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, priorizou-se a instituição de cursos voltados para os eixos de infraestrutura, produção industrial, bem como controle de processos industriais, o que vincula o curso de Redes de Computadores aos arranjos produtivos locais.

7.5.5 Curso a Distância de Técnico em Serviços Jurídicos – Câmpus Governador Valadares

A estrutura do Poder Judiciário sofreu diversas alterações durante sua história em nossa República. Todavia as transformações mais pontuais ocorreram com a implantação da Emenda Constitucional (EC) n.º 45, mudanças que tratam do ingresso da magistratura até a criação do Conselho Nacional de Justiça. Essas transformações foram necessárias para corrigir diversas falhas no Poder Judiciário. Ademais, o grande foco da EC 45 foi a celeridade processual.

Assim, percebe-se que o Judiciário, nesse caso representado pelo Conselho Nacional de Justiça, assume o compromisso de entregar à sociedade brasileira uma justiça mais célere e eficiente, atendendo aos anseios da comunidade. Para a consecução desse objetivo é necessário que todos os atores envolvidos nesse processo (magistrados, promotores, advogados, notários, auxiliares de cartórios e do fórum) sejam capacitados no que concerne à tramitação dos processos jurídicos. A comarca de Governador Valadares, situada no leste mineiro, é um grande polo judiciário, que abrange mais de 15 municípios da Justiça Estadual. Nela encontra-se uma unidade da Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Ministério Público Federal, Procuradoria Federal do Trabalho, Delegacia de Polícia Federal, Cartórios Cíveis, Cartórios Empresariais, Cartórios de Protestos e uma infinidade de escritórios de advocacia. Todos esses órgãos e atividades estão ligados direta e indiretamente ao Judiciário e são interdependentes dos serviços dele oriundos.

Encontra-se nesse município três cursos de Bacharelado em Direito (FADIVALE, UNIVALE E UFOP), que, conseqüentemente, são formadores de agentes que circulam dentro e fora do Judiciário. Outro destaque é a “cidade judiciária”, em fase de instalação em Governador Valadares, um investimento de aproximadamente 10 milhões de reais, uma grande estrutura, a qual sediará os órgãos do judiciário valadarense.

Diante dessa realidade, é imprescindível que aqueles que exerçam atividades subsidiárias à administração da justiça (recepcionistas, secretários, atendentes de escritórios de advocacia bem como das unidades locais do poder judiciário) tenham uma capacitação formal, forte e sólida, de maneira a agir com eficácia, promovendo, assim, um avanço técnico, eficaz, célere e com eficiente aplicação da justiça.

■ 7.5.6 Curso a Distância de Técnico em Soldagem – Câmpus Ouro Branco

O setor metal-mecânico apresenta relevante expressão no cenário econômico brasileiro, cuja participação no PIB industrial é da ordem de 18%. Paralelamente ao cenário econômico, têm-se os avanços científicos e tecnológicos que estão, mundialmente, ocorrendo, e as empresas brasileiras defrontam-se com o desafio de se reestruturarem rapidamente visando obter competitividade nos mercados nacional e internacional. Assim, nos municípios em crescimento, onde é necessário incentivar o setor secundário de produção, mas depara-se com fatores limitantes característicos de cidades sem mão de obra capacitada, há o comprometimento do desenvolvimento local e, diante dessas condições, é necessário que as pessoas estejam preparadas tanto pessoal quanto profissionalmente para atender às novas exigências do mercado do trabalho.

Nessa ótica, surge a oportunidade de se ofertar o curso técnico de nível médio em Soldagem, na modalidade a distância, desenvolvido em função da realidade atual, visando proporcionar capacitação para profissionais que já atuam no mercado de trabalho ou para jovens que desejam ingressar na área da indústria metal-mecânica, setor produtivo carente de mão de obra qualificada, principalmente em soldagem e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, por meio do aumento da renda per capita associada à qualificação profissional ou inserção de profissionais no mercado de trabalho, e para o desenvolvimento regional, diminuição dos índices de desemprego e melhoria da qualidade de vida da população.

O fato de o IFMG ter tradição na formação técnica e tecnológica, revelando-se uma agência formadora de recursos humanos qualificados, e a boa infraestrutura de laboratórios que está sendo montada no IFMG-Câmpus Ouro Branco permitirão atender às atividades práticas do curso durante todos os períodos letivos.

■ 7.5.7 Curso a Distância de Técnico em Administração – Câmpus Ouro Branco

Diante do contexto mercadológico em que estão inseridas as organizações de elevada concorrência, atuando globalmente e com preocupações ambientais e sociais, constata-se que a formação de um administrador precisa estar além das expectativas imediatistas e limitadas do mercado de trabalho em particular, uma vez que esse tipo de profissional, além de ser capaz de atuar em diversos tipos de organizações e lugares,

precisa assumir a condição de um agente de mudanças para garantir o desenvolvimento contínuo das organizações e das sociedades em que estão inseridas.

Dessa forma pretendemos estimular no profissional em formação o desenvolvimento de habilidades e competências diferenciadas que permitam a ele atuar como cidadão consciente dos seus direitos e deveres profissionais e sociais, especialmente aqueles relacionados com a valorização das diferenças, com a liberdade de expressão e com o comportamento ético e legal na condução das suas atividades profissionais. Assim, espera-se que o curso proposto contribua efetivamente para o desenvolvimento de um senso crítico e apurado em relação aos problemas organizacionais e aos contextos políticos, econômicos, tecnológicos, sociais e ecológicos em que os alunos egressos estão inseridos.

Além disso, argumenta-se que existem pelo menos três fortes motivos para a oferta do curso Técnico em Administração, subsequente, no IFMG-Câmpus Ouro Branco, a saber:

i. existência de demanda por um curso técnico público e de qualidade em Administração: o curso Técnico Subsequente em Administração do IFMG pretende preencher lacunas desses profissionais em todos os tipos de organizações, ofertando um ensino público de nível elevado, gratuito, sem que os alunos necessitem se deslocar de uma cidade para outra ou, quando muito, para aqueles que morarem em cidades vizinhas, percorram apenas uma pequena distância até os polos;

ii. alta demanda por profissionais de Administração para fortalecer o comércio e as pequenas e grandes empresas: perante o contexto nacional favorável, para essas empresas alcançarem um crescimento pleno, serão necessários profissionais da área de administração que possam atuar nos mais diversos setores, a fim de direcioná-las para um desenvolvimento sustentável. Assim, o curso Técnico em Administração subsequente contribuirá com a formação de profissionais qualificados para as empresas de todos os portes, para os órgãos públicos e para novos empreendimentos com ou sem fins lucrativos, o que indiscutivelmente fortalecerá a região para enfrentar os desafios do futuro.

iii. oferta por meio da educação a distância: considerando o cotidiano das pessoas na atualidade de muita informação, atividades diversas, gasto elevado de tempo nos deslocamentos trabalho-casa ou casa-escola, a educação a distância tem sido uma alternativa cada vez mais utilizada como possibilidade de se obter a qualificação e a capacitação que o mercado exige. Nesse sentido, a modalidade EAD tem se apresentado como relevante e com elevado crescimento, por ser uma oportunidade para as pessoas que possuem dificuldades diversas de acesso à educação se qualificarem, obterem um certificado profissional e se inserirem ou se desenvolverem no mercado de trabalho.

■ 7.5.8 Curso a Distância de Técnico em Segurança do Trabalho – Câmpus Ouro Preto

A proposta de um curso de Segurança do Trabalho na modalidade subsequente a distância é o caminho natural do nosso Câmpus Ouro Preto, tendo em vista que temos esse curso presencial há 25 anos e com uma estrutura que nos permite oferecê-lo a distância com a mesma qualidade e eficiência. Ressaltamos que esse curso presencial tem a maior relação candidato/vaga de todos os cursos técnicos do IFMG.

No momento atual valoriza-se o profissional de Segurança do Trabalho, exigindo, assim, formação de qualidade, pois do desempenho desses profissionais dependerá a redução dos níveis de risco nos ambientes de trabalho. Além disto o mercado de trabalho para esse profissional é promissor, pois cada vez mais as empresas percebem que investimentos em segurança do trabalho têm alto retorno em termos de redução de causas trabalhistas e satisfação dos empregados.

■ 7.5.9 Curso a Distância de Técnico em Eventos – Câmpus Ouro Preto

No Brasil, a modalidade de educação a distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005. No Decreto 5.622, ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação a distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 1996) (BRASIL, 1996, 2005)

A crescente importância em várias esferas das atividades humanas (social, política, econômica, ambiental, cultural, entre outras) traz consigo a imposição da capacitação profissional para o setor, sobretudo porque toda a comunidade ligada a essa atividade no Brasil vem demonstrando, ao longo de alguns anos, apreensão em face do desencontro entre a expansão da infraestrutura específica, o crescimento de fluxo de visitantes e a baixa qualidade no desempenho dos profissionais do setor. E, no bojo desse fator de enfraquecimento (paradoxal ao crescimento dessa atividade no mundo inteiro), está cada vez mais evidente a falta de profissionais competentes que desempenhem o seu “ofício” associado à sensibilidade a mudanças e a uma disposição para aprender e contribuir para o seu aperfeiçoamento contínuo. Atualmente, as profissões pertencentes diretamente ao eixo de Hospitalidade e Lazer estão exigindo dos seus profissionais, e em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento

crítico, espírito empreendedor e iniciativa, além da capacidade de antever cenários e resolver problemas.

A área profissional de Eventos, que tem na hospitalidade e lazer um dos seus principais esteios, oferece aos que optam em capacitar-se nessa área uma grande oportunidade de sucesso profissional, decorrente da nova fase em que vive nosso país nessa última década, especialmente pelo empenho governamental, pelos investimentos estrangeiros (sobretudo em eventos internacionais), pelo envolvimento crescente de empresários, profissionais e da sociedade em geral, que juntos estão apostando no desenvolvimento da atividade como um grande negócio, do ponto de vista empresarial, o que exigirá qualidade na prestação dos serviços, planejamento responsável para as suas políticas públicas e privadas, capacitação profissional competente e respeito aos limites do meio ambiente, da economia e da cultura dos povos.

Diante de tudo isso, verifica-se que toda a região de abrangência do IFMG e toda a região metropolitana de Belo Horizonte têm uma vocação natural para eventos de negócios e de lazer, considerando, atualmente, uma infraestrutura física que necessita de uma mão de obra qualificada e preparada para atender melhor seu público.

Contudo, não se deve ignorar os dados que identificam e indicam a existência de uma grande e expressiva carência de pessoal apto a atender adequadamente a um fluxo de turismo de negócios maior e mais exigente. Para todo e qualquer setor, os recursos humanos têm uma importância muito grande. Na área de hospitalidade e lazer, por se tratar de uma atividade de prestação de serviços, esse fator é o mais importante componente da oferta, pois a qualidade nesse item específico garantirá o aproveitamento racional e rentável para o setor e poderá auxiliar no desenvolvimento pleno da atividade hoteleira.

Trabalhar com Eventos, hospitalidade e lazer significa servir as pessoas, ajudando-as a satisfazerem seus desejos de viver agradáveis experiências no seu precioso tempo. O sentido principal da profissão é o da prestação de serviços e envolve o cuidado especial com a pessoa do cliente, a fim de que seja tratado com respeito, dignidade, cortesia e consideração. As chances profissionais serão mais profícuas aos que estiverem conscientes dessas premissas, sendo capazes de sempre colocar os interesses dos clientes acima dos próprios. Profissionalismo, capacitação técnica e competência são as qualificações indispensáveis para que os profissionais da área de Eventos posicionem-se, adequadamente, no mercado de trabalho.

Pretendendo ser um diferencial na região e acreditando numa demanda pré-existente, por meio do panorama social e econômico que a região apresenta, além da expectativa gerada pelos eventos programados em nível nacional e internacional para essa mesma região, pensou-se em oferecer o curso Técnico em Eventos, na modalidade a distância, formando, assim, mão de obra para atender às necessidades do mundo do

trabalho. Os eventos, de um modo geral, passaram a ser uma constante da vida moderna e se multiplicam para buscar novos clientes e serem veiculadores da disseminação do conhecimento, do lazer, do ócio, do tempo livre.

De acordo com pesquisa realizada pela FGV a pedido do Ministério do Turismo, o Brasil encontra-se entre os dez maiores destinos em número de eventos internacionais. Os turistas que visitaram o país no período de 2007/2008 injetaram US\$ 34,9 milhões na economia nacional, sendo que US\$ 21,5 milhões (61,5%) destes são relativos às despesas com hospedagem e alimentação. Os números comprovam a ascensão do Brasil em receber eventos internacionais. O cenário ainda terá um incremento, visto que o país é sede da Copa do Mundo, em 2014, e sediará as Olimpíadas, em 2016, o que resultará em prospecção de novos eventos de âmbito nacional e internacional. O Ministério do Turismo definiu quatro eixos de atuação para a Copa de 2014 e um deles diz respeito à qualificação profissional, juntamente com promoção e imagem, requalificação da infraestrutura turística.

Observa-se um expressivo número de eventos de grande vulto promovidos nos mais diversos eixos das regiões de abrangência do IFMG que se realizam de forma sistemática ao longo do ano e a construção de núcleos de convenções erguidos com a perspectiva de abrigarem eventos de grande e médio porte. Com a expansão da “indústria de eventos”, é inevitável a formação e a qualificação de profissionais com competência para operacionalizar os múltiplos serviços de eventos, abrangendo técnicas e operações de diversas categorias profissionais e habilidades específicas. Urge, pois, que se invista na formação e na qualificação de profissionais com perfis e funções que atendam à demanda desse mercado.

Sob o ponto de vista técnico-administrativo, entende-se por *eventos* a soma de ações, previamente planejadas, com o objetivo de alcançar resultados definidos junto ao seu público-alvo. Planejadas, porque ele se realiza, levando-se em consideração um fato ou acontecimento e as estratégias necessárias para viabilizá-lo, considerando que evento é todo fato ou acontecimento, espontâneo ou organizado, ocorrido na sociedade, que, sob o ponto de vista do profissional, pressupõe planejamento e organização.

Considera-se que, com a oferta de cursos técnicos a distância, o aluno constrói conhecimento, desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, adequando-os ao tempo e espaço disponíveis, rompendo com o paradigma de professor em sala de aula presencial em tempo integral. Por outro lado, as vantagens que essa modalidade de ensino oferece aos alunos, no que se refere a atendimento, que envolve distâncias e números maiores, já justifica a escolha feita por um curso a distância. Assim, professores e tutores serão preparados para atuarem em atividades online, bem como em atividades presenciais, apoiadas

por suportes tecnológicos e recursos didáticos específicos, veiculados por meios de comunicação diversos, de forma a facilitar e enriquecer a aprendizagem e boa formação.

Nesse cenário de EaD, a atuação do professor ocorrerá ora a distância, ora em presença física, apoiada por suportes tecnológicos e materiais didáticos estruturados para atendimento à aprendizagem, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados por diversos meios tecnológicos. O curso apresenta uma perspectiva interdisciplinar com a preocupação de integração de conceitos, terminologia, metodologia, procedimentos, dados e organização, visando auxiliar e atuar no planejamento, na organização, na coordenação e na execução dos serviços de apoio técnico e logístico de eventos e cerimoniais.

■ 7.5.10 Curso a Distância de Técnico em Mineração – Câmpus Ouro Preto

A região do Quadrilátero Ferrífero (QF), onde a cidade de Ouro Preto está localizada, contém grande parte das minas do território brasileiro. Estão presentes nessa região empresas como a Vale (segunda maior mineradora do mundo), a Samarco, AngloGold Ashanti, Anglo American, Gerdau, além de várias outras empresas de médio e pequeno porte. Também deve se ressaltar a importância das gemas e extração de rochas ornamentais que ocorrem na região do Quadrilátero Ferrífero. Assim a extração de bens minerais, principalmente ouro e minério de ferro, tem, ao longo dos anos, sido fundamental para a economia das cidades que compõem essa região. No âmbito nacional, o minério de ferro tem tido um grande peso na pauta de exportações com cerca de 6% do total de exportações nacionais. De acordo com o Plano Nacional de Mineração, os investimentos previstos em pesquisa, mineração e transformação mineral totalizarão US\$ 270 milhões até 2030, além de mais 30% sobre esse valor em infraestrutura e logística.

Pode-se constatar, nas regiões do Quadrilátero Ferrífero, uma grande demanda do setor de mineração por mão de obra especializada na área técnica. Devido a carências de mão de obra técnica especializada, verifica-se a existência de um grande aporte desses profissionais qualificados vindos de outras regiões do país. Por isso estamos propondo o curso de mineração na modalidade EaD, com o objetivo de:

- ofertar um ensino técnico de qualidade reconhecida através da modalidade de ensino a distância;
- qualificar a mão de obra local de forma a atender à demanda requerida pelas empresas do setor de mineração;
- dar a oportunidade para que funcionários das empresas possam se qualificar no mercado de trabalho, pois sabe-se que grande parte deles não consegue frequentar um curso presencial devido ao regime de trabalho exaustivo (geralmente trabalham de turno), às grandes distâncias relativas ao deslocamento até as instituições de ensino, às limitações em relação ao transporte, entre outros.

■ 7.5.11 Curso a Distância de Técnico em Desenho de Construção – Câmpus Santa Luzia

A criação do curso Técnico Subsequente em Desenho de Construção Civil a distância, no IFMG-Câmpus Santa Luzia, justifica-se primeiramente pelo conjunto dos demais cursos ofertados no Câmpus: nossos cursos se relacionam com o eixo da construção civil e áreas correlatas. Dessa maneira, com a consolidação do Câmpus, estaremos preparados para oferecer todo o suporte ao curso em termos de laboratórios, salas de desenho, softwares e profissionais capacitados.

Outro ponto, igualmente importante, diz respeito à demanda do município em termos do profissional desenhista da construção civil. Santa Luzia vem realizando, nos últimos anos, muitas obras de infraestrutura. Atualmente existem grandes obras em andamento, como o Santa Luzia Shopping, o Hotel Super8, a urbanização do loteamento “Novo Centro”, além de diversos loteamentos e construções de pequeno porte que têm exigido diferentes profissionais da área de infraestrutura.

O curso Técnico em Desenho de Construção Civil através da EaD vem trazer uma opção de formação àqueles que desejam atuar nessa área e que, muitas vezes, não têm condições de conciliar as atividades laborais com os horários do ensino presencial e que, portanto, não se enquadram nas modalidades presenciais dos cursos ofertados no Câmpus.

Além das questões levantadas, um curso de Desenho de Construção Civil também visa qualificar profissionais já atuantes no mercado de trabalho, através da leitura de projetos, aumentando as suas potencialidades e, conseqüentemente, diminuindo erros passíveis dentro de uma obra. Não apenas os estudantes ganharão com mais essa ferramenta de trabalho, mas também a população em geral com a contratação de profissionais mais bem preparados.

Grande parte da estrutura prevista para o Câmpus servirá ao novo curso. Dispomos atualmente de Laboratório de Informática com softwares necessários e sala de desenho equipada. Além disso, estamos em processo de aquisição do acervo da biblioteca, sendo que grande parte desse acervo, voltada inicialmente para o atendimento aos cursos presenciais superiores de Arquitetura, Engenharia Civil e técnico em Edificações, atende ao curso de Desenho da Construção Civil.

■ 7.5.12 Curso a Distância de Técnico em Finanças – Câmpus Ribeirão das Neves

A região metropolitana de Belo Horizonte, em setembro/2013, possuía 4.589.000 pessoas em idade economicamente ativa com uma renda mensal média de R\$ 1.855,00, segundo os dados do IBGE 2013.

Ribeirão das Neves é uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG com aproximadamente 315.819 habitantes em 2013. Em 2012, possuía 31 escolas

de ensino médio, sendo uma pertencente à rede privada e 30, à rede estadual, com 12.480 alunos matriculados no ensino médio.

Em 2010 foi criado pelo Governo Federal o IFMG-Câmpus Ribeirão das Neves com o objetivo de fomentar a educação profissional e o desenvolvimento da cidadania por meio de práticas pertinentes à pesquisa, extensão e ensino em todos os níveis.

Na perspectiva de contribuir para a formação profissional dos cidadãos de Ribeirão das Neves e adjacências e torná-los aptos a atuarem com competência na realidade local e regional, propõe-se criar, no Câmpus Ribeirão das Neves, o polo de Educação a Distância do Ensino Técnico para oferta de cursos na modalidade EaD.

A sua criação se torna relevante pelo avanço tecnológico que provoca uma demanda pela educação a distância como reflexo das novas exigências do mercado de trabalho, mudança nas formas de produção, na difusão de bens e na geração de novos conhecimentos propiciados pela infinidade de recursos interativos, velocidade, alcance e ampliação de bases de informações.

A EaD oferece perspectivas de acesso aos mais diversos segmentos da sociedade, sem limite de tempo e espaço; permite ao discente estruturar seu plano de estudos e construir o seu conhecimento dentro da sua realidade e disponibilidade e possibilita uma visão holística das organizações com base nos conteúdos apresentados e na interdisciplinaridade que permite a construção do saber de forma horizontal e vertical.

Em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o curso Técnico em Finanças tem por objetivo preparar o discente para atuação nas diversas áreas de gestão de uma empresa, seja ela do setor privado, público ou do terceiro setor. O profissional desempenha atividades nas instituições financeiras, nos setores de contabilidade, tesouraria, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preço. Identifica os indicadores financeiros e econômicos para análise da situação financeira da empresa, realiza fluxo de caixa, lançamentos financeiros, organiza informações financeiras para tomada de decisão pela gestão e controladoria da organização.

7.5.13 Curso a Distância de Técnico em Técnico em Marketing – Câmpus Ribeirão das Neves

O curso Técnico em Marketing tem por objetivo preparar o discente para atuação no plano de marketing e implementação de ações de marketing pontuais. O profissional dessa área executa tarefas de análise das vendas, preços e produtos; operacionaliza as políticas de comunicação da empresa: fidelização de clientes, relação com fornecedores ou outras entidades; executa o controle, estatísticas e operações de telemarketing; operacionaliza políticas de apresentação dos produtos no ponto de venda e participa na elaboração e realização de estudos de mercado.

■ 7.5.14 Curso a Distância de Técnico em Transações Imobiliárias – Câmpus Sabará

O IFMG-Câmpus Sabará definiu que sua atuação será diversificada em três eixos de tecnologia, sendo um deles o de Gestão e Negócios. Assim, focar a ofertas de cursos dentro desses eixos estratégicos permitirá ao Câmpus otimizar sua estrutura, sem perder de vista o atendimento às demandas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual se insere o município de Sabará.

O profissional formado no curso Técnico em Transações Imobiliárias realiza ações de planejamento, execução, controle e avaliação das ações de compra, venda, locação, permuta e administração de imóveis, agindo de acordo com a legislação que regulamentam a profissão de corretor de imóveis.

O técnico da área pode atuar em empresas do setor imobiliário, construção civil, urbanizadoras, loteadoras, agentes financeiros, empresas prestadoras de serviços, empresas privadas e ainda como autônomo.

Devido à dinâmica atual do mercado imobiliário e à demanda reprimida pelo desenvolvimento desse setor, esse profissional tende a ser cada vez mais demandado no mundo do trabalho. Adicionalmente, a oferta desse curso na modalidade EaD permitirá que muitos profissionais que já estão atuando nesse ramo, mas que necessitam de atualização e/ou formação na área, possam fazê-lo.

■ 7.5.15 Curso a Distância de Técnico em Contabilidade – Câmpus Sabará

Ofertar o curso Técnico em Contabilidade é mais uma ação para consolidar o Eixo de Gestão e Negócio do Câmpus. Segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o técnico em contabilidade efetua anotações das transações financeiras da organização e examina documentos fiscais e parafiscais; analisa a documentação contábil e elabora planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais, de amortização dos valores imateriais; organiza, controla e arquivam os documentos relativos à atividade contábil e controla as movimentações; registra as operações contábeis da empresa, ordenando os movimentos pelo débito e crédito; prepara a documentação, apura haveres, direitos e obrigações legais.

O profissional da área de Contabilidade encontrará um mundo do trabalho promissor na Região Metropolitana de Belo Horizonte e demais regiões, pois, nas últimas décadas, a atividade econômica nacional passou por transformações que buscam colocar nossas empresas, independentemente de seu tamanho, em condição de disputa em um mercado globalizado e competitivo. Como resultado, mudanças na regulação das contas das empresas, na sua forma de publicação e outros aspectos levaram à necessidade de profissionais especialistas no controle das empresas.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS

A construção deste capítulo foi realizada com dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPPG) e dados enviados pelos representantes da Pesquisa nos câmpus. Esses dados fazem parte de um diagnóstico da PRPPG realizado com representantes da pesquisa nos câmpus e foram compilados, tabulados e apresentados ao longo do texto a seguir.

Por meio desse diagnóstico, pretende-se planejar o desenvolvimento institucional da pesquisa, inovação e pós-graduação para os próximos cinco anos, com o objetivo de consolidar o IFMG como referência na pesquisa aplicada e no ensino de pós-graduação no Estado de Minas Gerais.

As ações de pesquisa são desenvolvidas a partir de projetos vinculados a órgãos de fomento (FAPEMIG, CNPq) e com recursos próprios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Há bolsas para estudantes de graduação nas modalidades PIBIC e PIBITI como também para alunos dos cursos técnicos nas modalidades PIBIC-Jr e PIBITec e, ainda, recursos institucionais para Pesquisa Aplicada.

A Figura 4 apresenta as bolsas, por modalidades, implementadas com recursos dos câmpus nos últimos cinco anos. Pode-se observar que o Câmpus Ouro Preto é o que mais investe recursos próprios em bolsas de pesquisa, principalmente para os alunos dos cursos técnicos. Nos últimos cinco anos foram oferecidas, em média, 423 bolsas de pesquisa para alunos com recursos do IFMG.

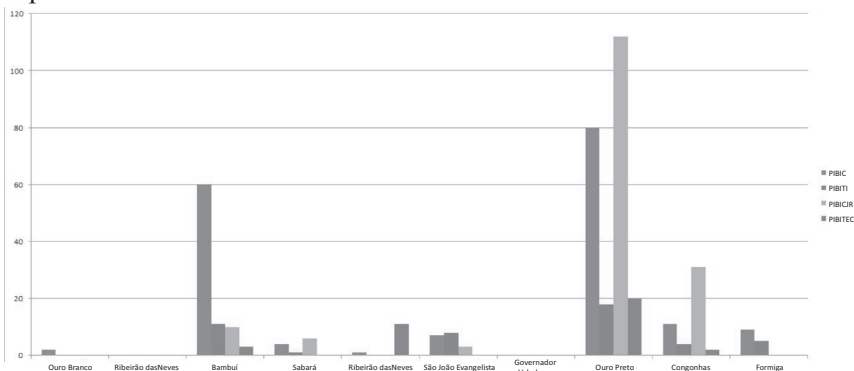


Figura 4 - Média de bolsas, conforme modalidade, implementadas nos últimos cinco anos com recursos dos câmpus.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As bolsas, por modalidade, implementadas com recursos do CNPq nos últimos dois anos, estão apresentadas na Figura 5. No total são 20 bolsas disponibilizadas pelo CNPq. O Câmpus Bambuí é que tem sido contemplado com o maior número de bolsas, utilizando em torno de 50% do total.

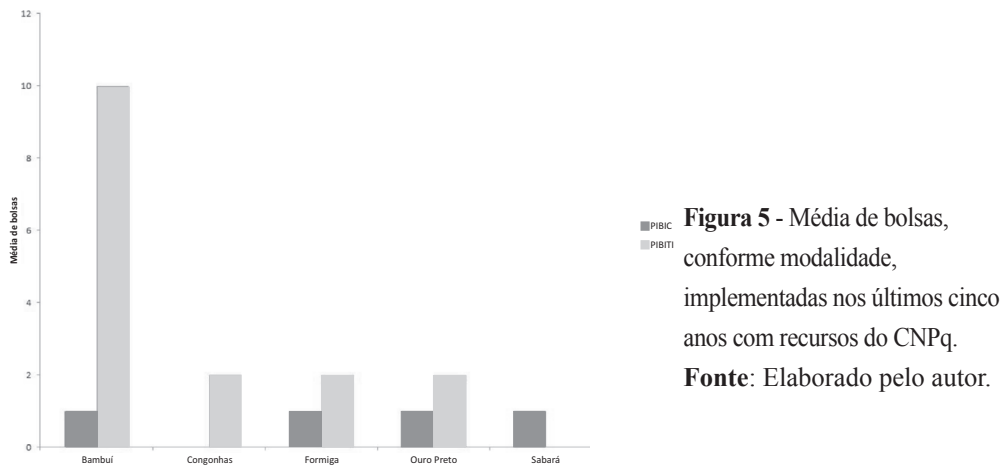


Figura 5 - Média de bolsas, conforme modalidade, implementadas nos últimos cinco anos com recursos do CNPq.
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 6 mostra as bolsas por modalidade implementadas com recursos da FAPEMIG nos últimos dois anos. No total são 40 bolsas disponibilizadas pela FAPEMIG. Novamente, o Câmpus Bambuí é o que tem sido mais contemplado, utilizando em torno de 55% do total dessas bolsas.

Hoje 484 alunos são beneficiados com bolsa de iniciação científica no IFMG, um percentual em torno de 5,37% dos alunos, sendo que 87% das bolsas são oferecidas com recursos internos. A PRPPG deve buscar nos órgãos de fomento a concessão de um maior número de bolsas.

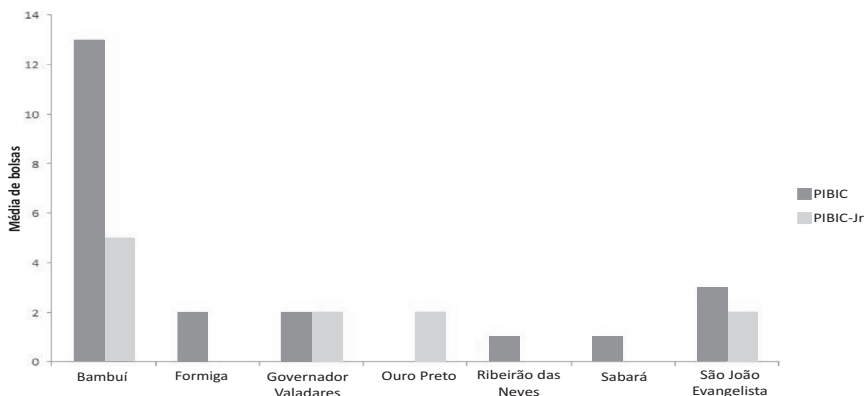


Figura 6 - Média de bolsas, conforme modalidade, implementadas nos últimos dois anos com recursos da FAPEMIG.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 7, pode-se observar que a maioria dos projetos de pesquisa concentra-se na área de Ciências Agrárias, em torno de 41%, seguida pela área de Ciências Exatas e da Terra, em torno de 17% dos projetos. Quase a totalidade dos projetos aprovados na área de Agrárias é desenvolvida por docentes doutores e, nas Ciências Exatas e da Terra, por docentes mestres.

Os projetos de pesquisa aplicada concentram-se nas seguintes grandes áreas: Ciências Agrárias, Engenharias e Ciências Exatas e da Terra. Tal fato é positivo, pois demonstra que o IFMG reafirma sua vocação de priorizar a área de Engenharia e Licenciatura e os arranjos produtivos locais e regionais, no caso das Ciências Agrárias. Conforme a Tabela 8, os dados confirmam a participação da maioria dos doutores nos projetos de pesquisa. Assim, a formação de doutores é de extrema relevância para elevar os números de projetos de pesquisa submetidos e aprovados e, por conseguinte, a pesquisa no IFMG.

Em relação aos projetos de pesquisa aprovados em editais de agências de fomento externas, os docentes dos Câmpus Bambuí possuem quatro projetos, Congonhas, um projeto, Governador Valadares, um projeto e Ouro Preto, um projeto. Esse número é exíguo se comparado ao número de professores do IFMG. Medidas devem ser tomadas para incentivar a participação de um número maior de docentes na submissão de projetos às agências de fomento.

Outro fator de extrema relevância é a participação com financiamento de pesquisa por empresa. Houve somente um projeto financiado em todo o IFMG, que ocorreu no Câmpus de Governador Valadares. Ações arrojadas pela PRPPG devem ser tomadas para aproximação das empresas em relação à pesquisa no IFMG. A lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Lei 11.892, no seu artigo 6º, inciso VIII, estabelece como escopo dos institutos federais: realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. A Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, descreve, no art. 2º, que as unidades dos institutos federais deverão atender às demandas regionais por educação profissional e tecnológica, pesquisa aplicada, inovação e extensão, nos termos da Lei nº 11.892, de 2008.

Diante das respostas dos câmpus ao diagnóstico, somente Governador Valadares considera os laboratórios bem equipados para desenvolvimento de pesquisa. Os demais responderam que a estrutura física dos laboratórios e espaço não são ideais para esse fim.

Sobre a pergunta “quais as ações prioritárias para elevar qualitativa e quantitativamente a pesquisa no IFMG”, todas as unidades julgaram importante a melhoria da infraestrutura para pesquisa. A ação prioritária mais citada foi a oferta de bolsa para o pesquisador e o terceiro item mais citado foi a formação de doutores. Além dessas, outras

ações foram também relacionadas como: valorização do trabalho de pesquisa nos encargos didáticos, política de participação em eventos e política para auxílio à publicação.

Tabela 7 - Distribuição de projetos de pesquisa por câmpus, conforme a área de conhecimento e editais de pesquisa aplicada

Número de projetos de pesquisa conforme a área do conhecimento									
Câmpus	Ciências Ex. e da Terra	Engenharias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias	Ciências Humanas	Ciênc. Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes	Outros
Betim	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ouro Branco	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeirão das Neves	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BambuÍ	26	1	0	0	184	7	0	0	0
SabarÁ	4	0	0	0	0	0	5	0	0
Ribeirão das Neves	0	0	0	0	0	0	6	0	0
São João Evangelista	15	3	5	2	19	1	0	1	1
Governador Valadares	7	1	0	0	0	1	0	0	0
Ouro Preto	31	10	17	3	0	40	25	12	2
Congonhas	13	11	3	0	0	4	3	11	3
Formiga	3	7	0	0	0	0	2	0	0

Número de projetos de pesquisa conforme a área do conhecimento na pesquisa aplicada									
Câmpus	Ciências Ex. e da Terra	Engenharias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias	Ciências Humanas	Ciênc. Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes	Outros
Betim	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ouro Branco	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeirão das Neves	0	0	0	0	0	0	1	0	0
BambuÍ	1	2	1	0	14	0	1	0	0
SabarÁ	1	1	0	0	0	0	3	0	0
São João Evangelista	1	0	0	0	2	0	0	0	0
Governador Valadares	0	3	0	0	0	0	0	0	1
Ouro Preto	4	2	1	0	0	0	0	0	0
Congonhas	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Formiga	2	7	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: PRPPG/2013.

Tabela 8 – Titulação, por câmpus, dos coordenadores de projetos de pesquisa aplicada no âmbito do IFMG.

Número de projetos de pesquisa conforme a área do conhecimento				
Câmpus	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação
Betim	1	0	0	0
Ouro Branco	0	0	0	0
Ribeirão das Neves	0	1	0	0
BambuÍ	11	7	0	0
Sabará	0	3	2	0
São João Evangelista	3	0	0	0
Governador Valadares	0	4	0	0
Ouro Preto	5	2	0	0
Congonhas	3	0	0	0
Formiga	3	5	0	0

Fonte: PRPPG/2013.

Atualmente o IFMG possui 18 grupos de pesquisa, conforme mostra a Tabela 9. Considerando que a Instituição possui mais de 100 doutores e os dados atuais trazem um número reduzido de grupos de pesquisa, evidencia-se, assim, a necessidade urgente e imprescindível de propor novas ações que contribuam para a ampliação do número de grupos de pesquisa no IFMG.

Tabela 9 - Grupos de pesquisa, por câmpus, no âmbito do IFMG

Câmpus	Existe grupo de pesquisa	Grupos de pesquisa
BambuÍ	Sim	1- Produção, nutrição e alimentação de não ruminantes; 2- Estudos de leite e afins; 3- Ciência e Tecnologia Ambiental; 4- Perenes, olerícolas e culturas de tecidos; 5- Sistemas computacionais; 6- Biotecnologia; 7- Nutrição, melhoramento, reprodução e produção de ruminantes.
Betim	Não	
Congonhas	Não	
Formiga	Sim	1- Modelos e métodos em tomada de decisão; 2- Concepção de circuitos integrados e sistemas de comunicação (CCI-SC); 3- SPEED: Soluções e pesquisa em engenharia e educação.
Governador Valadares	Não	
Ouro Branco	Sim	1- Estudos e desenvolvimento em educação e novas tecnologias.
Ouro Preto	Sim	1- Estruturas emergentes: linguagem, estética e educação; 2- Grupo de Instrumentação, Controle e Automação; 3- Ecologia e educação ambiental; 4- Direito, agricultura e sustentabilidade; 5- Ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e Literatura.
Ribeirão das Neves	Não	
Sabará	Não	
São João Evangelista	Sim	1- Silvicultura e meio ambiente.

Fonte: PRPPG/2013.

A área com mais projetos no IFMG com caráter de inovação concentra-se nas Ciências Exatas e da Terra com nove projetos, seguida pela Ciências Agrárias com oito. Bambuí é o câmpus que mais enviou pedidos de proteção da propriedade intelectual com quatro softwares, duas patentes e uma marca, seguido pelo Câmpus Ouro Preto com duas patentes.

Na Figura 8, é apresentada a distribuição de docentes por câmpus e as suas respectivas titulações. Os câmpus com maior número de doutores são: Bambuí, seguido

por Ouro Preto e Formiga. Em termos percentuais Bambuí apresenta 34% de doutores, seguido por Formiga com 28% e Ouro Preto com 21%. O maior número de doutores em Bambuí é resultado da política de capacitação por meio da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, Minter e Dinter. As unidades que apresentam menores percentuais são: Betim, Governador Valadares, Ribeirão das Neves e Sabará, todas com menos de 10% de doutores. Há necessidade urgente de implementação de uma política eficaz de qualificação, visando à ampliação do índice de titulação dos docentes do IFMG, além de uma maior valorização da titulação dos candidatos a docentes nos próximos editais.

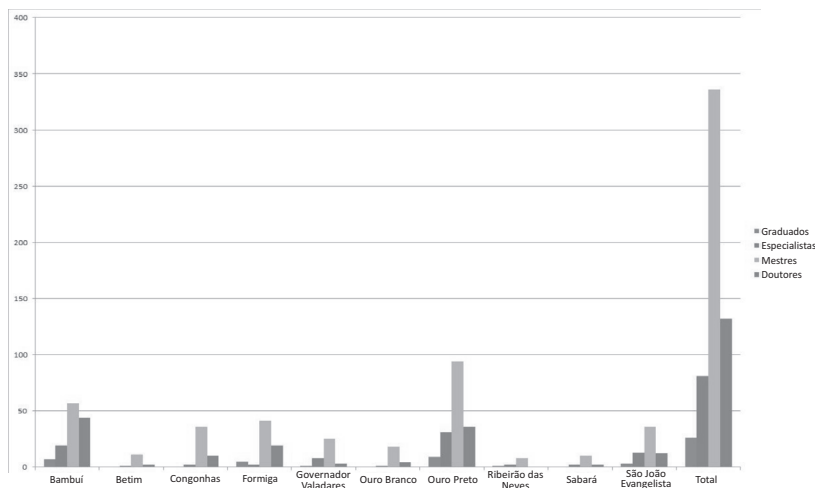


Figura 7
Número de docentes por titulação conforme os câmpus.

Fonte: PRPPG

Os programas Dinter e Minter que já foram realizados possibilitaram a qualificação de 15 doutores e 16 mestres do Câmpus Bambuí, de 12 doutores e 4 mestres do Câmpus São João Evangelista e de 3 doutores e 11 mestres do Câmpus Ouro Preto.

O diagnóstico apontou que a área de Ciências Humanas, seguida por Engenharia e Ciências Exatas são as de maior interesse dos servidores do IFMG nos Programas Minter e Dinter.

Atualmente são ofertados os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no IFMG: Finanças, Controle da Qualidade na Indústria de Alimentos (Bambuí), Gestão Pública (Sabará), Meio Ambiente (São João Evangelista) e Educação Especial com Ênfase em Libras (Ouro Branco). Com base nos dados apresentados de titulação, as unidades do IFMG apresentam grande potencial para ofertar cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

No diagnóstico enviado aos câmpus, foi perguntado “Quais as maiores dificuldades para ofertar um curso de pós-graduação *Lato Sensu* no seu câmpus?”. Foram apontados como principais itens a carga horária alta, a falta de estrutura e de interesse, o baixo número de docentes, a baixa titulação e, por último, o desinteresse dos docentes. Conforme os resultados obtidos no diagnóstico, as áreas com maior possibilidade de

oferta de Pós-Graduação *Lato Sensu* são: Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. Acredita-se que essas são áreas com potencial para oferta de cursos de pós-graduação principalmente com a participação de mais de um câmpus, com possibilidades futuras de oferta intercâmpus de mestrado profissional.

Como principais ações para o aumento da oferta de pós-graduação foram sugeridas as seguintes:

1. Melhoria da infraestrutura;
2. Aumento da valoração na atividade docente;
3. Realização de pesquisas para verificar a necessidade do mercado;
4. Aumento do fomento financeiro;
5. Aproximação de empresas para oferta de cursos;
6. Aumento do número de docentes.

DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

O diagnóstico das atividades de extensão no âmbito do IFMG tem como principal objetivo obter um panorama das ações desenvolvidas pelos câmpus nos últimos anos e, a partir dessa perspectiva, fornecer subsídios para a elaboração das metas a serem alcançadas no período proposto neste documento.

Para o levantamento de dados, a Pró-Reitoria de Extensão disponibilizou aos câmpus um questionário abrangendo as dimensões operativas da extensão, entre elas questões objetivas e discursivas. A Tabela 10 mostra os quantitativos das atividades de Extensão realizadas nos câmpus do IFMG nos anos de 2011 e 2012.

Para uma melhor compreensão das dimensões operativas, seguem as definições, conforme documento do Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF) apresentado por sua Câmara de Extensão no Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT.

a) **Programa:** conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino.

b) **Projeto:** conjunto de atividades processuais contínuos, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado. O projeto pode ser vinculado ou não a um programa.

c) **Acompanhamento de egressos:** conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

d) **Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada – FIC:** ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada para atender demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

e) **Estágio e emprego:** compreendem todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa e pedagógica destes.

f) **Projetos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos:** compreende ações referentes a eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

g) **Projetos sociais:** projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a

população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

h) **Visitas técnicas:** atividades educacionais supervisionadas com o objetivo de promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da Instituição com o mundo do trabalho.

Além das dimensões de atuação da Extensão, o IFMG vem desenvolvendo programas instituídos pelo governo federal, vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, como o Pronatec, o Mulheres Mil, o Profucionário e o Cidades Digitais.

- **Pronatec**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), criado em 26 de outubro de 2011, pela Lei nº 12.513/11, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para estudantes e trabalhadores. (BRASIL, 2011)

São oferecidos cursos de formação inicial e continuada (FIC), para atualização e qualificação profissional de nível básico, de curta duração e que não utilizam o exame de seleção como critério de acesso, bem como cursos para profissionalização em educação técnica de nível médio.

No ano de 2013 e início de 2014, o IFMG vem ofertando cursos no âmbito do Pronatec em 112 municípios do Estado de Minas Gerais, atendendo a 18.734 alunos matriculados em cursos técnicos e FIC. Para os próximos anos, o Instituto pretende consolidar e ampliar o número de vagas e cursos, alinhado às diretrizes do MEC para esse programa.

- **Mulheres Mil**

O Programa Mulheres Mil se destina a capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio de cursos de formação inicial e continuada (FIC), de modo a garantir o acesso à educação profissional e proporcionar a elevação da escolaridade, cursos relacionados às necessidades das comunidades e às vocações econômicas regionais.

Em 2012 e 2013, foram capacitadas 400 mulheres em quatro câmpus do IFMG, mas há a perspectiva de ampliação da oferta de vagas e cursos em função de o programa vir a ser executado pela Bolsa Formação.

- **Profucionário**

O Profucionário é um programa que visa à formação de funcionários de escolas, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola. Em 2014, o IFMG capacitará 60 servidores técnico-administrativos, preferencialmente recém-ingressados, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) na habilitação Auxiliar Administrativo.

- **Cidades Digitais**

O Programa Cidades Digitais, do Ministério das Comunicações, objetiva modernizar a gestão dos municípios e ampliar o acesso aos serviços públicos e promover o desenvolvimento dos municípios por meio da tecnologia. Dessa forma, no ano de 2014, o IFMG capacitará servidores dos municípios mineiros de Jeceaba, Pimenta e Rio Acima para atender às demandas decorrentes da implantação do Programa Cidades Digitais, ofertando as habilitações de operador de computadores e de reparador e instalador de microcomputadores.

Tabela 10 - Atividades de extensão realizadas por câmpus em 2011 e 2012

Número de atividades realizadas por câmpus em 2011 e 2012										
Atividades de extensão	Bambuú	Betim	Congonhas	Formiga	Governador Valadares	Ouro Branco	Ouro Preto	Ribeirão das Neves	Sabará	São João Evangelista
Cursos de extensão ou formação inicial e continuada	19	1	21	6	-	4	2	5	2	53
Pessoas alcançadas pelos cursos de extensão ou formação inicial e continuada	370	-	420	54	-	160		78	>15	1640
Termos de convênios de estágios assinados	466	12	61	14	5	9	70	2	3	25
Termos de compromisso de estágios assinados	927	16	125	85	7	23	511	21	9	190
Projetos e eventos culturais, artísticos e esportivos	32	-	12	6	12	13	7	2	10	12
Servidores envolvidos nos projetos e eventos culturais, artísticos e esportivos	30	-	Todos	17	36	16	350	16	15	40
Alunos envolvidos nos projetos e eventos culturais, artísticos e esportivos	629	-	Todos	420	400	320	2160	166	120	340
Espectáculos teatrais realizados por pessoas externas ao IFMG	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Apresentações musicais realizadas por pessoas externas ao IFMG	1	-	1	-	1	5	-	-	2	-

Apresentações artísticas realizadas por estudantes do IFMG no próprio câmpus	3	-	6	-	2	3	-	-	3	4
Apresentações artísticas realizadas por estudantes do IFMG externas ao câmpus e com o apoio do IFMG	-	-	2	-	-	10	-	-	-	3
Projetos sociais, científicos e tecnológicos realizados	45	-	13	2	8	2	21	2	1	20
Servidores envolvidos nos projetos sociais	45	-	Todos	2	16	10	-	21	-	-
Alunos envolvidos nos projetos sociais	284	-	Todos	4	13	184		262	-	-
Visitas técnicas	85	8	53	3	19	2	192	3	4	70
Alunos participantes de visitas técnicas		284	1665	58	604	150	4438	90	60	2183
Projetos de extensão com financiamento externo	1	-	-	4	-	-	2	1	-	-
Projetos de extensão financiados por empresas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Laboratórios utilizados para projetos de extensão	1	-	-	3	1	1	1	-	1	1
Egressos acompanhados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre as atividades de extensão desenvolvidas pelos câmpus, destacam-se as Semanas de Ciência e Tecnologia, que se constituem como o principal evento de divulgação científica, tecnológica e cultural dos câmpus do IFMG e nas quais, além de palestras, são realizadas feiras de ciências, jornadas científicas, atividades culturais e artísticas.

Outra importante atividade extensionista desenvolvida pelos câmpus são os projetos sociais, tais como aqueles realizados dentro do Programa Mulheres Mil e no Projeto Rondon.

Em relação ao fomento de estágios e visitas técnicas, observa-se um número expressivo de termos de convênios e de compromisso celebrados e de visitas realizadas. Verifica-se também que é significativo o número de alunos envolvidos com atividades esportivas, artísticas e culturais.

Uma quantidade expressiva das dimensões operativas da Extensão é relativamente recente na educação profissional e tecnológica, o que explica a ausência de resultados em algumas delas, especialmente nos câmpus mais novos.

De modo geral, o IFMG tem se esforçado no sentido de promover sua integração com os diversos segmentos sociais e com o mundo do trabalho. Muitas ações estão

sendo desenvolvidas com sucesso, porém ainda há muito a avançar, principalmente nos câmpus mais novos.

Em vários câmpus, podem-se observar vários pontos em comum que merecem destaque por demandarem melhoria ou até mesmo implantação de novas ações, tais como a falta ou a deficiência na infraestrutura física, número insuficiente de profissionais e a não realização de acompanhamento de egressos por todos os câmpus. Alguns deles promovem encontros de ex-alunos, mas as informações registradas nesses encontros não são suficientes para levantar dados dos egressos. Uma proposta para implantação de uma política de acompanhamento de egressos está sendo elaborada para o levantamento de informações em relação à situação destes no mundo do trabalho, com mecanismos de coleta de dados e geração de relatórios que permitirão ao IFMG retroalimentar seus processos de ensino, pesquisa e extensão.

O Planejamento de Desenvolvimento Institucional na área de Gestão de Pessoas para os próximos cinco anos tem como base o cenário atual da Administração Pública que tem enfatizado cada vez mais a qualidade dos serviços prestados e ainda objetiva o desenvolvimento da Instituição e dos servidores, possibilitando a ampliação dos conhecimentos e habilidades para a eficiência no desempenho de suas funções, cumprindo o objetivo institucional.

Como principais desafios para a gestão pública atual, destacamos o desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas alinhadas com a estratégia organizacional, com o desenvolvimento de competências e melhoria do desempenho individual e institucional, por meio da valorização dos servidores, visando à humanização do ambiente de trabalho e à qualidade de vida na interface com as relações interpessoais. Para o pleno desenvolvimento desses desafios, será necessário um estudo e implementação de um modelo de Gestão de Pessoas que contemple alinhar as competências requeridas com as necessidades institucionais.

Neste capítulo do PDI serão apresentados os dados resultantes do diagnóstico institucional sobre o tema, realizado pela Comissão Temática constituída por servidores de diversos câmpus que atuam na área de Gestão de Pessoas. As metas, ações e indicadores propostos para os próximos cinco anos estão descritos no capítulo 15 que contempla o planejamento estratégico da Instituição para os próximos cinco anos.

■ 10.1 Perfil do Corpo Docente

Quantitativo de Docentes por Carga Horária

O corpo docente do IFMG é composto de professores do ensino básico, técnico e tecnológico, professores substitutos e professores temporários. O número de professores efetivos, por câmpus e regime de trabalho, está demonstrado na Tabela 11. Em relação ao quantitativo de professores substitutos e temporários, os dados estão descritos na Tabela 12.

Tabela 11 - Número de docentes efetivos do IFMG, por câmpus e regime de trabalho. Posição em 31/03/2014

QUADRO DOCENTE EFETIVO EM 2014*				
Câmpus lotação	D.E.	40	20	TOTAL
BambuÍ	98	0	10	108
Betim	20	0	0	20
Congonhas	45	1	0	46
Formiga	51	0	4	55
Governador Valadares	35	1	4	40
Ouro Branco	25	2	0	27
Ouro Preto	164	2	2	168
Ribeirão das Neves	12	2	1	15
São João Evangelista	66	0	1	67
SabarÁ	14	0	1	15
Santa Luzia	10	1	0	11
Total Geral	540	9	23	572

Fonte: SIAPE, 31/03/2014.

Tabela 12 - Número de professores substitutos e temporários por câmpus. Posição em 31/03/2014

Câmpus	CDT52 Substituto	CDT54 Temporário
BambuÍ	14	8
Betim	0	0
Congonhas	4	9
Formiga	5	2
Governador Valadares	2	3
Ouro Branco	2	0
Ouro Preto	26	8
Ribeirão das Neves	1	0
São João Evangelista	12	14
SabarÁ	0	1
Santa Luzia	0	4
Total Geral	66	49

Fonte: SIAPE, 31/03/2014.

Plano de expansão do corpo docente

Considerando a criação de novos cursos e ampliação da oferta de vagas previstas para os próximos anos em consonância com o Programa de Expansão e Reestruturação das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), o IFMG necessita ampliar o atual quadro de professores efetivos, de forma que os cursos previstos neste PDI possam ser implementados. O quantitativo de professores listados na Tabela 13 foi obtido a partir dos prognósticos elaborados pelos diretores dos câmpus para contemplar a expansão prevista no período de 2014 a 2018.

Tabela 13 - Previsão de vagas de docentes, por câmpus, para atender aos novos cursos previstos no período de 2014 a 2018

Câmpus lotação	40 HORAS D.E.	40 HORAS	20 HORAS	TOTAL
BambuÍ	19	0	0	19
Betim	32	0	0	32
Congonhas	16	0	3	19
Formiga	6	0	20	26
Governador Valadares	19	0	1	20
Ouro Branco	40	0	0	40
Ouro Preto	40	0	0	40
Ribeirão das Neves	45	0	0	45
São João Evangelista	33	0	0	33
Sabará	45	0	0	45
Santa Luzia	50	0	0	50
Total Geral	345	0	24	369

Fonte: Elaborado pelo autor, em consonância com a demanda apresentada pelos diretores dos câmpus do IFMG.

Perfil de formação do corpo docente do IFMG

O atual cenário da administração pública tem visado à qualificação e à preparação dos profissionais para o exercício de suas funções e, nesse sentido, o Decreto 5.707/2006 estabelece uma política de desenvolvimento no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo diretrizes e ações a serem implementadas. (BRASIL 2006)

Perfil de formação do corpo docente por câmpus

Nos últimos anos o IFMG implementou uma política de capacitação para os docentes, com objetivo de aumentar o índice de titulação. Para tanto, firmaram-se parcerias com a CAPES e diversas instituições de ensino superior para a oferta de programas de mestrado e doutorado interinstitucional (Minter e Dinter). Foram mais de 70 docentes que elevaram a sua titulação participando dos programas institucionais de capacitação em diversas áreas, a saber: mestrados em Economia Doméstica (UFV) e Administração (UFV), doutorados em Engenharia Agrícola (UFV), Fitotecnia (UFV), Ciências da Computação (UFMG) e Ciências Ambientais (UFG). Os dados sobre a titulação dos docentes do IFMG estão apresentados na Tabela 14.

Tabela 14 - Número de docentes efetivos do IFMG, por titulação

Formação	Quantidade
Aperfeiçoamento	3
Superior completo	33
Especialização	74
Mestrado	326
Doutorado	136
Total Geral	572

Fonte: SIAPE, 31/03/2014.

Os dados apresentados demonstram que o IFMG possui um corpo docente bastante qualificado, sendo que do total de professores efetivos apenas 19,2% não possuem ao menos o mestrado. A maior parte dos docentes (57%) possuem o título de mestre enquanto 23,8% têm doutorado. Para os próximos anos pretende-se manter uma política de capacitação que permita o constante aprimoramento dos servidores da Instituição.

Na Tabela 15 são apresentados os docentes divididos por titulação, conforme o câmpus de origem. Pode-se observar que o câmpus com maior número de doutores é o de Bambuí, seguido por Ouro Preto e São João Evangelista. Em termos percentuais Bambuí possui maior número de doutores, seguido por Formiga e Ouro Preto.

Tabela 15 - Titulação dos docentes do IFMG por câmpus

Nível de Formação	BAM	BET	CON	FOR	GOV	OB	OP	RN	SAB	SJE	IFMG
Aperfeiçoamento	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	3
Superior completo	3	0	0	2	3	2	14	2	0	4	33
Especialização	10	1	1	2	11	1	23	4	3	17	74
Mestrado	52	17	33	38	24	18	94	8	9	26	326
Doutorado	43	2	11	13	2	6	36	1	3	19	136
Total Geral	108	20	46	55	40	27	168	15	15	67	572

Fonte: SIAPE, 31/03/2014.

No que tange ao aumento do quadro de professores especialistas no IFMG, a Diretoria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, buscará oportunidades de cursos de pós-graduação, oportunizando, quando possível, o afastamento para capacitação, conforme previsto na Lei 8112 em seu artigo 96-A e, ainda, possibilitará o Apoio Financeiro à Qualificação, conforme Programa Institucional de Capacitação, aprovado pela Resolução nº 28, de 30 de março de 2012.

10.2 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo

Nos próximos cinco anos, o IFMG pretende promover ações que estimulem e viabilizem a qualificação dos técnicos-administrativos, pois a Lei nº 12.722/2012 ampliou a Tabela de Incentivo à Qualificação, oportunizando a todos os servidores, independentemente da classe (A, B, C, D ou E), o acesso ao Incentivo à Qualificação nos níveis existentes e seus percentuais. Nesse sentido, pretende-se adotar uma política de qualificação dos técnicos-administrativos que poderá oportunizar um avanço na carreira, pois um percentual de 24,8% dos 637 servidores técnicos não possui Incentivo à Qualificação, conforme tabelas a seguir. (BRASIL, 2012)

Tabela 16 - Quantitativo de servidores técnico-administrativos distribuídos por nível, câmpus e Reitoria

TECNICOS-ADMINISTRATIVOS :: IFMG - 2014*						
CÂMPUS	NÍVEL					TOTAL
	A	B	C	D	E	
BambuÍ	5	12	25	67	26	135
Betim	0	0	2	5	2	9
Congonhas	0	0	2	19	13	34
Formiga	0	0	7	21	13	41
Governador Valadares	0	0	2	9	7	18
Ouro Branco	0	0	1	7	5	13
Ouro Preto	14	13	34	89	31	181
Reitoria	0	0	2	56	40	98
Ribeirão das Neves	0	0	2	7	6	15
São João Evangelista	3	7	24	34	18	86
Sabará	0	0	1	4	2	7
Santa Luzia	0	0	3	4	3	10
Total Geral	22	32	102	318	163	637

Fonte: Dados atualizados conforme SIAPE em 31/03/2014.

Plano de expansão do corpo técnico-administrativo

Tendo em vista a expansão prevista para os próximos cinco anos, os diretores dos câmpus do IFMG, em consonância com a Diretoria de Gestão de Pessoas, elaboraram um prognóstico com a perspectiva de ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos. A projeção apresentada na Tabela 17 foi concebida com o propósito de atender às necessidades prováveis, com vistas à consolidação e/ou oferta dos novos cursos no âmbito do IFMG, previstos neste PDI para o período de 2014 a 2018.

Tabela 17 - Previsão de vagas para servidores técnico-administrativos, por câmpus e Reitoria, para atender às metas e ações previstas para o período de 2014 a 2018

CÂMPUS	NÍVEL					TOTAL
	A	B	C	D	E	
BambuÍ			13	19	1	33
Betim			3	25	13	41
Congonhas			3	22	20	45
Formiga			5	15	2	22
Governador Valadares			0	11	4	15
Ouro Branco			36	0	0	36
Ouro Preto			0	20	20	40
Reitoria			0	15	12	27
Ribeirão das Neves			4	18	12	30
São João Evangelista			10	15	8	33
Sabará			10	20	15	45
Santa Luzia			0	24	10	34
Total Geral	0	0	84	204	97	401

Fonte: Elaborado pelo autor, em consonância com a demanda apresentada pelos diretores dos câmpus do IFMG.

Tabela 18 - Nível de formação e tipo de qualificação dos servidores técnico-administrativos do IFMG, por câmpus e Reitoria.

Câmpus	Sem incentivo qualificação (*)	Ensino fundamental	Ensino médio	Superior completo	Especialização	Mestra-do	Doutorado	Total por câmpus
BambuÍ	26	1	13	22	58	14	1	135
Betim	2	0	1	3	2	0	1	9
Congonhas	7	0	1	3	22	1	0	34
Formiga	10	0	1	3	23	4	0	41
Gov. Valadares	5	0	1	0	10	2	0	18
Ouro Branco	3	0	0	3	4	3	0	13
Ouro Preto	55	9	8	37	53	18	1	181
Reitoria	30	0	0	17	41	7	3	98
Rib. Neves	3	0	0	3	8	1	0	15
S. J. Evangelista	14	0	19	9	34	10	0	86
SabarÁ	1	0	1	1	3	1	0	7
Santa Luzia	2	0	1	1	6	0	2	10
TOTAL	158	10	46	102	264	61	6	647

Fonte: SIAPE, 31/03/2014.

(*) Sem incentivo qualificação – O Incentivo à Qualificação é devido ao servidor que possui habilitação superior àquela exigida no edital do concurso. Nessa coluna pode-se verificar o quantitativo de servidores que possuem apenas a escolaridade exigida no cargo.

Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação é regido pela Lei nº 11.091/2005, com alterações dadas pela Lei 12.772/2012, e compõe-se de cargos efetivos de técnicos-administrativos, sendo subdivididos por cargos, níveis de classificação, padrão de vencimento e níveis de capacitação. Os cargos são alocados em ambientes organizacionais que são integrados por atividades afins ou complementares, organizados a partir das necessidades institucionais, e estes orientam a política de desenvolvimento de pessoal e compõem o plano de carreira dos técnicos. (BRASIL, 2005, 2012)

Como desdobramento do Plano de Carreira, foi instituído pela Decreto 5.825/2006 o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PDICTAE –, com diretrizes específicas para a

capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores. Para acompanhamento e fiscalização do plano foi eleita no IFMG a Comissão Interna de Supervisão – CIS –, e a Comissão Multicâmpus de Gestão de Pessoas nomeada para a elaboração do PDI desenvolverá o PDICTAE que será incorporado a este PDI. (BRASIL, 2006)

Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

O Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regido pela Lei nº 11.784/2008, alterada pela Lei nº 12.772/2012, que instituiu a nova estruturação das classes e níveis, bem como novas regras para o desenvolvimento dos docentes na carreira, sendo o quadro de servidores docentes composto de cargos efetivos, de professores substitutos e professores temporários. (BRASIL, 2008, 2012)

Para o acompanhamento do desenvolvimento dos servidores docentes, foi instituída, no IFMG, a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD –, que prestará assessoramento ao colegiado competente da Instituição e ao dirigente para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

Critérios de Seleção e Contratação

O processo de seleção dos servidores efetivos ocorre por meio de Concurso Público composto de provas e/ou provas e títulos. Para contratação dos professores substitutos e temporários, o Processo Seletivo Simplificado poderá ser composto também de provas e/ou provas e títulos. Em conformidade com a legislação vigente, propõe-se estudar e adotar, no IFMG, uma política com as diretrizes e padronização dos concursos públicos e processos seletivos.

Procedimentos para Substituição dos Professores

O procedimento para substituição dos professores do quadro funcional no IFMG ocorrerá em conformidade com a Lei nº 8.745/1993. (BRASIL, 1993)

10.3 Políticas de Capacitação

O Programa Institucional de Capacitação do IFMG é regido pela Resolução nº 28 de 30/03/12, no qual constam as diretrizes e critérios para a capacitação e desenvolvimento dos servidores. Tendo em vista o contexto de atualização da gestão da administração pública, o referido programa deverá ser revisado periodicamente.

Verificou-se a necessidade de regulamentar os procedimentos de afastamento e licença para capacitação dos servidores, tendo em vista que a regulamentação em vigência no IFMG abrange apenas os docentes, por meio da Portaria nº 246 de 13/03/2013. Propõe-se ainda que as diretrizes contemplem o remanejamento interno das funções dos servidores afastados, possibilitando o afastamento em conformidade com a legislação vigente. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2013)

No sentido da qualificação dos servidores e como atividades para a Política de Capacitação, propõe-se que o IFMG crie e oferte mestrado e/ou doutorado profissional para os servidores, possibilitando o aumento do grau de escolaridade destes.

■ 10.4 Política de Avaliação do Corpo Docente

O IFMG ainda não possui uma Política de Avaliação de Desempenho dos servidores e propõe-se que seja realizado um estudo para elaboração das diretrizes e modelo a ser adotado, buscando alinhar o desempenho às competências necessárias e ao objetivo institucional.

■ 10.5 Política de Avaliação do Corpo Técnico-Administrativo

O IFMG ainda não possui uma Política de Avaliação de Desempenho dos servidores e propõe-se que seja realizado um estudo para elaboração das diretrizes e modelo a ser adotado, buscando alinhar o desempenho às competências necessárias e ao objetivo institucional.

■ 10.6 Políticas de Saúde e Qualidade de Vida

A partir de um diagnóstico a ser realizado no âmbito da Instituição, será implementada a Política de Saúde e Qualidade de Vida, contemplando também os trabalhos de implantação do SIASS no IFMG. Como parte do trabalho de qualidade de vida, será elaborado o Programa de Preparação para Pós-Carreira.

Ao considerar que a Educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do cidadão, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, cabe reconhecer que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem ampliado a oferta de vagas por todo o território nacional.

Na última década, a educação profissional e tecnológica se viu reconhecida pelo seu valor estratégico para o desenvolvimento nacional. A capilaridade institucional compreende ofertar cursos presenciais e a distância a um público bastante distinto em faixa etária e renda, logo abarca um grande desafio: a inclusão social.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estruturam-se, *a priori*, para atender os filhos dos trabalhadores de baixa renda; contudo, a pauperização das classes médias e o elevado nível de ensino dos Institutos Federais, além de outros fatores, também colaboraram na agregação de estudantes oriundos de várias classes sociais.

Nesse sentido, o desafio da inclusão social aponta para a necessidade de se estabelecerem políticas de Assistência Estudantil que favoreçam a permanência e o êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional dos estudantes, particularmente para aqueles que necessitam das referidas políticas e/ou se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Instituído no ano de 2011, o Programa de Assistência Estudantil do IFMG visa atender, prioritariamente, estudantes dos cursos técnicos e superiores em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como finalidade propiciar condições de permanência aos estudantes, promover a igualdade de oportunidades, contribuir para o bom desempenho acadêmico, combater a evasão e a repetência e minimizar os efeitos das desigualdades sociais na trajetória escolar dos alunos assistidos.

Atualmente o IFMG utiliza como indicador de vulnerabilidade socioeconômica a Renda Familiar Per Capita (RFP). Esse indicador é usado na reserva de vagas destinadas a alunos egressos da escola pública, na concessão de auxílios no PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil – e também como critério para concessão de bolsas no PROUNI – Programa Universidade para Todos. Segundo esse programa, alunos com RFP menor ou igual a 1,5 salários mínimos estariam em vulnerabilidade socioeconômica (Tabela 19).

Tabela 19 - Perfil socioeconômico dos alunos matriculados no IFMG em 2013

Faixas de rendas	% alunos matriculados em 2013
RPF \leq 0,5 salário mínimo (sm)	26,3
0,5 sm < RPF \leq 1 salário mínimo	41,5
1 sm < RPF \leq 1,5 salário mínimo	14,9
1,5 sm < RPF \leq 2,5 salários mínimos	8,3
2,5 sm < RPF \leq 3 salários mínimos	4,3
RPF > 3 salários mínimos	4,6

Fonte: Elaborado pelo autor – dados da Coordenadoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Extensão.

Pode-se observar que quase 83% dos alunos do IFMG estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa oferta, atualmente, uma série de benefícios nas áreas de moradia, alimentação, transporte, creche, esporte, cultura, acessibilidade, assistência à saúde, apoio pedagógico e bolsas acadêmicas.

Visando à ampliação e à melhoria do Programa de Assistência Estudantil do IFMG, são apresentadas, a seguir, a descrição das ações existentes e as metas para o período de 2014 a 2018.

■ 11.1 Auxílios Socioeconômicos

Os benefícios concedidos a partir de critérios socioeconômicos são o Auxílio-Moradia, o Auxílio-Alimentação, o Auxílio-Transporte, o Bolsa-Atividade, o Auxílio-Creche e a Assistência à Saúde.

O Auxílio-Moradia compreende a concessão de alojamento ou auxílio financeiro para moradia aos estudantes que estejam regularmente matriculados e que não residam na cidade onde o câmpus do IFMG está localizado.

O Auxílio Financeiro é disponibilizado nos câmpus que não possuem alojamento e naqueles cujos alojamentos não atendem à demanda adequada de vagas.

O Auxílio-Alimentação refere-se à concessão de refeição gratuita ou auxílio financeiro para alimentação, sendo que o auxílio financeiro é disponibilizado aos estudantes dos câmpus que não possuem restaurante.

O Auxílio-Transporte refere-se à concessão de auxílio financeiro para que os estudantes se locomovam para o câmpus.

O Auxílio-Creche é um apoio financeiro, não reembolsável, concedido mensalmente aos estudantes regularmente matriculados que têm filhos até 6 (seis) anos e que atendam a critérios socioeconômicos.

Já o Bolsa-Atividade refere-se à concessão de benefícios para realização de atividades do interesse do aluno e em consonância com as necessidades da Instituição, que estejam preferencialmente relacionados à formação do estudante.

Por sua vez, a assistência à saúde consiste nos serviços de diagnóstico, tratamento e orientações sobre saúde do corpo, saúde bucal, prevenção a doenças, orientação quanto às doenças sexualmente transmissíveis, dependência química, por meio dos serviços de: assistência psicológica, atendimento odontológico, assistência social e atendimento ambulatorial. Ressalta-se que, por falta de mão de obra contratada, a assistência à saúde ficou restrita aos alunos daqueles câmpus que possuem em seus quadros profissional habilitado em cada especificidade.

Os quantitativos de alunos assistidos com auxílios socioeconômicos concedidos em 2013 pelo Programa de Assistência Estudantil são mostrados na Tabela 20, a seguir.

Tabela 20 - Número de alunos do IFMG assistidos com auxílios econômicos em 2013

Tipo de auxílio	Número de alunos assistidos
Moradia	347
Alimentação	1097
Creche	95
Atividade	303
Transporte intermunicipal	207
Transporte municipal	800

Fonte: Elaborado pelo autor – dados da Coordenadoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Extensão

■ 11.2 Bolsas por Mérito Acadêmico

Os auxílios concedidos por mérito acadêmico são: Bolsa de Iniciação Científica, Bolsa de Extensão, Bolsa-Monitoria e Bolsa-Tutoria. Entre os benefícios vinculados à Iniciação Científica estão o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Pós-Médio (PIBITEC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Júnior).

O PIBIC é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação por meio de concessão de bolsas ligadas a um projeto científico. O PIBITI visa estimular estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação por meio de concessão de bolsas ligadas a um projeto científico. Já o PIBITEC é um programa

destinado ao despertar da vocação científica e a incentivar talentos potenciais entre estudantes do pós-médio que estejam matriculados em um curso técnico, os quais, por meio de concessão de bolsa, estejam ligados a um projeto de caráter aplicado e/ou no desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação. E o PIBIC Júnior, por sua vez, visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio e profissional por meio de concessão de bolsas ligadas a projetos científicos.

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) destina-se a estudantes de cursos superiores e visa à elaboração de alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, a formação de profissionais cidadãos com responsabilidade social e ambiental, a construção e fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e o estímulo ao empreendedorismo. Há, também, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Júnior (PIBEX Júnior), o qual se destina a estudantes de cursos técnicos e visa à elaboração de alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, a formação de profissionais cidadãos com responsabilidade social e ambiental, a construção e fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e o estímulo ao empreendedorismo.

O Bolsa-Tutoria é um programa de apoio didático às disciplinas da área básica e consiste na concessão de Bolsas-Tutoria aos estudantes com o objetivo de proporcionar-lhes suporte didático-pedagógico, para que eles superem dificuldades nas disciplinas iniciais dos respectivos cursos. Já o Bolsa-Monitoria é um programa de apoio pedagógico a ser executado por discentes do IFMG para atender às necessidades de formação acadêmica do estudante, vinculada a uma disciplina.

Os quantitativos de Bolsas de Mérito Acadêmico concedidos em cada câmpus, por modalidade, são apresentados na Tabela 21 a seguir:

Tabela 21 - Quantitativo de Bolsas de Mérito Acadêmico concedidas em 2013

Câmpus	Modalidade					
	PIBIC	PIBITEC	PIBIC-JR	PIBEX	PIBEX-JR	PIBITI
BambuÍ	186	15	12	497	60	9
São João Evangelista	84	0	14	79	14	90
Ouro Branco	6	0	0	0	0	0
Betim	0	29	0	0	0	0
Governador Valadares	9	0	12	84	6	1
Ribeirão das Neves	0	0	0	26	0	0
Congonhas	31	7	41	15	49	0
Sabará	8	0	24	10	0	5
Formiga	41	0	0	8	0	19
Ouro Preto	219	96	378	273	221	12
Total	584	147	481	992	350	136

Fonte: Elaborado pelo autor – dados da Coordenadoria de Assistência Estudantil/Pró-Reitoria de Extensão.

■ 11.3 Outras Ações Desenvolvidas na Assistência Estudantil

Os benefícios que complementam as atividades acadêmicas são as visitas técnicas, as atividades culturais e as atividades esportivas. As visitas técnicas são atividades pedagógicas complementares ao ensino que propiciam a integração das áreas educacionais da Instituição com os diversos segmentos da sociedade, enriquecendo o processo ensino-aprendizagem e a formação profissional dos envolvidos. Caso seja necessário, há concessão de transporte, alimentação e hospedagem para viagens de visitas técnicas. Em relação às atividades culturais e esportivas, são assegurados programas que incentivem tais práticas como meio de socialização e promoção da saúde, além do treinamento e a participação em torneios e campeonatos das equipes representativas do IFMG.

Por fim, há o Seguro Saúde, o qual é assegurado a todos os estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais no IFMG, com cobertura 24 horas e durante todos os dias, para o caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e também é destinado a cobrir despesas médicas, hospitalares e odontológicas decorrentes de acidentes.

■ 11.4 Metas propostas para a Assistência Estudantil

No âmbito do IFMG, uma das metas a serem atingidas é o aprimoramento da gestão do Programa, visando à otimização na utilização de recursos com o objetivo de ampliar suas ações e o número de atendidos.

No âmbito do Governo Federal é necessário um aumento dos recursos destinados à Assistência Estudantil para que, ao final de 2018, possam ser atingidas as seguintes metas:

- atender pelo menos 60% dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- fomentar a participação do IFMG em projetos de captação de recursos para as bolsas de mérito de modo que tenhamos mais recursos para os auxílios socioeconômicos;
- disponibilizar restaurante escolar em todos os câmpus do IFMG;
- construir alojamento escolar em pelo menos 50% dos câmpus do IFMG;
- constituir, para cada grupo de 1200 alunos, uma equipe mínima da Assistência Estudantil, composta por: assistente social, psicólogo, nutricionista, técnico em assuntos educacionais e assistente de alunos.

Organização Estudantil

O Programa de Assistência Estudantil tem buscado proporcionar aos alunos do IFMG espaços de convivência, esporte, lazer, cultura e entretenimento, por meio de projetos e apoio financeiro para a readequação da estrutura física nos câmpus.

Entre as ações executadas nesse âmbito estão: a oferta de oficinas nas áreas de esporte e cultura, a realização de eventos culturais e a implementação de centros de convivências nos câmpus, com salas para jogos, TV, musculação e atividades físicas.

INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi criado em dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892 e, atualmente, encontra-se em fase de expansão. É uma autarquia formada inicialmente pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos Cefets de Ouro Preto e Bambuí e das UNEDs de Formiga e Congonhas. Os demais câmpus foram criados posteriormente, em regiões estratégicas do Estado, e estão vinculados a uma Reitoria, que tem sede em Belo Horizonte

Atualmente, são onze câmpus do IFMG em funcionamento, além da Reitoria: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista. Um novo câmpus, localizado no município de Ibitié, está em fase de implantação, com início das obras previsto para o primeiro semestre de 2014. Encontra-se, ainda, em fase de implantação os câmpus avançados de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Pitangui, Piumhi, Ponte Nova e Sete Lagoas.

É importante destacar que os câmpus, que atualmente funcionam em prédios provisórios, a exemplo de Betim, Ribeirão das Neves e Sabará, ou que apresentam espaços insuficientes, como o Câmpus Ouro Branco, terão nova sede ou suas áreas (construídas) serão ampliadas. Trata-se de situações em que somente uma reconfiguração espacial dos vários ambientes não é suficiente para suprir as demandas atuais da Instituição, havendo a necessidade, portanto, de novas edificações, ou seja, novos espaços para abrigar os câmpus. É importante pontuar que a construção de anexos e acréscimos volumétricos horizontais muitas vezes torna-se inviável, pois o adensamento inadequado pode prejudicar as condições de iluminação, ventilação e permeabilidade mínimas necessárias ao adequado funcionamento dos prédios e conforto dos usuários e entorno, além de eventualmente extrapolar parâmetros de ocupação preestabelecidos. Constata-se, nos câmpus em questão, a utilização saturada, a mescla de usos muitas vezes incompatíveis e a inexistência de determinados espaços necessários, a exemplo de bibliotecas, auditórios e laboratórios satisfatórios, bem como áreas de lazer mais generosas necessárias para prover melhor qualidade de vida estudantil.

Um dos objetivos do PDI é o levantamento das condições de infraestrutura física dos ambientes dos câmpus do IFMG, visando identificar os aspectos positivos e negativos dos ambientes físicos existentes no âmbito da área de atuação da Diretoria de

Projetos e Infraestrutura, DINFRA, deste Instituto. Essas informações visam possibilitar a análise dos dados apurados e consolidados, sejam eles quantitativos ou qualitativos.

Este trabalho foi elaborado com base em um modelo de diagnóstico desenvolvido pela Diretoria de Projetos e Infraestrutura – DINFRA – e aplicado, no segundo semestre de 2013, no prédio da Reitoria, bem como nos demais câmpus existentes. Os resultados desses diagnósticos foram apresentados à Reitoria em forma de relatórios.

As informações apresentadas pelos relatórios desenvolvidos pelos câmpus foram analisadas pela Comissão Temática de Infraestrutura e técnicos da DINFRA e condensadas em planilhas e textos. Essa compilação de conteúdo foi estruturada com o objetivo de possibilitar uma visão geral dos ambientes físicos do IFMG, facilitando uma avaliação comparativa entre os câmpus, assim como a percepção do Instituto como um todo.

A expansão e o crescimento do IFMG nas atividades de ensino, pesquisa e extensão demandam, concomitantemente, a necessidade de construção/ampliação de ambientes e, conseqüentemente, de novas áreas. Diante do exposto, as perspectivas de crescimento e aperfeiçoamento das instalações físicas existentes, bem como as propostas, são frutos do resultado do diagnóstico geral, apresentado a seguir.

■ 12.1 Diagnóstico Geral da Infraestrutura Física

Demonstrativo das áreas dos diversos câmpus do IFMG

O total da área construída de cada câmpus leva em consideração as edificações que abrigam as áreas administrativas, ambientes de ensino, bibliotecas, auditórios e demais equipamentos necessários para o funcionamento de cada unidade de ensino. As áreas de cada câmpus e as áreas construídas são demonstradas na Tabela 22. Nessa tabela, são apresentadas as áreas construídas cobertas e as descobertas (com uso específico) de cada câmpus, denominadas de áreas especiais existentes.

Tabela 22 - Demonstrativo da área total do terreno e área construída, por câmpus

Câmpus	Área Total do Terreno (em m ²)	Área Construída Coberta (em m ²)	Áreas Especiais Existentes (em m ²)	Descrição das Áreas Especiais
Reitoria	450,00	3.217,74	259,19	Área de convivência, área de acesso à garagem, área de acesso de pedestres, área de embarque e desembarque
Bambuú	3.430.000,00	62.105,70	3.223.650,00	Áreas ajardinadas, estacionamento, vias pavimentadas, lagos, pista de caminhada, áreas de preservação permanente, reserva legal e pastagens
Betim*	7.000,00	1.000,00	800,00	Praça de convivência e áreas de estacionamento
Congonhas	38.000,00	5.556,37	4.048,00	Estacionamento e vias de acesso
Formiga	24.782,37	3.483,96	700,00	Estacionamento
Governador Valadares	125.334,35	4.043,95	11.680,78	Áreas ajardinadas, lagoa, estação meteorológica, vias pavimentadas, canais de drenagem, vertedouro da lagoa, bacias de contenção e caixas d'água
Ouro Branco	8.035,20	1.351,62	1.270,21	Quadra esportiva e estacionamento
Ouro Preto	291.192,00	29.784,20	6.312,46	Áreas ajardinadas, estacionamento e quadras
Ribeirão das Neves*	1.461,00	1.461,00	500,00	Vias pavimentadas
Sabará*	1.000,00	1.000,00	-	-
São João Evangelista	3.013.700,00	16.988,40	14.355,08	Áreas ajardinadas, estacionamento, vias pavimentadas, quadras poliesportivas, campo de futebol, pastagem, área de preservação permanente e áreas de plantio
Total (m²)	6.940.954,92	129.992,94	3.263.575,72	

* Sede Provisória

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Áreas destinadas às atividades de Ensino e Aprendizagem

A Tabela 23 apresenta o quantitativo e demonstrativo de áreas dos ambientes diretamente destinados às atividades de ensino e aprendizagem, ou seja, faz referência às salas de aula teórica e aos laboratórios práticos de cada câmpus.

Tabela 23 - Quantidade e área dos ambientes de ensino e aprendizagem

Câmpus	Ambientes de Ensino					
	Sala de aula teórica		Laboratórios			
			Geral		Informática	
	Quantidade	Área (m ²)	Quantidade	Área (m ²)	Quantidade	Área (m ²)
Reitoria	-	-	-	-	-	-
Bambuí	63	3.525,2	36	2.954,1	12	518,8
Betim*	12	112	-	-	3	112,0
Congonhas	25	1.422,2	10	784,0	5	305,3
Formiga	9	629,7	6	347,0	3	214,4
Governador Valadares	11	786,9	5	357,7	2	143,1
Ouro Branco	11	450,6	3	88,3	1	52,6
Ouro Preto	60	4.897,2	50	3.242,2	11	653,7
Ribeirão das Neves*	5	300	-	-	1	95,0
Sabará*		9400		-	1	84,0
Santa Luzia	3	192	1	96	1	48,0
São João Evangelista	43	2.238	13	528,0	8	508,0
Total	251	14.953,90	124	8.397,3	48	2.735
Quantidade Total	423					
Área Total (m²)	26.086,22					
* Sede Provisória						

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013

Verifica-se, na tabela anterior, a inexistência de determinados ambientes de ensino em alguns câmpus. Essa constatação se deve à condição de uso/situação muitas vezes provisória dessas instalações. No prédio da Reitoria não existe essa demanda.

Bibliotecas

Os ambientes analisados como bibliotecas, apresentados nos diagnósticos elaborados, incluem, de acordo com as características de cada câmpus, as seguintes áreas: espaço para acervos, setor de empréstimo, setor de consulta, salas de estudo, midiateca, sala de periódicos, setor de braille, controle de dados e vozes, sala de projeção, entre outros.

As Tabelas 24, 25 e 26 apresentam o demonstrativo de áreas dos ambientes de bibliotecas disponíveis por câmpus, bem como as condições de acessibilidade e infraestrutura desses ambientes.

Tabela 24 - Quantitativo e áreas destinadas às bibliotecas

Câmpus	Áreas associadas à biblioteca						
	Quant. Biblioteca	Quant. Ambientes	Área (m²)	Adequação			
				Acessível		Não Acessível	
				Quant.	%	Quant.	%
Reitoria	-	-	-	-	-	-	-
BambuÍ	1	15	419,2	15	100	0	0,0
Betim	1	6	350	6	100	0	0
Congonhas	1	3	156,2	0	0,0	3	100
Formiga	1	3	212	0	0,0	3	100
Governador Valadares	1	2	143,1	1	50	1	50
Ouro Branco	1	1	64	1	100	0	0,0
Ouro Preto	1	4	597,3	0	0,0	4	100
Ribeirão das Neves*	1	1	100	1	100	0	0,0
Sabará*	1	1	60	1	100	0	0,0
Santa Luzia	1	1	60	1	100	0	0
São João Evangelista	1	6	124	0	0,0	6	100
Total	11	43	2.285,8	26		17	

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Tabela 25 - Acervo e horários de funcionamento das bibliotecas do IFMG, por câmpus

Infraestrutura	BambuÍ	Congonhas	Formiga	Gov. Valadares	Ouro Branco	Ouro Preto	Ribeirão das Neves	Sabará	S. J. Evangelista
Horário de atendimento da biblioteca	07:00 as 22:00	07:15 as 22:00	07:00 as 22:00	8:30/17:00 18:00/21:00	08:00 as 22:30	07:00 as 22:30	18:00 as 22:00	07:00 as 22:00	07:00 as 22:00
Empréstimos (média anual)	15.181	8.000	7.646	6.000	0	8.488	1.000	1.000	6.411
Devolues (média anual)	6.986	5.900	7.646	5.800	0	8.183	980	1.000	6.399
Reservas (média anual)	704	350	0	1000	0	32	90	0	650
Empréstimo entre bibliotecas (média anual)	0	0	0	0	0	126	0	0	0
Quantidade total de pessoal que auxilia os serviços na biblioteca	23	8	12	8	4	19	2	4	18
Bases de dados, bibliotecas virtuais e periodicos a que a biblioteca fornece acesso	Capes e Ebrary	Bibliotecas virtuais: Ebrary e Pearson. Periodicos: Gestão & produo; Caderno Brasileiro de Ensino de Física; Ensaio: pesquisa em educao em ciências; Construo & mercado; Informador das construes; Cculo: matemática para todos; Guia da construo	Biblioteca virtual Pearson	Ebrary e Capes		CNPQ, Ebrary, CAPES, Domino Público	Ebrary, BV Pearson, Scielo	Ebrary e periodicos Capes	Ebrary e periodicos Capes
Quantidade de títulos exemplares	9.483	1.798	1.080	705	613	12.255	141	425	4.640
	20.977	6.695	5.336	4212	3.219	4.0353	605	1.928	12.842

Fonte: Elaborado pelo autor – dados fornecidos pelas coordenaes das bibliotecas

Tabela 26 - Infraestrutura das bibliotecas do IFMG, por câmpus

Infraestrutura	Bambuú	Congonhas	Formiga	Gov. Valadares	Ouro Branco	Ouro Preto	Ribeirão das Neves	Sabará	Santa Luzia	S. J. Evangelista
Área disponível em m ²	1078,32	220,98	118,40	72	62,8	1116,37	77	36,6	60	450
Área de estudo em grupo em m ²	82,37	30	40	70	25,8	221,28	6	14,56	20	100
Área de estudo individual em m ²	15	25	0	3,8	0	1,5	10	0	10	7
Quantidade de mesas na área de estudo em grupo	13	5	6	6	3	38	1	3	2	14
Quantidade de cadeiras na área de estudo em grupo	116	25	30	30	12	130	4	12	12	56
Quantidade de assentos/ cabines na área individual de estudos	15	21	0	4	0	30	7	0	6	18
Quantidade de estantes para livros, periódicos, etc.	70	26	36	37	6	127	2	5	12	69
Quantidade de escaninhos para usuários	64	100	30	48	0	48	0	18	20	36
Quantidade de postos de trabalho para a equipe	2	5	5	2	2	6	2	2	2	4
Quantidade de computadores destinados ao uso da equipe	5	5	4	2	2	6	2	2	2	4
Quantidade de computadores destinados ao uso dos usuários	12	0	0	5	0	0	5	2	0	4

Fonte: Elaborado pelo autor – dados fornecidos pelas coordenações das bibliotecas

Auditórios e anfiteatros

A Tabela 27 apresenta o demonstrativo de áreas, dos ambientes de auditórios e anfiteatros, disponíveis por câmpus.

Tabela 27 - Quantitativo e área dos ambientes de auditório e anfiteatros

Câmpus	Auditório						Anfiteatro	
	Quant.	Área (m ²)	Adequação				Quant.	Área (m ²)
			Acessível		Não Acessível			
			Quant.	%	Quant.	%		
Reitoria	1	45,9	0	0,0	1	100	-	-
Bambuí	6	1.498,3	3	50,0	3	50	1	215,9
Betim	1	150	1	100	-	-	-	-
Congonhas	1	96	0	0,0	1	100	-	-
Formiga	-	-		-		-	-	-
Governador Valadares	1	207,3	1	100,0	0	0,0	-	-
Ouro Branco	-	-		-		-	-	-
Ouro Preto	2	472,4	0	0,0	2	100	-	-
Ribeirão das Neves*	-	-		-		-	-	-
Sabará*	-	-		-		-	-	-
Santa Luzia	1	190	1	100,0	0	0,0	1	142,6
São João Evangelista	1	480	0	-	1	100	1	390,0
Total	14	3.139,9	6		8		3	748,5

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Instalações Administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos e ambientes de serviços/apoio

A Tabela 28 apresenta os quantitativos e as áreas dos ambientes das instalações administrativas, gabinetes para docentes e coordenadores de cursos, bem como dos ambientes de serviços e apoio.

Tabela 28 - Quantidade e área das instalações administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos e ambientes de serviços/apoio

Câmpus	Instalações administrativas, gabinetes para docentes e coordenadores de cursos		Serviços/Apoio	
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)
Reitoria	41	967,30	32	549,40
BambuÍ	171	3.708,00	100	5.402,50
Betim*	1	56,00	1	12,00
Congonhas	17	727,61	27	603,66
Formiga	8	157,60	7	977,90
Governador Valadares	8	511,40	17	547,00
Ouro Branco	8	130,40	7	108,12
Ouro Preto	88	2.718,74	187	5.239,00
Ribeirão das Neves*	7	205,00	4	74,00
Sabará*	6	109,00	5	267,00
Santa Luzia	10	289,86	4	24,23
São João Evangelista	49	1.167,50	58	2.314,00
Total	414	10.748,41	449	16.118,81

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Os ambientes destinados ao uso dos docentes e coordenadores de cursos vêm sendo estruturados segundo a demanda de necessidades apresentadas pelos câmpus, em função da quantidade de cursos ofertados, bem como o porte e a expectativa de uso das instalações. Tais intervenções têm como meta a implantação de número suficiente de gabinetes para os professores e coordenadores de cursos.

Os novos projetos a serem elaborados deverão ter como base o plano de necessidades para os ambientes físicos, de modo a atender com qualidade os usuários da Instituição.

Com base nos diagnósticos de infraestrutura realizados, serão avaliadas as instalaes administrativas, os ambientes para docentes e coordenadores de cursos, bem como os locais de serviços e apoio, de modo a nortear as propostas para o período de vigência deste PDI.

Instalações Sanitárias

A Tabela 29 apresenta os quantitativos e as áreas dos ambientes das instalações sanitárias de cada câmpus, bem como as condições de acessibilidade e de manutenção desses ambientes.

Tabela 29 - Instalações sanitárias e suas características

Câmpus	Instalações Sanitárias									
	Quant.	Área (m ²)	Adequação				Condições limpeza e manutenção			
			Acessível		Não Acessível		Bom		Ruim	
			Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Reitoria	52	108,6	1	1,9	51	98,1	48	92,3	4	7,7
Bambuí	174	1.575,9	49	28,2	125	71,8	159	91,4	15	8,6
Betim	10	142	4	40	6	60	0	0,0	2	100
Congonhas	24	237,2	0	0,0	24	100	18	75	6	25
Formiga	12	277,3	8	66,7	4	33,3	8	66,7	4	33,3
Governador Valadares	21	216,4	3	14,3	18	85,7	15	71,4	6	28,6
Ouro Branco	5	32,6	0	0,0	5	100	5	100	0	0,0
Ouro Preto	175	1.268,7	24	13,7	151	86,3	167	95,4	8	4,6
Ribeirão das Neves*	2	60	2	100	0	0,0	2	100	0	0,0
Sabará*	7	70	7	100	0	0,0	0	0,0	7	100
Santa Luzia	9	22,8	2	22,2	7	77,8	9	100	0	0,0
São João Evangelista	126	1.410	13	10,3	113	89,7	37	29,4	89	70,6
Total	617	5.421,5	113		504		468		141	
* Sede Provisória										

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Áreas de Lazer e Atividades Esportivas

A Tabela 30 apresenta os quantitativos e as áreas dos ambientes de lazer e de atividades esportivas dos câmpus, bem como a sua descrição.

Tabela 30 - Demonstrativo das áreas de lazer e de atividades esportivas

Câmpus	Áreas de lazer e de atividades esportivas (m²)	Descrição das áreas de lazer e de atividades esportivas
Reitoria	-	-
Bambuú	13.579,30	2 salas de TV, sala de jogos, academia, 10 quiosques, piscina, pátio da piscina, campo de futebol, ginásio de esportes e 2 quadras esportivas
Betim*	1000	Quadra poliesportiva
Congonhas	1.117,46	Quadra poliesportiva e complementos
Formiga	-	-
Governador Valadares	410,30	2 áreas de convivência e ambiente de mesas da cantina
Ouro Branco	948,43	Pátio coberto e quadra esportiva
Ouro Preto	2.702,43	2 quadras esportivas, Centro de Vivência CEL, sala de ginástica, sala de judô, sala de material esportivo, área de convivência, espaço multiuso e área de jogos
Ribeirão das Neves*	-	-
Sabará*	-	-
São João Evangelista	9.870,00	3 pátios internos, 2 salas de TV, salão de educação física, 2 quadras poliesportivas 18mx20m, 1 campo de futebol oficial 60x90m, 1 campo soçaite 40mx60m e 1 ginásio poliesportivo
Total	29.627,92	
* Sede Provisória		

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Instalações Rurais e Alojamentos

A Tabela 31 apresenta os quantitativos e as áreas das instalações rurais dos câmpus Bambuí e São João Evangelista, bem como os alojamentos existentes nos câmpus Bambuí, Ouro Preto e São João Evangelista.

Tabela 31 - Instalações rurais e alojamentos

Câmpus	Instalações Rurais		Alojamentos		
	Quantidade de ambientes	Área (m ²)	Quantidade de quartos	Número de usuários	Área total dos alojamentos (m ²)
BambuÍ	106	24.197,7	51	264	2.796,2
Ouro Preto	-	-	16	64	717,8
São João Evangelista	44	5.046,9	37	212	1.049
Total	150	29.244,6	104	540	4.563

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Verifica-se, nas informações apresentadas, que determinados câmpus apresentam significativas áreas reservadas às instalações rurais e alojamentos. O motivo dessa constatação se deve à característica dos cursos ofertados nessas unidades e às suas respectivas áreas de ensino.

Segurança e Saúde no Trabalho

As condições adequadas de salubridade das instalações acadêmicas são imprescindíveis para o bom desempenho das atribuições dos usuários locais, bem como garantia de suas condições de saúde e segurança. O IFMG vem buscando, no decorrer da estruturação dos seus câmpus, promover as adequações necessárias para garantir as condições adequadas de salubridade e segurança, levando-se em conta, inclusive, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NR.

A Tabela 32 aponta a presença/ausência de projetos de PCI (Prevenção e Combate a Incêndios), SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas) nos câmpus do IFMG.

Tabela 32 - Existência de PCI e SPDA, por câmpus

Câmpus	Existência de projeto por câmpus				Observações
	Prevenção e Combate a Incêndios (PCI)		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)		
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Reitoria	x		x		Necessita de reforma nas instalações/equipamentos.
Bambuú		x		x	Previsão de elaboração/execução dos projetos necessários.
Betim*		x		x	Prédio em construção.
Congonhas	x		x		Necessária a aprovação.
Formiga		x		x	Somente o bloco B possui projetos.
Governador Valadares		x		x	Já providenciado pela ata 613/2013.
Ouro Branco		x		x	Já providenciado pela ata 613/2013.
Ouro Preto		x	x		Já providenciado pela ata 613/2013.
Ribeirão das Neves*		x		x	Prédio cedido.
Sabará*		x		x	Prédio cedido.
São João Evangelista		x		x	Está prevista a execução dos projetos necessários.
Santa Luzia		x		x	Já providenciado pela ata 613/2013.
* Sede Provisória					

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Acessibilidade

O IFMG tem procurado cumprir as normas gerais de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida para assegurar a total adequação de suas instalações, para fins de garantir a acessibilidade ambiental.

Em observância à Política de Aplicação e Gestão do Design Inclusivo para Acessibilidade Ambiental no Meio Edificado do IFMG, está prevista a formatação de dossiês que constem das condições de utilização dos espaços de cada câmpus já construído e a promoção de acessibilidade aos projetos de implantação de nova infraestrutura, visando tornar acessíveis os ambientes pertencentes ao IFMG. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012)

O IFMG firmou contrato para recebimento de Assessoria Técnica do Laboratório ADAPTSE - UFMG, por intermédio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), para efetivar o Plano de Implantação de Acessibilidade Ambiental nos espaços dos câmpus. Sendo assim, a elaboração dos relatórios técnicos sobre condições de acessibilidade encontra-se em desenvolvimento e tem sido efetuada por meio de visitas técnicas aos câmpus e promoção de eventos e palestras pautadas na acessibilidade.

A atividade em questão é realizada por meio da Coordenação Intersetorial de Promoção da Acessibilidade e das Comissões Internas para Promoção da Acessibilidade e pauta-se no cumprimento dos termos do Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Cabe destacar que a Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade com base na Norma ABNT 9.050/2004. (BRASIL, 2000, 2004)

Nessa trajetória estão sendo desenvolvidas análises técnicas e relatórios que irão contribuir para a definição dos procedimentos operacionais e para a elaboração de projetos arquitetônicos visando à implantação e gestão da acessibilidade ambiental para todos os câmpus do IFMG.

■ 12.2 Metas e Ações para a Infraestrutura

O IFMG, desde a sua criação, tem ampliado e adequado a sua infraestrutura física, com a execução de reformas, ampliações e construções de novos câmpus, com o objetivo de atender à demanda crescente por ensino de qualidade e acessível à população. Nessa trajetória de expansão do IFMG, constata-se a possibilidade da criação de novos câmpus, assim como de ampliações e reformas nos câmpus existentes durante o período de vigência deste PDI.

Algumas obras estão previstas, como as do Câmpus Ibirité e da sede definitiva do Câmpus Sabará, já em 2014. Outras obras de reforma e ampliação estão sendo projetadas para os diversos câmpus com o objetivo de atender à expansão necessária da infraestrutura. Dessa forma, está previsto o desenvolvimento de novos projetos para construção, ampliação e reformas, que deverão embasar-se em definições de cunho técnico e pedagógico. As demandas de infraestrutura de cada câmpus serão avaliadas conjuntamente com a equipe técnica da DINFRA, para o posterior desenvolvimento de projetos e das contratações de obras.

Seguem tabelas elaboradas de acordo com os eixos temáticos, apresentando descrição sucinta das atividades previstas ou em andamento para melhoria e adequação das estruturas físicas atuais.

Ambientes de Ensino e Aprendizagem

A Tabela 33 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma dos ambientes de ensino e aprendizagem para os câmpus do IFMG.

Tabela 33 - Meta – Criação, ampliação e adequação dos ambientes de ensino e aprendizagem

Câmpus	Criação, ampliação e adequação dos ambientes de ensino e aprendizagem: sala de aula teórica/laboratórios específicos			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Bambuí	P / R	2014 / 2015	Prédio pedagógico	DINFRA e DAP
	P / R	2015 / 2018	Laboratórios de práticas agrícolas	
	P / R	2016 / 2016	Laboratórios de processamento de leite e frutas	
	P / R	2015	Pavilhão de Aula III (Agronomia) e antigo Núcleo de Administração e Infraestrutura	
	P / R	2014 / 2015	Laboratório de anatomia animal	
	P / R	2015 / 2015	Laboratório de produção de mudas e laboratório de mecânica	
	P / C	2014 / 2016	Prédio de salas de aulas	
Betim	P / C	Dez. 2014	Câmpus - Unidade I (incluindo Ambientes de Ensino)	DINFRA
	P / R	2014/2016	Reformas e adaptações - Unidade II	DINFRA
	P / C	2015/2016	Laboratórios específicos de Mecânica	DAP / DINFRA
	P / C	2016/2016	Laboratórios específicos de Química	DAP / DINFRA
Congonhas	-	-	-	-
Formiga	-	-	-	-
Governador Valadares	P / C	2015 / 2018	Bloco 02 do Câmpus	DAP / DE
Ibirité	C	2014 / 2015	Novo câmpus	DINFRA
Ouro Branco	C	2014 / 2015	Bloco didático	DINFRA
Ouro Preto	R / C	2014	Pavilhão de Automação Industrial	DINFRA e Setor de Projetos
	C	2014 / 2018	Ed. Curso de Tecnologia/Restauração de Imóveis e Laboratório de Gastronomia	Setor de Projetos do Câmpus
Ribeirão das Neves	C	Dez. 2014	Novo câmpus (incluindo Ambientes de Ensino)	DINFRA
Sabará	C	Jan. 2015	Novo câmpus: 1ª etapa (Infraestrutura e Didático)	DINFRA e Direção-Geral
	P	Fev. 2015	Criação de comissão p/ acompanhamento das obras	Direção-Geral / DINFRA

Santa Luzia	P/ R	2014 / 2018	Blocos existentes	DINFRA
	P/ C	2014 / 2018	Novo bloco	
São João Evangelista	C	Jan. 2014 / Dez. 2015	Prédio de Ciências Agrárias	DINFRA / DAP / Setor de Engenharia do Câmpus
	P/ R	2017	Salas aulas (próx. setor Agropecuário)	
	R	2014 / 2015	Inst. sanitárias do Prédio Escolar 01	
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Instalações Administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos e ambientes de serviços/apoio

A Tabela 34 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma para as instalações destinadas às atividades administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos, ambientes de serviços e apoio dos diversos câmpus do IFMG.

Tabela 34 - Meta – Criação e adequação das instalações administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos, ambientes de serviços e apoio

Câmpus	Criação e adequação das instalações administrativas, gabinetes para docentes/coordenadores de cursos, ambientes de serviços e apoio			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Todos os câmpus do IFMG	P / R / C	2014 / 2018	Implantação de número suficiente de gabinetes para os professores e coordenadores de cursos	DINFRA / DAP/ Setor Engenharia do Câmpus
Reitoria	P / R	Jul. 2014 /Dez. 2015	Implantação do <i>Data-Center</i> no novo ambiente (incluindo contratação de empresa especializada em <i>containers</i> próprios para <i>Data-Center</i>)	DINFRA e DTI
	P / C	2014 / 2015	Projeto e construção de caixa d'água complementar	DINFRA
	P / R	2017 / 2018	Garagem complementar da Reitoria	DINFRA

Bambuú	P / R	2015 / 2016	Prédio da Coordenadoria-Geral de Assistência ao Estudante – CGAE	DINFRA / DAP/ Setor de Engenharia do Câmpus
	P / R	2014 / 2015	Restaurante	
	P / R	2015 / 2015	Prédio da Diretoria de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação; Salas de professores anexas ao laboratório de Anatomia Animal	
	P / R	2014 / 2015	Secretarias escolares	
	P / C	2017 / 2018	Prédio para secretarias escolares	
	P / C	2014 / 2015	Lavador de veículos	
	P / R	2014 / 2015	Instalações físicas (para atender à contrapartida do projeto FAT-VITAE)	
Betim	C	Dez. 2014	Câmpus – Unidade I (Incluindo Administrativo e Apoio)	DINFRA
Formiga	P / R / C	2014 / 2018	Reforma e ampliação da Fábrica da Banha – Unidade II	DINFRA / DAP/ Setor Engenharia do Câmpus
Ouro Preto	C	2014 / 2018	Restaurante escolar	Setor de Projetos
Ribeirão das Neves	C	Dez. 2014	Novo câmpus (Incluindo Adm. e Apoio)	DINFRA
Sabará	C	Fev. 2016	Novo câmpus: 2ª etapa (Adm. e Apoio)	DINFRA / DAP/ Direção-Geral
	P / C	2015 / 2016	Instalação de mobília e equipamentos no novo câmpus	
Santa Luzia	P / R / C	2014 / 2018	Reforma dos blocos existentes e criação de novo bloco, incluindo: cantina, garagem, guarita e refeitório	DINFRA
São João Evangelista	C	2014 / 2015	Prédio de Ciências Agrárias	DINFRA / DAP/ Setor de Engenharia do Câmpus
	P / C	2016	Cantina para alunos	
	P / C	2018	Centro de Vivência	
	P / C	2014	Lavanderia	
	P / R	2018	Telhado do Prédio Administrativo / Copex – Coordenação de Pesquisa e Extensão	
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Áreas de Lazer e de Atividades Esportivas

A Tabela 35 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma para os ambientes destinados às atividades esportivas e de lazer dos diversos câmpus do IFMG.

Tabela 35 - Meta – Criação e ampliação de áreas de lazer e atividades esportivas

Câmpus	Criação e ampliação de áreas de lazer e atividades esportivas			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Reitoria	P / R	2014/2018	Centro de Vivência	DINFRA
BambuÍ	P / R	2014/2018	Complexo esportivo (poliesportivo, campo de futebol, piscina e quadras descobertas)	DINFRA e DAP
	P / C	2015/2016	Salão para academia de artes marciais e capoeira	
Betim	-	-	-	-
Congonhas	-	-	-	-
Formiga	P / C	2014/2018	Área de prática de esportes, recreação e convivência (área anexa à Fábrica da Banha – Unidade II)	Setor de Engenharia do Câmpus / DINFRA
Governador Valadares	C	2014/2015	Ginásio Poliesportivo	DINFRA / DAP / DG
Ouro Branco	-	-	-	-
Ouro Preto	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	C	Dez. 2014	Novo câmpus (Incluindo Ginásio Poliesportivo)	DINFRA
Sabará	P / C	Jan. 2018	Novo câmpus: 3ª etapa (Ginásio Poliesportivo)	DINFRA e Direção-Geral
Santa Luzia	P / R	2014 /2018	Quadra Poliesportiva	DINFRA
São João Evangelista	P / C	Jul. 2014 / Jul. 2015	Cobertura de 02 quadras	DINFRA / DAP / Setor de Engenharia do Câmpus
	P / R	Jan. 2018 / Dez. 2018	Setor esportivo	

Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013..

Áreas para Bibliotecas

A Tabela 36 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma para os ambientes destinados às bibliotecas dos diversos câmpus do IFMG.

Tabela 36 - Meta – Criação e ampliação de áreas de bibliotecas

Câmpus	Criação e ampliação de áreas de bibliotecas			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Reitoria	-	-	-	-
Bambuú	-	-	-	-
Betim	C	Dez. 2014	Biblioteca Câmpus Unidade II	DINFRA
Congonhas	-	-	-	-
Formiga	P / C	2014 / 2018	Biblioteca	Setor de Engenharia do Câmpus / DINFRA
Governador Valadares	P / C	2014 / 2016	Prédio da Biblioteca	DAP / DINFRA
Ouro Branco	C	2014 / 2018	Bloco Biblioteca / Auditório	DINFRA
Ouro Preto	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	C	Dez. 2014	Biblioteca do novo câmpus	DINFRA
Sabará	C	Jan. 2015	Novo câmpus: 1ª etapa	DINFRA / Direção-Geral
Santa Luzia	P / C	2014 / 2018	Biblioteca – Novo bloco	DINFRA
São João Evangelista	P / C	Jul. 2015 / Jul. 2017	Construir nova biblioteca	DINFRA / DAP / Setor de Engenharia do Câmpus

Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Áreas para Auditórios e Anfiteatros

A Tabela 37 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma para os ambientes destinados a auditórios e/ou anfiteatros dos diversos câmpus do IFMG.

Tabela 37 - Meta – Criação e adequação das áreas de auditórios e anfiteatros

Câmpus	Criação e adequação das áreas de auditórios e anfiteatros			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Reitoria	-	-	-	-
BambuÍ	P / C	2017 / 2018	Auditório (capacidade: 100 alunos)	DINFRA / DAP
	P / R	2014 / 2015	Instalações físicas: Salão Nobre	
Betim	C	Dez. 2014	Novo câmpus (Incluindo auditório)	DINFRA
Congonhas	P / C	2014 / 2018	Prédio Auditório	DINFRA / Setor de Engenharia do Câmpus
Formiga	P / C	2014 / 2018	Reforma e ampliação da Casa da Banha - Unidade II	DINFRA / Setor de Engenharia do Câmpus
Gov. Valadares	-	-	-	-
Ouro Branco	C	2014 / 2018	Bloco Biblioteca / Auditório	DINFRA
Ouro Preto	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	C	Dez. 2014	Novo câmpus (Incluindo auditório)	DINFRA
Sabará	C	Jan. 2015	Novo câmpus: 1ª etapa	DINFRA / Direção-Geral
Santa Luzia	P / C	2014 / 2018	Auditório – Novo bloco	DINFRA
São João Evangelista	-	-	-	-
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Instalações Rurais e Alojamentos

A Tabela 38 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma para os ambientes destinados às instalações rurais e alojamentos dos câmpus Bambuí e São João Evangelista do IFMG.

Tabela 38 - Criação e ampliação das instalações rurais e alojamentos

Câmpus	Criação e ampliação das instalações rurais e alojamentos			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
BambuÍ	P / R	2014 / 2015	Instalações físicas: oficina mecânica	DINFRA / DAP
	P / C	2014 / 2015	Biodigestor da bovinocultura	
	P / C	2015 / 2017	02 Alojamentos femininos	
São João Evangelista	P / C	Jan. 2015 / Dez. 2018	Instalações físicas do aviário	DINFRA / DAP/ Setor de Engenharia do Câmpus
	P / C	Jan. 2014 / Dez. 2014	Casa de Mel	
	P / C	Jan. 2014 / Jan. 2017	Nova suinocultura	
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Infraestrutura e Paisagismo

A Tabela 39 apresenta as previsões de projeto, construção e/ou reforma para as obras de infraestrutura externa, urbanização e paisagismo dos diversos câmpus do IFMG.

Tabela 39 - Meta – Criação e adequação das áreas de urbanização e paisagismo

Câmpus	Criação e adequação das áreas de Urbanização e Paisagismo			
	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Reitoria	-	-	-	-
BambuÍ	P / R	2014 / 2018	Urbanização (sistema viário e paisagismo)	DINFRA e DAP
Betim	P / C	2014 / 2015	Urbanização e paisagismo (Unid. I e II)	DINFRA
Congonhas	-	-	-	-
Formiga	P / C	2014 / 2018	Urbanização e paisagismo – Unidades I e II	DINFRA / Setor Eng. Câmpus
Gov Valadares	P / C	2015 / 2018	Urbanização e paisagismo	DINFRA
Ouro Branco	C	2014 / 2018	Infraestrutura p/ integração dos blocos	DINFRA
Ouro Preto	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	C	Dez. 2014	Urbanização do terreno (Novo câmpus)	DINFRA
SabarÁ	C	Jan. 2015	Urbanização do terreno (Novo câmpus)	DINFRA
Santa Luzia	P / C	2014 / 2015	Urbanização do entorno dos blocos	DINFRA

São João Evangelista	P / R	Jan. 2016 / Dez. 2018	Acesso ao Câmpus (guarita, portaria e portão) e ruas principais	DINFRA / DAP / Setor de Engenharia do Câmpus
	P / C		Calçadas para pedestres	
	P / C		Urbanização e paisagismo	
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Projetos de instalações especiais

A Tabela 40 apresenta as previsões de projetos e obras especiais para as instalações de Prevenção e Combate a Incêndios (PCI) / Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) / Circuito Fechado de TV (CFTV) / Telefonia / Sinalização / Redes e Instalações Elétricas / Redes e Instalações Hidráulicas dos diversos câmpus do IFMG.

Tabela 40 - Meta – Elaboração e execução de projetos de instalações especiais

Elaboração e execução de projetos e instalações especiais				
Prevenção e Combate a Incêndios (PCI) / Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) / Circuito Fechado de TV (CFTV) / Telefonia / Sinalização / Instalações Elétricas / Instalações Hidráulicas				
Câmpus	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Reitoria	P	Jan. 2014 / Dez. 2014	Reavaliação do projeto elétrico existente	DINFRA
	R	Jan. 2014 / Dez. 2015	Rede elétrica (incluindo climatização, internet e rede)	
	P	Jul. 2014 / Dez. 2014	Sinalização de ambientes (conforme Normas Técnicas de Segurança)	
	R	Jan. 2015 / Dez. 2015	Sinalização de ambientes (conforme Normas Técnicas de Segurança)	
	P / R / C	Jan. 2016 / Dez. 2018	PCI, SPDA e CFTV	
Bambuú	P / R	2014 / 2018	Sinalização de ambientes (conforme Normas Técnicas de Segurança)	DINFRA / DAP
	P / R	2014 / 2018	Rede elétrica	
	P / R	2014 / 2018	Rede de abastecimento de água e de tratamento de efluentes e resíduos	
Betim	P / C	2014 / 2015	Cabeamento estruturado e telefonia (Unidades I e II)	DINFRA

Congonhas	P / C	2014 /2015	Compatibilização dos projetos PCI e aprovação no CBMMG	DINFRA / DAP
Formiga	P / C	2015 /2015	PCI do Bloco A e aprovação no CBMMG	DAP / Setor de Engenharia do Câmpus / DINFRA
Governador Valadares	P / C	2016	CFTV	DAP / DINFRA
	P / R	2014 / 2018	Serviços de telefonia fixa e expansão da rede de lógica	DG / DAP DTI
Ouro Branco	P / C	2014 / 2015	PCI e SPDA (Bloco I)	DINFRA
Ouro Preto	P / R	2014 / 2018	Rede de distribuição de água	Setor de Projetos do Câmpus
	P / C	2014 / 2018	PCI e SPDA	
Ribeirão das Neves	P / C	2014	Instalações novo câmpus	DINFRA
Sabará	C	2014 / 2018	Instalações novo câmpus	DINFRA
Santa Luzia	P / R / C	2014 / 2018	PCI, SPDA, CFTV, telefonia, sinalização, instalações elétricas e hidráulicas (Bloco novo e existentes)	DINFRA
São João Evangelista	R	2014 / 2018	Rede elétrica	Setor de Engenharia do Câmpus / DINFRA
	P / C	2014 / 2018	PCI e SPDA	
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Segurança e saúde no trabalho

A Tabela 41 apresenta as metas para a adequação da segurança do trabalho na Reitoria e nos demais câmpus do IFMG.

Tabela 41 - Adequação da segurança do trabalho do IFMG

Adequação da segurança do trabalho do IFMG			
Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
P / R / C	2014/2018	Elaborar projetos para a reforma de instalações elétricas em conformidade com as exigências da NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade).	DINFRA
P / R / C	2014/2018	Avaliar as condições de iluminação natural e artificial dos ambientes, visando à maior eficiência, além de conforto e bem-estar dos usuários.	
P / R / C	2014/2018	Promover sinalização de rotas de fuga (rampas, corredores, halls e saídas), bem como a colocação de pisos antiderrapantes nos locais necessários.	
P / R / C	2014/2018	Efetuar melhorias, que se fizerem necessárias, nos arranjos espaciais dos laboratórios, proporcionando adequações de layout que promovam maior eficiência e segurança no manuseio de equipamentos e produtos específicos.	DINFRA / DAP
P	2014/2018	Promover entrega de EPI em todos os setores, realizando treinamentos sobre o uso, conservação e responsabilidades.	DINFRA
P	2014/2018	Propor a implantação de Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA – e também da Brigada de Incêndio.	
P	2014/2018	Promover cursos de NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade), de Sistema Elétrico de Potência – SEP – e de NR-35 (Trabalho em Altura) para os eletricitistas e auxiliares lotados nos câmpus.	DINFRA / DGP
P	2014/2018	Propor a elaboração de inventários de todos os produtos químicos utilizados, providos de sua ficha técnica (características, utilização, risco à saúde, risco ao meio ambiente, bem como medidas de segurança que deverão ser adotadas no seu manuseio, necessidade de utilização de EPIs, etc.) em conformidade com as normas de segurança, NBR-12235 (Armazenamento de Produtos Químicos e Perigosos) e NBR-10004 (Classificação de Resíduos).	DINFRA
P / R / C	2014/2018	Promover melhoria e manutenção dos sistemas de ventilação forçada nos ambientes dos câmpus em que esse recurso é adotado.	

Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Acessibilidade

Tabela 42 - Meta – Promoção da acessibilidade no IFMG

Promoção da acessibilidade no IFMG				
Câmpus	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Reitoria e demais câmpus	P	2014 / 2018	Assegurar a aplicação das políticas públicas voltadas a portadores de necessidades especiais – PNEs.	DINFRA / DGs / DAPs e NAPNE
	P	2014 / 2018	Diagnosticar as condições de acessibilidade nos câmpus.	
	P / R	2014 / 2018	Adequar as instalações, equipamentos e espaços físicos da Reitoria aos PNEs com base nas Normas Técnicas.	
	P	2014 / 2018	Identificar as necessidades dos usuários.	
	R	2014 / 2018	Instalar estações de trabalho preferenciais nos laboratórios de práticas de ensino.	
	P	2014 / 2018	Contratar intérpretes de Libras para suprir eventuais necessidades no atendimento aos estudantes dos câmpus.	Gestão de Pessoas / Coord. Pedagógica / NAPNE
	P	2014 / 2018	Divulgar e promover eventos relacionados à acessibilidade universal.	Setor de Comunicação / CIAC / NAPNE
	P	2014 / 2018	Estruturar o NAPNE dos câmpus.	Direção-Geral
	P / R	2014 / 2018	Equipar o NAPNE com recursos materiais para atendimento de PNEs.	NAPNE
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

Metas e ações complementares para o desenvolvimento da infraestrutura física

A Tabela 43 apresenta as metas e ações complementares necessárias para o desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física do IFMG.

Tabela 43 - Metas e ações complementares para o desenvolvimento da infraestrutura física.

Metas e ações complementares para o desenvolvimento da infraestrutura física				
Metas	Atividade: (P) (R) (C)	Prazo	Ação	Responsável
Regularizar o licenciamento físico e ambiental dos câmpus do IFMG.	P / R / C	2014 / 2018	Obter o licenciamento físico e ambiental pleno.	DINFRA / DAP / Setores de Engenharia dos Câmpus
Elaborar Planos Diretores para os câmpus do IFMG.	P	2014 / 2018	Criar comissão para elaboração do Plano Diretor.	
			Discutir, elaborar e aprovar.	
			Implementar políticas e ações para modernização da infraestrutura física e tecnológica.	
Promover a sustentabilidade.	P / R / C	2014 / 2018	Implantar sistemas de irrigação automatizado.	
			Elaborar, divulgar e implantar programas de uso racional da água: reuso de água de consumo, aproveitamento da água da chuva.	
			Reduzir e controlar o consumo da energia elétrica, visando à eficiência energética.	
Promover a manutenção e conservação da estrutura física.	P / R / C	2014 / 2018	Identificar e solucionar patologias do prédio.	
	P	2015 / 2018	Elaborar e implementar programa de manutenção preventiva de conservação (rede elétrica, hidráulica e predial).	
	P	2014 / 2018	Realizar campanha educativa de preservação do patrimônio escolar.	
Criar padrões operacionais.	P	2014 / 2018	Criar modelos para padronização de documentos/projetos.	
	P	2014 / 2018	Padronizar edificações, mobiliário, sistemas ambientais e construtivos do IFMG.	
Propor melhorias contínuas.	P / R / C	2014 / 2018	Otimizar os espaços físicos existentes (layout adequado).	
Adequar a infraestrutura física dos câmpus avançados.	P / R / C	2014 / 2018	Adequar edifícios existentes e a urbanização do entorno (Ipatinga, Coronel Fabriciano, Sete Lagoas, Piumhi, Ponte Nova e Pitangui).	
Legenda: (P) Planejamento/Projeto; (R) Reforma/Adaptação; (C) Construção				

Fonte: Elaborado pelo autor – compilação de dados fornecidos pelos diversos câmpus do IFMG, em 31/12/2013.

POLÍTICAS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

13.1 A Autoavaliação Institucional no IFMG

Segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – (2004), a autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Em observância desses objetivos, o IFMG propõe um modelo de autoavaliação institucional, que deve ser compreendido como um processo de diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, cujo objetivo é identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Ressalta-se a importância de se adotar um modelo de autoavaliação institucional com foco na gestão de processos. Ela se constitui, desse modo, em uma poderosa ferramenta de gestão, que oferece aos gestores um panorama da situação em que a instituição se encontra, a fim de que possam promover as transformações necessárias e monitorar o progresso. Essa compreensão em muito favorece para que o IFMG possa cumprir a sua missão institucional e consolidar seus princípios e valores.

O processo de autoavaliação institucional no IFMG teve seu início no ano de 2010. Ao longo desses anos, a Instituição desenvolveu os processos de avaliação de suas políticas e ações, sempre com a preocupação de redirecionar e aperfeiçoar mecanismos que trouxessem melhorias aos setores avaliados e que contribuíssem com a consolidação e o aperfeiçoamento de sua atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e de planejamento e gestão. As ações até então realizadas requereram a conscientização da importância da participação individual e coletiva dos representantes de todos os segmentos que integram a comunidade acadêmica. É importante destacar que a autoavaliação institucional no IFMG ainda se encontra em um estágio embrionário de construção, voltado para o aprimoramento dos processos e para o alcance da excelência na qualidade da educação.

■ 13.1.1 A Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA – é o órgão responsável pela autoavaliação institucional no IFMG e é instituída por ato do reitor, para atender ao que determina a Lei nº 10.861/04, que estabeleceu o SINAES. Sua finalidade é a implementação do processo de autoavaliação do IFMG, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

A CPA é formada por todos os segmentos da comunidade acadêmica – docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil organizada – e se constitui de uma Comissão Central, na Reitoria, e uma Comissão Local em cada câmpus. Os integrantes têm mandato de dois anos, podendo haver uma recondução por igual período.

Entre outras competências, cumpre à CPA:

- coordenar e articular os processos de avaliação interna;
- elaborar e analisar relatórios e pareceres das avaliações, bem como encaminhá-los às autoridades competentes;
- acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição, do ENADE e do ENEM;
- avaliar o PDI e apresentar sugestões subsidiando o planejamento do IFMG; e
- fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação institucional.

A autoavaliação no IFMG inicialmente tem como foco a Instituição e os cursos superiores de graduação, levando em conta os fatores que impactam na melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão. Considerando-se que a verticalização é uma peculiaridade político-pedagógica dos Institutos Federais, em que os docentes atuam nos diferentes níveis de ensino, compartilhando espaços pedagógicos como salas, laboratórios e bibliotecas, bem como desenvolvendo experiências e estabelecendo itinerários formativos dos cursos FIC à pós-graduação, a CPA pretende expandir o processo avaliativo gradativamente. Uma grande meta nesse sentido é promover a autoavaliação na comunidade escolar que constitui os cursos técnicos porque até o momento somente os cursos superiores são envolvidos na avaliação.

■ 13.1.2 Metodologia e dimensões do processo de autoavaliação

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – para garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação. (BRASIL, 2004)

Segundo o SINAES (2004), a autoavaliação tem como principais objetivos:

- produzir conhecimentos;
- pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;
- identificar as causas dos problemas e deficiências do IFMG;
- aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;
- julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; e
- prestar contas à sociedade.

Em conformidade com tais objetivos, a CPA se empenha em organizar o seu processo avaliativo, com vistas a conhecer melhor as fragilidades e pontos fortes do IFMG, refletir sobre suas ações, reavaliar seus conceitos e propor ações que favoreçam esse Instituto na realização de mudanças internas que lhe permitam cumprir sua missão e consolidar-se como instituição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

O processo avaliativo visa atender às dez dimensões de avaliação elencadas no artigo 3º da Lei nº 10.861/04, do SINAES, as quais têm o objetivo de identificar o perfil das instituições de ensino superior e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. São elas:

- a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os estímulos para a produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- a comunicação com a sociedade;
- as políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- o planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

- as políticas de atendimento ao estudante;
- a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (BRASIL, 2004)

O princípio geral norteador da metodologia da autoavaliação institucional é o envolvimento de todos os sujeitos que constituem a comunidade acadêmica. Esse envolvimento no processo avaliativo implica, entre outras iniciativas, a disposição em responder os instrumentos avaliativos, por meio dos quais os participantes são convidados a expressar suas críticas e sugestões de melhoria do processo; a frequência às reuniões, quando convidados a participar; o acesso às informações divulgadas pela CPA e a tomada de decisões.

A proposta para execução da autoavaliação institucional deve cumprir as seguintes fases:

- **Sensibilização:** o objetivo dessa fase é estimular o caráter participativo e continuado da avaliação. Busca-se o apoio do setor de Comunicação, dos diretores-gerais e de ensino de cada câmpus e dos coordenadores de curso, entre outros segmentos, para a sensibilização da comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos, discentes e representantes da sociedade civil) sobre a importância de sua participação no processo avaliativo.
- **Implementação do processo de avaliação:** essa fase se subdivide em duas etapas distintas. Na primeira, a CPA passará à elaboração dos instrumentos de avaliação, apresentando as dimensões, os indicadores e as variáveis que os constituirão. Quando tais instrumentos forem aprovados pela Comissão, dá-se início à fase de coleta dos dados.
- **Elaboração do relatório:** após a coleta de dados, as comissões reunir-se-ão para decidirem sobre procedimentos relativos à sua análise, bem como sobre a estrutura e a organização das informações que constituirão o relatório. Com base no que foi definido, cada comissão local, sob a coordenação da Comissão Central, organizará o relatório com as informações coletadas em seu câmpus. A partir das análises contidas nesses relatórios feitos pelas comissões locais e dos dados globais apurados na pesquisa, a Comissão Central elaborará a primeira versão do relatório final, que será avaliada pelas comissões e pelos integrantes da comunidade acadêmica, para que se proceda a críticas e sugestões de ajustes. Uma vez incorporadas as novas contribuições advindas das críticas e sugestões, a CPA aprovará o relatório.
- **Divulgação do relatório:** após aprovação, a CPA deverá promover a divulgação do relatório junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, em cumprimento às suas determinações, ao Conselho Superior e ao Colégio de Dirigentes, às Pró-Reitorias, à diretoria do câmpus, aos coordenadores,

aos docentes, aos técnicos-administrativos, aos discentes e aos representantes da sociedade civil. A divulgação deverá ocorrer por meio dos canais de comunicação do IFMG, afixação de cartazes, reuniões e palestras, entre outras possibilidades. É importante que a CPA destaque os pontos fortes e as fragilidades dos cursos e da Instituição, bem como apresente propostas de melhorias.

- **Controle:** após a divulgação do relatório, a CPA deve promover o controle das ações, mediante a comparação com padrões previamente estabelecidos, com a finalidade de realimentar os gestores, de forma que possam corrigir ou reforçar seu desempenho ou interferir em funções do processo administrativo, assegurando que os resultados satisfaçam as metas, os desafios e os objetivos estabelecidos. Cumpre também à CPA apreciar a condução do processo de avaliação, corrigindo falhas e apontando melhorias contínuas, de modo que a avaliação institucional ocorra sempre de forma transparente, participativa e produza resultados positivos voltados para o alcance da excelência na qualidade da educação.

13.1. 3 Instrumentos do processo de autoavaliação

Para o ano de 2013, a CPA construiu novos questionários avaliativos, mais condizentes com a realidade atual do IFMG e com a legislação em vigor. Tais questionários foram concebidos com base nos instrumentos de avaliação externa aplicados pelo INEP e de acordo com as orientações expressas pelo SINAES.

A autoavaliação no IFMG ocorrerá mediante a aplicação dos seguintes instrumentos de avaliação:

- **questionário de avaliação institucional:** elaborado em consonância com as dez dimensões do SINAES ora apresentadas e o instrumento de avaliação institucional externa do INEP. Para cada dimensão, foram construídos indicadores que refletem a realidade e a vocação do Instituto.
- **questionário de avaliação de cursos:** construído com base no instrumento de avaliação de cursos do INEP, contempla as seguintes dimensões: atuação da direção no curso; atuação da coordenação de curso; ações relativas ao ensino; ações relativas à pesquisa e à extensão; ações relativas à infraestrutura. Para cada dimensão, foram elaborados indicadores que refletem a realidade e a vocação do curso avaliado.
- **questionário de avaliação docente e autoavaliação discente:** constitui-se de dois blocos distintos, sendo que, no primeiro, o aluno irá avaliar o seu aproveitamento em cada disciplina cursada e sua conduta em relação à turma e a cada professor e, no segundo, avaliará o professor de cada disciplina cursada, a partir das seguintes dimensões: cumprimento das atribuições docentes, prática docente e competência relacional. Cada uma dessas dimensões contempla indicadores específicos.

O questionário de avaliação institucional é um instrumento único a ser aplicado nos seguintes grupos de respondentes: docentes, discentes e técnicos-administrativos. Essa mesma regra vale para a aplicação do questionário de avaliação de curso. Os representantes da sociedade civil também poderão avaliar a Instituição e os cursos a partir de instrumentos específicos, mais condizentes com a realidade desse público. O questionário de avaliação docente e autoavaliação discente será aplicado aos alunos dos cursos de graduação, ação esta que poderá ser estendida aos alunos dos cursos técnicos.

A CPA definiu a atribuição dos seguintes conceitos para os novos questionários: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. Caso o respondente não tenha conhecimento do que foi abordado no indicador, deverá assinalar a opção “Desconheço”. Para apuração dos resultados, construção dos gráficos e posterior análise, os conceitos serão convertidos em 1, 2, 3, 4 e 5. A opção “Desconheço” será analisada à parte e, caso apresente um índice muito elevado, a CPA local deverá promover uma pesquisa qualitativa, do tipo grupo focal, para melhor identificação dos problemas e proposta de soluções.

Os questionários de avaliação foram desenvolvidos de forma conjunta pelos membros da CPA, observada a legislação pertinente. Sendo assim, é conveniente que sejam aplicados por todos os câmpus do IFMG. Entretanto, tendo em vista as diferentes características, realidades e vocação de cada câmpus, estes terão a liberdade de acrescentar novos indicadores, além dos já existentes, à avaliação institucional. É o caso, por exemplo, do câmpus Bambuí, que apresenta uma realidade mais complexa e se sente na necessidade de avaliar setores específicos, como o de processamento de carnes, leites e frutos, tecnologia da informação, cooperativa de alunos e posto de vendas, além de empresas terceirizadas que prestam serviços internamente, entre outros. Os indicadores devem ser construídos pelos membros da CPA local com o acompanhamento e a anuência da CPA central.

É importante destacar que existem outros processos de avaliação desenvolvidos pelos câmpus, Pró-Reitorias, departamentos e setores do IFMG, os quais necessariamente não estão vinculados ao trabalho da CPA. É o caso, por exemplo, da avaliação e monitoramento das ações constantes dos planejamentos estratégicos dos câmpus; a avaliação de estágio probatório desenvolvida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Técnicos-Administrativos em Educação – CAEPTAE – e a avaliação dos projetos pedagógicos de cursos técnicos e superiores, bem como a avaliação dos cursos técnicos e superiores, ambas promovidas pela Pró-Reitoria de Ensino.

Ressalta-se que trabalhos como esse não diminuem e tampouco substituem as ações da CPA, à qual cumpre a responsabilidade de conduzir o processo de avaliação interna na Instituição, conforme prevê o artigo 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES. Ao contrário, esses trabalhos representam uma estratégia

importante da Instituição, em busca de melhorias que resultem em melhor qualidade da educação no IFMG. Cumpra a essa comissão acompanhar o desenvolvimento desses processos paralelos de avaliação, dialogando com os seus participantes e contribuindo para a construção de novas diretrizes em busca da melhoria contínua. (BRASIL, 2004)

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

A gestão econômica e financeira do IFMG foi idealizada buscando atender às determinações legais que regem o tema, bem como a busca por uma maior eficácia na aplicação do recurso público. A proposta orçamentária anual é detalhada para cada câmpus e a Reitoria, a partir dos investimentos e despesas previstas por meio do planejamento anual participativo implementado na Instituição em 2009.

A maior parte dos recursos orçamentários distribuídos pela SETEC/MEC para o investimento e manutenção das diversas unidades do IFMG é calculada por meio de uma matriz construída pelo FORPLAN/CONIF, para distribuição do orçamento das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa matriz considera critérios como número de matrículas (equalizadas e ponderadas), Assistência Estudantil, pesquisa aplicada e extensão tecnológica.

Os ciclos ofertados têm sua carga horária equiparada a uma carga horária-padrão e são ponderados de acordo com o peso de cada curso com base em um “catálogo” de cursos do MEC. Os câmpus que possuem cursos na área de Agropecuária recebem uma bonificação devido à necessidade de manutenção em condições de fazenda. Nesse contexto, o planejamento da gestão orçamentária e financeira é realizado de forma participativa por todas as unidades que compõem a Instituição.

O planejamento anual é coordenado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e elaborado pelas diversas unidades (câmpus), que estão organizadas na forma de centros de custos (células de decisão), os quais devem representar a realidade de cada câmpus, podendo ser, por exemplo, um setor, departamento, curso, laboratório, etc. Para a construção do planejamento anual participativo do IFMG, os responsáveis pelos centros de custos utilizam um software, com acesso via web, desenvolvido pela própria Instituição.

Esse software, denominado Sisplan, conta atualmente com um banco de dados de mais de 12 mil itens (materiais, equipamentos, serviços, etc.). No sistema são cadastrados os limites orçamentários nos dois grupos de despesa, capital e custeio, conforme expectativa orçamentária baseada na realidade de cada câmpus, e, posteriormente, o limite e o planejamento são adequados aos valores orçamentários definidos pelo Ministério da Educação e às políticas institucionais estabelecidas pelo IFMG.

No ano subsequente de sua realização, o planejamento anual é consolidado e fracionado em milhares de processos para aquisição e contratação das demandas solicitadas.

Como vantagem desse processo, percebe-se o conhecimento detalhado e generalizado das necessidades dos câmpus, a racionalização dos processos licitatórios e a economia proporcionada pela aquisição de materiais e contratação de serviços em uma escala maior que a demandada por apenas uma unidade.

A execução do planejamento realizado pelos câmpus ocorre, na maioria de suas etapas, na Reitoria. No entanto, alguns tipos de despesas são descentralizadas para os que possuem estrutura física e de pessoal que lhes permitam assumir a execução financeira das despesas. São descentralizados créditos orçamentários para atender às despesas com concessão de bolsas para estudantes, concessão de diárias e passagens, capacitação dos servidores, suprimentos de fundos e para atender às despesas emergenciais e de valores inferiores ao limite de dispensa de licitação.

■ 14.2 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

Para o atendimento das despesas, o IFMG dispõe de três fontes de recursos: recursos do Tesouro Nacional, repassados diretamente pelo MEC; recursos diretamente arrecadados e recursos provenientes de convênios realizados com prefeituras e empresas, mediante a oferta de cursos pelo IFMG.

A Tabela 44 apresenta a previsão de receitas para os exercícios de 2014 a 2018:

Tabela 44 - Estimativa orçamentária anual para o período de 2014 a 2018 – em R\$ 1,00

Exercício	Fonte de Recursos			
	Tesouro Nacional	Recursos Próprios	Recursos de Convênios	Total
2014	234.575.031	2.749.003	266.503	237.590.537
2015	268.168.441	3.142.687	304.669	271.615.797
2016	307.693.228	3.605.881	349.573	311.648.682
2017	354.289.136	4.151.942	402.511	358.843.589
2018	409.321.109	4.796.866	465.034	414.583.009
Total	1.574.046.945	18.446.378	1.788.290	1.594.281.614

Fonte: Elaborado pelo autor – dados fornecidos pela PROPLAN.

As despesas do IFMG, projetadas para o período 2014 a 2018, estão apresentadas, por grupo de despesas, na Tabela 45 e, logo após, estão descritos os critérios utilizados para previsão dessas despesas.

Tabela 45 - Demonstrativo de despesas projetadas para o período de 2014 a 2018 – em R\$ 1,00

Exercício	Despesas				
	Pessoal	Benefícios	Custeio	Capital	Total
2014	130.769.165	11.059.516	48.008.695	47.753.161	237.590.537
2015	156.922.998	13.271.419	50.846.008	50.575.372	271.615.797
2016	188.307.597	15.925.702	53.851.007	53.564.376	311.648.682
2017	225.969.116	19.110.842	57.033.601	56.730.030	358.843.589
2018	271.162.939	22.933.010	60.404.286	60.082.774	414.583.009
Total	973.131.815	82.300.489	270.143.597	268.705.713	1.594.281.614

Fonte: Elaborado pelo autor – dados fornecidos pela PROPLAN.

Essa previsão foi realizada considerando como piso inicial os dados contidos na Lei Orçamentária Anual – LOA – 2014 (volume V), disponível no site do Ministério do Planejamento. Para os exercícios seguintes, em relação aos grupos de despesas de pessoal e benefícios, foi projetado um crescimento de 20% ao ano, considerando a média dos últimos quatro anos no âmbito do IFMG. (BRASIL, 2014)

Em relação aos grupos de despesas de custeio e capital (investimentos), foi projetado um aumento de despesas de 5,91% ao ano, percentual este que corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), apurado no ano de 2013.

Missão

Promover Educação Básica, Profissional e Superior, nos diferentes níveis e modalidades, em benefício da sociedade.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como instituição promotora de educação de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Princípios Institucionais

- I – Gestão democrática e transparente.
- II – Compromisso com a justiça social e ética.
- III – Compromisso com a preservação do meio ambiente e patrimônio cultural.
- IV – Compromisso com a educação inclusiva e respeito à diversidade.
- V – Verticalização do ensino.
- VI – Difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- VII – Suporte às demandas regionais.
- VIII – Educação pública e gratuita.
- IX – Universalidade do acesso e do conhecimento.
- X – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- XI – Compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos servidores e estudantes.
- XII – Fomento à cultura da inovação e do empreendedorismo.
- XIII – Compromisso no atendimento aos princípios da administração pública.

Metas, ações e indicadores

As propostas de metas, ações e indicadores apresentadas neste documento, para o período de 2014 a 2018, foram elaboradas pelas comissões temáticas instituídas pela Portaria nº 841/2013, submetidas à consulta pública por meio do site do PDI², analisadas e validadas pelas comissões locais de planejamento estratégico e pela Comissão Central. (INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2013)

Considerando as possibilidades de oscilações do contexto socioeconômico e sua

2 <http://www.ifmg.edu.br/pdi>

influência sobre a educação brasileira em geral e a educação profissional em particular, sobretudo no caso de instituições pluricurriculares e multicâmpus, os gestores do IFMG deverão reavaliar periodicamente as metas, ações e indicadores contidos neste documento, de forma que estes se mantenham relevantes e factíveis ao longo do período de vigência do atual PDI.

As propostas apresentadas a seguir foram sistematizadas por eixo temático contemplando as seguintes áreas: gestão de pessoas, gestão administrativa e financeira, bibliotecas, comunicação e marketing, ensino, pesquisa e inovação tecnológica, extensão e tecnologia da informação. As propostas de metas e ações para a infraestrutura e assistência estudantil foram apresentadas nos capítulos que trataram especificamente sobre esses temas.

■ 15.1 Gestão de Pessoas

A área de gestão de pessoas exerce papel fundamental para que a Instituição cumpra com sua missão, alcance sua visão de futuro e realize os objetivos estratégicos estabelecidos. Nessa perspectiva, a administração pública federal, nos últimos anos, tem dado especial atenção e desenvolvido diversas ações para a melhoria da gestão de pessoas com foco em pessoas, equipes e resultados.

É consenso entre estudiosos da área que os programas e ações em prol do desenvolvimento do servidor público e da melhoria das suas condições de trabalho têm impacto direto no cumprimento dos objetivos institucionais. Diante do exposto, apresentam-se a seguir as metas, ações e indicadores propostos para o período de vigência deste PDI no âmbito do IFMG.

Objetivos Estratégicos

- Implantar um modelo de gestão de pessoas alinhado com as finalidades institucionais.
- Promover a permanente qualificação dos servidores.

Indicadores de desempenho

Indicador	Fórmula de cálculo	Legenda
Percentual de capacitação de servidores	$IC = \frac{SC}{TS} \times 100$	IC: Índice de capacitação SC: Servidores capacitados (docentes ou técnicos-administrativos) TS: Total de servidores (docentes ou técnicos-administrativos) do IFMG
Média de desempenho funcional dos servidores	$MDF = \frac{SN}{SA}$	MDF: Média de desempenho funcional dos servidores SN: Soma das notas obtidas SA: Servidores avaliados
Índice de titulação corpo docente	$ITCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	G: Quantidade de docentes graduados A: Quantidade de docentes aperfeiçoados E: Quantidade de docentes especialistas M: Quantidade de docentes mestres D: Quantidade de docentes doutores
Índice de rotatividade de servidores	$IR = \frac{\left(\frac{P + E}{2}\right)}{TE} \times 100$	P: Total de posses E: Total de exonerações TE: Total efetivo
Percentual de absenteísmo	$PA = \frac{NDNT}{(NS \times NDU)} \times 100$	PA: Percentual de absenteísmo NDNT: N° de dias não trabalhados NS: N° de servidores NDU: N° de dias úteis

Metas e ações para a área de Gestão de Pessoas para o período de 2014 a 2018

Metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Implementar um novo modelo de gestão de pessoas.	Constituir comissão multicâmpus que conduzirá os trabalhos.	2014	Colégio de Dirigentes
	Realizar estudos sobre legislação pertinente, modelos utilizados e experiências na gestão de pessoas.	2014	Comissão
	Elaborar e encaminhar minuta de modelo de gestão de pessoas para apreciação dos órgãos competentes.	2014	Comissão, Colégio de Dirigentes
	Publicar e divulgar o novo modelo de gestão de pessoas.	2015	Gabinete do Reitor
	Implementar novo modelo de gestão de pessoas.	2015 - 2018	Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretores-Gerais

Padronizar e normatizar os processos de seleção dos servidores.	Constituir comissão multicâmpus que conduzirá os trabalhos.	2014	Colégio de Dirigentes
	Realizar estudos sobre legislação pertinente, modelos utilizados e experiências relacionados aos processos de seleção de servidores.	2014	Comissão
	Elaborar conjunto de normas e procedimentos para apreciação dos órgãos competentes.	2014	Comissão, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior
	Publicar e divulgar normas e procedimentos.	2014	Gabinete do Reitor
	Criar ou adquirir um sistema para gerenciamento interno dos processos de seleção de servidores.	2014	Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Gestão de Pessoas
Padronizar e normatizar os processos de movimentação dos servidores.	Constituir comissão multicâmpus que conduzirá os trabalhos.	2014	Colégio de Dirigentes
	Realizar estudos sobre legislação pertinente, modelos utilizados e experiências relacionados aos processos de movimentação de servidores.	2014	Comissão
	Elaborar conjunto de normas e procedimentos para apreciação dos órgãos competentes.	2014	Comissão, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior
	Publicar e divulgar as normas.	2014	Gabinete do Reitor
Realizar revisão das normativas e resoluções da Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores.	Constituir comissão multicâmpus que conduzirá os trabalhos.	2014	Colégio de Dirigentes
	Realizar estudos sobre legislação pertinente, modelos utilizados e experiências relacionados à política de capacitação e qualificação dos servidores.	2014	Comissão
	Elaborar conjunto de normas e resoluções para apreciação dos órgãos competentes.	2014	Comissão, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior
	Publicar e divulgar as normas e resoluções.	2014	Gabinete do Reitor
Implementar o Programa de Iniciação ao Serviço Público.	Constituir comissões locais para elaborarem programas de iniciação ao serviço público para docentes e técnicos-administrativos, submetendo-os para apreciação dos órgãos competentes	2014 - 2015	Direção-Geral de cada câmpus, Comissões Locais

Criar e implementar o Programa de Preparação para Pós-Carreira (aposentadoria).	Constituir comissões locais para elaborarem programas de preparação para pós-carreira e submetê-los à apreciação dos órgãos competentes.	2016	Diretor-Geral de cada câmpus, Comissões Locais
	Implementar programas.	2017 - 2018	Setores de Recursos Humanos locais
Criar e implementar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.	Constituir comissões locais para elaborarem programas de Qualidade de Vida no Trabalho, submetendo-os à apreciação dos órgãos competentes.	2014 - 2018	Diretores-Gerais de cada câmpus, Comissões Locais
	Implementar programas.	2014 - 2018	Setores de Recursos Humanos locais
Padronizar e normatizar a Avaliação de Desempenho.	Constituir comissão multicâmpus que conduzirá os trabalhos.	2014 - 2017	Colégio de Dirigentes
	Realizar estudos sobre legislação pertinente, modelos utilizados e experiências relacionados à Avaliação de Desempenho.	2014 - 2017	Comissão
	Elaborar normas para apreciação dos órgãos competentes	2014 - 2017	Comissão, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior
	Publicar e divulgar as normas	2014 - 2017	Gabinete do Reitor, Setor de Comunicação

15.2 Gestão Administrativa e Financeira

As metas e ações apresentadas a seguir têm como objetivo a melhoria contínua de metodologias, processos e fluxos que permitam potencializar uma aplicação eficaz dos recursos públicos com foco em pessoas e resultados. A elaboração das propostas foi feita por uma comissão multicâmpus e subsidiada pelo diagnóstico institucional realizado durante a elaboração do PDI.

Objetivos Estratégicos

- Aperfeiçoar a gestão para o alcance da visão institucional.
- Aprimorar o planejamento participativo (estratégico, tático e operacional), visando otimizar a aplicação dos recursos orçamentários do IFMG.
- Desenvolver políticas de captação de recursos orçamentários nas instituições públicas e privadas, como forma de complemento aos recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Indicadores de desempenho

Indicador	Fórmula de cálculo	Legenda
Percentual de gastos em logística sustentável	$PGLS = \left(\frac{OGL}{OT} \right) \times 100$	PGLS: Percentual de gastos em logística sustentável OGL: Orçamento gasto com logística sustentável OT: Orçamento total
Percentual de outras despesas correntes gasto com terceirização de mão de obra	$PDT = \left(\frac{GTP}{ODC} \right) \times 100$	PDT: Percentual de gastos com terceirização de pessoal GTP: Gastos com terceirização de pessoal ODC: Outras despesas correntes
Gastos correntes por aluno	$GCA = \left(\frac{TG}{AM} \right)$	GCA: Gastos correntes por aluno TG: Total de gastos – investimentos – precatórios – inativos – pensionistas AM: Alunos matriculados
Percentual de gastos com pessoal	$PGP = \left(\frac{GP}{GT} \right) \times 100$	PGP: Percentual de gastos com pessoal GP: Gastos com pessoal GT: Gastos totais
Percentual de gastos com investimento	$PGI = \left(\frac{GI}{GT} \right)$	PGI: Percentual de gastos com investimentos GI: Gastos com investimentos GT: Gastos totais
Índice de participação no planejamento anual	$IPA = \frac{NST}{TUC}$	IPA: Índice de participação no planejamento anual NST: Número de acessos temporizados ao sistema de planejamento TUC: Total de usuários cadastrados
Percentual de eficiência nas contratações e aquisições	$PECA = \frac{TIE}{TIP}$	PECA - percentual de eficiência nas contratações e aquisições; TIE - total de itens empenhados; TIP - total de itens planejados

Metas e ações para a Gestão Administrativa e Financeira para o período de 2014 a 2018

Metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Construir manuais-padrões de procedimentos/serviços utilizados pelo público interno e externo.	Identificar os procedimentos/serviços.	2014	Pró-Reitorias e/ou Diretorias Sistêmicas
	Descrever os procedimentos/serviços.	2014	Pró-Reitorias e/ou Diretorias Sistêmicas
	Aprovar os procedimentos-padrão.	2014	Órgãos colegiados
	Formatar e divulgar oficialmente os documentos.	2015	Setor de Comunicação

Construir os regimentos internos dos diversos órgãos e/ou setores.	Identificar os órgãos/setores.	2014	Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Órgãos Colegiados
	Elaborar os regimentos.	2014	Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Órgãos Colegiados
	Aprovar os regimentos.	2014	Órgãos Colegiados
	Formatar e divulgar oficialmente os documentos.	2015	Setor de Comunicação
Construir e implementar o Plano de Logística Sustentável (PLS).	Realizar seminário sobre o assunto.	2014	PROPLAN e PROAD
	Nomear a comissão responsável.	2014	Reitor
	Elaborar cronograma de atividades para construção do PLS.	2014	Comissão responsável
	Apresentar a primeira versão do PLS para o Colégio de Dirigentes.	2014	Comissão responsável
	Apreciar o Plano de Logística Sustentável.	2015	Colégio de Dirigentes e Conselho Superior
	Implementar o Plano de Logística Sustentável.	2015	Gestão do IFMG
Desenvolver estratégias para estimular a participação dos servidores no planejamento anual.	Capacitar os servidores para o processo de compras públicas.	2014-2018	PROPLAN, PROAD e DAPs
	Produzir e distribuir material instrucional sobre compras públicas e metodologia utilizada.	2014-2018	PROPLAN, PROAD e DAPs
	Definir estratégias para valorização do planejamento anual de aquisições e contratações.	2014-2018	PROPLAN, PROAD e DAPs
Atualizar e padronizar anualmente o banco de itens a serem adquiridos e/ou contratados.	Separar os itens afins em grupos.	Janeiro de cada ano	PROPLAN
	Criar comissões multicâmpus por grupos dos itens.	Fevereiro de cada ano	Comitê de Administração e Planejamento
	Atualizar e padronizar os itens.	Abril de cada ano	Comissões constituídas
Estabelecer mecanismos para aumentar a eficácia nas contratações e aquisições.	Realizar diagnóstico sobre os processos de aquisições e contratações.	2014	PROPLAN e PROAD
	Definir e aplicar estratégias para melhoria do processo de aquisições e/ou contratações, sobretudo para grupos de itens específicos.	2014	PROPLAN e PROAD
	Monitorar e controlar as estratégias aplicadas.	2015-2018	PROPLAN e PROAD

Estabelecer critérios para aplicação dos recursos orçamentários complementares à matriz CONIF.	Elaborar critérios.	Até julho de cada ano	Colégio de Dirigentes
	Apresentar projetos para execução no ano subsequente.	Agosto e setembro de cada ano	Diretores-Gerais
	Distribuir os recursos.	Novembro de cada ano	Colégio de Dirigentes
Atuar nos órgãos públicos e privados visando à captação de recursos orçamentários.	Estruturar um setor de captação de recursos.	2014-2018	Reitoria e Câmpus
	Elaborar projetos e desenvolvimento de pesquisas.	2014-2018	Reitoria e Câmpus
	Inteirar-se com órgãos públicos e privados.	2014-2018	Reitoria e Câmpus

15.3 Bibliotecas

O Instituto Federal de Minas Gerais possui atualmente (2013) nove bibliotecas em funcionamento, nos câmpus Bambuí, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará e São João Evangelista. Trata-se de um setor que presta serviços a toda comunidade acadêmica, provendo fonte de auxílio à pesquisa, de estudo e de lazer, propiciando o crescimento profissional, educacional e cultural de seus usuários.

A média anual de movimentações nessas bibliotecas para atender a comunidade acadêmica totaliza aproximadamente 126 mil circulações de materiais, entre empréstimos, devoluções e reservas. Esse número não contabiliza a consulta local ao acervo e o serviço de auxílio à pesquisa no processo de atendimento dos usuários da biblioteca.

Além dos serviços de circulação de materiais, as bibliotecas são responsáveis por treinamentos dos usuários e elaboração de fichas catalográficas. No ano de 2013 já passaram de 80 fichas catalográficas elaboradas e 11 treinamentos realizados. O acervo das bibliotecas compreendem 31.140 títulos com 96.167 exemplares de livros, revistas, DVDs, CDs, VHS, etc.

Em 2011 foi feita a implantação do software Pergamum nas bibliotecas do IFMG com objetivo de promover a integração de acervo e estabelecer uma política comum de circulação de materiais. Outra iniciativa de integração das bibliotecas é a institucionalização da Rede de Bibliotecas do IFMG. Com o início dos trabalhos em 2012 e formalizada como setor da Pró-Reitoria de Ensino através de seu regimento, à Rede compete coordenar a definição de políticas, a elaboração e execução de projetos para a integração das bibliotecas; planejar e coordenar ações anuais das bibliotecas em parceria com os câmpus; coordenar, propor e avaliar ações sobre o funcionamento integrado das bibliotecas; realizar ações de promoção e marketing e auxiliar os câmpus no planejamento da aquisição de recursos informacionais.

Objetivos Estratégicos

- Investir na melhoria da infraestrutura das bibliotecas dos câmpus.
- Desenvolver políticas para fomentar a melhoria e uso dos acervos físico e virtual pela comunidade acadêmica.

Indicadores de desempenho

Indicador	Fórmula de cálculo	Legenda
Relação de livros técnicos disponíveis por docente	$RLTD = \frac{NLTF}{NDO}$	– Relação de livros técnicos disponíveis por docente NLTF – Número de livros físicos existentes na biblioteca NDO – Número de docentes
Relação de livros técnicos disponíveis por discente	$RLTDi = \frac{NLTF}{NDI}$	RLTDi – Relação de livros técnicos disponíveis por discente NLTF – Número de livros físicos existentes na biblioteca NDI – Número de discentes do câmpus
Taxa de utilização do acervo bibliográfico	$TUA = \frac{NEM}{NLT}$	TUA – Taxa de utilização do acervo bibliográfico NEM – Número de empréstimos/acesso por mês NLT – Número de livros disponíveis (virtuais e físicos)
Índice de satisfação dos usuários em relação aos serviços da biblioteca	$ISB = \frac{NOC}{NOCT}$	ISB – Índice de satisfação dos usuários em relação aos serviços da biblioteca NOC – Número de ocorrências referentes à biblioteca registrado na Ouvidoria NOCT – Número total de ocorrências registrado na Ouvidoria
Percentual de investimento em bibliotecas	$PIB = \frac{CapBiblio}{Tcap} \times 100$	PIB – Percentual de investimento em bibliotecas CapBiblio – Total de investimentos alocados na biblioteca Tcap - Total de recursos investidos no câmpus

Metas e ações para a área de Bibliotecas para o período de 2014 a 2018

Metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Criar políticas comuns para a Rede de Bibliotecas.	Instituir comissão responsável pela criação da política de desenvolvimento de acervo e do manual de normalização bibliográfica.	2015	Gabinete do Reitor
	Elaborar a proposta de política de desenvolvimento do acervo e o manual de normalização bibliográfica e encaminhá-los ao Comitê de Ensino.	2015	Comissão
	Publicar as propostas como Instruções Normativas da Pró-Reitoria de Ensino.	2015	Pró-Reitoria de Ensino

Garantir boa qualidade aos registros bibliográficos dispostos no módulo de biblioteca do ERP.	Criar comissão para elaboração do manual de catalogação bibliográfica.	2014	Gabinete do Reitor
	Elaborar o manual de catalogação bibliográfica.	2014	Comissão
	Executar a adequação do banco de dados do Pergamum de acordo com o manual de catalogação bibliográfica.	2014	Bibliotecários e equipes das bibliotecas dos câmpus
Fomentar o uso das bibliotecas e acervos virtuais e físico.	Realizar levantamento do uso das bibliotecas virtuais contratadas e publicar o relatório de uso.	2014	Coordenadoria da Rede de Bibliotecas
	Realizar ações de conscientização para a adoção, pelos cursos, de obras virtuais e do Portal de Periódicos da CAPES.	Ação Semestral	Coordenadoria da Rede de Bibliotecas e equipe de bibliotecários responsáveis
	Realizar treinamentos para capacitar servidores e alunos para a utilização das bibliotecas e acervos virtuais e do Portal de Periódicos da CAPES.	Ação Semestral	Coordenadoria da Rede de Bibliotecas e equipe de bibliotecários responsáveis
	Realizar campanha institucional de incentivo à leitura.	Semestralmente	Servidores da Biblioteca e setor de Comunicação
Aperfeiçoar a segurança e conservação do acervo das bibliotecas.	Levantamento das fragilidades na segurança e conservação do acervo da biblioteca de cada câmpus.	2014	Equipe de bibliotecários responsáveis
	Elaboração de proposta, por câmpus, com definição de demandas para fortalecer a segurança e conservação do acervo da biblioteca.	2014	Equipe de bibliotecários responsáveis Diretoria de Ensino
	Execução do projeto conforme os recursos disponíveis.	2015 a 2018	Gestão do câmpus
Implementar políticas de preservação, manutenção e utilização do acervo.	Realizar campanha institucional de preservação do acervo.	Semestralmente	Servidores da Biblioteca e setor de Comunicação
	Padronizar material de conscientização referente ao manuseio dos materiais do acervo.	2014	Bibliotecários
Ampliar e atualizar o acervo físico observando os indicadores de qualidade do instrumento de avaliação de cursos do MEC.	Realizar estudo para verificar a adequação do acervo físico em relação aos indicadores de qualidade de cursos.	2014	Servidor responsável pela biblioteca e coordenadores de cursos
	Propor projeto de adequação do acervo físico à direção de Ensino com base no estudo realizado.	2015	Servidor responsável pela biblioteca e coordenadores de cursos
	Executar os projetos propostos em cada câmpus.	Anualmente	Servidor responsável pela biblioteca, coordenadores de cursos, Diretoria de Ensino

15.4 Comunicação e Marketing Institucional

O papel da Comunicação no contexto de crescimento do Instituto Federal de Minas Gerais é fundamental. Isso porque um dos principais desafios impostos é tornar a Instituição conhecida e respeitada, além de fortalecer a marca IFMG, ainda não fixada pelo público externo.

No aspecto geral a política institucional de comunicação e marketing está descrita neste documento na seção 3, item 3.2. As metas e ações apresentadas a seguir foram elaboradas a partir de um amplo diagnóstico institucional que possibilitou a participação da comunidade acadêmica no sentido de avaliar e propor sugestões para melhoria dos serviços de comunicação.

Objetivos Estratégicos

- Tornar o nome do IFMG e de seus câmpus conhecidos, especialmente em sua área de abrangência.
- Aperfeiçoar e intensificar a comunicação institucional.

Indicadores de desempenho

Indicador	Fórmula de cálculo	Legenda
Relação candidato/vaga	$CV = \frac{I}{VO}$	CV – Candidato vaga I – Inscritos VO – Vagas ofertadas
Média de ações, produtos e serviços para a promoção da homogeneidade da imagem institucional para a comunidade interna	$MAPS = \frac{NA}{NMA}$	MAPS – Média de ações, produtos e serviços NA – Número de ações NMA – Número de meses apurados no ano corrente
Média de acessos ao portal institucional (www.ifmg.edu.br)	$MAP = \frac{TA}{NMA}$	MAP – Média de acessos ao portal institucional TA – Número total de acessos ao portal institucional NMA – Número de meses apurados no ano corrente
Índice de mídia espontânea	$IME = \frac{NAP}{NMA}$	IME – Índice de mídia espontânea NAP – Número de aparições nos veículos de comunicação locais, regionais, estaduais e nacionais NMA – Número de meses apurados no ano corrente
Média de produção de materiais de publicidade institucional	$MPMP = \frac{NMP}{NMA}$	MPMP – Média de produção de materiais de publicidade institucional NMP – Número de materiais produzidos NMA – Número de meses apurados no ano corrente
Percentual de gastos com divulgação institucional	$PGDI = \frac{GDIAC}{OCAC}$	PGDI – Percentual de gastos com divulgação institucional GDIAC – Gastos com divulgação institucional no ano corrente OCAC – Orçamento de custeio do ano corrente.

Metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Definir, implantar e consolidar a Política de Comunicação Institucional do IFMG.	Criar Comissão de Políticas de Comunicação.	2014	Comunicação e dirigentes da Instituição
	Elaborar a Política de Comunicação Institucional.	2014 a 2015	Comunicação
Efetivar a unificação da Comunicação no IFMG.	Promover encontros periódicos dos representantes de Comunicação do IFMG.	2014 a 2018	Comunicação
	Desenvolver ações, produtos e serviços que promovam a homogeneidade da imagem institucional.	2014 a 2018	Comunicação
	Produzir, organizar e manter atualizado banco de imagens geral da Instituição.	2015 a 2018	Comunicação
	Buscar a ampliação de recursos financeiros para a promoção da divulgação institucional.	2014 a 2018	Comunicação e Proplan
Buscar a valorização do setor de Comunicação, o qual deve ser entendido como estratégico.	Lançar manuais com orientações e regras para a gestão dos pontos de contato com a comunidade do IFMG.	2014 a 2018	Comunicação
	Promover workshops aos dirigentes e à comunidade interna sobre os assuntos relacionados à comunicação.	2014 a 2018	Comunicação
	Vincular a Comunicação às atividades curriculares realizadas pelos docentes.	2014 a 2018	Comunicação e docentes da Instituição
Obter informações sobre o público-alvo da Instituição.	Contratar empresas especializadas em pesquisa de mercado.	2015	Proplan e Comunicação
	Solicitar relatórios de análise estatística dos dados dos estudantes e candidatos inscritos nos processos seletivos do IFMG.	2015	Comunicação, DTI e Copeves
	Obter, por meio do sistema de gestão integrada, informações estratégicas sobre os públicos da Instituição.	2015	Comunicação e DTI
Criar e fortalecer mecanismos de interação com o aluno.	Aumentar a divulgação nas mídias sociais.	2015	Comunicação
	Promover concursos culturais e ações semelhantes para envolver o aluno com a Instituição.	2014 a 2018	Comunicação
	Criar mailing único de alunos da Instituição.	2014	DTI e Comunicação
	Ampliar espaço nos veículos de comunicação do IFMG para as atividades exercidas pelos alunos e ex-alunos.	2014 a 2018	Comunicação
	Criar e manter jornais murais nas unidades em que a mídia é relevante.	2014 a 2018	Comunicação

Criar e fortalecer mecanismos de interação com a comunidade interna.	Intensificar a divulgação de notícias e eventos à comunidade interna, por meio de ações, produtos e serviços.	2014 a 2018	Comunicação
	Criar e/ou aperfeiçoar informativos eletrônicos destinados à comunidade interna.	2014 a 2018	Comunicação
	Criar regras para uso do e-mail institucional.	2015	Comunicação e DTI
	Buscar a criação de canal (intranet/grupos de e-mails) que atinja, simultaneamente, todos os segmentos da comunidade interna (docentes, técnicos-administrativos, alunos, terceirizados e estagiários).	2014	Comunicação e DTI
Investir no reforço da marca e no fortalecimento da imagem do IFMG diante do público externo.	Produzir vídeos institucionais para o fortalecimento da imagem da Instituição.	2014 a 2018	Comunicação
	Promover campanhas institucionais fora do período de realização de processos seletivos.	2015 a 2018	Comunicação
	Buscar parcerias com rádios comunitárias para divulgação institucional.	2014 a 2018	Proex e Comunicação
	Intensificar a participação do IFMG em feiras e exposições.	2014 a 2018	Proex e Comunicação
	Produzir guia sobre os cursos oferecidos na Instituição.	2015	Comunicação, Proex e Copeves
	Intensificar e apoiar visitas guiadas e mostras de cursos.	2014 a 2018	Proex, Proex e Comunicação
	Intensificar a produção de materiais de publicidade institucional.	2015 a 2018	Comunicação
	Fortalecer a relação entre o IFMG e as empresas, por meio da divulgação da Instituição e do estabelecimento de parcerias.	2014 a 2018	Proex e Comunicação
	Estruturar e disponibilizar galeria de fotos atualizadas de todas as unidades no portal da Instituição.	2015 a 2018	Comunicação
	Defender o uso correto da logomarca da Instituição, instruindo e orientando os usuários.	2014 a 2018	Comunicação
Buscar a compra de espaços (anúncios) em veículos de comunicação locais, regionais, estaduais e nacionais (como jornais, sites, emissoras de televisão e rádio) para a promoção da publicidade institucional.	2014 a 2018	Comunicação e Proplan	

Fortalecer o relacionamento do IFMG com a imprensa.	Estabelecer parcerias e intensificar a divulgação de conteúdos editoriais, via mídia espontânea (gratuita), nos veículos de comunicação locais, regionais, estaduais e nacionais.	2014 a 2018	Comunicação
	Solicitar a nomeação de porta-vozes em cada unidade para a concessão de entrevistas aos veículos de comunicação.	2014 a 2018	Comunicação e dirigentes da Instituição
	Realizar, quando necessário e em cada unidade, capacitação e/ou <i>media training</i> junto às fontes (porta-vozes) para o relacionamento com a mídia.	2015 a 2018	Comunicação
	Criar, manter e atualizar Banco de Fontes, com dados sobre professores, pesquisadores e membros da administração da Instituição (informações de contatos e especificações sobre o tipo de trabalho desempenhado pela fonte).	2015	Comunicação
	Identificar veículos de comunicação que tenham como foco a educação e as áreas dos cursos ofertados pelo IFMG para elaboração de mailing especializado.	2014 a 2018	Comunicação

15.5 Ensino

São inúmeros os desafios colocados para a oferta de cursos de boa qualidade pelo IFMG e pelos Institutos Federais em geral, dada a complexa missão legal do IFMG, que é simultaneamente uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, tendo a oferta do ensino verticalizada, buscando a otimização dos recursos humanos.

Além da rápida expansão, que gera grandes dificuldades para a criação e a melhoria da infraestrutura dos câmpus, tem-se o desafio da criação e consolidação de câmpus em municípios e regiões eminentemente carentes do Estado e o fato de que o IFMG, visando atingir suas finalidades institucionais, adota os níveis máximos das cotas estabelecidas pelas políticas federais de ações afirmativas referentes ao acesso aos cursos ofertados, beneficiando os candidatos oriundos de escolas públicas e os autodeclarados pretos ou pardos e de indígenas.

Isso posto, os objetivos estratégicos, metas e ações aqui definidas buscam viabilizar que o IFMG cumpra suas finalidades legais e oferte cursos com boa qualidade e forneçam ao corpo discente as competências e habilidades efetivamente demandadas no moderno mundo do trabalho e das atividades empreendedoras, visando contribuir para uma efetiva inclusão social.

Objetivos Estratégicos

- Adotar medidas que visem melhorar o desempenho da Instituição nas avaliações oficiais.
- Regular os processos de criação e extinção de cursos, visando contribuir para o desenvolvimento local e regional.
- Desenvolver políticas de combate à evasão e retenção, com base na análise sistemática de dados.
- Promover a Educação a Distância como estratégia para melhoria do processo de ensino-aprendizagem e ampliação da oferta de vagas.

Indicadores de desempenho

Dimensões	Indicadores específicos
Qualidade dos Cursos	a) Conceito obtido nos processo de reconhecimento de cursos presenciais e a distância b) Conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) c) Conceitos Preliminares dos Cursos (CPC) d) Índice Geral de Cursos (IGC) e) Conceitos obtidos nos Processos de Avaliação Externa (Recredenciamento) f) Número de alunos enviados ao exterior em programas de mobilidade acadêmica por curso e câmpus g) Número de alunos recebidos do exterior em programas de mobilidade acadêmica por curso e câmpus h) Percentual de mestres por curso de graduação i) Percentual de doutores por curso de graduação j) Porcentagem de docentes com produção científica ou tecnológica nos últimos 3 anos, por curso k) Número de empresas juniores por câmpus l) Indicadores de Qualidade dos Cursos Técnicos*
Evasão, Retenção e Conclusão	m) Índice de evasão por curso, modalidade, câmpus e institucional n) Índice de retenção por curso, modalidade, câmpus e institucional o) Número de alunos diplomados por curso, modalidade e câmpus p) Taxa de conclusão por curso, modalidade e câmpus
Vagas ofertadas por nível/ modalidade de Ensino	q) Porcentagem de vagas ofertadas para cursos técnicos (por ano) r) Porcentagem de vagas ofertadas para cursos superiores de tecnologia (por ano) s) Porcentagem de vagas ofertadas para cursos de bacharelado (por ano) t) Porcentagem anual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura (por ano)

*De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação de Cursos Técnicos em elaboração pelo Ministério da Educação.

Metas e ações para o Ensino para o período de 2014 a 2018

Meta 1: Aperfeiçoar a organização didático-pedagógica e o funcionamento dos órgãos colegiados dos cursos.

Ações	Prazo	Responsáveis
Atualizar os projetos pedagógicos dos cursos de acordo com a legislação pertinente ao respectivo curso e com as normas institucionais.	2014-2015	Núcleos Docentes Estruturantes (em cursos de graduação), Colegiados dos cursos e Diretorias de Ensino
Fomentar e supervisionar o funcionamento efetivo dos colegiados de cursos.	Ação Contínua	Diretorias de Ensino e Pró-Reitoria de Ensino
Fomentar e supervisionar o funcionamento efetivo dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação.	Ação Contínua	Diretorias de Ensino e Pró-Reitoria de Ensino
Atualizar as portarias dos colegiados dos cursos e as dos Núcleos Docentes Estruturantes sempre que houver alterações na composição desses órgãos colegiados.	Ação Contínua	Diretorias-Gerais, Diretorias de Ensino e Coordenadores de Cursos
Revisar e aperfeiçoar a Política Institucional de Apoio ao Discente.	2014-2015	Colegiados de Cursos, Diretorias de Ensino, Coordenadoria e Setores de Assistência Estudantil
Regulamentar e implementar efetivamente as atividades complementares previstas nos PPCs dos cursos.	2014-2015	Núcleos Docentes Estruturantes (em cursos de graduação), Colegiados dos cursos e Diretorias de Ensino
Manter atualizados os dados dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação no sistema e-MEC.	Ação Contínua	Coordenadores de curso, Auxiliares de Pesquisa Institucional dos câmpus e Procuradoria Educacional
Elaborar um diagnóstico detalhado dos pontos fortes e pontos fracos constantes nos relatórios dos cursos já avaliados pelo MEC/INEP e o respectivo plano de ação para a correção dos pontos fracos.	2014	Núcleos Docentes Estruturantes (em cursos de graduação), Colegiados dos cursos e Diretorias de Ensino
Analisar e debater, nos colegiados de cursos, Núcleos Docentes Estruturantes e Diretorias de Ensino, os resultados decorrentes dos processos de avaliação externa dos cursos, assim como os resultados produzidos pela Comissão Própria de Avaliação. Registrar as discussões e conclusões em atas.	Ação Contínua	Núcleos Docentes Estruturantes (em cursos de graduação), Colegiados dos cursos e Diretorias de Ensino
Realizar eventos, com periodicidade no máximo bianual, para obter os relatos dos egressos e das empresas e organizações empregadoras destes para avaliar os pontos positivos e negativos da formação dos discentes dos cursos, de forma a se terem subsídios para a atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos.	Ação Contínua	Núcleos Docentes Estruturantes (em cursos de graduação), Colegiados dos cursos e Diretorias de Ensino

Meta 2: Esclarecer e conscientizar os corpos docente e discente sobre a natureza e importância das avaliações externas da qualidade dos cursos.

Ações	Prazo	Responsáveis
Realizar eventos periodicamente para o esclarecimento de coordenadores de cursos e docentes sobre os instrumentos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), Conceito Preliminar de Curso e Índice Geral de Cursos.	Ação Contínua	Pró-Reitoria de Ensino e Procuradoria Educacional
Realizar eventos periodicamente para o esclarecimento e conscientização do corpo discente dos instrumentos de avaliação externa dos cursos (instrumentos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC)).	Ação Contínua	Núcleos Docentes Estruturantes (em cursos de graduação), Colegiados dos cursos e Diretorias de Ensino

Meta 3: Disponibilizar a infraestrutura necessária ao bom funcionamento dos cursos.

Ações	Prazo	Responsáveis
Realizar levantamento da necessidade de salas de aula, laboratórios de disciplinas comuns, laboratórios especializados, aquisição de equipamentos, gabinetes para professores com dedicação exclusiva e de salas de uso comum para professores sem dedicação exclusiva, de acordo com os critérios definidos nos instrumentos de avaliação dos cursos do MEC/INEP.	2014-2015	Coordenadores de cursos, Diretorias de Ensino, Diretorias de Administração e Planejamento
Elaborar os projetos para construção/reforma das salas de aula, laboratórios de disciplinas comuns, laboratórios especializados, aquisição de equipamentos, gabinetes para professores com dedicação exclusiva e de salas de uso comum para professores sem dedicação exclusiva, de acordo com os critérios definidos nos instrumentos de avaliação dos cursos do MEC/INEP.	2014-2018	Diretorias de Administração e Planejamento e Diretoria de Infraestrutura da Pró-Reitoria de Administração
Buscar a captação de recursos no MEC, outras instituições públicas e setor privado para a construção/reforma das salas de aula, laboratórios de disciplinas comuns, laboratórios especializados, gabinetes para professores com dedicação exclusiva e de salas de uso comum para professores sem dedicação exclusiva, de acordo com os critérios definidos nos instrumentos de avaliação dos cursos do MEC/INEP.	2014-2018	Reitoria, Diretorias-Gerais e Diretorias de Administração e Planejamento dos câmpus
Disponibilizar sala específica para cada coordenador de curso, conforme a disponibilidade orçamentária de cada câmpus.	2014-2018	Diretorias de Ensino, Diretorias de Administração e Planejamento

Meta 4: Realizar o acompanhamento sistemático e executar planos de ação para reduzir os índices de evasão e retenção.

Ações	Prazo	Responsáveis
Elaborar levantamento quantitativo do número de alunos evadidos para cada curso de cada câmpus nos últimos três anos.	2014	Colegiados e coordenadores de cursos, Diretorias de Ensino e setores de Registro e Controle Acadêmico
Realizar levantamento com os colegiados de curso sobre os principais motivos de evasão/retenção dos alunos, do ponto de vista dos docentes.	2014	Colegiados e coordenadores de Curso e Diretorias de Ensino
Levantar e organizar os dados existentes nos câmpus sobre as razões alegadas de desistência por alunos evadidos.	2014	Setores de Registro e Controle Acadêmico, Colegiados e coordenadores de curso e Diretorias de Ensino
Elaborar relatório com a análise dos dados levantados (por curso) sobre os principais motivos de evasão e retenção sob as perspectivas do corpo docente e discente.	2014	Coordenadores de curso e Diretorias de Ensino
Elaborar, com base no relatório dos principais motivos de evasão, um plano de ação para reduzir os índices de evasão e retenção dos cursos em funcionamento nos câmpus.	2014	Diretorias de Ensino
Disponibilizar perfil de acesso apropriado ao módulo educacional do ERP para coordenadores de cursos e equipes pedagógicas das diretorias de ensino dos câmpus para acompanhamento do desempenho acadêmico dos discentes.	2014-2015	Setores de Tecnologia da Informação dos câmpus e Diretoria de Tecnologia da Informação
Desenvolver relatórios a serem disponibilizados pelo módulo educacional do ERP contendo indicadores de retenção, evasão e conclusão segmentados por turma, curso, modalidade do curso, câmpus e para o IFMG como um todo para uso pelas diretorias de ensino, coordenadores de curso e Pró-Reitoria de Ensino.	2014-2015	Setores de Tecnologia da Informação dos câmpus e Diretoria de Tecnologia da Informação
Elaborar relatório semestral em cada câmpus sobre os indicadores de retenção e evasão por curso e atualizar com base nos resultados o plano de ação para redução desses indicadores	Ação Contínua a partir de 2015	Diretorias de Ensino
Divulgar e orientar os alunos identificados com maiores deficiências de formação sobre os inúmeros sítios e serviços que ofertam cursos e aulas em vários níveis disponíveis gratuitamente na internet e com qualidade comprovada.	Ação Contínua a partir de 2015	Equipes Pedagógicas das Diretorias de Ensino, Coordenadores e Colegiados de Cursos

Meta 5: Incentivar os cursos presenciais a utilizarem tecnologias e metodologias desenvolvidas no Ensino a Distância para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem e a implementarem a porcentagem de carga horária que pode ser ministrada a distância prevista na legislação.

Ações	Prazo	Responsáveis
Capacitar o corpo docente para adoção das tecnologias e metodologias do Ensino a Distância.	2014-2016	Diretorias de Ensino
Fazer o levantamento e planejamento da aquisição dos equipamentos e instalações necessárias para a implantação das tecnologias e metodologias e para a oferta de cursos a distância pelos câmpus.	2014-2016	Coordenadores de cursos, Diretorias de Ensino e setores de Tecnologia da Informação dos câmpus
Adquirir e disponibilizar os equipamentos e instalações necessárias para a implantação das tecnologias e metodologias e para a oferta de cursos a distância pelos câmpus.	2014-2016	Diretorias de Administração e Planejamento, Pró-Reitoria de Planejamento e Pró-Reitoria de Administração
Discutir, no âmbito dos órgãos colegiados dos cursos, a inclusão de atividades/componentes curriculares a serem realizados a distância nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos e dos cursos de graduação reconhecidos.	2015	Colegiados dos Cursos e Núcleos Docentes Estruturantes
Implementar as atividades/componentes curriculares a distância definidos pelos órgãos colegiados dos cursos e incorporados nos projetos pedagógicos dos cursos presenciais.	2016-2018	Colegiados dos Cursos

Meta 6: Aumentar a oferta de cursos a distância.

Ações	Prazo	Responsáveis
Identificar os cursos ofertados pelos câmpus que apresentam condições de serem ofertados na modalidade a distância e elaborar os projetos pedagógicos dos cursos a serem ofertados.	2014-2015	Diretorias de Ensino, Núcleos Docentes Estruturantes e Colegiados de Cursos
Credenciar o IFMG para a oferta de cursos a distância.	2014-2015	Procuradoria Educacional
Iniciar a oferta de novos cursos a distância pelos câmpus que lograram criar as condições de oferta.	2016-2018	Colegiados de Cursos, Diretorias de Ensino, Diretorias-Gerais e Conselhos Acadêmicos dos câmpus

Meta 7: Elaborar normas institucionais para a criação, suspensão temporária e extinção de cursos.

Ações	Prazo	Responsáveis
Elaborar proposta de documento regulador da criação, suspensão temporária e extinção de cursos.	2014	Pró-Reitoria de Ensino
Apreciar o documento regulador da criação, suspensão temporária e extinção de cursos.	2014	Colégio de Dirigentes

15.6 Extensão

A extensão é a prática acadêmica que procura interligar as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, de modo a contribuir para a formação de profissionais cidadãos e para a produção e a difusão do conhecimento para a superação das desigualdades sociais.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica colocou em evidência a extensão, por meio da qual os Institutos Federais devem difundir, socializar e democratizar o conhecimento que produzem. O IFMG, ao estabelecer essa relação dialógica pela extensão, deverá promover a troca de saberes com a comunidade e o mundo do trabalho.

Nas antigas autarquias que originaram os Institutos Federais, as atividades de extensão, assim como as de pesquisa, eram incipientes, pois o ensino era a atividade fim relevante. Entretanto, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece, em seu art. 7º, IV, que os Institutos Federais deverão “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”, bem como em seu art. 7º, V, “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”. (BRASIL, 2008)

Diante desse contexto legal, a Extensão atua em diferentes dimensões, criando, dessa maneira, um grande conjunto de dados, que precisa ser sistematizado. As ações são desenvolvidas a partir de programas, projetos e atividades de extensão inerentes às dimensões da extensão tecnológica. O planejamento estratégico da área de extensão para os próximos cinco anos, no âmbito do IFMG, apresentado a seguir, foi elaborado pelas comissões temáticas nos Câmpus, consolidada e validada pela Pró-Reitoria de Extensão.

Objetivos Estratégicos

- Ampliar ações para maior interação entre o IFMG e a sociedade.
- Desenvolver políticas para fomentar e estreitar o relacionamento instituto-empresa.

Indicadores de desempenho

Indicadores específicos (valores absolutos) para as dimensões da extensão tecnológica.

Dimensões	Indicadores específicos
Projetos Sociais	Número de programas Número de projetos Número de estudantes envolvidos Número de servidores envolvidos Número de estudantes bolsistas Número de servidores bolsistas Número de comunidades atendidas
Estágio e emprego	Número de estudantes encaminhados para estágio Número de empresas cadastradas como concedentes de estágio Número de oferta anual de estágios Número de estudantes encaminhados para o emprego Número de empresas cadastradas com oferta anual de emprego
Cursos de extensão ou formação inicial e continuada	Número de cursos ofertados por modalidade e carga horária Número de estudantes matriculados Número de estudantes concluintes
Eventos culturais, científicos, tecnológicos e esportivos	Número de projetos Número de estudantes envolvidos Número de servidores envolvidos Número de pessoas da comunidade externa envolvidas Número de pessoas da comunidade interna envolvidas
Visitas técnicas	Número de estudantes envolvidos Número de servidores envolvidos Número de visitas efetuadas
Acompanhamento de egressos	Número de egressos no mundo do trabalho atuando na área de formação Número de egressos no mundo do trabalho atuando em área distinta à de formação Número de egressos que verticalizaram o ensino na área de formação Número de egressos que verticalizaram o ensino em área distinta à de formação

Indicadores Gerais de desempenho (valores absolutos) para a extensão.

- Número de projetos de extensão
- Número de programas de extensão
- Números de bolsas de extensão para estudantes
- Números de bolsas de extensão para servidores
- Número de pessoas da comunidade externa atendidas nas atividades de extensão
- Número de pessoas da comunidade interna atendidas nas atividades de extensão
- Número de convênios e parcerias firmados
- Número de visitas técnicas efetuadas
- Número de egressos cadastrados
- Número de estágios ofertados

Propostas de metas e ações para Extensão para o período de 2014 a 2018

Nos cinco anos de existência do IFMG e diante das exigências legais, as ações de extensão passaram por um incremento considerável. Entretanto, para fortalecê-las, ampliá-las e consolidá-las, além dos objetivos estratégicos já mencionados, o Instituto deverá também:

- a) incentivar e apoiar o efetivo envolvimento de estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos nos programas, projetos e atividades de extensão;
- b) estimular e apoiar a inclusão da creditação curricular das atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos, especialmente de graduação e de pós-graduação;
- c) ampliar o número de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão;
- d) ampliar a captação de recursos para financiamento de programas e projetos e outras atividades de extensão; e
- e) aumentar o número de bolsas ofertadas pelos programas institucionais de bolsas de extensão.

Meta 1: Consolidar a política institucional de Extensão.

Ações	Prazo	Responsáveis
Difundir a política institucional de Extensão nas comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar eventos com a participação das comunidades externa e interna, para a identificação de demandas.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Reafirmar os pressupostos da política de Extensão na elaboração dos projetos pedagógicos de cursos.	2014 a 2018	PROEX, PROEN e diretorias/coordenações dos câmpus
Divulgar os documentos relacionados à política de Extensão do IFMG.	2014	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Aperfeiçoar os processos para o desenvolvimento das ações de Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus

Promover reuniões com as pró-reitorias, diretorias/coordenações de ensino, pesquisa e extensão.	2015	PROEX, PROEN, PRPPG e diretorias/coordenações dos câmpus
Adotar mecanismos de incentivo à participação da comunidade escolar nas atividades de Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Atualizar permanentemente o sítio da Extensão no portal do IFMG.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Manter representação nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das Universidades Públicas Brasileiras.	2014 a 2018	PROEX
Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos consonantes com as dimensões operativas da Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Reforçar as ações de Extensão existentes e reconhecidas pelas comunidades externa e interna.	2014 a 2018	Diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Apoiar a realização de atividades de Extensão nos novos câmpus.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Acompanhar e avaliar as atividades de Extensão desenvolvidas nos câmpus.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar periodicamente os colóquios de Extensão, para apresentação das atividades desenvolvidas e com a presença das comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Ampliar a oferta de cursos de formação inicial e continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego e do Programa Mulheres Mil.	2014 a 2018	PROEX e coordenações adjuntas dos câmpus
Prospectar editais externos de fomento à Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Publicar editais para o desenvolvimento de ações de Extensão a partir de demandas identificadas na comunidade.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar eventos de natureza cultural, artística e esportiva com as comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar eventos de natureza científica, tecnológica e social com as comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus

Meta 2: Ampliar e diversificar o relacionamento institucional com o setor produtivo e outros atores sociais.

Ações	Prazo	Responsáveis
Difundir a política institucional de Extensão nas comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar eventos com a participação das comunidades externa e interna, para a identificação de demandas.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Reafirmar os pressupostos da política de Extensão na elaboração dos projetos pedagógicos de cursos.	2014 a 2018	PROEX, PROEN e diretorias/coordenações dos câmpus
Divulgar os documentos relacionados à política de Extensão do IFMG.	2014	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Aperfeiçoar os processos para o desenvolvimento das ações de Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Promover reuniões com as pró-reitorias, diretorias/coordenações de ensino, pesquisa e extensão.	2015	PROEX, PROEN, PRPPG e diretorias/coordenações dos câmpus
Adotar mecanismos de incentivo à participação da comunidade escolar nas atividades de Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Atualizar permanentemente o sítio da Extensão no portal do IFMG.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Manter representação nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das Universidades Públicas brasileiras.	2014 a 2018	PROEX
Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos consonantes com as dimensões operativas da Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Reforçar as ações de Extensão existentes e reconhecidas pelas comunidades externa e interna.	2014 a 2018	Diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Apoiar a realização de atividades de Extensão nos novos câmpus.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Acompanhar e avaliar as atividades de Extensão desenvolvidas nos câmpus.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar periodicamente os colóquios de Extensão, para apresentação das atividades desenvolvidas e com a presença das comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus

Ampliar a oferta de cursos de formação inicial e continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego e do Programa Mulheres Mil.	2014 a 2018	PROEX e coordenações adjuntas dos câmpus
Prospectar editais externos de fomento à Extensão.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Publicar editais para o desenvolvimento de ações de Extensão a partir de demandas identificadas na comunidade.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar eventos de natureza cultural, artística e esportiva com as comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus
Realizar eventos de natureza científica, tecnológica e social com as comunidades externa e interna.	2014 a 2018	PROEX e diretorias/coordenações de Extensão dos câmpus

15.7 Pesquisa e Inovação Tecnológica

A pesquisa e inovação se caracterizam como pilares da formação do Instituto, tendo como estratégia realizar pesquisas aplicadas, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, de forma a estender seus benefícios à comunidade. Para isso o IFMG adotou o Programa Institucional de Pesquisa Aplicada, que oferta editais com recurso financeiro para capital, custeio e bolsas, além do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é responsável por estimular e desenvolver a inovação no IFMG, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento dos projetos de inovação científica e tecnológica. A atuação do NIT auxiliará na disseminação da cultura de propriedade intelectual no âmbito do IFMG de modo a despertar nos membros da comunidade acadêmica o interesse pela proteção das pesquisas de inovação tecnológica desenvolvidas na Instituição. A PRPPG, por meio da atuação do NIT em articulação com as Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão, promoverá a integração da inovação com o ensino e com a extensão em todos os níveis de ensino e em âmbito institucional e interinstitucional.

Outra estratégia será a prospecção de demandas tecnológicas no ambiente produtivo, vislumbrando oportunidades de realização de projetos de inovação que poderão ser executados no Instituto, consolidando e estimulando novas parcerias com empresas.

Outro recurso adotado para a futura oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* é a qualificação docente por meio das parcerias interinstitucionais DINTER e MINTER.

Objetivos Estratégicos

- Orientar os projetos de pesquisas para atendimento das demandas da sociedade.
- Desenvolver políticas/programas para fomentar a inovação tecnológica.
- Desenvolver políticas para fomentar a pós-graduação *stricto sensu*.

Indicadores de desempenho

Indicador	Fórmula de cálculo	Legenda
Taxa de alunos presenciais com bolsa de pesquisa	$TxAlBolPes = \frac{AlBolPesTec + AlBolPesGrad + AlBolPesPos}{(MPTec + MPGrad + MPPos)}$	AlBolPesTec – Total de alunos bolsistas em cursos técnicos AlBolPesGrad – Total de alunos bolsistas em cursos de graduação AlBolPesPos – Total de alunos bolsistas em cursos de pós-graduação MPTec – Total de matrículas presenciais de alunos em cursos técnicos MPGrad – Total de matrículas presenciais de alunos em cursos de graduação MPPos – Total de matrículas presenciais de alunos em cursos de pós-graduação
Taxa de docentes em grupos de pesquisa	$TxDocGPes = \frac{NumProfGPes}{ProfEfeTot}$	NumProfGPes – Número de professores efetivos pertencentes a Grupos de Pesquisa ProfEfeTot – Total de professores efetivos: soma dos professores em qualquer regime (20 horas, 40 horas e dedicação exclusiva) É necessário deduzir os professores cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública.
Relação Ingressos/Aluno na Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	$\frac{NI}{Nam} \times 100$	NI – número de ingressantes Nam – Número de alunos matriculados
Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes na Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	$\frac{Nac}{Naf} \times 100$	Nac – Número de alunos concluintes Naf – Número de alunos em todas as situações finais
Índice de depósito de patentes com relação aos projetos aprovados no Edital de Pesquisa Aplicada	$\frac{Npat}{PEA}$	Npat – Número de patentes depositadas PEA – Número de projetos aprovados no edital de pesquisa aplicada
Índice de aproveitamento das tecnologias protegidas	$\frac{Pat+Sof}{Tcli}$	Pat+Sof – Número de patentes e softwares depositados e registrados Tcli – Número de tecnologias licenciadas

Metas e ações para a Pesquisa e Inovação Tecnológica para o período de 2014 a 2018

Meta 1: Implementar política de aproximação entre o Instituto e a comunidade externa.

Ação	Prazo	Responsável
Realizar reuniões anuais entre professores e alunos do câmpus e a sociedade para atendimento de prioridades de pesquisa para a região.	2014-2018	DPPGE
Elaborar editais a partir de problemas/demandas trazidos pela comunidade externa.	2015-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Fazer o levantamento do número de empresas e organizações regionais participantes, sejam públicas ou privadas.	2014-2015	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Agendar visitas à comunidade, associações, cooperativas e empresas; realizar pesquisas de demandas; melhorar a comunicação, dando maior visibilidade às ações realizadas pelo Instituto.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Elaborar editais a partir dos problemas identificados na chamada pública para atendimento das demandas apresentadas pela comunidade.	2015	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Lançar uma chamada pública anualmente.	2015	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus

Meta 2: Incentivar a criação e consolidação de grupos de pesquisas do CNPQ.

Ação	Prazo	Responsável
Promover palestras sobre a importância da pesquisa e de grupos de estudos para fomento à inovação.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus
Lançar edital de pesquisa destinado a grupos de pesquisa.	2014	Direção-Geral
Estimular o relacionamento entre os líderes dos grupos de pesquisa e empresas (através de treinamentos, cursos, consultoria, projetos de P&D em colaboração com a empresa com resultados de uso imediato, outros).	2015	Responsável pela pesquisa no câmpus
Estimular a criação de grupos de pesquisa.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus

Meta 3: Aumentar o número de projetos de pesquisa aprovados.

Ação	Prazo	Responsável
Acompanhar anualmente o número de projetos aprovados.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus
Promover palestras de conscientização dos pesquisadores sobre a importância da pesquisa.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Fomentar a participação dos docentes e discentes em projetos de pesquisa aplicada.	2016-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Incentivar os professores a submeterem projetos às agências de fomento.	2014	Responsável pela pesquisa no câmpus
Ministrar cursos sobre elaboração de projetos e captação de recursos para novos professores.	2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Orientar os editais, estimulando a pesquisa aplicada, sem desconsiderar a pesquisa básica como pilar para as ações desejadas.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus
Revisar e aplicar efetivamente a planilha de atividade docente.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus
Reformular os editais com vistas a facilitar e estimular a apresentação de propostas.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Dar maior divulgação aos editais.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Valorizar a atividade de orientação de pesquisa, aplicando a pontuação prevista na regulamentação de atividade docente para que haja redução de carga horária de aula dos docentes orientadores.	2015	Reitoria e diretores-gerais

Meta 4: Aumentar o número de publicação de artigos em revistas classificadas no Qualis da CAPES.

Ação	Prazo	Responsável
Ofertar curso para redação de artigos científicos (<i>scientific writing</i>).	2015-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Apoiar a publicação de artigos em revistas com fator de impacto.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Disponibilizar exemplares físicos e virtuais dos trabalhos científicos realizados.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Estimular a produção científica em áreas estratégicas e inovadoras.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Apoiar a publicação de artigos científicos.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Melhorar a qualidade das pesquisas realizadas no câmpus.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus
Destinar tempo na carga horária de trabalho para a redação e correção de artigos.	2015-2016	Diretor-geral e responsável pela pesquisa no câmpus
Financiar os custos das publicações em periódicos especializados.	2017-2018	Diretor-geral e responsável pela pesquisa no câmpus
Financiar os custos da tradução de artigos.	2015-2018	Diretor-geral e responsável pela pesquisa no câmpus

Meta 5: Estimular a participação dos docentes e alunos em eventos científicos e de inovação tecnológica.

Ação	Prazo	Responsável
Buscar eventos de relevância sobre o tema Inovação Tecnológica.	2016	Responsáveis pela Inovação no câmpus e NIT
Apoiar a participação de alunos e pesquisadores em eventos científicos nacionais e internacionais.	2014-2018	PRPPG/Responsável pela pesquisa no câmpus
Buscar eventos de relevância sobre o tema Inovação Tecnológica.	2014	Responsáveis pela inovação no câmpus e NIT
Aumentar a participação de docentes em eventos e cursos sobre inovação tecnológica.	2016	Responsáveis pela inovação no câmpus e NIT
Criar critérios para liberação de recursos para participação em eventos.	2014	Diretor-Geral e responsável pela pesquisa no câmpus
Custear a participação em cursos e eventos científicos para os docentes envolvidos em atividades de orientação e coorientação de projetos de pesquisa e/ou de inovação tecnológica.	2015	Diretor-Geral

Meta 6: Criar uma cultura de inovação e empreendedorismo entre a comunidade acadêmica.

Ação	Prazo	Responsável
Sugerir a inclusão de atividades e/ou disciplinas voltadas a pesquisas inovadoras, nos projetos pedagógicos.	2014-2018	DE/Responsável pela inovação no câmpus e NIT
Fomentar o registro de patentes.	2014-2018	Coordenador de Pesquisa
Incentivar a cultura de inovação.	2014-2018	Responsável pela inovação no câmpus e NIT
Criar editais específicos de inovação e empreendedorismo; promover cursos de capacitação voltados para inovação.	2014-2018	Responsável pela inovação no câmpus e NIT
Realizar palestras e oficinas abordando questões relacionadas à inovação tecnológica.	2014-2018	Responsável pela inovação no câmpus e NIT
Realizar no mínimo um concurso de inovação a cada biênio.	2014-2018	Responsável pela inovação no câmpus e NIT
Orientar e capacitar os professores para desenvolvimento de atividades que fomentem a inovação tecnológica dentro da sala de aula.	2015-2018	Responsável pela inovação no câmpus e NIT

Meta 7: Melhorar a infraestrutura de laboratórios de pesquisa.

Ação	Prazo	Responsável
Criar editais específicos de apoio à melhoria de infraestrutura de laboratórios.	2014-2018	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus
Intensificar a divulgação de possibilidades de fomento externo.	2014-2018	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus
Auxiliar a execução financeira de projetos garantindo a execução das verbas externas obtidas das agências de fomento.	2014-2018	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus
Equipar laboratórios existentes para realização de pesquisas.	Até 2015	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus
Construir e equipar novos laboratórios.	Até 2018	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus
Realizar levantamento de áreas de campo aptas e disponíveis para a realização de pesquisas.	2014	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus
Demarcar áreas de campo exclusivas para pesquisa.	2014-2015	Direção-Geral/Responsável pela pesquisa no câmpus

Meta 8: Abrir curso de pós-graduação *lato sensu*.

Ação	Prazo	Responsável
Realizar levantamento de interesse, nos colegiados de curso, para a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	2014-2015	Responsável pela Pós-Graduação no câmpus e PRPPG
Realizar estudos sobre a demanda e viabilidade de oferta de cursos de pós-graduação.	2015	Responsável pela Pós-Graduação no câmpus e PRPPG
Oferecer novos cursos de pós-graduação.	2015-2018	Responsável pela Pós-Graduação no câmpus e PRPPG
Consolidar os cursos de pós-graduação existentes	2015-2018	Responsável pela Pós-Graduação no câmpus e PRPPG
Implantar uma plataforma virtual de apoio às atividades de ensino a distância para pós-graduação.	2015	Responsável pela Pós-Graduação no câmpus e PRPPG
Realizar cursos de capacitação para utilização da plataforma virtual de apoio às atividades de ensino a distância.	2015	Responsável pela Pós-Graduação no câmpus e PRPPG

Meta 9: Implantar programa de pós-graduação *stricto sensu*.

Ação	Prazo	Responsável
Qualificar o corpo docente de acordo com a exigência para criação de cursos de mestrado.	2014-2018	PRPPG, diretor-geral, responsável pela Pós-Graduação no câmpus e Recursos Humanos
Realizar o levantamento da viabilidade de oferecer um mestrado <i>stricto sensu</i> na região de atuação do IFMG.	2014-2015	PRPPG, diretor-geral, responsável pela Pós-Graduação
Fazer o estudo de viabilidade em conjunto com o corpo docente da oferta de mestrado profissional nas áreas de Engenharia, Educação Profissional e Administração.	2017-2018	PRPPG, diretor-geral, responsável pela Pós-Graduação

Meta 10: Elevar o número de mestres e doutores do quadro permanente.

Ação	Prazo	Responsável
Capacitar docentes em programas de doutorado. Participar dos editais e programas da CAPES (PLANFOR, DINTER).	2014-2018	Direção-Geral; DGP, responsável pela Pós-Graduação no câmpus, PRPPG
Elaborar projetos PLANFOR, MINTER e DINTER nas possíveis áreas: Administração, Educação, Engenharias e Meio Ambiente.	2014-2018	PRPPG
Apoiar a participação de professores em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	2014-2018	Direção-Geral; DGP, Responsável pela Pós-Graduação no câmpus, PRPPG

Meta 11: Criar e consolidar uma rede de parcerias permanente.

Ação	Prazo	Responsável
Garantir a participação de empresas e instituições da região nos eventos de divulgação científica promovidos no câmpus.	2014-2018	Direção-Geral, DGP, responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG
Realizar parcerias e projetos conjuntos com instituições de pesquisa.	2018	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG
Realizar parceria com a Epamig, Embrapa, UFLA, UFV, UFMG E UFVJM.	2016	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG

Meta 12: Consolidação efetiva de parcerias com associações empresariais da região de atuação do IFMG.

Ação	Prazo	Responsável
Elaborar uma agenda de visitas às associações das cidades, tendo como finalidade firmar convênios, realizando o levantamento das demandas na área de pesquisa e inovação tecnológica.	2014-2015	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG
Firmar convênios com empresas e associações para desenvolvimento de pesquisa aplicada.	2014-2018	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG

Meta 13: Incentivar a execução de projetos de pesquisa em interface com extensão.

Ação	Prazo	Responsável
Estudar a viabilização da ação conjunta do ensino, pesquisa e extensão.	2015	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG e PREX
Criar editais específicos na Interface da Pesquisa e Extensão.	2015	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG e PREX

Meta 14: Proporcionar apoio técnico aos pesquisadores do câmpus.

Ação	Prazo	Responsável
Fornecer treinamentos e atualizações de acordo com a área específica dos docentes e técnicos que atuam em pesquisa.	2014 - 2018	Responsável pela pesquisa no câmpus, PRPPG
Disponibilizar técnicos de laboratório para atuação nos laboratórios existentes.	Até 2015	Diretor-Geral
Disponibilizar técnicos de laboratório para atuação nos laboratórios que serão construídos tão logo estes estejam concluídos e equipados.	Até 2018	Diretor-Geral, Reitor

15.8 Tecnologia da Informação

A gestão da estrutura multicâmpus do IFMG requer ferramentas gerenciais adequadas, sobretudo na área de Tecnologia da Informação (TI). As antigas autarquias que passaram a compor o IFMG utilizavam sistemas e processos diferentes, assim é

importante haver a padronização desses vários ambientes para que a TI possa apresentar soluções adequadas às demandas da Instituição.

Trata-se de um trabalho gradativo, com resultados mensuráveis a médio e longo prazo, haja vista que ainda existem muitas diferenças de processos e ferramentas entre as áreas de Tecnologia da Informação nas diferentes unidades desse Instituto. Essa falta de padronização tem trazido prejuízos e uma falta de racionalidade quanto à utilização dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis.

Nesse contexto, uma das primeiras iniciativas foi a criação do projeto Conecta, que tem o objetivo de padronizar os processos e implantar uma solução de gestão integrada completa. Porém um projeto grande e expressivo como esse trouxe a reboque outros desafios para o IFMG, que é a disponibilidade, integridade e confidencialidade desse sistema e de todos os serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação aos usuários da comunidade interna e externa do IFMG.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborado a cada dois anos, contemplará o detalhamento do planejamento estratégico, apresentado a seguir, para a área da TI no âmbito do IFMG.

Objetivos Estratégicos

- Estruturar soluções de TI que viabilizem o alcance da visão institucional.
- Implantar o plano de segurança da informação para garantir a integridade dos dados institucionais.

Metas e ações para a área de Tecnologia da Informação para o período de 2014 a 2018

Meta 1: Otimizar a utilização dos recursos de TI.

Ações	Prazo	Responsáveis
Manter e expandir cabeamento estruturado.	2014-2018	DTI e Comitê Executivo de TI
Disponibilizar acesso à rede sem fio em todo perímetro interno do IFMG.		
Aprimorar prestação de serviços de impressão.		
Monitorar serviços prestados à comunidade interna e externa do IFMG.		
Melhorar a infraestrutura do IFMG, aumentando a disponibilidade, integridade e confidencialidade dos serviços de TI.		
Construir e melhorar a metodologia de gerenciamento de projetos de TI.		
Construir e melhorar a metodologia de desenvolvimento de software.		
Intensificar a interação com os câmpus do IFMG e instituições, propiciando a integração, a troca de experiências e o trabalho colaborativo na área de TI.		

Meta 2: Capacitar os servidores que atuam na área de TI.

Ações	Prazo	Responsáveis
Capacitar os servidores para uso de ferramentas definidas e homologadas pelo IFMG de desenvolvimento de software e gerenciamento de projetos.	2014-2018	DTI e Comitê Executivo de TI
Capacitar servidores para as boas práticas e padrões de processos utilizados para aplicação de legislação corrente.		
Capacitar os servidores na busca de melhoria do atendimento aos clientes.		
Capacitar e conscientizar a comunidade interna do IFMG sobre segurança da informação.		
Capacitar os servidores em tecnologias e ferramentas que possam ser utilizadas para melhorar e aprimorar a prestação de serviços de tecnologia da informação.		
Desenvolver as competências dos profissionais de TI, assegurando a capacitação da estrutura funcional compatível com as demandas.		

Meta 3: Adequar a TI para implantação do Plano de Segurança da Informação.

Ações	Prazo	Responsáveis
Implantar ferramentas, softwares e dispositivos desenvolvidos para a segurança da informação.	2014 - 2018	DTI e Comitê de Segurança da Informação
Promover o endomarketing de segurança da informação.		

Meta 4: Fazer o alinhamento estratégico da TI com os objetivos de gestão do IFMG.

Ações	Prazo	Responsáveis
Elaborar portfólio de serviços e alinhamento com a área de negócios sobre prazos e serviços prestados.	2014-2018	DTI e Comitê Executivo de TI
Implantar ferramentas e técnicas relacionadas à implantação de processos de governança de TI na Instituição, visando garantir que o setor esteja alinhado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFMG.		
Realizar ações para garantir uma estrutura numérica e organizacional de TI compatível com as demandas do IFMG.		
Implantar e ampliar o uso de metodologias de gestão de TI, de acordo com as melhores práticas vigentes.		
Implantar o gerenciamento de riscos de TI, de forma a contribuir para a continuidade dos processos de negócio.		
Prover soluções de TI que permitam a automatização e modernização da organização levando em consideração as necessidades de acessibilidade.		
Utilizar ferramentas e procedimentos para aprimorar a qualidade de entrega dos produtos e serviços de TI.		
Estabelecer canais de comunicação com os usuários referentes a ações de TI, mantendo uma relação de confiança e parceria.		
Contribuir por meio de ferramentas de TI para que os processos institucionais se tornem mais ágeis, confiáveis e transparentes.		
Utilizar os recursos de TI para facilitar o acesso e o entendimento das informações sob a competência do IFMG.		

16. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Guyanne. Falta de mão de obra impacta setor de TI. *Techoje*: uma revista de opinião, Belo Horizonte, [20--] Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1527>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 jul. 2004, p. 18.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 20 dez. 2005, p. 1.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 23 dez. 2005. n. 246, Seção 1, p. 28-30.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 10 mai. 2006, p. 6.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto n. 5.825, de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.861 de 14 de abril 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 3 dez. 2004. n. 232, Seção 1, p. 2-4.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 11 mar. 2008. n. 48, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 23 set. 2008. n. 184, Seção 1, p. 1-38.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 30 dez. 2008, p. 1.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)... *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 27 out. 2011. n. 207, Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.722, de 3 de outubro de 2012. Altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 4 out. 2012. n. 193, Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 21 jan. 2014. n. 14, Seção 1, p. 1-10.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18745cons.htm>. Acesso em 21 out. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 23 dez. 1996, p. 27.833-27.841.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional: plano de ação 2007-2010 : documento síntese*. Brasília: Mct, 2007. 70 p. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE. CP. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 22 jun. 2004. n. 118, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.264, de 17 de outubro de 2008. Aprova o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. *Diário Oficial da*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 20 out. 2008, p. 22.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 21 set. 2012. n. 184, Seção 1, p. 22-24.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Plano Nacional de Logística e Transporte - PNLT*. Brasília: Ministério dos Transportes, 2012.

CALLAI, Helena Copetti. *A formação do profissional da geografia: o professor*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2013.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ. *XI Sondagem industrial: a visão de líderes industriais paranaenses*. Curitiba: Sebrae, 2006. 38 p. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/sondagem-industrial-1-20654-170550.shtml>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 246, de 13 de março de 2013. Dispõe sobre os procedimentos internos de afastamento de docentes para participação em programas de pós-graduação Stricto Sensu, bem como da revogação da Portaria nº 095 de 27 de janeiro de 2012. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2013. n. 48. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 22 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 397, de 25 de abril de 2013. Dispõe sobre a aprovação da metodologia para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 16 maio 2013. n. 49. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 398, de 25 de abril de 2013. Dispõe sobre a constituição da Comissão Central responsável pela coordenação dos trabalhos de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para o período de 2014 a 2017. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 16 maio 2013. n. 49. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 549, de 3 de julho de 2012. Dispõe sobre a constituição da Comissão de PDI para o período de 2013-2017. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 6 jul. 2012. n. 1. Extraordinário. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 732, de 27 de agosto de 2012. Dispõe sobre política de aplicação e de gestão do design inclusivo para acessibilidade ambiental no meio edificado do IFMG. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 11 set. 2012. n. 41. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 22 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 840, de 21 de agosto de 2013. Dispõe sobre a constituição da Comissão Central responsável pela coordenação dos trabalhos de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para o período de 2014 a 2018 e revogação da portaria 398 de 25 de abril de 2013. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 27 set. 2013. n. 53. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Portaria n. 841, de 21 de agosto de 2013. Dispõe sobre a constituição das Comissões Temáticas responsáveis pela execução de trabalhos para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para o período de 2014 a 2018 e revogação da portaria 717 de 19 de julho de 2013. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 27 set. 2013. n. 53. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Ensino. Instrução Normativa n. 1, de 5 de junho de 2012. Institui normas para a elaboração e atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação Tecnológica, Licenciatura e Bacharelado do IFMG. Belo Horizonte, MG: IFMG, 5 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/legislacao-cabecalho/2012-06-12-20-20-33.html>>. Acesso em: 21 out. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução n. 24, de 16 de julho de 2010. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Atividade Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG: Ifmg, 29 nov. 2010. n. 16.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 21, de 16 de julho de 2010. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais. *Boletim de Serviços*, Belo Horizonte, MG, 29 nov. 2010. n. 16. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/index.php/imprensa-cabecalho/2012-06-12-20-50-22.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sisutec Inscrições. 2014. Disponível em: <<http://www.sisutecinscricoes.com.br/tecnico-em-informatica-para-internet/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. TIC Empresas 2013 identifica avanços na utilização de tecnologia móvel. *Releases*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.nic.br/imprensa/releases/2014/rl-2014-17.htm>>. Acesso em: 21 out. 2014.

RISTOFF, Dilvo I. Princípios do programa de avaliação institucional. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras*. Brasília: MEC/SESU, 1994.

SCHLEICHER, A. Educating for the 21st Century. Education Today blog. [S.l.], 16 abr. 2014. Disponível em: <<http://oecdeducationtoday.blogspot.com.br/2014/04/educating-for-21st-century.html>>. Acesso em: 17 abr. 2014

SCHLEICHER, A. Educating for the 21st Century. EducationToday blog. [S.l.], 16 abr. 2014. Disponível em: <<http://oecdeducationtoday.blogspot.com.br/2014/04/educating-for-21st-century.html>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SPECIAL REPORT: robots, immigrants from the future. *The Economist*, Londres, v. 410, n. 8880, p. 1-14, march/april. 2014.

17. ANEXOS

17.1 Mapa Estratégico do IFMG – 2014-2018



**INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS**

MAPA ESTRATÉGICO

PDI 2014 - 2018



17.2 Resolução nº 19 de 09/07/2014 – Dispõe sobre a aprovação, ad referendum, do Plano de Desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, referente ao período de 2014 a 2018.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR**

Av. Antônio Professor Mário Wemack, nº. 2599, Bairro Iturbita, Belo Horizonte, CEP 30515-180, Estado de Minas Gerais

RESOLUÇÃO 019 DE 09 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação, ad referendum do Conselho Superior, do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, referente ao período de 2014 a 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 28 de junho de 2012, Seção 1, Págs. 130, 131 e 132 e

Considerando a Lei nº 10.861, de 28 de abril de 2004 e o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *Ad Referendum* do Conselho Superior, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, (IFMG), referente ao período de 2014 a 2018, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, 09 de julho de 2014.


Professor **CAIO MÁRIO BUENO SILVA**
Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

17.3 Composição das comissões temáticas responsáveis pela construção do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMG para o período de 2014 a 2018 (Portaria 841 de 21/08/2013).

1. Comissão Temática Multicâmpus: Gestão de Pessoas

- 1.1. Daniel dos Reis Pedrosa (Presidente)
- 1.2. Pablo Emmanuel Ferreira Silva
- 1.3. Rita de Cássia Silva Costa
- 1.4. Sidimar do Carmo da Paz
- 1.5. Adriana Rosária Freitas Souza
- 1.6. Josiane da Silva Rosa
- 1.7. Joelmer de Souza Andrade
- 1.8. Maria Aparecida Ponciano de Freitas
- 1.9. Jucilane Costa Pimenta
- 1.10. Maria Elizarda Machado de Paula
- 1.11. Maria Lúcia Barbosa Pinto
- 1.12. Ivanete da Silva Pinto

2. Comissão Temática Multicâmpus: Gestão Administrativa e Financeira

- 2.1. Rainer de Paula (Presidente)
- 2.2. Edmar Geraldo de Oliveira
- 2.3. Oiti José de Paula
- 2.4. Lydia Armond Muzzi
- 2.5. Washington Santos Silva
- 2.6. Lucas Carlúcio Magalhães
- 2.7. Roberto de Oliveira Bezerra
- 2.8. Matheus Costa Frade
- 2.9. Cláudia Maria Teixeira Alves
- 2.10. Mariza Barcellos Goes
- 2.11. Renato Machado de Godoy
- 2.12. Flávio Nasser Drumond
- 2.13. Áureo Rodrigues Pereira
- 2.14. Patrícia Regina de Faria
- 2.15. José Roberto Reis Lana
- 2.16. Anderson Nascimento Oliveira
- 2.17. Wilson Ambrósio Júnior
- 2.18. Luciana Batista de Lima
- 2.19. Paulo Graça Castanheira Júnior
- 2.20. Cássio Alves de Oliveira Filho
- 2.21. Michelle Adriane Silva de Oliveira

3. Comissão Temática Multicâmpus: Biblioteca

- 3.1. Aline Michelle Sima (Presidente)
- 3.2. Márcio Carlos Pires
- 3.3. Douglas Bernardes de Castro
- 3.4. Nirley Dias Leandro
- 3.5. Rejane Rodrigues de Oliveira

- 3.6. Eric Fabiano Esteves
- 3.7. Márcia Margarida Vilaça
- 3.8. Glaucia Maria Ferreira de Carvalho
- 3.9. Tiago Pereira da Silva

4. Comissão Temática Multicâmpus: Assistência Estudantil

- 4.1. Cláudio Aguiar Vita (Presidente)
- 4.2. Washington da Silva Carvalho
- 4.3. Walter Pavão de Souza
- 4.4. Luiz Antônio Pires Fernandes Júnior
- 4.5. Wemerton Luis Evangelista
- 4.6. Ricardo Carrasco Carpio
- 4.7. Elias Pedro Rosa
- 4.8. Kalid Antunes Costa
- 4.9. Joelmer de Souza Andrade
- 4.10. Lucas Maia dos Santos
- 4.11. Sérgio Henrique Cândido Moreira
- 4.12. Allysson de Abreu Moraes

5. Comissão Temática Multicâmpus: Comunicação e Marketing Institucionais

- 5.1. Denise Ferreira dos Santos (Presidente)
- 5.2. Juliano Vasconcelos Magalhães Tavares
- 5.3. Renan Inácio Ramos
- 5.4. Fábio Júnior Diniz
- 5.5. Vinícius Maia de Sá
- 5.6. Daniel Oliveira
- 5.7. Ana Maria Teles
- 5.8. Flávia Pereira Dias Menezes
- 5.9. Joelmer de Souza Andrade
- 5.10. Tatiana Toledo Ferreira
- 5.11. Aline Michelle Sima
- 5.12. Ludmila Nogueira Murta
- 5.13. Damião Noel Rocha

6. Comissão Temática Multicâmpus: Relações Institucionais

- 6.1. Lucas Carlúcio Magalhães (Presidente)
- 6.2. Edmar Geraldo de Oliveira
- 6.3. Lydia Armond Muzzi
- 6.4. Oiti José de Paula
- 6.5. Washington Santos Silva
- 6.6. Rainer de Paula

7. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Bambuí

- 7.1. Wellington Cristina Almeida do Nascimento Benevenuto (Presidente)
- 7.2. Gabriel da Silva
- 7.3. Frederico Vasconcellos Costa

- 7.4. Maria Carolina Gaspar Botrel
- 7.5. Cláudia Aparecida de Campos
- 7.6. Diogo Santos Campos
- 7.7. Luiz Carlos Machado
- 7.8. Cássio Roberto Silva Noronha
- 7.9. Joel Guimarães de Brito Júnior
- 7.10. Renison Teles Vargas
- 7.11. Stella Maria Gomes Tomé
- 7.12. Ricardo Lopes de Souza
- 7.13. Pedro Renato Pereira Barros
- 7.14. Hêner Coelho
- 7.15. Myriam Angélica Dornelas
- 7.16. Fábio Pereira Dias
- 7.17. Marlon Marcon
- 7.18. Gilberto Augusto Soares
- 7.19. Gustavo Augusto Lacorte
- 7.20. Mario Luiz Viana Alvarenga
- 7.21. Rogério Amaro Gonçalves
- 7.22. André Luiz da Costa Paiva
- 7.23. Rosilene Aparecida da Costa
- 7.24. Estela Mares Teles Xavier Batista
- 7.25. Adriano Geraldo
- 7.26. Mariângela de Faria

8. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Betim

- 8.1. André Fonseca Félix (Presidente)
- 8.2. Ronald Leite
- 8.3. Thiago Ribeiro de Oliveira
- 8.4. Maurício Brito
- 8.5. Denise Braga

9. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Congonhas

- 9.1. Mcglennon da Rocha Régis (Presidente)
- 9.2. Ana Paula Batista
- 9.3. Célia Maria de Souza
- 9.4. Daniella Chaves Janoni Nogueira
- 9.5. Nathália Cristina Oliveira Magalhães
- 9.6. Ronaldo Gonçalves Pires
- 9.7. Shahla Cardoso de Albuquerque
- 9.8. Ronan Daré Tocafundo
- 9.9. Robert Cruzoaldo Maria
- 9.10. Fabrício Carvalho Soares
- 9.11. Rodolfo Gonçalves Oliveira da Silva
- 9.12. José Geraldo Silva
- 9.13. Sulamita Maria Comini César

10. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Formiga

- 10.1. Gláucio Ribeiro Silva (Presidente)
- 10.2. Cláudio Alves Pereira
- 10.3. Márcia Soares de Oliveira
- 10.4. Arlete Aparecida de Abreu
- 10.5. Danielle Costa
- 10.6. Maria Elizabeth de Gouvêa
- 10.7. Paulo Dias de Alecrim
- 10.8. Elaine Belo Veloso da Silva
- 10.9. Ricardo Carrasco Cárpio

11. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Governador Valadares

- 11.1. Luís Fernando Reis da Silva (Presidente)
- 11.2. Lenicio Dutra Marinho Junior
- 11.3. Guido Pantuza Júnior
- 11.4. Daniela Martins Cunha
- 11.5. Luci Aparecida Souza Borges de Faria
- 11.6. Dairde Rocha
- 11.7. Letícia Éfrem Natividade de Oliveira

12. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Ouro Branco

- 12.1. Catarina Barbosa Torres Gomes (Presidente)
- 12.2. Bruno Alves Valverde
- 12.3. Carlos Eduardo Reis de Carvalho
- 12.4. Carlos Roberto Ferreira
- 12.5. Célia Aparecida Rocha
- 12.6. Cleiton Martins Duarte da Silva
- 12.7. Delaine Oliveira Sabbagh
- 12.8. Meirelaine Marques Gasparoni

13. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Ouro Preto

- 13.1. Valério Augusto Lopes Passos (Presidente)
- 13.2. Alair Fernandes Coimbra
- 13.3. Daniel Henrique Diniz Barbosa
- 13.4. Amilton Bernardino da Silva Filho
- 13.5. Ana Paula Carvalho Barbosa
- 13.6. Creuza de Magalhães Gomes
- 13.7. Cristiana Santos Andreoli
- 13.8. Dulce Maria de Aguiar e Souza
- 13.9. Bruno de Carvalho Resck
- 13.10. Fernando Gonçalves F. Júnior
- 13.11. Frederico Lamounier Ferrari
- 13.12. Gislayne Elisana Gonçalves
- 13.13. Lorena Gomes Ribeiro de Oliveira
- 13.14. Márcio André dos Santos

- 13.15. Sandra Arlinda Santiago Maciel
- 13.16. Orimar Batista dos Reis
- 13.17. Pedro Luís Almeida Costa
- 13.18. Rodrigo Otávio de Marco Meniconi
- 13.19. Cássio Antônio Mendes Lacerda
- 13.20. Renato Andrade Resende
- 13.21. Adriano Pinto Gomes
- 13.22. Gisele Aparecida Nonato
- 13.23. Oscar Vítor Fernandes
- 13.24. Davidson Paulo Azevedo Oliveira
- 13.25. Maria Angélica Bifano de Assis
- 13.26. Adriano Rodolfo Martins Moreira
- 13.27. Hudney Alves Faria de Carvalho
- 13.28. Zeni Ventura
- 13.29. Gilvânia Cristina A. Vianello

14. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Ribeirão das Neves

- 14.1. Jaqueline das Graças Moura Oliveira (Presidente)
- 14.2. Paula Andréa de Oliveira e Silva Rezende
- 14.3. Luiz Carlos Nogueira Junior
- 14.4. Agnaldo Afonso de Sousa
- 14.5. Fábio Luiz Vieira Soares
- 14.6. Jucilane Costa Pimenta

15. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus Sabará

- 15.1. Márcia Basília dos Santos (Presidente)
- 15.2. Camila Cristina de Paula Pereira
- 15.3. Carlos Alexandre Silva
- 15.4. Aline Campos Figueiredo

16. Comissão Temática Local: Ensino – Câmpus São João Evangelista

- 16.1. Cláudia Mariza Ferreira Machado (Presidente)
- 16.2. Geovália Oliveira Coelho
- 16.3. Ângela Maria Reis Pacheco Santos
- 16.4. Cláudia Simony Mourão Pereira
- 16.5. Mariana Pimenta
- 16.6. Wilx Ferreira de Souza
- 16.7. Flávio Rocha Puff

17. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Bambuí

- 17.1. Flávio Vasconcelos Godinho (Presidente)
- 17.2. Áureo Rodrigues Pereira
- 17.3. Samuel Pereira Dias
- 17.4. Cláudia Aparecida de Campos
- 17.5. Luiz Carlos Machado
- 17.6. Diogo Santos Campos

18. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Betim

- 18.1. Helbert Ribeiro de Sá (Presidente)
- 18.2. Luciana Lima Batista
- 18.3. André Fonseca Félix

19. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Congonhas

- 19.1. Eleonardo Lucas Pereira (Presidente)
- 19.2. Greiciele Mateus Policarpo
- 19.3. José Roberto dos Reis Lana
- 19.4. Luiz Antônio Pires Fernandes Júnior
- 19.5. Mcglennon da Rocha Régis
- 19.6. Shahla Cardoso de Albuquerque

20. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Formiga

- 20.1. Robson de Castro Ferreira (Presidente)
- 20.2. Patrícia Regina de Faria
- 20.3. Paulo Ricardo Teixeira
- 20.4. Gláucio Ribeiro Silva
- 20.5. Ricardo Carrasco Carpio

21. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Governador Valadares

- 21.1. Rodrigo Marques de Oliveira (Presidente)
- 21.2. Wilson Ambrósio Júnior
- 21.3. Kalid Antunes Costa
- 21.4. Lenício Dutra Marinho Júnior
- 21.5. Fúlvio Cupolillo
- 21.6. Luis Fernando Reis
- 21.7. George Campanha de Souza

22. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Ouro Branco

- 22.1. Luiz Roque Ferreira (Presidente)
- 22.2. Catarina Barbosa Torres Gomes
- 22.3. Joelmer de Souza Andrade
- 22.4. Maria Dalva Martins
- 22.5. Paulo Graça Castanheira Júnior

23. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Ouro Preto

- 23.1. Arthur Versiani Machado (Presidente)
- 23.2. Valério Augusto Lopes
- 23.3. Priscilla Martins Albuquerque
- 23.4. Flávio Nasser Drumond

24. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Ribeirão das Neves

- 24.1. João Bosco de Oliveira Perdigão (Presidente)
- 24.2. Jaqueline das Graças Moura Oliveira
- 24.3. Cássio Alves de Oliveira Filho

25. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus Sabará

- 25.1. Wanderci Alves Bitencourt (Presidente)
- 25.2. Camila Cristina de Paula Pereira
- 25.3. Michelle Adriane Silva de Oliveira

26. Comissão Temática Local: Planejamento Estratégico – Câmpus São João Evangelista

- 26.1. Nildimar Gonçalves Madeira (Presidente)
- 26.2. Cláudia Mariza Ferreira Machado
- 26.3. Jackson A. Gomes Vieira
- 26.4. Getro Menezes Leão
- 26.5. Geovália Oliveira Coelho
- 26.6. Paulo do Nascimento
- 26.7. Elias Pedro Rosa
- 26.8. Flávio Rocha Puff

27. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Bambuí

- 27.1. Adriano Geraldo (Presidente)
- 27.2. Sheila Isabel do Carmo Pinto
- 27.3. Luciano Donizete Gonçalves
- 27.4. Ricardo Monteiro Correa
- 27.5. Gaby Patrícia Teran Ortiz
- 27.6. Rafael Bastos Teixeira
- 27.7. Mayler Martins

28. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Betim

- 28.1. André Fonseca Félix (Presidente)
- 28.2. Flávio Magno de Carvalho Fonseca
- 28.3. Thiago Ribeiro de Oliveira

29. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Congonhas

- 29.1. Luiz Antônio Pires Fernandes Júnior (Presidente)
- 29.2. Cristiane Ferreira Ramalho
- 29.3. Daniel Neves Rocha
- 29.4. Fabrício Carvalho Soares
- 29.5. Rodolfo Gonçalves de Oliveira Silva

30. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Formiga

- 30.1. Ricardo Carrasco Carpio (Presidente)
- 30.2. Fábio Lúcio Corrêa Junior
- 30.3. Otávio de Souza Martins Gomes
- 30.4. Chrisley Bruno Ribeiro Camargos
- 30.5. Davi Bernardes Rosa
- 30.6. Poliana Myriam Felipe Rodrigues de Santana
- 30.7. Lívia Renata Santos
- 30.8. Rafael Vinícius T. da Nobrega
- 30.9. Adriano Olimpino Tonelli

31. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Governador Valadares

- 31.1. Fúlvio Cupolillo (Presidente)
- 31.2. Daniela Martins Cunha
- 31.3. Guido Pantuza Júnior
- 31.4. Rodrigo Marques de Oliveira
- 31.5. Thiago Vinícius Toledo
- 31.6. Débora Rosa Nascimento

32. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Ouro Branco

- 32.1. Carlos Eduardo Paulino Silva (Presidente)
- 32.2. Catarina Barbosa Torres Gomes
- 32.3. Célia Aparecida Rocha
- 32.4. Marcelo Fernandes Pereira
- 32.5. Maria Efigênia Ferreira de Oliveira
- 32.6. Wagner Sade

33. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Ouro Preto

- 33.1. Júlio César Rodrigues Fontenelle (Presidente)
- 33.2. Elisângela Silva Pinto
- 33.3. Benedito Matozinhos Deveza
- 33.4. Iranildo Nunes Moreira

34. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Ribeirão das Neves

- 34.1. Carlos Henrique dos Santos Nunes (Presidente)
- 34.2. Daniel Pinheiro Calbino
- 34.3. Alexandre Santos Pinheiro
- 34.4. Joana Dark Pimentel

35. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus Sabará

- 35.1. Lucas Maia dos Santos (Presidente)
- 35.2. Raquel Aparecida Soares Reis Franco
- 35.3. Aline Campos Figueiredo
- 35.4. Glauco Douglas Moreira

36. Comissão Temática Local: Pesquisa e Inovação Tecnológica – Câmpus São João Evangelista

- 36.1. Aderlan Gomes da Silva (Presidente)
- 36.2. Eliane Sant'anna de Melo
- 36.3. Ana Carolina Ferraro
- 36.4. Damião Noel Rocha
- 36.5. Bruno Lafeté
- 36.6. Paulo Modesto de Campos
- 36.7. Giuslan Carvalho Pereira

37. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Bambuí

- 37.1. Adriano Geraldo (Presidente)
- 37.2. Cássia Maria Silva Noronha
- 37.3. Julio César dos Santos
- 37.4. Hudson Rosemberg Poceschi e Campos
- 37.5. Sônia de Oliveira Duque Paciulli
- 37.6. Marcos Rogério Vieira Cardoso
- 37.7. José Aparecida Bahia

38. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Betim

- 38.1. André Fonseca Félix
- 38.2. Rogério Eustáquio de Souza
- 38.3. Reginaldo Vagner Ferreira

39. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Congonhas

- 39.1. Luiz Antônio Pires Fernandes Júnior (Presidente)
- 39.2. Ana Flávia Melillo Ramos
- 39.3. Daniella Chaves Janoni Nogueira
- 39.4. Rubens Ahyrton Ragone Martins
- 39.5. Thais Campos Maria

40. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Formiga

- 40.1. Laressa Pereira Silva (Presidente)
- 40.2. Alisson de Castro Ferreira
- 40.3. Diego Mello da Silva
- 40.4. Gustavo Lobato Campus
- 40.5. Alex Eduardo Andrade Borges
- 40.6. Ana Maria Teles
- 40.7. Marcia Soares de Oliveira

41. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Governador Valadares

- 41.1. Kalid Antunes Costa (Presidente)
- 41.2. Débora Rosa Nascimento
- 41.3. Letícia Éfrem Natividade de Oliveira
- 41.4. Flávio Assis Barony
- 41.5. Cristianele Lima Cardoso
- 41.6. Shirley Gomes Oliveira

42. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Ouro Branco

- 42.1. Carlos Roberto Ferreira (Presidente)
- 42.2. Catarina Barbosa Torres Gomes
- 42.3. Célia Aparecida Rocha
- 42.4. Cleiton Martins Duarte da Silva
- 42.5. Maria Efigênia Ferreira de Oliveira
- 42.6. Pedro Xavier da Penha

43. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Ouro Preto

- 43.1. Paulo Roberto Gomes (Presidente)
- 43.2. Elisângela Silva Pinto
- 43.3. Shisa Maris Martins Pereira

44. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Ribeirão das Neves

- 44.1. Âmara Fuccio de Fraga e Silva (Presidente)
- 44.2. Rodrigo Zouain da Silva
- 44.3. Allysson de Abreu Moraes
- 44.4. Luciano Augusto Vega Pires

45. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus Sabará

- 45.1. Lucas Maia dos Santos (Presidente)
- 45.2. Marcia Basília dos Santos
- 45.3. Ludmila Nogueira Murta

46. Comissão Temática Local: Extensão – Câmpus São João Evangelista

- 46.1. Eliane Sant'anna de Melo (Presidente)
- 46.2. Aderlan Gomes da Silva
- 46.3. Angela Rangel Ferreira Tesser
- 46.4. Adalgisa Gorete Faula
- 46.5. Ritele Márcia de Souza
- 46.6. Margarida Maria Higino de Jesus
- 46.7. Antônio Vieira Lima
- 46.8. Paulo Modesto de Campos

47. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Bambuí

- 47.1. Santiago Silva Pereira (Presidente)
- 47.2. Samuel Pereira Dias
- 47.3. Marcos Roberto Ribeiro
- 47.4. Itagildo Edmar Garbazza
- 47.5. Marlon Marcon
- 47.6. Saulo Henrique D'Carlos Barbosa
- 47.7. Silas Antônio Cereda da Silva
- 47.8. Viviane Vaz Ramos Soares

48. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação — Câmpus Betim

- 48.1. André Fonseca Félix (Presidente)
- 48.2. Wederson Almeida Seifert
- 48.3. Welinton La Fontaine Lopes
- 48.4. Helbert Ribeiro de Sá

49. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Congonhas

- 49.1. Diego Araújo São Pedro (Presidente)
- 49.2. Daniel José Silva Oliveira
- 49.3. Leonardo de Souza Cimino
- 49.4. Maurício Sá Santos Diniz

50. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Formiga

- 50.1. Rafael Angelo Silva Oliveira (Presidente)
- 50.2. Harley de Faria Rios
- 50.3. Elaine Belo Veloso da Silva
- 50.4. Renata Lara Alves
- 50.5. Daniel Fonseca Costa
- 50.6. Denise Ferreira Garcia Rezende
- 50.7. Mario Luiz Rodrigues Oliveira
- 50.8. Everthon Valadão dos Santos
- 50.9. Giego Alves de Souza
- 50.10. Carlos Renato B. dos Santos
- 50.11. Cirléia Pereira Barbosa
- 50.12. Cláudio Alves Pereira

51. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Governador Valadares

- 51.1. Thiago Gonzaga Belmonte Galvão (Presidente)
- 51.2. Hunilson Luiz de Souza
- 51.3. Guido Pantuza Júnior
- 51.4. Luis Fernando Reis
- 51.5. George Campanha de Souza

52. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Ouro Branco

- 52.1. Ângelo Magno de Jesus (Presidente)
- 52.2. Carlos Eduardo Paulino Silva
- 52.3. Catarina Barbosa Torres Gomes
- 52.4. Célia Aparecida Rocha
- 52.5. Marcelo Fernandes Pereira

53. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Ouro Preto

- 53.1. Cássio Luiz Vidigal (Presidente)
- 53.2. Welber Ribeiro da Silva
- 53.3. Hever Costa Rocha

54. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Ribeirão das Neves

- 54.1. Gerson Gabriel Moura Gomes (Presidente)
- 54.2. Aline Michelle Sima
- 54.3. Junia Márcia de Lima
- 54.4. Fábio Luiz Vieira Soares

55. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus Sabará

- 55.1. Glauco Douglas Moreira (Presidente)
- 55.2. Bruno Nonato Gomes
- 55.3. Carlos Alexandre Silva
- 55.4. Aline Campos Figueiredo
- 55.5. Pedro Henrique Tafas Duque

56. Comissão Temática Local: Tecnologia da Informação – Câmpus São João Evangelista

- 56.1. Chirlando Welinton de Souza Rocha (Presidente)
- 56.2. Fabiano Alves Falcão
- 56.3. Fernando Ribeiro da Rocha
- 56.4. Bruno de Souza Toledo
- 56.5. Valdevino Pereira da Silva

57. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Bambuí

- 57.1. Áureo Rodrigues Pereira (Presidente)
- 57.2. Marco Antônio do Carmo
- 57.3. Andreia Cristina Damasceno
- 57.4. Maria Amélia Giannecchini Fernandes Rocha Souto
- 57.5. Humberto Garcia de Carvalho
- 57.6. Gilberto Augusto Soares
- 57.7. Luiz Carlos Machado
- 57.8. Luciana Gomes Germano Andrino
- 57.9. Pedro Renato Pereira Barros

58. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Betim

- 58.1. Luciana Batista de Lima (Presidente)
- 58.2. Bruno de Souza Baptista
- 58.3. Rosânia das Graças Silva Souza

59. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Congonhas

- 59.1. José Roberto dos Reis Lana (Presidente)
- 59.2. Elza Magela Diniz
- 59.3. Fernando Rodrigo Policarpo Matosinhos
- 59.4. Rosalva Maria Martins dos Santos
- 59.5. Sulamita Maria Comini Cesar

60. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Formiga

- 60.1. Patrícia Regina de Faria (Presidente)
- 60.2. Robson de Castro Ferreira
- 60.3. Gláucio Ribeiro Silva
- 60.4. Ricardo Carrasco Carpio
- 60.5. Arlete Aparecida de Abreu
- 60.6. Maria Elizabeth de Gouvea
- 60.7. Danielle Costa
- 60.8. Paulo Dias Alecrim
- 60.9. Alysson Geraldo Silva
- 60.10. Manuela de Carvalho Rodrigues

- 60.11. Everthon Valadão dos Santos
- 60.12. Samuel da Silva Ribeiro
- 60.13. Cláudio Alves Pereira
- 60.14. Nirley Dias Leandro

61. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Governador Valadares

- 61.1. Wilson Ambrósio Júnior (Presidente)
- 61.2. Mariana Sarro Pereira de Oliveira
- 61.3. Gilson Silva Costa
- 61.4. Luci Aparecida Souza Borges de Faria
- 61.5. Letícia Éfrem Natividade de Oliveira
- 61.6. Flávio de Assis Barony
- 61.7. Rodrigo Marques de Oliveira

62. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Ouro Branco

- 62.1. Bruno Alves Valverde (Presidente)
- 62.2. Delaine Oliveira Sabbagh
- 62.3. Joelmer de Souza Andrade
- 62.4. Marie Luce Tavares
- 62.5. Meirelaine Marques Gasparoni
- 62.6. Paulo Graça Castanheira Júnior
- 62.7. Sibebe Leandra Penna Silva
- 62.8. Wesley Marcossi Gherardi

63. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Ouro Preto

- 63.1. Flávio Nasser Drumond (Presidente)
- 63.2. João Ricardo Basílio
- 63.3. Liliam Ferreira Cunha de Melo

64. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Ribeirão das Neves

- 64.1. Cássio Alves de Oliveira Filho (Presidente)
- 64.2. Rodrigo Pablo Oliveira Machado
- 64.3. Jucilane Costa Pimenta

65. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus Sabará

- 65.1. Michelle Adriane Silva de Oliveira (Presidente)
- 65.2. Marcia Basília dos Santos
- 65.3. Eliza Antonia de Queiroz
- 65.4. Cristiane Norbiato Targa

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS

66. Comissão Temática Local: Infraestrutura Física e Acessibilidade – Câmpus São João Evangelista

- 66.1. Thiago Menezes Leão (Presidente)
- 66.2. Dimas de Souza Costa
- 66.3. Cláudia Mariza Ferreira Machado Pimenta
- 66.4. Jackson A. Gomes Vieira
- 66.5. Sheyla Crhistina Alves Barbosa
- 66.6. Anderson do Nascimento Oliveira